



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CAMPUS DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - PPGCS

TIRANDO CERTAS LIMITAÇÕES, EU ME VEJO UMA PESSOA NORMAL: O
EXERCÍCIO DA CLASSIFICAÇÃO SOCIAL E O MERCADO DE TRABALHO

MÁRCIA DE LOURDES BEZERRA DOS SANTOS LIMA

PROF^a. DR^a. MÉRCIA REJANE RANGEL BATISTA.
ORIENTADORA

CAMPINA GRANDE

2018

MÁRCIA DE LOURDES BEZERRA DOS SANTOS LIMA

TIRANDO CERTAS LIMITAÇÕES, EU ME VEJO UMA PESSOA NORMAL: O
EXERCÍCIO DA CLASSIFICAÇÃO SOCIAL E O MERCADO DE TRABALHO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, com área de concentração em Sociologia.

ORIENTADORA: Prof^ª. Dr^ª. Mércia Rejane Rangel Batista.

CAMPINA GRANDE
2018

L732t Lima, Márcia de Lourdes Bezerra dos Santos.

Tirando certas limitações, eu me vejo uma pessoa normal: o exercício da classificação social e o mercado de trabalho / Márcia de Lourdes Bezerra dos Santos Lima. – Campina Grande, 2018.

203 f. : il. Color

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2018.

"Orientação: Profa. Dra. Mércia Rejane Rangel Batista".

Referências.

1. Sociologia do Trabalho. 2. Pessoa com Deficiência - Trabalho. 3. Inclusão. 4. Trabalho - Qualificação. 5. Trabalho - Classificação. I. Batista, Mércia Rejane Rangel. II. Título.

CDU 316.334.22-056.26(043)

TERMO DE APROVAÇÃO

MÁRCIA DE LOURDES BEZERRA DOS SANTOS LIMA

TIRANDO CERTAS LIMITAÇÕES, EU ME VEJO UMA PESSOA NORMAL: O EXERCÍCIO DA CLASSIFICAÇÃO SOCIAL E O MERCADO DE TRABALHO

A tese intitulada Tirando certas limitações, eu me vejo uma pessoa normal: o exercício da classificação social e o mercado de trabalho, de autoria de Márcia de Lourdes Bezerra dos Santos Lima, sob orientação da prof^a. Dr^a. Mércia Rejane Rangel Batista, apresentada em sessão pública ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, com área de concentração em Sociologia, foi aprovada em 26 de julho de 2018, pela Banca Examinadora composta pelos seguintes membros:

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Mércia Rejane Rangel Batista
Unidade Acadêmica de Ciências Sociais –PPGCS/ UFCG

Prof. Dr. José Gabriel Silveira Corrêa
Membro Externo – UACS/UFCG

Prof^a. Dr^a. Rachel Rocha de Barros
Membro Externo – PPGA/UFAL

Prof. Dr. Mário Landosky
Membro Interno –PPGCS/ UFCG

Prof^a. Dr^a. Ramonildes Alves Gomes
Membro Interno – PPGCS/ UFCG

Campina Grande, Paraíba

Julho de 2018

Dedico esse trabalho ao aluno Leonardo, pessoa classificada com deficiência visual, por ter me permitido ver as diversas concepções de mundo, que permeiam e extrapolam a prática pedagógica no universo da sala de aula. A outra face do olhar, apresentada pelo aluno, despertou, em mim, uma visão mais consciente da minha ação social enquanto pessoa e professora.

Dedico com amor, esse trabalho, aos meus familiares. Aos meus pais, esposo, filhos, irmãos, ao meu irmão Sidney (in memoriam) e em especial a minha filha Gabriela, participe ativa desse momento.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi construído através de um processo contínuo de interação. Portanto, primeiramente, agradeço ao aluno Leonardo, pessoa classificada com deficiência visual, por ter me permitido ver as diversas concepções de mundo que permeiam e extrapolam a prática pedagógica no universo da sala de aula. A outra face do olhar, apresentada pelo aluno, despertou, em mim, uma visão mais consciente da minha ação social enquanto pessoa e professora. Agradeço a minha orientadora prof^a. Dr^a. Mércia Rejane Rangel Batista, pela serenidade em conduzir os nossos estudos e me permitir a liberdade de pensar.

Agradeço, também, ao Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba, a Universidade Federal de Campina Grande, Campus de Campina Grande, Centro de Humanidades, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PPGCS e à Fundação Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência, pela compreensão, pelo apoio e respeito à pesquisa.

Agradeço a todos os profissionais e usuários da Fundação Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência, pelo envolvimento com a pesquisa, pelos espaços oportunizados e pelos diálogos estabelecidos. A todos que se disponibilizaram a participar da pesquisa, possibilitando a concretização do estudo proposto. Em especial a Idalina, interlocutora deste processo, e a Rosa, Palmira, Claudia e Luiz, pessoas com quem interagi cotidianamente.

Meu respeitoso agradecimento à banca de qualificação, na pessoa da professora Ramonildes e do professor Gabriel, pela significativa contribuição dada ao trabalho a partir de suas observações.

Agradeço aos meus amigos de turma que trilharam comigo esse percurso.

Por fim, agradeço, especialmente, a minha família que se colocou durante todo o percurso da pesquisa como o meu lastro, o meu sossego e a minha paz. Ao meu Marido pelo constante encorajamento. A minha mãe e ao meu pai pelo amor e a serenidade em me incentivar. Aos meus irmãos pelo companheirismo e a presença constante. Aos meus filhos, pelo o amor e a paciência. E, em especial, a minha filha, pelo diálogo e o coleguismo.

RESUMO

Este trabalho objetiva analisar a classificação pessoa com deficiência e os mecanismos de inclusão/exclusão social em relação ao mercado de trabalho no âmbito da Fundação de Apoio à Pessoa Portadora de Deficiência (FUNAD), localizada em João Pessoa, Paraíba. Investigação dos mecanismos que produzem o outro tipificado deficiente, através da pesquisa qualitativa do tipo exploratória com o predomínio de técnicas analíticas de trabalho de campo etnográfico, insere-se no bojo da discussão sobre a problemática da inclusão/exclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho e apresenta elementos de reflexão sobre a classificação, a qualificação e a inclusão/exclusão no mercado de trabalho, considerando o olhar daquele que se constitui como pessoa com deficiência na sua relação com o outro, dentro da lógica inclusiva, atual. A maioria dos empresários tende a não contratação da pessoa com deficiência pela justificativa de não serem qualificados. Entender quais são os elementos que qualificam uma pessoa para o trabalho é outro aspecto analisado. O objeto de estudo delimitou-se a partir da seguinte questão: que instrumentos sociais a tornam/classificam uma pessoa como uma pessoa com deficiência? Delimitaram-se as possíveis hipóteses da investigação: a pessoa com deficiência é um ser produzido a partir de aspectos sociais simbólicos e/ou/também: o trabalho articula elementos simbólicos de atribuições sociais constitutivas da identidade através da relação estruturante entre classificação, organização, localização social, forças produtivas, desempenho, produção e deficiência. Definiu-se como premissa de análise que os processos sociais de interação simbólica produzem a categoria pessoa com deficiência através de mecanismos sociais de classificação e hierarquização. Para tanto, a pesquisa se apresenta com base nos seguintes pressupostos: o conhecimento sobre a pessoa com deficiência compreende um ato temporal, histórico e político; o corpo se constitui através da relação entre saber e poder; entende-se que no contexto capitalista moderno a categoria pessoa com deficiência passa a ser compreendida através de atos de Estado e a existência da categoria pessoa com deficiência tem uma estreita relação com a produção da própria vida material. A fundamentação teórica tem como base o conceito de poder simbólico de Bourdieu que permite através das categorias de análise compreender o objeto de estudo. De acordo com a pesquisa os mecanismos históricos de classificação atrelados aos processos de controle e disciplina do corpo, a partir dos meios de produção da existência, atuam como ferramentas sociais estruturantes da categoria pessoa com deficiência.

Palavras-chave: Pessoa com deficiência; inclusão; classificação; qualificação; trabalho.

ABSTRACT

This study aims to analyze the classification of people with disabilities and mechanisms of social inclusion / exclusion in relation to the labor market within the framework of the Foundation for Support to Persons with Disabilities (FUNAD), located in João Pessoa, Paraíba. Investigation of the mechanisms that produce the other typified deficient, through qualitative research of the exploratory type with the predominance of analytical techniques of ethnographic field work, is part of the discussion about the problem of inclusion / exclusion of the person with disability in the market of work and presents elements of reflection on classification, qualification and inclusion / exclusion in the labor market, considering the view of the one who constitutes as a person with disability in their relationship with the other, within the current, inclusive logic. Most entrepreneurs tend not to hire a disabled person on the grounds that they are not qualified. Understanding the elements that qualify a person for work is another aspect analyzed. The object of study is delimited by the following question: what social instruments make it / classify a person as a person with a disability? The possible hypotheses of the research were delimited: the person with the disability is a being produced from symbolic social aspects and / or: also the work articulates symbolic elements of social attributions constitutive of identity through the structuring relationship between classification, organization, location social, productive forces, performance, production and disability. It was defined as a premise of analysis that the social processes of symbolic interaction produce the category person with disability through social mechanisms of classification and hierarchy. To do so, the research presents itself based on the following assumptions: knowledge about the person with disability comprises a temporal, historical and political act; the body is constituted through the relation between knowledge and power; it is understood that in the modern capitalist context the category of persons with disabilities is now understood through State acts and the existence of the category of persons with disabilities has a close relationship with the production of one's material life. The theoretical foundation is based on the concept of symbolic power of Bourdieu that allows through the categories of analysis to understand the object of study. According to the research, the historical mechanisms of classification linked to the processes of control and discipline of the body, from the means of production of existence, act as structuring social tools of the disabled person category.

Key words: Disabled person; inclusion; ranking; qualification; job.

RÉSUMÉ

Ce travail a pour but d'analyser la classification « personne handicapée » et les dispositifs d'inclusion/exclusion sociale en ce qui concerne au marché du travail au sein de la Fundação de Apoio à Pessoa Portadora de Deficiência (Fondation d'appui à la personne handicapée), FUNAD, adressée à João Pessoa, à l'État de Paraíba. Il s'agit d'une enquête sur les dispositifs produisant l'autrui en tant que handicapé à travers une recherche qualitative du type exploratoire avec prédominance des techniques analytiques de travail de champ ethnographique. Cette recherche s'inscrit dans le domaine de la discussion sur la problématique d'inclusion/exclusion de la personne handicapée au/du marché de travail et elle présente des éléments de réflexion sur la classification, la qualification et l'inclusion au/exclusion du marché de travail, en considérant le regard de celui qui se constitue en tant que personne handicapée dans sa relation avec l'autrui, dans la logique inclusive actuelle. La majorité des entrepreneurs ont une tendance à ne pas embaucher les personnes handicapées sur la justification de que celles ne sont pas qualifiées. Comprendre les éléments qui qualifient une personne pour le travail, c'est un autre aspect analysé. On a délimité l'objet d'étude à partir de la question suivante : quels dispositifs sociaux rendent/classifient une personne comme handicapée ? On a délimité les hypothèses possibles de l'enquête comme se suit : la personne handicapée est un être produit à partir des aspects sociaux symboliques ; et/ou/ aussi, le travail articule des éléments symboliques d'attributions sociales constitutives de l'identité par la relation structurante entre la classification, l'organisation, la localisation sociale, les forces de production, la performance, la production et le handicap. On a défini comme principe d'analyse que les processus sociaux d'interaction symbolique produisent la catégorie « personne handicapée » à travers des dispositifs sociaux de classification et hiérarchisation. Pour cela, la recherche se présente basée sur les postulats suivants : la connaissance sur la personne handicapée couvre un acte temporel, historique et politique ; le corps se constitue par la relation entre le savoir et le pouvoir ; on comprend que dans le contexte capitaliste moderne la catégorie « personne handicapée » passe à être comprise à travers les actes de l'État ; et, l'existence de la catégorie « personne handicapée » a une relation étroite avec la production de la propre vie matérielle. Les fondements théoriques sont basés sur le concept de pouvoir symbolique de Bourdieu qui permet de comprendre l'objet d'étude à travers les catégories d'analyse. D'après la recherche, les dispositifs historiques de classification liés aux processus de contrôle et de discipline du corps fonctionnent comme des outils sociaux structurants de la catégorie « personne handicapée » à partir des moyens de production de l'existence.

Mots-clés

Personne handicapée; inclusion; classification; qualification; travail.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - JOGADORES DE BOCHA	44
FIGURA 2 - JOGO DE BOCHA	45
FIGURA 3- A RAMPA	47
FIGURA 4 - SEMINÁRIO DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA INCLUSÃO, DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO.	53
FIGURA 5 - OFICINA DE DESENHO	54
FIGURA 6 - DIA D DA EMPREGABILIDADE	55
FIGURA 7 - ORGANOGRAMA DA FUNAD	64
FIGURA 8 - ORGANOGRAMA DA FUNAD – DIRETORIA TÉCNICA.....	65
FIGURA 9 - LAUDO MÉDICO	67

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - ORIGEM DA DEFICIÊNCIA SEGUNDO OS HOMENS PESQUISADOS	142
GRÁFICO 2 - ORIGEM DA DEFICIÊNCIA SEGUNDO AS MULHERES PESQUISADAS	143
GRÁFICO 4 - RENDA FAMILIAR DAS MULHERES.....	167
GRÁFICO 5 - RENDA FAMILIAR DOS HOMENS	168
GRÁFICO 6 - INSERIDOS NO MERCADO 2015.....	169
GRÁFICO 7 - PERCENTUAL DE COLOCAÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO A PARTIR DO TIPO DE DEFICIÊNCIA.....	174
GRÁFICO 8 - PERCENTUAL DE COLOCAÇÃO DOS HOMENS NO MERCADO, A PARTIR DO TIPO DE DEFICIÊNCIA.....	174

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS PESQUISADOS	72
TABELA 2 - INSERIDOS NO MERCADO DE TRABALHO.....	169
TABELA 3 - COLOCAÇÃO NO MERCADO POR TIPO DE DEFICIÊNCIA	173

LISTA DE ABREVIATURAS E/OU SIGLAS

APAE-Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CEFETs - Centros Federais de Educação Tecnológica

CID-10 - Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas relacionados à Saúde

CIF - Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde

CORPU - Coordenadoria de treinamento, produção e colocação profissional

BPC - Benefício de Prestação Continuada

ETF-PB - Escola Técnica Federal da Paraíba

IBCT- Instituto Brasileiro de informação em Ciência e Tecnologia

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFPB - Instituto de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

FUNAD- Fundação Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMS - Organização Mundial da Saúde

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PCDIL- Pessoas com Deficiência Intelectual Leve

SERFI- Serviço Especializado de Reabilitação Física

SERVI- Serviço Especializado de Reabilitação da Pessoa com Deficiência Visual

SERA- Serviço especializado de reabilitação auditiva

SERI- Serviço especializado de reabilitação intelectual

RAIS-Relação Anual de Informações Sociais

SRTE - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 - ABORDAGEM METODOLÓGICA	22
1.1 Aproximação com o objeto de estudo	23
1.1.1 O lugar da problematização: o Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba	28
1.1.2 O olhar do aluno pessoa com deficiência.....	35
1.1.3 A perspectiva teórica: as produções em torno da problemática	39
1.2 Entrada na unidade de estudo: dialogando com o campo.....	42
1. 2.1. Os interlocutores	52
1.2.2 Unidade de Estudo: FUNAD.....	57
1.2.3 Estrutura organizacional.....	63
1.3 Sujeitos de estudo: a pessoa classificada pessoa com deficiência.....	70
1.3.1 Dados da escolaridade dos pesquisados FUNAD ano 2015.....	71
1.3.2 Unidade de análise	75
CAPÍTULO 2 - A PESSOA COM DEFICIÊNCIA: UM SER PRODUZIDO A PARTIR DE ASPECTOS SOCIAIS SIMBÓLICOS	79
2.1 Da concepção biológica à concepção cristã	82
2.2 Pessoa com Deficiência no Contexto Brasileiro: do Desvalido ao Degenerado	88
2.3. Do degenerado ao anormal: a segregação eugênica.....	92
2.4. Do anormal à pessoa com deficiência: a organização científica do trabalho	98
2.5 A inclusão capitalista neoliberal	103
2.5 O cotidiano da escola inclusiva: desqualificação ou deficiência?.....	106
CAPÍTULO 3 - CATEGORIA PESSOA COM DEFICIÊNCIA MECANISMOS DE INCLUSÃO/EXCLUSÃO: A CLASSIFICAÇÃO	119
3. 1 A inclusão na categoria pessoa com deficiência: mecanismos de classificação	122
3.1.1 O campo familiar.....	123
3.1.2. Do diagnóstico ao pertencimento a categoria pessoa com deficiência.....	127

3.1.3 O laudo como identificador.....	133
3.1.4 A pessoa classificada pessoa com deficiência: uma categoria homogênea?.....	140
CAPÍTULO 4 - A PESSOA CLASSIFICADA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: DA CLASSIFICAÇÃO AOS MECANISMOS DE INCLUSÃO/EXCLUSÃO NO MERCADO DE TRABALHO	155
4.1 Entre a classificação e o mercado de trabalho.....	157
4.2 Aspectos empíricos da relação Laudo e Lei de Cotas segundo a pesquisa	159
4.3 Vagas oferecidas pelas empresas de acordo com a FUNAD	165
4.4. Os mecanismos de engajamento no trabalho	173
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	185
REFERÊNCIAS	191
APÊNDICE A- TERMO DE CONSENTIMENTO DE ENTREVISTA.....	200
APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	201
ANEXO I- CERTIFICADO DO CURSO BIOPSIKOPEDAGÓGICO.....	203

INTRODUÇÃO

Esta tese, através de situações de pesquisa, procura apresentar, discutir e problematizar a classificação pessoa com deficiência de forma sistematizada, como resultado da pesquisa realizada para a conclusão do doutorado, através do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal de Campina Grande, abordando a problemática da classificação pessoa com deficiência e os mecanismos de inclusão/exclusão social em relação ao mercado de trabalho.

O percurso da problematização que resultou no trabalho de pesquisa, o qual passa a ser apresentado, foi concebido a partir das inquietações, enquanto professora, dentro do campo da formação profissional, no Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB). Tal problemática começa a se delinear através do cotidiano vivido a partir da política da inclusão do dito pessoa com deficiência nesse universo. Nesse cenário, a formação profissional se coloca como um mecanismo de inclusão social. Aspecto que tem sido evidente, também, em boa parte do mundo como em países europeus, anglo-saxônicos, ibero-americanos e na América Latina (SEMPERTEGUI, 2015).

O Brasil, com base na Convenção da Organização Internacional do Trabalho - OIT, sobre Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes, concluída em Genebra, em 1º de junho de 1983, articulou-se com as discussões mundiais e adotou medidas na administração pública que estão sendo colocadas em prática, em termos de inserção no mercado de trabalho da pessoa classificada com deficiência. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU, 2012), nos países em desenvolvimento, 90% das crianças com deficiência não frequentam a escola. Em meados da década de 1990, no Brasil, começaram as discussões em torno do novo modelo de atendimento escolar, denominado inclusão escolar. No Brasil, de acordo com o INEP, 2016, 57,8% das escolas brasileiras têm alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades, todos incluídos em classes comuns.

Em termos populacionais, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU, 2012), aproximadamente 10% da população mundial, cerca de 650 milhões de pessoas, vivem com algum tipo de deficiência, sendo poucos, em relação ao total de pessoas no mundo inteiro e, cerca de 80% dessas pessoas vivem em países em desenvolvimento. Entre as pessoas mais pobres do mundo, 20% têm algum tipo de deficiência. Situação igual é apresentada pelos brasileiros, no que diz respeito às pessoas classificadas com deficiências. Segundo os dados do - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010)¹, 45.606.048 milhões de pessoas declararam ter pelo menos um tipo de deficiência, correspondendo a 23,9% da população brasileira.

Entretanto, de acordo com os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS/2014²) dos 49.571.510,00 trabalhadores que ocuparam o mercado de trabalho, apenas 381.322,00 eram pessoas com deficiência. Na Paraíba, dos 679.180 trabalhadores que ocuparam as vagas do mercado de trabalho, 4.526 eram deficientes. A maior parte das vagas, 674.654, foi ocupada por pessoas que não eram deficientes. Grande parte dos empresários tende a justificar a não contratação da pessoa com deficiência, pelo fato de não serem qualificados. Nesse cenário, a qualificação profissional passa a ser entendida como um instrumento que produz a inclusão.

Nesse sentido, esta pesquisa surgiu da necessidade de ampliação do olhar sobre a problemática da inclusão/exclusão vivenciada no contexto escolar de formação profissional, tendo, portanto, o objeto delineado através dos limites do questionamento que se estabeleceu, inicialmente, a partir do novo cenário, mediado pela política da inclusão.

No percurso da pesquisa, ficou perceptível que, analisar os mecanismos que classificam uma pessoa como indivíduo com deficiência, seria fundamental neste estudo para a compreensão da lógica inclusiva, atual. Para tanto, o lugar de análise precisou extrapolar os

¹ Fonte: IBGE 2010. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=794>>. Acesso em: maio/2017.

² Fonte: RAIS/2013 - MTE Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE BRASIL - Número de Pessoas com Deficiência por Tipo Segundo Nível Geográfico. Disponível em: <<http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080814F4D225D014FB2490DFB6D67/consolidado%20tabelas%20total.pdf>>.

A RAIS foi instituída pelo **DECRETO Nº 76.900, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1975** como um instrumento de coleta de dados a ser preenchida pelas empresas, contendo elementos destinados a suprir as necessidades de controle, estatística e informações das entidades governamentais da área social. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D76900.htm. Acesso em junho 2018.

limites do cotidiano escolar, de maneira que se definiu como lugar de pesquisa a Fundação de Apoio a Pessoa Portadora de Deficiência (FUNAD)³. A partir de uma microanálise e do estudo de casos múltiplos, foi efetivado o trabalho de campo etnográfico que teve como objetivo geral da pesquisa, aqui desenvolvida, o de analisar a classificação pessoa com deficiência e os mecanismos de inclusão/exclusão social em relação ao mercado de trabalho.

Para atingir o objetivo proposto, o trabalho de tese se desenvolveu a partir de objetivos específicos que orientaram o desenvolvimento de cada capítulo. Portanto, o trabalho apresenta quatro capítulos norteados pelos seguintes questionamentos: O que torna a pessoa deficiente ou melhor que instrumentos sociais tornam uma pessoa com deficiência? Formularam-se, portanto, outros questionamentos que são necessários à compreensão da temática: Quem define o ser deficiente? Quais os mecanismos utilizados para tal definição? Quem é a pessoa com deficiência? Como ela se constitui? Com quem a pessoa tida pessoa com deficiência interage para assim se identificar e se definir? Qual o percurso social de constituição dessa classificação? Quais são os aspectos simbólicos da interação face a face que em uma prática cotidiana define quem é ou não pertencente à categoria pessoa com deficiência? Deficiência uma condição física individual ou uma imposição social?

Para tanto, a tese se apresenta com base nos seguintes pressupostos: o primeiro pressuposto é de que a classificação, pessoa com deficiência, organiza-se a partir da lógica da diferença, da distinção, estruturados com base nos mecanismos de categorização e localização social dentro de um campo (BOURDIEU, 2003).

O campo se particulariza, pois, como um espaço onde se manifestam relações de poder, o que implica afirmar que ele se estrutura a partir da distribuição desigual de um *quantum* social que determina a posição que um agente específico ocupa em seu seio. Bourdieu denominou esse quanto de “capital social”. (ORTIZ, 1983, p.21)

O segundo pressuposto é “que não há conhecimento sobre o Outro que não seja também um ato temporal, histórico, político”. (JOHANNES, 2013, p.40)⁴. Dentro da perspectiva de evolução histórico-social, buscou-se o reconhecimento das condições temporais, histórica, política e econômica de autojustificação de uma condição dita como

³ No decorrer do trabalho utilizarei a sigla FUNAD ao me referir à Fundação de Apoio a Pessoa Portadora de Deficiência.

⁴ FABIAN, J. O Tempo e o Outro: como a antropologia estabelece seu objeto. Tradução de Denise Jardim Duarte. Petrópolis, RJ.Vozes,2013.

natural. Para tanto, foi situada a discussão da constituição da categoria, pessoa com deficiência, desde o modo de produção primitivo, até o modo de produção capitalista moderno. Logo, de início, apresenta-se a constituição histórica da categoria, pessoa com deficiência, como uma das formas explicativas. Em seguida, busca-se responder a problemática a partir de uma perspectiva empírica que leva em consideração o olhar daquele que se constitui como pessoa com deficiência na sua relação com o outro.

O terceiro pressuposto parte do princípio de que o corpo se constitui através de uma “anatomia política” e uma “mecânica de poder”. A anatomia política deve ser compreendida como uma multiplicidade de processos que se distinguem segundo o campo de aplicação. Cada campo atua como instituições disciplinares que através da articulação entre uma mecânica de poder e uma técnica de saber definem um modo de investimento político do corpo (FOUCAULT, 2014).

[...] Uma “anatomia política”, que é também igualmente “uma mecânica de poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que quer, mas que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos de utilidade e diminui essa mesma força (em termos políticos de obediência). (FOUCAULT, *ibid*, p.22).

No quarto pressuposto, entende-se que no contexto capitalista moderno, a classificação pode ser compreendida através de atos de Estado.⁵

“[...] isto é, atos políticos com pretensões a ter efeito no mundo social. Há uma política reconhecida como legítima, quando nada porque ninguém questiona a possibilidade de fazer de outra maneira, e porque não é questionada. Esses atos políticos legítimos devem sua eficácia à sua legitimidade e à crença na existência do princípio que os fundamenta”. (BOURDIEU, 2014, p. 38-39).⁶

⁵ O Estado é a ilusão bem fundamentada, esse lugar que existe porque se acredita que ele existe. Essa realidade ilusória, mas coletivamente validada pelo consenso, é o lugar para o qual somos remetidos quando regredimos a partir de certo número de fenômenos- diplomas escolares, títulos profissionais ou calendário. De regressão em regressão, chegamos a um lugar que é fundador de tudo isso. Essa realidade misteriosa existe pelo efeito da crença coletiva em sua existência, que é o princípio desses efeitos. BOURDIEU, Pierre. Sobre o Estado: Cursos no College de France (1998-92). São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p.38-39.

⁶ *Ibidem*, p.60.

Logo, o quarto pressuposto parte do princípio de que a existência da categoria pessoa com deficiência tem uma estreita relação com a produção da própria vida material. Uma produção no sentido de construção do outro como resultante das formas de produção.

De acordo com os pressupostos apresentados, a constituição da categoria pessoa com deficiência evidencia uma estreita relação entre o corpo, as forças produtivas e os modos de produção históricos. Nesse sentido, as forças produtivas, sejam elas intelectuais ou materiais, articuladas ao modo de produção da existência, são constitutivas do sujeito pessoa com deficiência. Compreende-se que a constituição histórica da categoria pessoa com deficiência tem, em si, um sentido de universalidade que é apenas uma forma ilusória de coletividade.

Com base nos pressupostos apresentados, o primeiro capítulo teve como objetivo apresentar o percurso de aproximação com objeto de pesquisa, abordando a questão metodológica. Quanto ao aspecto metodológico, na pesquisa aqui proposta, a Antropologia permite, através de suas técnicas e metodologias, uma inserção no campo de estudo da classificação e dos mecanismos de inclusão/exclusão social da pessoa tida pessoa com deficiência. Destacam-se, nesse capítulo, a construção do objeto, sua problematização e sistematização teórica, as suas especificações empíricas, cuja representatividade será entendida a partir da perspectiva dos autores em todas as suas práticas e compreensões, dentro do universo de assistência à pessoa com deficiência, tendo como unidade de estudo a FUNAD e sujeitos de estudo, as pessoas usuárias da mesma, classificadas como pessoa com deficiência.

O segundo capítulo intitulado: “A pessoa com deficiência é um ser produzido a partir de aspectos sociais simbólicos” teve como objetivo identificar os mecanismos simbólicos que tornaram possíveis a sua existência. Para tanto, buscou-se compreender a origem dessa categoria, sua constituição e sua permanência no universo social, a partir do jogo da organização social, mediado por concepção de mundo, estruturada por campos de saberes e uma ordem de poder. Compreende a perspectiva moral de sua constituição, a perspectiva normativa, as estruturas, as relações intersubjetivas e o poder simbólico dos mecanismos de classificação que localizam determinadas pessoas na categoria, pessoa com deficiência, ao longo da história. Analisaram-se os mecanismos sociais inscritos em diversas concepções de mundo que tenderam a classificar e localizar as pessoas, dentro de uma ordem de poder que é histórica, econômica, política e social. Para captar o seu significado histórico, o que se procura compreender, inicialmente, é como essa categoria foi se constituindo socialmente. A análise compreende a perspectiva moral de sua constituição e as relações intersubjetivas que

se estabelecem a partir de simbolismos sociais que localizam determinadas pessoas na categoria, pessoa com deficiência, ao longo da história. Analisar a origem dessa categoria, sua constituição e sua permanência no universo social, possibilitou compreender o sentido da produção da deficiência no jogo de organização social, atualmente.

A partir do terceiro capítulo, há um diálogo com a pesquisa empírica no sentido de explorar a constituição do ser deficiente através dos processos e dos mecanismos de inclusão/exclusão na categoria a partir do cotidiano da FUNAD. Analisou-se a categoria pessoa com deficiência, a partir dos processos de categorização social, mediada por relações simbólicas intersubjetivas presentes no campo da família, da ação médica e do mercado de trabalho. Nesse capítulo, buscou-se identificar as relações institucionalizadas dos sujeitos entre si. Para tanto, averiguou-se em que momento da vida, a pessoa passa a se reconhecer e ser reconhecida socialmente como uma pessoa com deficiência, quem produz a classificação e quem é produzido por esta classificação, atualmente. Sobre quem produz o classificador, pessoa com deficiência, analisou-se qual o campo tem o mérito para definir que uma pessoa é pertencente a essa categoria.

O quarto capítulo teve como objetivo evidenciar o campo de trabalho abordando os mecanismos que tipificam as pessoas como qualificadas. Esse campo, mesmo não tendo o mérito para categorizar a pessoa como uma pessoa com deficiência, contribui no sentido da construção das tipificações de padrões que tornam possível o pertencimento a essa categoria. Dentro de uma microanálise, com base em entrevistas e narrativas sobre o cotidiano de engajamento nas empresas, buscaram-se analisar os mecanismos de inclusão/exclusão que produzem o padrão de qualificação e de deficiência. As situações estabelecidas, no processo de interação, que fazem parte do engajamento no campo de trabalho, mostram os padrões de reconhecimento partilhados em comum, submetidos às limitações normativas e ao direito garantido aos sujeitos. Logo, a classificação entra em consonância com as exigências técnicas da qualificação, estruturando as relações intersubjetivas e atuando sobre a formação coletiva da identidade social da pessoa tida pessoa com deficiência. Esses aspectos serão apresentados dentro da perspectiva empírica, através das narrativas das pessoas com deficiência e das pessoas que com elas interagem dentro do campo do trabalho.

De acordo com Bourdieu (2003), a história objetivada, institucionalizada apresenta-se como cerimônias por meio dos quais os agentes desempenham papéis. O corpo seria, portanto, uma veste habitada por certo *habitus*. Dessa forma, estariam as pessoas tidas pessoas

com deficiência constituídas de um ser social marcado por muitos sinais que conferem a esse agente um capital simbólico.

Em suma, é preciso analisar os mecanismos sociais de classificação e definição do ser deficiente, bem como os processos de interação simbólica que situa a pessoa, assim classificada em uma determinada hierarquia social. Este trabalho procura construir um aporte necessário para essa reflexão. Para tanto, o título desta tese se estrutura com base na perspectiva dos informantes e dos elementos que atuam como eixos de discussão. “Tirando certas limitações, eu me vejo uma pessoa normal”, apoiada na afirmação feita por um dos entrevistados, questiona-se qual o limite que define quem pertence à categoria pessoa com deficiência. Para compreender os limites, determinou-se o estudo da categoria pessoa com deficiência, a começar da classificação dos mecanismos de inclusão/exclusão social e o mercado de trabalho, abordando a relação entre a classificação e a qualificação como ferramentas estruturantes da categoria pessoa com deficiência. A análise dessa relação permitiu desvelar o jogo através do qual o campo pensado e dito como capaz de incluir no mercado de trabalho é o mesmo que vai marcar esse indivíduo na condição de uma pessoa com deficiência.

CAPÍTULO 1 - ABORDAGEM METODOLÓGICA

Neste estudo, compreende-se que a realidade empírica e a referência teórica não possuem qualquer relação mecânica entre elas. Isso obriga a ser feito um esforço de reflexão constante para se questionar as categorias analíticas, reformulando-as e ressignificando as suas explicações (GUBER, 2004). Dessa forma, a construção do objeto de pesquisa, aqui proposto, sintetiza a epistemologia das Ciências Sociais com a abordagem metodológica na Antropologia Social. O objeto proposto para estudo está ligado a um sistema de relações construídas por referência à significação epistemológica do tratamento a que será submetido, pelas técnicas escolhidas, o objeto e a significação teórica das questões que se pretende formular ao objeto ao qual são aplicadas (BOURDIEU, 2004).

Na Antropologia Social, o fundamento teórico-epistemológico é a diversidade, estando sua riqueza em compreender o cotidiano que muitas vezes é entendido como óbvio e racional. Nesse caso, a Antropologia possibilita se ater em aspectos que outras disciplinas passam por alto, ao investigar os estranhos, a diversidade. No caso desta pesquisa, o trabalho de campo compreende a inserção direta do pesquisador na realidade. A inserção não é de forma passiva, já que a mediação estabelecida entre o mundo social e teórico indica uma posição do pesquisador no campo. Os seus mecanismos metodológicos proporcionam a aproximação ao mundo, a partir dos seus próprios autores. Logo, neste estudo, a perspectiva do protagonista é um forte pilar a ser considerado. Dentro dessa perspectiva teórica, a visão do autor é a única maneira de resgatar o mundo social como alteridade de uma familiaridade aparentemente, previsível, mediante uma interlocução com o mundo teórico e o sentido que imprime o investigador ao explorar o mundo social.

A produção do conhecimento, através do trabalho de campo, técnica da Antropologia, permite explicar através dos seus protagonistas como se dá a inclusão/exclusão da pessoa que possui deficiência em uma categoria que engloba a deficiência. Por certo, a pesquisa objetiva em compreender o modo como a orientação da ação cotidiana de agentes individuais em interação configura a classificação e se materializa nos processos de inclusão/exclusão no mercado de trabalho. Assim, a pesquisa não se concretiza a partir de decisões individuais e unilaterais do investigador, sendo necessária a ativa participação e os acordos dos sujeitos que serão investigados. (GUBER, 2004).

Para tanto, as técnicas antropológicas, do *trabalho de campo*, constituem a base para um trabalho sistemático, com procedimentos que compreendem determinados critérios, sendo prioritário, vincular problematicamente a perspectiva do investigador à perspectiva dos atores. Nesta pesquisa de campo, esta relação assume a forma de técnicas de obtenção de informação.

A teoria e o sentido comum se expressam em situações concretas e individuais e configuram o aparato cognitivo do investigador. Quanto ao diálogo com o empírico, inicialmente se dá a partir da vivência do pesquisador como professora dentro do campo educacional, de onde as inquietações surgiram.

Portanto, o objeto de estudo se delinea através dos limites do questionamento que se estabelece com a realidade, o diálogo entre as teorias, que estão expressas como referencial teórico e analítico e a perspectiva dos informantes que vivenciam o real. Assim, o que se busca é uma postura de reflexão constante entre os vários elementos citados.

Na perspectiva antropológica apresentada como fundamento para o processo de pesquisa, cabe ao investigador aprender a ver e escutar. A apropriação dessa técnica exige do estudioso um processo gradual e necessário para se ampliar a visão, a sensibilidade de perceptiva às surpresas e perplexidades, assim como abrir os sentidos, relativizando certezas, dando entrada a novas definições e perspectivas. (GUBER, 2004). Compreendendo as ferramentas necessárias à investigação, apresenta-se o processo de aproximação com o objeto de estudo.

1.1 Aproximação com o objeto de estudo

A produção de um determinado objeto depende do olhar, do lugar de observação e os instrumentos através dos quais se torna possível perceber a realidade. Parafraseando Foucault⁷, em seu livro: *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*, “Entre a fina ponta do pincel e o gume do olhar, o espetáculo vai liberar o seu volume”. O olhar necessariamente implica uma posição. Nesse sentido, a percepção do objeto retrata um quadro de significado que compreende o campo, os instrumentos e os mecanismos de construção do espetáculo. O espetáculo, enquanto realidade, presente nas cenas do cotidiano,

⁷ FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução Salma Tannus Muchail. 2ª ed. São Paulo Martins Fontes, 1981, p.19.

retrata diversas faces do objeto, que ora são vistas e que ora são submersas pelo limite da percepção. Portanto, deslocar o olhar é um exercício necessário à compreensão do contexto de significado do objeto aqui proposto.

Primeiramente, o olhar está nos limites de um campo e quando se tenta delimitar *o campo*, torna-se necessário questionar sobre o que é o campo, como é concebido e quais são os seus limites. Ao fazer tais questionamentos, há referência a dois aspectos fundamentais para a sua compreensão: o ambiente físico “*unidade de estudo*” e os “*sujeitos de estudo na unidade de análise*” que dialogam com a concepção do pesquisador, as concepções teóricas, empregadas e o objeto proposto para estudo. É, portanto, sobre essa perspectiva que repousa o trabalho, aqui proposto.

De certo, é dentro desse entendimento que se apresenta, inicialmente, o olhar da pesquisadora, enquanto professora, sobre a realidade da pessoa classificada pessoa com deficiência, dentro do universo da profissionalização. O lugar inicial de problematização teve como base o Instituto de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB). Esse universo, inicialmente, foi constituído pelo olhar da pesquisadora, somado ao dos seus pares e a do aluno, tido como pessoa com deficiência, no campo da qualificação.

O percurso da problematização que resultou no trabalho de pesquisa que passa a ser apresentado foi concebido a partir das inquietações, enquanto professora, dentro do campo da formação profissional, no Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB). Tal problemática começa a se delinear através do cotidiano vivido a partir da inclusão do dito pessoa com deficiência nesse universo.

Durante uma trajetória de vinte e cinco anos de experiência no magistério, iniciada, desde 1985. Período em que atuava no magistério, como auxiliar de professora, observa-se a existência de trajetórias distintas para os ditos normais e os ditos deficientes. Em 1994 o cenário se modifica, ao prestar concurso para Magistério no cargo de professor da disciplina polivalente, com lotação na Secretaria da Educação e Cultura com exercício na cidade de João Pessoa. Em 1997, por transferência de escola, deu-se o encaminhamento pela diretora da escola para atuar como professora na sala de educação especial. Essa foi a primeira experiência com pessoas classificadas pessoas com deficiência.

Em razão da atividade em sala de aula, na época, a FUNAD foi indicada por pedagogos e a diretora da escola, para tentar minimizar algumas dificuldades de

aprendizagem com um aluno classificado surdo. Na ocasião, por orientação da FUNAD, os pais do aluno foram informados a procurar uma escola que atendesse deficientes auditivos, pois, só lá, ele poderia ser alfabetizado. Naquele momento, no período de 31 de março a 11 de abril de 1997, a FUNAD ofereceu um curso de 80 horas, intitulado curso de desenvolvimento infantil: “uma abordagem biopsicopedagógica” (Ver anexo I). Com o desenvolvimento da pesquisa, ficaram evidentes quais as percepções de mundo que respaldavam o saber-fazer pedagógico naquele momento.

Não apenas o saber-fazer se impõe, as estruturas também. Foram vinte e cinco anos, como professora: do ensino fundamental da rede particular foram 6 anos e 6 meses de atividade; da rede municipal de ensino, como professora concursada, foram 6 anos e 3 meses e na rede estadual foram 7 anos e 8 meses. No ensino superior foram dois anos como professora substituta, no curso de Pedagogia e como professora efetiva, da rede Federal, 18 anos de experiência. inicialmente, lecionando no ensino médio, técnico, tecnológico e atualmente no curso de licenciatura. Durante toda essa trajetória profissional, a relação com pessoas classificadas *pessoas com deficiência* no campo educacional, só se estabeleceu em salas de educação especial e, atualmente, no curso de licenciatura. Portanto, no momento em que a pessoa dita pessoa com deficiência passa a ser vista no campo de olhar da qualificação, como no Instituto de Educação Ciência e Tecnologia, muitos educadores passaram a questionar se esse é o lugar desse segmento populacional.

No cotidiano da instituição, outras cenas como a turma separada em grupos, reuniões para debater a permanência do aluno no curso, opiniões sobre a necessidade de aspectos didáticos metodológicos que não estavam acessíveis para os professores, faziam parte do cotidiano da instituição. Parecia, naquele momento, que o aspecto pedagógico seria o remédio para todos os males. Sobre o aspecto pedagógico, alguns professores conseguiam o “grande intento de ensinar o aluno com deficiência”. Naquele momento, parecia ter atingido um feito incrível, já que na literatura não havia, em abundância, estudos de procedimentos metodológicos que alicerçasse a prática docente, nesse sentido.

O novo cenário, mediado pela política da inclusão, que se configurava naquele momento, trazia, em si, o desafio da entrada e permanência da pessoa classificada pessoa com deficiência, em uma instituição que tem como papel social, a formação de profissionais para o mercado de trabalho, há mais de cem anos. Essa realidade passava a descortinar um *modus operandi* da prática pedagógica que tem estreita articulação com a concepção de mundo, o

contexto histórico, político, econômico e social. A prática que mais tarde, com o caminhar da pesquisa, ficou perceptível uma prática com sentido normalizador.

Portanto, repensar a prática não é ir só em busca de uma aparelhagem voltada para procedimentos didáticos pedagógicos, mas é ir bem além. É preciso compreender o mundo de significados que alicerçam as práticas e, só a partir de tal compreensão, é que se torna possível repensá-las e redimensioná-las. A necessidade de compreensão da realidade exige a compreensão dos mecanismos que estruturam as relações dentro de um campo. Isso exige observar as regras e normas da vida que são carregadas de valor simbólico. Descortinar o que é fixo e o que se modifica, permite apreender a materialidade da inclusão/exclusão praticada nos diversos espaços sociais. Nesse sentido, toda estrutura do campo está inscrita no ser humano e se materializa através de suas ações.

Associada à prática do magistério, outra experiência enriqueceu a construção da problemática que gira entorno dos processos de produção de inclusão/exclusão da pessoa classificada pessoa com deficiência. No segundo semestre do doutorado, acometida de um problema na coluna, com a impossibilidade de caminhar por longos dias, subir escadas, dirigir e até ficar sentada, fiquei com dificuldade de acesso à sala de aula.

Com a impossibilitada de subir degraus, a escada, antes caminho, agora era obstáculo, passei a utilizar a rampa que existe no Instituto. Esse caminho foi a alternativa. No espaço, em que passei a vivenciar minha labuta se encontrava uma grade de ferro, fechada com um cadeado. Observei, na continuidade do momento vivenciado, que várias pessoas passavam despercebidas daquele fato. A experiência enquanto professora somada à condição incapacitante, temporariamente, tornou possível ampliar a visão de um cotidiano que antes estava imperceptível. Logo, a problemática que envolve a pessoa classificada pessoa com deficiência extrapola os limites da fundamentação e prática pedagógica, sendo uma questão que precisa ser abordada a partir de uma perspectiva das Ciências Sociais.

Era só uma grade fechada? Reportei-me à observação do cotidiano nas leituras de Malinovski (1978) sobre etnografia, Geertz (1999) sobre Descrição Densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura e Velho (1987) em Observando o Familiar bem como, a leitura do livro Sociedade de Esquina, de Whyte (2005), proposta pela disciplina métodos etnográficos, os quais foram de fundamental importância. Portanto, está inserido no universo do estudo, exige a percepção do cotidiano a partir de outras perspectivas, antes não percebidas.

Ao problematizar a realidade, passa-se a perceber que existem alguns mecanismos que estruturam uma lógica das relações sociais internas e externas da escola. Essa lógica precisava ser compreendida dentro de uma complexidade ora percebida na materialidade de algumas situações, durante o cotidiano, enquanto professora, como a reunião no curso de licenciatura para tratar da entrada de uma pessoa classificada como pessoa com deficiência visual, ora submersa nas intersubjetividades, como em situação vivenciada na rampa. A grade enquanto objeto material estava lá, fechada por um cadeado. Mas, enquanto objeto simbólico, carregado de significados, se estendia a outros ambientes do instituto, como acesso a laboratórios, a recursos didáticos e até ao conhecimento.

Por fim, a aproximação do objeto se deu a partir do viver, da experiência como professora e como pessoa. Assim, a partir de um padrão êmico, o trabalho compreende que “[...] As produções humanas *exprimem* a vivência e cabe ao hermenauta *compreender* essas expressões, de tal forma que a compreensão seja o mesmo que tornar a vivenciar. “Compreender”, diz Dilthey, “é reencontrar o eu no tu”. (ALBERTI, 2004, p.18).

A vivência no experimentar “como” é diferente do de “me colocar diante”. Colocar-se como, é estar em situação. E estar em situação é olhar com o olhar do outro em uma construção que permite o diálogo entre o vivenciar-observar-experimentar, o que produz um novo olhar, só acessível quando eu me coloco em empatia.

O que limitava naquele momento ou quem limitava? Essa limitação era natural ou construída? Se a rampa existia, por que não se encontrava aberta? Estar diante da rampa inacessível tornou possível questionar se havia naquele momento efetivamente uma limitação física ou uma limitação social? Como as pessoas se relacionam com pessoas classificadas como pessoas com deficiência, socialmente, naquele ambiente? O problema de limitação estava em uma condição física ou na relação que a sociedade estabelece a partir de uma condição que se impõe a uma pessoa classificada pessoa com deficiência?

Outros questionamentos surgem, a princípio: O que, ou melhor, quem define o ser deficiente? Quais os aspectos do termo deficiente definem as relações sociais dentro do contexto social? A deficiência é uma condição ou uma imposição social? Busca-se, nesse contexto, impor as categorias inclusão/exclusão, deficiência/normalidade aos questionamentos apresentados através das práticas sociais includentes/excludentes.

Para se inserir no campo de pesquisa, é preciso ampliar a sua visão quanto a diversos aspectos. São eles: uma imersão na problemática que envolve o seu objeto, domínio de um referencial teórico que sistematize a sua pesquisa, e uma práxis que se substancia no diálogo entre a leitura e a experiência pessoal dos atores envolvidos no processo cotidiano em um campo.

Ficava perceptível que a qualificação da pessoa classificada como pessoa com deficiência extrapola os limites da perspectiva pedagógica e abarca o debate no campo social. Para tanto, uma noção científica torna-se necessária para a compreensão do objeto. Nesse bojo de significação social, a intersubjetividade e as estruturas, que se impõem a pessoa classificada como pessoa com deficiência, precisam ser compreendidas dentro de um contexto histórico de significado social do IFPB.

1.1.1 O lugar da problematização: o Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Historicamente, o Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba surgiu com o advento do período industrial. A criação das Escolas de aprendizes Artífices, dentre as quais a da Paraíba, foram criadas através do Decreto n.º 7566, de 23.09.1909, pelo então presidente Nilo Peçanha. Constituiu num dos marcos iniciais da política de intervenção estatal na formação da força de trabalho no Brasil.

Ademais, o ensino profissional era entendido pelos industrialistas como um poderoso instrumento para a solução da “questão social”. Mesmo com a intensificação dos conflitos sociais, os industrialistas brasileiros diziam que o Estado deveria cogitar do ensino obrigatório antes mesmo de instituir leis sociais. (CUNHA, 2000, p.94).⁸

Nesse contexto, surge a escola de Aprendizes da Paraíba, situada na Capital do Estado, a qual estava localizada, inicialmente, no Quartel do Batalhão da Polícia Militar, onde funcionou até 1929.

⁸ CUNHA, L. A. O ensino industrial manufatureiro no Brasil. Revista Brasileira de Educação. Mai/Jun/JUL/Ago 2000 N^o 14, p.89-107. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a06>>. Acesso em: novembro de 2017.

Inserida, pois, dentro desse contexto em uma sociedade em transição, economicamente fundada no agrarismo, no comércio exportador de açúcar e do algodão e numa indústria artesanal, a escola de aprendizes e artífices inicia as suas atividades, em 05 de janeiro de 1910, funcionando provisoriamente no edifício sede da Força Policial, cedido pelo governo do Estado. Durante 19 anos a escola esteve, pois, sob a influência direta do meio militar, ao conviver com a influência do estilo *manu militare*, fato que não pode deixar de ser considerado na formação de seu alunado. (FERREIRA, 2002, p.46).⁹

O modelo de ensino era o de aprendizagem de ofício, dentro dos padrões de hierarquia e de disciplina de cunho militar. Os cursos, de acordo com a época, atendiam aos requisitos do mercado, isto é, alfaiataria, marcenaria, serralharia, encadernação e sapataria, realizadas em conjunto com o curso Primário. O recrutamento para a escola de Aprendizes se dava dentro da perspectiva assistencialista de atendimento às crianças de 6 a 12 anos que viviam na condição de mendicância e pobreza.

O papel do Estado, na formação profissional dos menos favorecidos, fica evidente a partir da Constituição de 1937, definindo em seu artigo 12 que “o ensino pré-vocacional e profissional destinados às classes menos favorecidas, indicando que, é em matéria de educação, o primeiro dever do Estado[...]”. (FERREIRA, 2002, p.99). O ensino profissional era entendido como uma das formas de minimizar problemas sociais, econômicos e culturais no Brasil e, portanto, em 1937, por força da Lei nº 378, a Escola transforma-se em Liceu Industrial com o objetivo de aproximar o ensino profissional de caráter artesanal para o manufatureiro atendendo aos anseios da industrialização.

Na Paraíba, através do Decreto nº 4.127/42, o Liceu Industrial é transformado em Escola Industrial de João Pessoa, conhecida também com a denominação de Escola Industrial Federal da Paraíba, que perdurou até 1959. A Lei orgânica de ensino industrial desloca a formação profissional para o grau médio, ficando o ensino primário com os conteúdos gerais. O deslocamento do nível de ensino teve como principal objetivo selecionar alunos para a continuidade de estudos já que o seu potencial de aprendizagem seria melhor do que o potencial dos ditos “desvalidos”.

⁹ FERREIRA, A. de S. Profissionalização dos excluídos: a escola de aprendizes e artífices da Paraíba (1910-40). João Pessoa. Paraíba, 2002, p.46.

Ao contrário das modalidades de recrutamento das escolas de aprendizes e artífices, de forte cunho ideológico ligados ao assistencialismo, as novas escolas industriais previam a realização de exames vestibulares e testes de aptidão física e mental. A pobreza deixa de ser, então, critério suficiente para o aprendizado de um ofício, embora não perdesse o seu caráter implicitamente necessário. A aptidão para um ofício, incluindo aí as atitudes consideradas adequadas para o desempenho de uma atividade industrial qualquer, passava a ser um fator prioritário na admissão. (CUNHA,2000, p. 100).

Portanto, através da articulação, entre os testes de “aptidão”, comportamentos e níveis de inteligência, define-se um modelo de ensino. A partir de aspectos fundamentados nas teorias psicológicas de aptidão são construídas as tipificações.

Dentro da concepção de qualificação com base na aptidão, a Escola Industrial da Paraíba em 1960, já então Escola Técnica Federal da Paraíba (ETF-PB), implanta os Cursos Técnicos em Construção de Máquinas e Motores e o de Pontes e Estradas, os primeiros cursos em nível 2º Grau, atendendo a demanda da intensificação do processo de modernização desenvolvimentista do país. Em 1964 foram extintas as oficinas de Alfaiataria e Artes em Couro, instalando-se as Oficinas de Artes Industriais e Eletricidade. No ano seguinte, pela primeira vez na sua história, a ETF-PB permitia a entrada de mulher no seu corpo discente. No início dos anos 60, a já então Escola Técnica Federal da Paraíba (ETF-PB) transfere-se da Rua João da Mata para um prédio construído na Avenida 1º de Maio, 720, atualmente, Campus de João Pessoa.

Através dos atos do Estado, como o previsto na Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, inicia-se gradativamente a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica. Dentro desse contexto, a Escola Técnica Federal da Paraíba se tornou o Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba em 1999, denominação mantida até o final de 2008. Essa mudança fez parte de processo de transformação de Escolas Agrotécnicas e Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica. A expansão dos CEFETs permitiu o crescimento da atuação da Rede Federal de Educação Tecnológica na educação superior tecnológica, bem como na educação profissional com uma maior diversidade de cursos e áreas profissionais contempladas.

Ao final de 2008, a Lei nº 11.892 instituiu a Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, possibilitando a implantação do Instituto Federal de Educação, Ciência e

Tecnologia da Paraíba (IFPB). Este, por meio dos seus *campi* já em funcionamento (João Pessoa, Sousa, Cajazeiras, Campina Grande, Cabedelo, Monteiro, Patos, Picuí e Princesa Isabel).

O contexto histórico permite perceber que, dentro do campo da qualificação, existe uma multiplicidade de processos sociais, dentre eles, a distribuição espacial e as tipificações que através de mecanismos, como da escolarização, individualiza os corpos e classifica-os. (FOUCAULT, 1984). Os aspectos estruturais de organização da escolarização, os elementos teóricos específicos, que se configuram e dão respaldo aos cursos e suas respectivas diplomações, possuem uma dimensão intersubjetiva posta na estrutura temporal da vida cotidiana.

Portanto, existe um padrão que permite o recorte do tempo no qual a pessoa com deficiência passa a existir no campo da profissionalização. A estrutura temporal presente na perspectiva histórica da instituição é coercitiva, já que, anterior à política da inclusão, a pessoa classificada como pessoa com deficiência estava localizada em outros universos de significação social, como o universo das escolas especiais.

As pessoas com deficiência ao longo da história tiveram percursos de formação escolar distintos. Portanto, “A inclusão da ‘educação de deficientes’, da ‘educação dos excepcionais’ ou da ‘educação especial’ na política educacional brasileira vem a ocorrer somente no final dos anos 1950 e início da década de 1960 do século XX”. Dentro da modalidade de educação especial. (MAZZOTTA, 2011, p.27).¹⁰

Portanto, a estrutura temporal não implica apenas sequências determinadas da vida cotidiana, impondo-se, também, a biografia da pessoa classificada pessoa com deficiência em totalidade.

No cenário configurado, tornou-se necessária uma reflexão a respeito do espaço, enquanto um lugar em que se está e que se é. Nesse ponto de interseção, o lugar de onde se vem também interfere na classificação das pessoas como *pessoas com deficiência*. No universo da profissionalização, retrata uma significação social intersubjetiva e simbólica, de construção do outro que é histórica.

¹⁰ MAZZOTTA, M. J. S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

O quadro constituído através da nova ordem de poder estabelece as diretrizes e a relação face a face, no campo da profissionalização do dito pessoa com deficiência. Entretanto, tais diretrizes operam a partir de mecanismos de classificação e localização social, estruturados historicamente.

O artigo 2º, da Lei 7.853/89, determinou que ao Poder Público cabe assegurar o pleno exercício dos direitos básicos às pessoas com deficiência, especificando o direito ao trabalho como um daqueles que deveriam ser garantidos pelo Estado, por meio de seus órgãos e entidades da administração direta e indireta.

A área de formação profissional e do trabalho foi abordada como essencial pelo legislador ordinário, que dispôs, no inciso III do § único do artigo 2º da Lei 7.853/89, como obrigação estatal, considerando: a) apoio governamental à formação profissional, acesso aos serviços próprios e aos cursos regulares voltados a essa formação profissional; b) fomento à criação e à manutenção de empregos, inclusive de tempo parcial, destinados às pessoas com deficiência que não tenha acesso aos empregos comuns; c) implementação de ações eficazes para propiciar a inserção, nos setores públicos e privados, de pessoa com deficiência; d) e, por fim a adoção de legislação específica que discipline a reserva de mercado de trabalho, em favor das pessoas com deficiência na administração pública e no setor privado. (SANTOS, 2016, p.21).¹¹

A partir da aplicação da política da inclusão, a pessoa classificada como pessoa com deficiência, passou a acessar cursos que nunca foram oferecidos para esse segmento populacional.

Em 2016, foi publicada a Lei 13.409/2016 que dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior, das instituições federais de ensino, de acordo com os seguintes artigos:

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 5º Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de

¹¹ SANTOS, Jacson Passos. Pessoa com deficiência: a função social da reserva legal no mercado de trabalho e a ação anulatória de auto de infração- uma alteração legislativa necessária. Tese apresentada para obtenção do título de Doutor em Direito. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Dezembro/2016, p.21.

que trata o art. 4º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE. (LEI Nº 13.409, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016).¹²

Dentro do cenário configurado, o que se percebe é um embate de forças entre determinadas estruturas sociais históricas e as exigências de novas práticas sociais chamadas de inovadoras.

Por conseguinte, a entrada da pessoa classificada como pessoa com deficiência, em lugares ainda ou nunca acessados, fez emergir, ou melhor, descortinar o que estava nebuloso, naturalizado. A realidade que veio à tona, no cotidiano da instituição, evidencia a desigualdade social vivida por esse segmento populacional. Com efeito, a entrada de um aluno, pessoa com deficiência, pela primeira vez em um curso superior, que até então, não tinha sido acessado, por esse segmento populacional, levantou questionamentos. Mediante todo o movimento, entorno do problema, que se tornou a presença do aluno, nesse espaço social, surgiram os seguintes questionamentos: O que eu vou fazer com esse aluno? Eu nunca tive um aluno assim.

A possibilidade de ter em sua sala de aula uma pessoa classificada pessoa com deficiência, no campo da formação profissional, era vista como um problema. Alguns profissionais pareciam paralisados diante da possibilidade de ter em sua sala de aula “um aluno assim”. Inquestionavelmente, o que parece ser uma atitude preconceituosa, na realidade, expressa o resultado de anos de segregação da pessoa classificada como pessoa com deficiência, em salas de educação especial, em escolas especiais. Na maioria das experiências dos professores, poucos vivenciaram experiências de formação, em salas de educação especial. Mesmo no ensino regular, esse ensino era em salas que, na maioria das vezes, ficava em um local da escola separado dos alunos ditos “normais”.

¹²BRASIL. Presidência da República. Casa CivilSubchefia para Assuntos Jurídicos.LEI Nº 13.409, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016. Brasília, 28 de dezembro de 2016; 195º da Independência e 128º da República. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/lei/113409.htm>. Acesso em: abril, 2018.

A despeito de figurar na política educacional brasileira desde o final da década de cinquenta deste século até os dias atuais, a educação especial tem sido, com grande frequência, interpretada como um apêndice indesejável. Numerosos são os educadores e legisladores que a veem como meritória obra de alguns “abnegados” que dispõem a tratar de crianças jovens deficientes físicos ou mentais. O sentido a ela atribuído é, ainda hoje, muitas vezes, o de *assistência* aos deficientes e não o de *educação* de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais. (MAZZOTTA, 2011, p.11).

Parafrazeando Foucault (1981, p.20), “acolhidos sob esse olhar, somos por ele expulsos, substituídos por aquilo que desde já se encontrava lá, antes de nós: o próprio modelo”. No momento em que o olhar do professor atua sobre a pessoa com deficiência, no campo da profissionalização, é possível perceber a objetividade dos valores sociais, que atuam cotidianamente sobre esses indivíduos, sem que isso seja evidente. Tem-se, portanto, os aspectos intersubjetivos tornados visíveis a partir do olhar. Portanto, nenhum olhar é neutro.

Atrelado ao significado histórico da instituição, voltado para o atendimento dos “normais”, foi somado o novo cenário que se configura, a partir da aplicação da política da inclusão, esse movimento histórico demanda reflexões.

No momento em que se desloca o lugar de onde se vê, questiona-se o modelo e o lugar. Na perspectiva do modelo, posto no campo da profissionalização, existe uma figura esboçada de aluno ideal que se contrapõe a realidade apresentada, no cotidiano do IF, a partir da política da inclusão. Quais seriam, portanto, os limites do modelo? Os limites estariam dentro de um quadro da taxionomia, no qual, as pessoas se dividem ou estaria circunscrito as relações intersubjetivas, mecanismos simbólicos de classificação, localizações e estruturas simbólicas de significação social?

Foi em busca de compreender o modelo posto nas intersubjetividades, bem como os mecanismos que operam na definição dessa classificação, que se construiu o percurso dessa pesquisa. Busca-se, neste estudo, analisar quem define a pessoa classificada, pessoa com deficiência e através de quais mecanismos. Nesse sentido, a pesquisa tem como objetivo analisar a classificação pessoa com deficiência e os mecanismos materiais e simbólicos de produção histórica de sua existência e compreender quais os mecanismos que estruturam o *modus operandi* da prática pedagógica.

Abarca-se na trajetória de constituição do objeto, a experiência de inserção do aluno na instituição, no intuito de trazer o padrão geral, vivido e construído, por meio das ações intersubjetivas dos indivíduos (WHYTE, 2005). Nessa relação, somos vistos ou vemos? (FOUCAULT, 1981, p.21).

Ambas as perspectivas revelam mais uma face do objeto. Para tanto, a pesquisa apresenta a experiência vivida pelo aluno, através do seu percurso de formação e sua entrada no Instituto.

1.1.2 O olhar do aluno pessoa com deficiência

A realidade possui uma ordem que está submersa na intersubjetividade das interações simbólicas, que só se revelam quando se busca compreender o seu movimento, na ação dos indivíduos e em cada lugar de significado social. Existe uma relação entre o lugar e o olhar.

Os aspectos da estrutura temporal materializado nas cotas, de acordo com a entrevista realizada com o aluno, começam a descortinar o universo simbólico no qual a pessoa está envolvida socialmente e do qual participa sem questionar. Nesse sentido, existe uma estrutura temporal que se impõe não só a sua vida cotidiana, mas a sua biografia em totalidade. Portanto, existem dois aspectos a serem estudados neste trabalho, um refere-se ao momento em que uma pessoa se torna pessoa com deficiência e o outro aspecto se refere à estrutura temporal, a historicidade que determina a sua situação no mundo.

Na entrevista realizada com o aluno, durante a pesquisa, fica perceptível que o momento de entrada no Instituto, em um curso superior, revela um padrão de tempo que se torna acessível estruturalmente e intersubjetivamente. O padrão de tempo localiza as pessoas classificadas com deficiência, em uma história muito mais ampla e essa localização configura uma situação no mundo a partir de diferentes estruturas de significação implicadas. (BERGER e LUCKMANN, 2014). Ao narrar a sua entrada no curso, afirma que “Foi pelo sistema de cotas para deficientes. Passei, e acho que eu fui o primeiro lugar, tinham três vagas e eu fui o segundo”. Através das ações concretamente realizadas, a partir de mecanismos objetivamente regulados, estrutura-se a hierarquia social e se inculca as categorias de classificação dentro de um determinado campo. Assim, a classificação e localização da pessoa tida pessoa com

deficiência, constitui-se dentro de uma “*estrutura de relações objectivas*” (BOURDIEU, 2003).

E: No início eu não pretendia. Depois que eu perdi a visão eu não queria mais estudar. Eu fui obrigado pelos meus pais a concluir o Médio. Depois eu disse que eu não ia mais estudar em universidade, só que meu amigo que está aqui, a gente conversando, ele disse: - faz só um teste na prova do ENEM, não custa nada, vai ser um conhecimento para você. Você não vai ser obrigado a cursar em uma universidade. [...]. Fiz a prova, peguei o resultado e para a minha surpresa, eu entrei no curso. De início, não era o curso que eu queria. Só que, antigamente, a Federal, ainda, não estava aceitando o resultado do ENEM, e aqui no caso, tinha o curso [...]. E, eu pensei, vai ser uma coisa que se aproxima um pouco da Biologia. Então, fui coloquei e passei. Foi pelo sistema de cotas para deficiente. Passei, e acho que eu fui o primeiro lugar, tinham três vagas e eu fui o segundo. (PEDRO, 2015).¹³

Aos mecanismos de entrada, soma-se o modelo de ensino que figura como um capital. Esse modelo se impõe nas intersubjetividades e nas práticas, tanto na concepção e no comportamento da pessoa classificada pessoa com deficiência, quanto na prática do docente. Através do *habitus*, as interações são orientadas produzindo relações objetivas, que ficam evidentes na afirmação: “[...] eu não queria que ninguém soubesse que eu era deficiente visual [...]”, de acordo com a seguinte narrativa:

E: Até que no primeiro dia de aula, eu realmente não tive aula foi mais demonstração do curso. [...] eu não queria que ninguém soubesse que eu era deficiente visual. Sentei e fiquei lá na minha, caladinho, tal. Eu lembro que teve uma dinâmica. [...]. No momento em que falou da dinâmica, eu falei para o meu amigo, vamos embora eu não quero participar. Eu não vou conseguir pegar o rolo e as pessoas vão ficar se perguntando e eu vou ter que falar. Aí, na hora eu saí. (PEDRO, 2015).

A interiorização de normas pelos sujeitos leva a adequação entre as ações e a realidade objetiva. Portanto, a possibilidade de a ação acontecer, encontra-se ancorada em determinadas estruturas da interação. No quadro de significado definido, nos limites de uma dinâmica, o discente tido como pessoa com deficiência vê a sua provável condição tornada visível aos

¹³ Entrevista com o discente classificado, pessoa com deficiência visual. Instituto Federal de Educação e Tecnologia, 2015. No momento de expor as narrativas, os interlocutores sentiram-se mais à vontade quando garantido que as informações fornecidas, seriam utilizadas de maneira sigilosa, sem referência à sua identificação pessoal. Portanto, serão apresentados pseudônimos, como forma de identificar o entrevistado.

olhos dos professores e dos seus pares. Logo, existe nos processos de interação uma lógica que norteia a ação e que tende a reproduzir as relações sociais historicamente determinadas.

E: [...]. Eu perdi a visão..., mas eu me isolei. Eu não procurava saber, eu não queria, eu não aceitava. E, acho que foi um dos motivos para que eu sofresse muito. Porque, eu fui muito pisado. Não só por professores. Porque, eu tive professores de dizer que eu não tinha CAPACIDADE¹⁴ de passar na disciplina e passei, por média. (PEDRO,2015).

A instituição escolar, com base em uma perspectiva normalizadora, passa a perceber a pessoa classificada pessoa com deficiência, através da sua classificação, de ser deficiente e não na condição de ter ou não deficiência em termos de aprendizagem. Essa forma de ver está expressa no seguinte questionamento apresentado por alguns docentes: O que eu vou fazer com esse aluno?

O questionamento posto remete a um questionamento mais amplo: que concepção de mundo media a prática pedagógica do docente nesse momento? Ter-se-ia dois esquemas constituídos, um pelo modelo material de aluno apto a formação profissional, outro pelo espaço social simbólico que esse modelo ocupa. Portanto, determinados esquemas generativos são constituídos a partir de campos de saberes produtores de um mundo objetivo.

Assim, questiona-se: por que pessoas tidas com deficiência tendem a ser vistas como incapazes mesmo em situação na qual o seu desempenho supera o desempenho dos demais? Por força de *habitus*, através de esquemas generativos, que prescindem a ação de docentes e discentes, a pessoa classificada pessoa com deficiência já se apresenta na condição do ser deficiente que não é passageira, mas permanente.

E: É como eu falei, o preconceito. Acho que a pessoa já nasce com preconceito. Mas as pessoas têm a capacidade de acrescentar mais, não olhar o próximo e sempre empurrar o próximo. Tinham muitos entulhos em meu caminho, mas vinham alunos e determinados professores e jogavam mais entulhos. E, eu ia lá... por muitas vezes eu quis desistir do curso. Muitas vezes. (PEDRO, 2015).

¹⁴ A palavra encontra-se em caixa alta devido a entonação e a ênfase dada pelo estudante durante o processo de entrevista.

Nesse sentido, o discente tido como pessoa com deficiência, vê a sua provável condição tornar-se visível aos olhos dos professores e dos seus pares transposta, em uma imagem definida por ele mesmo, como preconceito. A classificação pessoa com deficiência preside a prática, tanto do discente, quanto do docente.

Essa reflexão remete à necessidade de se avançar no estudo da categoria pessoa com deficiência. A pessoa classificada, pessoa normal, mas com deficiência de aprendizagem, em qualquer área do conhecimento está incapacitado momentaneamente. O mesmo não ocorre com pessoa classificada como pessoa com deficiência. Essa pessoa é tida como incapacitada, mesmo que não tenha deficiência em qualquer área do conhecimento.

E: Tiveram alunos de me zombarem quando eu passava no corredor e falarem que eu era coitadinho, que eu era..., fingia uma deficiência para eu me dar bem sobre outros alunos. As pessoas, acho que elas não têm nem noção. [...] eu já saí chorando, dizendo: eu não vou voltar mais para aqui. Porque as pessoas não me querem. Todo mundo só faz zombar. Todo mundo só fica falando, oh, lá, o deficiente visual. Eu já tinha um trauma na minha cabeça porque eu não nasci cego, eu perdi a minha visão com catorze anos, na fase da minha adolescência. [...]. Perdi nessa fase e vinham pessoas para colocar mais traumas. Me chamavam de homossexual [...]. Enfim eram muitas coisas. (PEDRO, 2015).

Foi dentro desse contexto que surgiram as questões desta pesquisa. Neste estudo, se destaca o ponto fundamental do interacionismo. Nessa perspectiva, os estudos da ação social entre os indivíduos não são indivíduos isolados, mas sujeitos ativos atuando dentro de redes e grupos sociais, em um processo contínuo de mudança e reinvenção social. (VELHO, 1978, p. 11).

A partir desse contexto de significado, descortina-se um universo que extrapola a perspectiva da prática pedagógica, mas que se materializa através dela. Nesse sentido, o *modus operandi*, da prática pedagógica, serve de instrumental para difusão de saberes e concepções de mundo que tendem a situar a pessoa tida como pessoa com deficiência, em uma determinada hierarquia social.

A fim de aprofundar a perspectiva apresentada pelo cotidiano vivenciado, torna-se necessário, nesse momento da pesquisa, um diálogo intenso com a literatura da área ou/e outras áreas que abarquem a problemática da inclusão/exclusão da pessoa tida pessoa com deficiência, na esfera profissional. Ao penetrar no mundo social, torna-se necessário transpassar a própria consciência valorativa e estabelecer distinções entre a percepção e a

ciência. Para tanto, um mergulho no universo de estudo no qual está submersa a problemática da pessoa classificada, pessoa com deficiência, fez-se necessária.

1.1.3 A perspectiva teórica: as produções em torno da problemática

As produções que abarcam a problemática da inclusão/exclusão da pessoa tida como pessoa com deficiência estão situadas, em sua maioria, na área pedagógica. Sobre o processo de qualificação, da pessoa tida como pessoa com deficiência destaca-se o estudo de Brito e Zeppone (2013)¹⁵, cujo objetivo foi o de mapear e conhecer as produções científicas referentes ao período de 2000 a 2012, sobre a pessoa com deficiência no ensino superior, no Brasil. Sobre a análise da inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior no Brasil revelou-se que, dentre as temáticas dos estudos, a maioria das produções têm como foco a trajetória escolar dos sujeitos com deficiência no ensino superior e apenas um deles **trata** da trajetória escolar de um professor com deficiência física ao ensino superior. O restante se dedica ao estudo do universo escolar dos alunos universitários. Desse montante, parte dos trabalhos se debruça para compreender o processo de inclusão de pessoas com deficiência na universidade.

Portanto, para ampliar o universo de investigação sobre a problemática da inclusão/exclusão da pessoa tida como pessoa com deficiência, buscou-se, também, informações na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBCT). Na busca de teses, as palavras-chave utilizadas foram: pessoa deficiência, formação profissional, ensino superior, inclusão. Foi utilizado o filtro em todos os campos, compreendendo o período de 2011 a 2014.

Destacou-se no ano de 2014, apenas uma tese, a de Field's (2014)¹⁶, que investigou a construção e mobilização dos saberes docentes para a formação de professores de química para a inclusão escolar. Esse estudo concluiu que a formação inicial deve incentivar e possibilitar aos futuros professores a participação em pesquisas na área de educação inclusiva,

15BRITO, J. de R. e ZEPPONE, M. O. Mapeamento de teses e dissertações sobre a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior no Brasil. VIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL. Londrina de 05 a 07 novembro de 2013.

¹⁶ FIELD'S, Karla Amâncio Pinto. Saberes profissionais para o exercício da docência em química voltado à educação inclusiva. 2014. 200 f. Tese (Doutorado em Química) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

que busquem a compreensão das especificidades e dos dilemas do contexto escolar para que eles possam se apropriar dos saberes experienciais e profissionais, os quais se relacionam com a coletividade, o diálogo e a parceria na construção de uma escola para todos.

Na dissertação de Santos (2011)¹⁷, intitulada: Autoconfrontação e o processo de inclusão: (Re)viendo a atividade docente na educação superior, a autora destaca a necessidade de discussão nos diferentes níveis de ensino da problemática da inclusão de alunos com deficiência, em especial no ensino superior, devido ao número significativo de matrículas desses alunos. O trabalho converge para a área de educação. Em sua conclusão, aponta para a necessidade de formação docente, no âmbito da educação superior, a fim de que os professores recuperem seu poder de agir e aumentem as estratégias viáveis para lidar com o real da atividade em um contexto inclusivo.

No trabalho de Santos (2011)¹⁸, as políticas públicas de educação para a pessoa com deficiência, a proposta dos institutos federais e a pesquisa realizada na área de conhecimento educação visam à análise da Educação Profissional desenvolvida pelos Institutos Federais, em atenção às políticas públicas de educação, voltadas para a pessoa com deficiência. Conclui que para que as ações pedagógicas se efetivem numa perspectiva emancipadora é necessário que as instituições formadoras, junto às associações e movimentos voltados para os direitos humanos, atuem visando à implosão da hegemonia, contribuindo para que a igualdade da pessoa com deficiência, na sociedade, seja ampliada para além da acessibilidade física, com profissionais qualificados e capacitados para atuarem na formação profissional de forma a suscitar, ainda que de forma latente, a formação para a vida, na qual se inclui o trabalho.

A pesquisa realizada por Elias (2012), na área de conhecimentos sociais e humanidades sobre o desafio da formação e inclusão no mercado de trabalho de pessoas com deficiência intelectual leve, teve como objetivo contribuir com os estudos sobre a relação trabalho educação, priorizando sua dimensão pedagógica, caracterizada pela formação para a inserção de Pessoas com Deficiência Intelectual Leve (PCDIL) no mercado de trabalho. A teoria de base da pesquisa buscou evidenciar três vertentes: entendimentos médicos e científicos sobre PCDIL, o amparo legal brasileiro quanto às políticas públicas destinadas a

¹⁷ SANTOS, S. D. G. Autoconfrontação e processo de inclusão: (re)viendo a atividade docente na educação superior. Mestrado Acadêmico em Educação. Universidade Federal de Alagoas. Maceió: Biblioteca Depositária: Biblioteca CEDU, 06/05/2011, 133f.

¹⁸ SANTOS, Y. B. da S. As políticas públicas de educação para a pessoa com deficiência: a proposta dos Institutos Federais. Mestrado Acadêmico em Educação. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: Biblioteca Depositária: Biblioteca de Ciências Humanas, 01/10/2011, 109f.

esse segmento e a inter-relação educação e trabalho, demonstrando a realidade vivenciada pelas PCDIL no ambiente laboral e a necessidade de maior conhecimento de empregadores e demais funcionários quanto ao acolhimento desse segmento. Conclui que as PCDIL, atualmente têm sido inseridas no trabalho, mas a inserção cumpre obrigatoriedades legais e não significa inclusão. Ao pensar sobre o funcionamento da inserção na escola ou no trabalho, percebe-se que, se não houver mudanças de atitudes por toda a sociedade, a inclusão pode funcionar de modo perverso e se tornar mais uma palavra sem credibilidade social.

Os trabalhos, em sua maioria, apresentaram temas especificamente pedagógicos, tais como: aprendizagem do aluno com deficiência no ensino superior; atendimento especializado e sistemas de apoio fornecidos pela universidade; os desafios de ingresso, acesso e permanência nesse âmbito; sucesso escolar dos alunos com deficiência em tempos de inclusão e o estudo dos relacionamentos com o ingresso deste alunado no ensino superior. Outros trabalhos tiveram como foco o professor e sua formação, ou seja, a concepção destes sobre a deficiência, seu imaginário e sua formação. Um número menor de trabalhos se dedicou ao estudo da acessibilidade da pessoa com deficiência no ensino superior e às políticas de inclusão escolar e a acessibilidade.

Existe, portanto, um número significativo de abordagem da problemática na área de educação, seguida pela área de psicologia com um pequeno percentual. Entretanto, quanto à qualificação profissional, existe a necessidade de estudos que abordem os processos de educação profissional das pessoas classificadas pessoas com deficiência.

Foram observados poucos estudos que abordam os processos de educação profissional de pessoas com deficiência, e aqueles que encontramos, em sua maioria, estudam essa questão em instituições de ensino especiais. Apenas dois estudos foram encontrados na busca, sobre a inclusão de pessoas com deficiência na rede regular de educação profissional. Dessa forma, devido ao pequeno número de referências localizadas sobre os processos de educação profissional de pessoas com deficiência, considera-se a importância de realizar pesquisas sobre essa questão, já que a educação profissional das pessoas com deficiência é condição fundamental para sua emancipação e formação como cidadãos, além de seu acesso ao trabalho. (CORDEIRO e OLIVEIRA, 2011, p.2671)¹⁹

19 CORDEIRO, D. R. C. L.; OLIVEIRA, A. A. S. de. A Educação profissional de pessoas com deficiência: um levantamento de teses e dissertações. VII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL. Londrina de 08 a 10 novembro de 2011 -ISSN 2175-.

A análise das produções em torno da problemática sobre a pessoa com deficiência, no universo da escolarização, possibilitou a reflexão sobre o limiar da problemática proposta neste estudo e, a partir desse limiar, definiu-se o lugar de pesquisa, extrapolando o universo de significação pedagógica. No transcorrer da pesquisa, o universo pedagógico, que surgiu como lugar de problematização, não responderia aos questionamentos que foram postos ao objeto de pesquisa. Os questionamentos postos na problemática: quem define a pessoa com deficiência e através de quais mecanismos, extrapolaria o limiar do campo pedagógico. Assim, mediante a aproximação com o objeto de pesquisa, a compreensão de pesquisas na área e os questionamentos postos na problemática, o lugar de pesquisa foi definido.

Nesse momento da pesquisa, foi possível perceber que ficar no limite do cotidiano, do ambiente escolar, não permitiria perceber os mecanismos que operavam sobre o dito deficiente dentro dos processos de classificação e localização social. A perspectiva que o lugar do ambiente escolar permitiu perceber foi o da problematização. Entretanto, o lugar de análise precisava extrapolar os limites do cotidiano escolar. Para tanto, definiu-se como lugar de análise, a Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência (FUNAD). A escolha da FUNAD se deu pelo fato de possibilitar analisar o objeto a partir de diversas perspectivas postas pelo questionamento: Quem define a pessoa com deficiência? Através de quais mecanismos isso é possível? Outros lugares como Instituto dos Cegos e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) foram pensados, mas logo descartados mediante o limiar da problemática. Portanto, a escolha da unidade de estudo se deu como resultante do processo de construção do objeto de pesquisa, numa relação entre conhecimento, sujeito e objeto.

1.2 Entrada na unidade de estudo: dialogando com o campo

A FUNAD, enquanto o lugar de percepção, amplia e aproxima o olhar sobre a classificação e os mecanismos de inclusão/exclusão em relação ao mercado de trabalho. Assim, foi nesse espaço que a pesquisa foi desenvolvida. Era o início da pesquisa, estava na fase de revisão do projeto, quando passou a existir uma necessidade de elementos que já não se encontrava na teoria, de maneira que se buscou dados empíricos que possibilitaram rever os objetivos do estudo. Nesse ínterim, a imersão no campo de pesquisa tornou-se fundamental. Assim, a entrada na unidade de estudo deu-se em maio de 2015.

Inicialmente, a imersão no cotidiano da instituição se deu via a presidência da instituição. Obedecendo a burocracia, inicialmente todos os que desenvolvem pesquisa na

FUNAD, são conduzidos à Presidência e, em seguida, encaminhados para o setor de recursos humanos. No setor de recursos humanos, seguindo a burocracia, junto à coordenadora, inicialmente, foi apresentada a carta de recomendação da instituição pesquisadora, assinada pela orientadora de pesquisa. Logo, algumas perguntas foram feitas em relação à pesquisa: quais as intenções da pesquisadora e qual o objetivo da pesquisa. Naquele momento, não havia, ainda, clareza sobre os rumos da pesquisa. Em seguida, a coordenadora abriu espaço para a participação em diversas atividades que são narradas neste trabalho. Essas atividades, objetos de observação e a participação possibilitaram a compreensão do objeto de pesquisa. Em todo o momento, a FUNAD apresentou-se como uma instituição parceira no desenvolvimento da pesquisa.

A primeira atividade de observação se deu na apresentação sobre os serviços oferecidos pela FUNAD. Essa primeira atividade foi realizada para um grupo de alunos de uma Universidade particular. Nessa atividade, foram passadas informações sobre o funcionamento da instituição e seu organograma. Foram disponibilizados, para a pesquisa, documentos enviados por e-mail, sobre a unidade de estudo, FUNAD, que compõe o corpo da tese. Acrescidas as observações, soma-se a análise de Teses, Legislação Estadual, Relatório e Portfólio Institucional FUNAD²⁰, além do enriquecimento através da história oral de quem vivenciou o sentido do seu surgimento.

Em seguida, a pesquisa se deu a partir da observação e participação no Seminário sobre a inserção das pessoas com deficiência do mercado de trabalho, em maio de 2015. As observações vivenciadas, no mês de maio e as narrativas, que expressaram a experiência da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, foram de suma importância. As narrativas dos palestrantes e das pessoas tidas com deficiência, participantes do Seminário, enriqueceram a pesquisa, trazendo naquele momento, de revisão do projeto, elementos de reflexão em torno dos mecanismos de inclusão/exclusão do segmento pessoa com deficiência no mercado de trabalho. A partir do processo de participação nos eventos, foi possível observar que a temática trabalho tinha uma estreita relação com o corpo, dentro do universo da saúde e da qualificação. No período de observação e participação, o trabalho de revisão de projeto tomou novos horizontes e passou a estabelecer uma estreita relação entre a prática docente e as inquietações surgidas no processo de formação profissional, daquele que é classificado como pessoa com deficiência.

²⁰ Governo da Paraíba. Secretaria de Estado da Educação. Fundação Centro Integrado de apoio ao Portador de Deficiência, Fundação Centro Integrado de apoio ao Portador de Deficiência. Portifólio- Viva ao Trabalho.

Os elementos observados no cotidiano da FUNAD possibilitaram a revisão do projeto, redimensionando a pesquisa. As palestras colocadas pelos participantes foram gravadas durante os eventos e enriquecidas com observações, sendo logo, transcritas e analisadas. Tais narrativas tornaram-se dados empíricos, compondo o corpo da tese.

No decorrer do processo de pesquisa, existiam questionamentos de que os dados colhidos, nos eventos, não conseguiriam explicar o sentido da categoria pessoa com deficiência. Assim sendo, o sentido da categoria tornou-se fundamental para o prosseguimento da pesquisa. No plano de estudos propostos para aprofundamento da pesquisa, estava prevista a efetivação de entrevistas no trabalho de campo, em agosto de 2015. Como planejado, foi construído um questionário para dar continuidade à pesquisa iniciada em maio de 2015.

Durante o processo de observação, realizado em agosto de 2015, ao chegar à unidade de pesquisa, percebia-se muitas pessoas cadeirantes, ao contrário dos outros dias. Em diálogo com uma delas, foi possível perceber o que estava havendo. A pessoa, um professor de educação física, cadeirante, informou que aquele movimento se referia ao campeonato Paraibano de Jogos Escolares de Bocha para pessoas com paralisia cerebral. Durante o processo de pesquisa, o professor demonstrou interesse em contribuir respondendo algumas perguntas presentes no questionário. Enquanto o professor respondia ao questionário, outro grupo, de quatro adolescentes que estavam com suas mães, foi abordado.

FIGURA 1 - JOGADORES DE BOCHA



FONTE: A autora, (2015)²¹

²¹ Durante a pesquisa definiu-se proteger a identidade das pessoas fotografadas e por isso utilizou-se o recurso da tarja preta.

Naquele momento, ficou perceptível que o questionário não teria sentido para o que se propunha na pesquisa. De acordo com Whyte (2005), sobre as observações do cotidiano, em algum momento, é mais importante observar e ouvir e, apenas, perguntar quando julgar necessário. No processo de pesquisa iniciado, tendo o questionário como instrumento, havia uma assimetria que não atenderia aos objetivos da pesquisa, não sendo, no caso, o canal de acesso para se estabelecer um diálogo, inicialmente (BOURDIEU, 1997). Logo, o processo foi redimensionado e a observação do que acontecia naquele cenário se faria fundamental.

FIGURA 2 - JOGO DE BOCHA



FONTE: A autora, (2015).

Durante o longo tempo de observação do cenário apresentado, no contexto da competição, sentou ao lado da pesquisadora, uma funcionária da instituição, sendo mais uma pessoa que contribuiria com a pesquisa. A pesquisa, nesse sentido, teria uma particular relação que se estabelecia entre os fins e as explicações estabelecidas pela busca.

Explicar as razões de estar ali permitiu a pessoa que dialogava com a pesquisadora, aceitar participar da troca, no processo de pesquisa. No momento de diálogo, alguns aspectos foram acentuados, como, por exemplo, a experiência enquanto professora articulada à problemática de pesquisa foi utilizada como uma forma de negociação prévia. No processo de observação, estabelecia-se uma relação de *escuta ativa e metódica*. Nesse sentido, a pesquisa:

[...] associa a disponibilidade total em relação a pessoa interrogada, a submissão à singularidade de sua história particular, que pode conduzir, por uma espécie de mimetismo mais ou menos controlado, a adotar sua linguagem e a entrar em seus pontos de vistas, em seus sentimentos, em seus pensamentos, com a construção metódica, forte, do conhecimento das condições objetivas, comuns a toda uma categoria. (BORDIEU,1997, p.695).²²

À medida que se observava a competição, uma pessoa sentou-se ao lado da pesquisadora e iniciou a seguinte narrativa:

Não houve nenhuma divulgação na mídia sobre essa competição. E, ao se dirigir ao professor de Educação Física perguntou: essa competição é estadual ou municipal?

Professor de Educação Física: é estadual, das escolas regulares.

Em seguida, ela destacou:

Está vendo essa instituição que se diz inclusiva. Essa instituição não tem acessibilidade. Fala-se tanto dessa acessibilidade aqui e olha o tamanho dessa rampa. Se um cadeirante ou uma pessoa com muletas tentar subir... onde está o elevador? Não tem. Uma vez o governador esteve aqui, eu falei com ele. Mas cadê? Nada. Se uma pessoa com cadeira de rodas tentar subir sozinha, por essa rampa, ela não consegue. (GONSALVES, FUNAD, 2015)²³.

²² BORDIEU, P. (Coord.). A Miséria do Mundo. 4ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, p.695.

²³ A identificação das pessoas que atuam na FUNAD será através do sobrenome seguido da abreviação do nome.

FIGURA 3- A RAMPA

FONTE: A autora, (2015).

Eu sou funcionária daqui há mais de vinte anos e pouca coisa mudou. Eu fui a fundadora do bloco dos deficientes. Hoje todo mundo quer ser dono do bloco.

Funcionária: Como é o seu nome?

Pesquisadora: meu nome é Márcia, eu trabalho no IF, sou professora, estou aqui fazendo uma pesquisa sobre inclusão.

Funcionária: Então, vamos lá na minha sala para conversar. (GONSALVES, FUNAD,2015).

Com base em um processo de interação, a conversação com a funcionária tornou possível o acesso a diversos lugares e ao diálogo com várias pessoas do Núcleo de Inclusão Social e Acessibilidade ADPD/CORPU, contribuindo, assim, para ampliar a pesquisa.

A pesquisa, nesse sentido, começa a ser construída por um processo de interação que extrapolou os encontros pontuais de entrevistas com data e hora definidas. Assim, durante algumas semanas, o processo de pesquisa se deu através da observação do cotidiano, em agosto de 2015, no Núcleo de Inclusão Social e Acessibilidade ADPD/CORPU. O período de observação, no setor da CORPU, na oficina de embalagem, possibilitou a compreensão de que o processo de pesquisa implicaria um esforço de compreender a lógica do cotidiano e a sua singularidade posta, segundo os seus participantes. Durante o período de observação, na sala de reabilitação profissional, foi possível perceber que existia uma lógica de distribuição das pessoas, conforme as especificidades das doenças/ou deficiências. Mesma lógica, que mais

tarde foi percebida em outros contextos, como o do trabalho e da escola. Nesse processo de observação, destaca-se a narrativa de uma pessoa classificada como pessoa com deficiência, sobre a sua entrevista de emprego, experiência descrita neste trabalho.

Semanas depois, ao analisar os questionamentos, o aspecto do pertencimento à categoria, pessoa com deficiência, ainda carecia de explicação. Questionamento que, ao ser exposto, no campo de pesquisa, abriu novos espaços de investigação. Logo, a pesquisa tem continuidade na oficina de artes. Nesse espaço, através de observações, registros constantes e entrevistas foi possível analisar a entrada na instituição e a relação com o identificador pessoa com deficiência. Nesse espaço, foram entrevistadas nove pessoas. As entrevistas realizadas com essas pessoas tiveram o objetivo de analisar a perspectiva das pessoas em relação ao pertencimento à categoria, pessoa com deficiência. No momento da entrevista, algumas pessoas estavam tendo aula de desenho e outras de informática básica. A entrevista transcorreu enquanto os usuários executavam suas tarefas.

As observações, na sala de reabilitação, e as entrevistas mostraram que existe uma heterogeneidade na categoria pessoa com deficiência. Ao tentar compreender o seu sentido, a pesquisa realizada, no período de observação, nas salas de reabilitação profissional, tornou possível problematizar o pertencimento à categoria pessoa com deficiência, através da análise do processo de constituição dos sujeitos. Durante o tempo de pesquisa na sala de reabilitação, foi possível perceber que existe uma lógica que articula a escola, a saúde e o trabalho na constituição da categoria pessoa com deficiência e que existem mecanismos simbólicos de poder, que tem o mérito para defini-la.

Dando prosseguimento à pesquisa, estabeleceu-se diálogo com a coordenadora do setor de diagnóstico e definiu-se uma data para entrevistá-la. Foi escolhida a sexta-feira, dia de menor fluxo de pessoas. Assim sendo, foi realizada uma entrevista com o objetivo de entender a lógica do processo de classificação da pessoa tida como pessoa com deficiência. Foi uma entrevista semiestruturada, na qual a coordenadora entrevistada discorreu sobre o setor da CORDI e seu funcionamento. Através dessa entrevista, foi possível analisar quem é a pessoa com deficiência e quem tem o mérito para defini-la. Foi um encontro rico, com depoimentos que possibilitaram o entendimento das estruturas que orientam as práticas, o *modus operandi* e o *habitus* presente nos processos de categorização.

Somada à entrevista, através da observação do cotidiano da FUNAD, foi possível apreender como os mecanismos de inclusão/exclusão na categoria pessoa com deficiência, a

forma como os mesmos são postos em ação. A imersão nesse espaço permitiu adentrar no universo simbólico de constituição da categoria, pessoa com deficiência, seus meandros intersubjetivos e mecanismos simbólicos definidos a partir do campo da saúde.

Questões como: com quem a pessoa tida, pessoa com deficiência, interage para assim se identificar e se definir? Qual o percurso social de constituição dessa identidade? Quais são os aspectos simbólicos da interação face a face que em uma prática cotidiana define quem é ou não pertencente à categoria pessoa com deficiência? Esses questionamentos puderam ser analisados através do cotidiano da unidade de pesquisa. Logo, o processo de construção da identidade social pessoa com deficiência extrapola o aspecto micro e está carregado de determinantes macroestruturais em diálogo com as estruturas globais de definição e identificação da categoria pessoa com deficiência.

Na continuidade da pesquisa, percebia-se que saúde e trabalho são faces do objeto apresentado para estudo. Em setembro de 2015, a pesquisa se dá através da observação e participação no evento promovido pela unidade de pesquisa, em parceria com o governo do Estado da Paraíba, O Dia D da Empregabilidade, através do Núcleo da Inclusão Social e Acessibilidade da FUNAD. Nesse evento, foram entrevistadas pessoas que se apresentaram para as vagas disponibilizadas pelas “Empresas Inclusivas”. Nesse espaço, através de observação, descreve-se a experiência de entrevista para a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho.

Nesse evento, que aconteceu em 2015, foram discutidos os “Desafios de como inserir a pessoa com deficiência no mercado de trabalho”. Seguindo a programação do evento, no sentido de “sensibilizar” os representantes das empresas, houve a exposição de uma pessoa classificada como pessoa com deficiência, sobre o uso de tecnologias assistidas e *software* livre para a inclusão da pessoa com deficiência visual. Nessa ocasião, as empresas foram orientadas a preencher um modelo de planilha que serviria de base para o setor de colocação, para o mercado de trabalho, tendo como prazo final 21/09/2015.

Desse evento, foram gerados alguns documentos que se tornaram fonte de pesquisa. Os documentos foram disponibilizados pela coordenadora do setor (Fundação Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência ADPD/CORPU- Núcleo de Inclusão Social e Acessibilidade). No processo de pesquisa, foram analisadas as fichas de atendimento das colocações profissionais, um Relatório de Inseridos 2015 e as fichas cadastrais. A partir desses documentos, foi possível compreender o universo de pessoas que procuravam o setor

em busca de emprego, bem como a sua relação com as funções disponibilizadas pelas empresas. Informações sobre idade, sexo, nível de qualificação, dados descritos nas fichas e relatórios começaram a ter sentido, quando enriquecidos pelas experiências vivenciadas no setor de colocação para o mercado.

A pesquisa de campo aconteceu entre setembro de 2015 a fevereiro de 2016, com a inserção direta da pesquisadora, no setor de colocação para o mercado de trabalho. As observações no cotidiano do setor possibilitaram compreender a dinâmica que respalda a colocação da pessoa classificada pessoa com deficiência no mercado de trabalho.

De acordo com as observações no setor, toda pessoa que entra para entrevista de trabalho, tende a perguntar, inicialmente, se há vaga, em seguida para quê. Em relação à assistente social, a pergunta inicial é se o usuário tem o laudo²⁴ e se este está atualizado.

Sem o laudo, todo o processo de inserção no mercado de trabalho ficava interrompido. Por que isso acontece? Observar o diálogo entre assistente social e pessoa classificada pessoa com deficiência, no momento de entrevista para emprego, possibilitou a identificação de determinadas estruturas que são postas no campo de trabalho.

Somam-se as observações, o trabalho de pesquisa documental nas fichas de Atendimentos da Colocação Profissional e o Relatório de Inseridos 2015, que somaram 238 pessoas, inseridas nas empresas. As fichas eram preenchidas a partir de informações dadas pelas pessoas que procuravam o setor de assistência social da Fundação Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência (FUNAD), em busca de vaga no mercado de trabalho, no ano de 2015. Foram colhidas, nas fichas, informações sobre: a) a origem da deficiência, b) nível de escolaridade, c) idade, d) função apresentada como experiência de trabalho e renda familiar de homens e mulheres.

Além, desse material, o relatório de inseridos foi analisado. Os dados do relatório foram organizados no momento da pesquisa por função, tipo de deficiência e gênero. Através das informações contidas no relatório foi possível analisar os tipos de deficiência e as respectivas funções oferecidas pelas empresas. Todo o material foi fornecido pela ADPD/CORPU- Núcleo de Inclusão Social e Acessibilidade, através das Assistentes Sociais. De acordo com o Relatório de Colocação Profissional do setor da CORPU- FUNAD,

²⁴ Esse assunto será tratado no terceiro capítulo desse trabalho. Ver, p. 127, que aborda “O laudo como identificador”.

referente ao ano de 2015, foram encaminhados para o mercado de trabalho 894 homens e 260 mulheres, totalizando 1.154 pessoas. Desse total, apenas 238 pessoas tiveram efetivamente uma colocação profissional.

A imersão no cotidiano da unidade de estudo contribuiu significativamente para problematizar a categoria pessoa com deficiência. Através do fluxo do cotidiano foi possível analisar a classificação e os mecanismos de inclusão/exclusão da pessoa classificada como pessoa com deficiência.

No cotidiano da pesquisa de campo, a vivência através dos eventos promovidos pela coordenadoria de treinamento, CORPU, bem como na rotina da sala de reabilitação e coordenação de captação de vagas, a análise ocupacional tornou possível estabelecer uma estreita relação entre a classificação e os mecanismos de inclusão/exclusão da pessoa classificada como pessoa com deficiência no trabalho. Foi percebido, através das estruturas postas, o que se objetivou através de agentes promotores da classificação e dos agentes classificados.

No percurso da pesquisa, a participação das pessoas e seu engajamento com o trabalho tornou-se possível, a partir de um exercício de constante diálogo, entre a pesquisadora e seus informantes. No processo de diálogo, sempre se procurou deixar claro os objetivos do trabalho realizado e o intuito de ocupar determinado espaço no cotidiano da instituição. Portanto, a relação que se estabeleceu entre as pessoas que interagiram com a pesquisadora, durante o processo de pesquisa, foi de troca de compreensão e de confiança.

Pelo exposto, no momento de expor as narrativas, os interlocutores sentiram-se mais à vontade quando se garantiu que as informações fornecidas seriam utilizadas de maneira sigilosa, sem referência à sua identificação pessoal. Portanto, foram apresentados pseudônimos, como forma de identificar os entrevistados.

No caso das narrativas, fruto de palestras nos Seminários, foram identificados os interlocutores através do sobrenome, seguido da abreviação do nome. O mesmo procedimento foi utilizado com o nome das pessoas responsáveis por funções dentro da FUNAD.

As narrativas tiveram a identificação P, para a fala da pesquisadora e E para a fala dos entrevistados. Ao final das narrativas, houve a identificação dos entrevistados, através de sobrenome ou pseudônimo, seguido do nome do lugar e do ano da entrevista. As narrativas, fruto da observação, seguiram o mesmo padrão de identificação.

1. 2.1. Os interlocutores

Os interlocutores da pesquisa são pessoas que, através do cotidiano da FUNAD, possibilitaram compreender o universo de significação do classificador, pessoa com deficiência e a sua relação com os mecanismos de inclusão/exclusão no mercado de trabalho. A pesquisa compreendeu diferentes momentos e diversas situações do cotidiano, diferentes estudos de caso.

São diversos os recortes do cotidiano que se definem através da ação dos vários interlocutores em um enredo que envolve um campo, o contexto histórico de surgimento, a ação de especialistas no processo de constituição do sujeito, pessoa com deficiência, a mediação entre as pessoas tidas como pessoas com deficiência e a classificação a partir da relação descrita com a família, a escola, a Fundação e os mecanismos de entrada no mercado de trabalho.

As narrativas colhidas, através de entrevistas e gravações dos eventos mediados pela FUNAD, permitiram compreender:

“[...] as condições sociais e os condicionamentos, dos quais o autor do discurso é produto, sua trajetória, sua formação, suas experiências profissionais, tudo o que se dissimula e se passa ao mesmo tempo no transcurso do discurso, mas também na pronúncia, na entonação, apagadas pela transcrição, como toda linguagem do corpo, gestos, postura, mímicas, olhares, e também nos silêncios, nos subtendidos e nos lapsos. (BOURDIEU, 2011, p.10).

Durante o período de observação, vivenciado no mês de maio, destaca-se a participação no Seminário Desafios e Perspectivas da Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho. Nesse espaço foram definidos como interlocutores da pesquisa, os participantes do evento através de suas narrativas. O local do evento foi o auditório Jimmy Queiroga/FUNAD, 2015. O objetivo do evento, segundo a programação fornecida pela FUNAD, foi “Discutir a efetiva inclusão da Pessoa com Deficiência nas empresas, permitindo que esses sujeitos de direitos sejam reconhecidos pela sua qualificação profissional e desempenho, promovendo, assim, uma inserção e permanência no mercado de trabalho”.

FIGURA 4 - SEMINÁRIO DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA INCLUSÃO, DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO.



FONTE: A autora, (2015).

As experiências gravadas, durante o evento, tornaram possível analisar os mecanismos de inclusão/exclusão da pessoa classificada como pessoa com deficiência, no mercado de trabalho.

Foram interlocutores, nesse momento de pesquisa, uma Representante do Instituto dos Cegos da Paraíba, a professora, participante do evento que narra a dificuldade da pessoa classificada cega em relação ao de visão monocular, encontrar vaga no mercado de trabalho. Uma pedagoga da CORPU, pessoa classificada como pessoa com deficiência visual que narra a ação da FUNAD, no processo de mediação e, por último, a narrativa de Elizangela, pessoa classificada como pessoa com surdez e uma pessoa cadeirante, que narra a experiência de procurar por emprego. As palestras, Os Desafios e Perspectivas da Inclusão da Pessoa com Deficiência, a Garantia dos direitos da empregabilidade da pessoa com deficiência, em setembro de 2015, proferida pela Auditora da Superintendência Regional do Trabalho, foram gravadas e compõem o corpo da tese.

Na continuidade da pesquisa, houve um período de observação na oficina de arte. Foram nove interlocutores que, através de entrevistas, tornaram possível a compreensão da construção social do classificado como pessoa com deficiência. Além das entrevistas, acrescenta-se a narrativa de um professor/reabilitador, sobre o sentido da deficiência dentro do contexto da reabilitação. Durante a entrevista, as pessoas se declararam como pessoa com

deficiência física, pessoa com deficiência mental leve, com deficiência auditiva e com deficiência visual.

Na oficina de informática, foi entrevistada uma pessoa, classificada com deficiência mental leve que, através de sua narrativa, apresenta o jogo social posto para a pessoa tida como pessoa com deficiência, na relação com o mercado de trabalho.

FIGURA 5 - OFICINA DE DESENHO



FONTE: A autora, (2015).

Esse espaço é compreendido pelos entrevistados como um lugar em que “eu me sinto normal”, “as pessoas são iguais a mim” ou, também, um lugar de reabilitação “antes de eu vir para cá, eu não conseguia escovar os dentes, depois do AVC, a minha filha, não queria ir mais para a igreja, ficou com raiva de Deus, ela não aceitava, por isso não me ajudava. Depois que eu comecei [a vir] aqui, eu já penteio [sozinha] o meu cabelo”. Para outros, é um passatempo “meu irmão me trouxe aqui, porque eu não tinha nada para fazer” ou lugar para desenvolver a capacidade de desenhar, de adquirir conhecimento no processo de construção do desenho.

Nesse espaço, durante o período de observação, o processo de entrevista foi sendo construído. O espaço foi cedido pelo professor/reabilitador. Primeiramente, ficou óbvio que os objetivos das entrevistas precisavam ser evidentes. Depois de compreendido o objetivo da pesquisa, o espaço foi conquistado. Assim, nesse espaço houve uma mediação, uma interlocução estabelecida entre reabilitador e pesquisadora, durante o processo de pesquisa de campo, como evidencia a situação vivenciada através da pesquisa:

P: Sentei ao lado do professor de Artes. Ele estava ensinando a aluna de 50 anos, acometida de AVC. Ela só conseguia movimentar o braço direito e enxergava, apenas pelo olho esquerdo. Durante a sua explicação, ele iniciou a leitura do questionário que eu tinha levado com algumas perguntas. O professor começou a ler e parou em um determinado questionamento afirmando, professora, gostei das suas perguntas: “ Quem é a pessoa com deficiência? ”. Logo, em seguida, falou: somos todos nós. Quem não é deficiente? Em seguida me mostrou o desenho que estava ensinado para a aluna. O desenho era uma folha. Me mostrou o traço que dava início ao desenho de uma folha. Depois perguntou a aluna, quantos traços devo colocar para fazer a folha? Ela disse, quatro. O professor, em seguida, coloca: se ela colocar mais eu peço para refazer. Então, a deficiência é isso. É como uma linha tênue entre o limite e a possibilidade. Ela vai desenhando a folha de acordo com o seu limite e, eu vou ajudando na construção das possibilidades. Mas, isso é uma troca, eu não faço isso sozinho, eu aprendo com eles, também.

Todo o processo de observação foi registrado no caderno de campo. O registro contínuo possibilitou resgatar situações, datas, nomes, lugares e diferentes situações vivenciadas, pois sem esse registro, todo o acervo teria se perdido ao longo do tempo.

Na continuidade da pesquisa, houve a observação do evento do Dia D da Empregabilidade, referente ao Setembro Inclusivo. Nesse período, os interlocutores da pesquisa foram nove participantes.

FIGURA 6 - DIA D DA EMPREGABILIDADE



FONTE: A autora, (2015).

Durante o evento, nove pessoas classificadas como pessoas com deficiência foram entrevistadas. Através de suas narrativas, analisou-se a relação com identificador pessoa com

deficiência e experiência de inclusão/exclusão no mercado de trabalho. Evidencia-se que, a partir das experiências, a relação das empresas com a pessoa com deficiência se estrutura por meio de mecanismos de classificação e localização. Esses mecanismos constituem-se a partir de um campo de saber e uma ordem de poder. O classificador, pessoa com deficiência, tem seu sentido no contexto da divisão social do trabalho, dentro de uma ideia capitalista de Estado. No processo de inclusão/exclusão, as condições físicas e cognitivas do trabalhador atuam como capital, aspecto compreendido a partir da situação vivenciada, enquanto observadora. Situações como a de demonstração para as empresas, da capacidade laboral da pessoa classificada como pessoa com deficiência visual, entrevista realizada com uma professora do Instituto dos cegos, sobre o ensino voltado para esse segmento e a inclusão no mercado de trabalho contribuíram nesse sentido.

Seguindo a pesquisa de campo na FUNAD, para a compreensão do processo de classificação e seus mecanismos, foi entrevistada a coordenadora, psicóloga do setor de diagnóstico CORDI. A entrevista, fruto do período de observação no setor de colocação para o mercado de trabalho, buscou compreender o processo de categorização iniciado no setor de diagnóstico e concluído com a aquisição do laudo médico.

Na continuidade da pesquisa e na tentativa de compreender o universo de significado de criação da FUNAD foi entrevistado um interlocutor, pessoa classificada com deficiência visual, pedagoga, funcionária da CORPU, militante do movimento da pessoa com deficiência. O aspecto histórico da origem da FUNAD e o seu sentido foram descritos através de sua narrativa.

Portanto, a análise do processo de classificação e a inclusão/exclusão em relação ao mercado de trabalho deram-se através da perspectiva daqueles que vivenciaram os seus mecanismos. O cotidiano da FUNAD possibilitou apreender as normas, os casos inter-relacionados, as regularidades estruturais e o comportamento real de atores específicos em situações específicas.

Por fim, torna-se necessário questionar qual é esse lugar que se toma como unidade de estudo? Lugar no qual se busca sentido para analisar a classificação pessoa com deficiência e os mecanismos de inclusão/exclusão em relação ao mercado de trabalho. O que é a FUNAD?

Através de uma conversa com um reabilitador sobre a necessidade de conhecer a história da FUNAD, foi possível ter acesso a uma funcionária que participou da criação da Fundação. Em razão da familiaridade do reabilitador com a funcionária, estabeleceu-se uma

relação amigável durante a pesquisa. Em parte, é através da narração das experiências e ações vividas pela entrevistada, que ela apresentou a história da Instituição e seu significado no contexto das pessoas classificadas como pessoas com deficiência. Em seguida, articula-se o contexto social de poder do Estado, em particular o da Paraíba.

1.2.2 Unidade de Estudo: FUNAD

A pesquisa exige do pesquisador, um cotidiano de estudo que vai da leitura da fundamentação teórica à pesquisa empírica e às relações de pesquisa. Em um movimento contínuo de reflexão, esses momentos de estudos se articulam e se retroalimentam. Dialeticamente, possuem limites e possibilidades de reflexões, em torno do objeto proposto para estudo. Tanto, a teoria, quanto a pesquisa empírica se esgota, exigindo que um e outro se enriqueçam através do exercício de análise do pesquisador, que também tem um limite. O olhar do pesquisador ampliado por empiria e teoria descortina um mundo imerso no cotidiano, um mundo velado e dado como natural o qual, através do seu mecanismo de organização e só através do entendimento desse mecanismo, se faz descortinar, deixando transparecer o seu significado simbólico social. Foi a partir desse entendimento de investigação que foi iniciado o trabalho de pesquisa na FUNAD.

Na constituição do tido como pessoa com deficiência, é preciso reconhecer a relação entre as concretas condições temporais, históricas e políticas que atuam através de mecanismos de alienação como uma força inevitável e natural de justificação de sua condição social. Nesse sentido, a construção da pessoa com deficiência dar-se-á a partir de um discurso que a constrói em termos de distância espacial e temporal. Para tanto, é preciso analisar as condições sociais que tornam possíveis a sua existência.

Portanto, nos limites da constituição da pessoa com deficiência, busca-se neste estudo, explicar e conhecer a presença empírica e o contexto de significado histórico da unidade de estudo, FUNAD, como espaço de lutas específicas, no universo de afirmação da pessoa com deficiência, no Estado da Paraíba. Considerando que a história opera por *descontinuidade*, destacam-se acontecimentos, conjunturas e pensamentos sobre o acontecido, no processo de constituição da Instituição.

Assim sendo, os processos vividos daqueles que participaram de sua criação têm o aspecto característico de documento pessoal. É da experiência do sujeito que viveu, que se passa a entender as conjunturas e estruturas da unidade posta para análise. Nesse sentido, é o vivido no falar, em uma história contada, que as descontinuidades são abolidas.

A história oral pode ser entendida como método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica, [...]) que privilegia a realização de entrevistas com as pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de aproximar o objeto de estudo. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc. (ALBERTI, 1989, p.52).

De acordo com a narrativa de quem vivenciou a origem da FUNAD, destaca-se a luta da pessoa tida como pessoa com deficiência e seu engajamento nos movimentos sociais, como uma das variações encontradas em seu contexto histórico. Os principais aspectos incluem variações estruturantes e estruturais destacadas, como importantes no seu padrão de organização, produzido através da *ação* humana.

A ação consiste em estrutura e processos através dos quais os seres humanos formam intenções significativas e, com maior ou menor êxito, as executam em situações concretas. A palavra “significativa” supõe o nível simbólico ou cultural de representação e referência. Considerada em conjunto, as intenções e a execução supõem uma disposição do sistema de ação- individual ou coletivo- para modificar, numa direção pretendida, sua relação com sua situação ou ambiente. (PARSONS, 1969, p.16).²⁵

Compõe a história da FUNAD a ação política das pessoas tidas com deficiência, de acordo com a narrativa apresentada na entrevista, que evidencia a luta do próprio segmento, pessoa com deficiência, na conquista do órgão:

P: A FUNAD tem vinte cinco anos. Ela surge a partir de que necessidade?

E: Eu poderia está dizendo para você... Primeiro uma luta do próprio segmento *pessoas com deficiência* que sentiu a necessidade de um órgão que viesse executar política para atender todas as áreas da deficiência, até então não existia. Existiam ações e.... isoladas. Ações, por exemplo Instituto dos Cegos, trabalhava com a área

²⁵ PARSONS, T. *Sociedades. Perspectivas Evolutivas e Comparativas*. Universidade de Harvard. Tradução Dante Moreira Leite. Livraria Pioneira. São Paulo, 1969, p.16.

visual, as APAEs com a área de intelectual, escola de surdos... Ações que contribuíram muito para a conquista de cidadania, mas de forma que cada uma fazia dentro do seu espaço. E, aqui foi criado para atender todas as áreas com foco sobretudo na reabilitação, inicialmente.

P: Se naquela época existiam ainda as instituições responsáveis como o Instituto dos Cegos, APAEs, que segmento social começa a reivindicar uma instituição para atender tudo?

E: As associações. Quando eu falo o Movimento de pessoas com deficiência eu estou me reportando exatamente as Associações que fez que... foi uma grande conquista do movimento que reivindicou. Todos os instantes que a gente podia estar nas ruas, no dia Nacional de luta em qualquer oportunidade, essa pauta era muito presente na atuação do movimento enquanto segmento de reivindicação e de luta e de defesa para a pessoa com deficiência.

P: Você participou de algum?

E: Muito, muito. Com certeza, em todos os momentos até porque eu sou militante do movimento, ainda sou, além daqui.

P: Na época a associação levava que nome?

E: Cada associação por exemplo os surdos, associação de surdos, as pessoas cegas, associação para os cegos, as APAEs que ainda existem também, enfim, de acordo com a especificidade da área da deficiência.

P: Você que participou desse movimento, o que mudou, em termos de conquista de espaço?

E: Conseguimos, a gente considera a década de oitenta, o maior avanço que tiveram as pessoas com deficiência. Porque foi o segmento que conseguiu incluir dispositivos na legislação Federal, Estadual e Municipal. Foi o segmento que reivindicou pela construção e a criação da FUNAD. Foi assim uma década de muita efervescência. A década nascedoura do movimento, também. A gente participou de tudo, não só da luta dentro do próprio segmento como em outros movimentos populares, também. A FUNAD já nasceu com essa política de reabilitação, o foco maior é em reabilitação, agregado a questão da educação especial, de assessorias de direito a pessoa com deficiência, da parte de educação enfim de todo um contexto, um conjunto de atividades para que a pessoa realmente seja protagonista da cidadania, da inclusão.

Você me pergunta em que avançou? Avançou, qual a direção de hoje? É da inclusão social. (SANTOS, 2016).²⁶

Nesse quadro de memória está o conjunto de estruturas da temporalidade social, marcada por referências sociais e por atividades coletivas, descritas pela entrevistada. Em seu relato, de acordo com as dimensões e divisões temporais, suas referências estão inscritas, tanto na objetividade, quanto na consciência, descritas através da narrativa de sua participação e engajamento, nos movimentos sociais. Quanto à objetividade, descreve:

²⁶ SANTOS, M.F. Militante política do movimento da pessoa com deficiência. Entrevista realizada em 13 de junho de 2016, pessoa classificada pessoa com deficiência visual, Pedagoga, funcionária da CORPU, FUNAD.

E: Conseguimos, a gente considera a década de oitenta, o maior avanço que tiveram as pessoas com deficiência. Porque foi o segmento que conseguiu incluir dispositivos na legislação Federal, Estadual e Municipal. Foi o segmento que reivindicou pela construção e a criação da FUNAD. Foi assim uma década de muita efervescência. A década nascedoura do movimento, também. A gente participou de tudo, não só da luta, dentro do próprio segmento, como em outros movimentos populares, também. (SANTOS, 2016).

Portanto, através dos processos de interação social, as pessoas tidas como pessoas com deficiência passam a exigir formas de integração que atingem os sistemas de relação social, dentro de uma ordem normativa padronizada no bojo da lógica hegemônica de Estado. “O Estado é o nome que se dá aos princípios ocultos, invisíveis- para designar uma espécie de *deus absconditus* – da ordem social, e ao mesmo tempo da dominação, tanto física, como simbólica, assim da violência física e simbólica”. (BOURDIEU, 1989, p.34).

Logo, através de atos políticos de Estado, o governo da Paraíba torna oficial a Fundação Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência (FUNAD):

A Fundação Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência FUNAD, surgiu a partir da entidade de deficiência física, a Fraternidade Cristã de Doenças e Deficientes da Paraíba-FCD, para atender às necessidades dos deficientes, principalmente físicos e visuais, os mesmos não tinham local adequado para a reabilitação e o lazer. De início, a FUNAD recebeu o nome de CIAD – Centro Integrado de Apoio da Paraíba, mas, com a necessidade de elaboração de projetos, foi preciso acrescentar-se a palavra Fundação. Essa instituição teve a contribuição do Governo Estadual (na época do Governador Tarcisio Burity), dos próprios deficientes e de alguns de seus representantes. (RICHARDSON, 2009, p.137).²⁷

A Fundação Centro Integrado de apoio ao Portador de deficiência (FUNAD) foi instituída através de atos do Estado, pela Lei Estadual nº 5.208, de 18 de dezembro de 1989, e sua fundação data de março de 1991.

De acordo com Carvalho (2007), caberia à FUNAD, em consonância com SEESP/MEC (Paraíba, Secretaria de Educação e Cultura/Conselho Estadual de Educação, Resolução nº285/2003 e Parecer 343/2003), gerenciar, planejar, coordenar e promover o desenvolvimento da educação especial em todo o território do Estado da Paraíba, vinculada à Secretaria de Estado da Educação.

²⁷ Richardson, Z. M. R. J. Pobreza, deficiência visual e políticas sócio educativas. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro de educação da Universidade Federal da Paraíba – PPGE/CE/UFPB, como parte dos Requisitos para obtenção do título de Doutor em Educação. João Pessoa, 2009.

Através de atos do Estado, define-se a institucionalização da FUNAD quanto à localização e à constituição da unidade social denominada Fundação. O papel social da FUNAD, o campo de abrangência e os agentes dotados de uma autoridade simbólica são estruturados e materializados através de documentos oficiais. Destacam-se, a exemplo dessa organização, os seguintes artigos das Diretrizes Estaduais para a Educação Especial²⁸, na Educação Básica:

Art. 6º O Sistema Público Estadual de Ensino da Paraíba tem, na Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência – FUNAD, recursos humanos, materiais e financeiros, para viabilizar e dar sustentação ao processo de construção da educação inclusiva.

Art. 7º Compete à FUNAD, para o atendimento desta Resolução, gerenciar, planejar, coordenar e promover o desenvolvimento da Educação Especial em todo o território estadual, em consonância com a SEESP/MEC.

Art. 8º A FUNAD prestará serviços especializados de natureza médica, psicossocial e pedagógica a portadores de necessidades especiais, cabendo-lhe ainda a organização de programas de estimulação precoce, especialmente destinados a creches e à Educação Infantil. § 1º O encaminhamento do educando para atendimento especial na rede pública do Estado é de competência da FUNAD, como órgão integrante da SEC. 3º 2º Serão de responsabilidade da FUNAD, com a participação dos órgãos executores, o desenvolvimento, a avaliação e controle dos programas de atendimento educacional a portadores de necessidades educativas especiais.

O Estado da Paraíba, através da Secretaria do Estado de Educação (SEE), tem a FUNAD como um dos órgãos que colabora na execução e promoção da Política Nacional de educação especial, na perspectiva da educação inclusiva. De forma ramificada atua nas Gerências Regionais de Educação, no fortalecimento da política da educação inclusiva em todo o Estado da Paraíba, “atuando na promoção e valorização da política, da pessoa com deficiência e desenvolvendo ações nas áreas de educação, saúde e inclusão social”. (Governo

²⁸ Governo do Estado da Paraíba, Secretaria da Educação e Cultura, Conselho Estadual de Educação. Resolução Nº 285/2003 institui diretrizes estaduais para a educação especial na educação básica e dá outras providências. O Conselho Estadual de Educação da Paraíba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 10 da Lei Federal n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e pela Lei Estadual n.º 4.872, de 13 de outubro de 1986, e considerando os termos do Parecer n.º 343/2003. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/20806964-Governo-do-estado-da-paraiba-secretaria-da-educacao-e-cultura-conselho-estadual-de-educacao.html>>. Acesso em: agosto de 2017.

da Paraíba, Secretaria de Estado de Educação. Viva o trabalho. Portfólio Institucional, s.d,s.n).

Em uma perspectiva macro, de acordo com o disposto no Decreto nº. 6.215/2007, que articulou, em agosto de 2011, a SEDH, apresenta a minuta de criação de um Comitê Gestor Estadual de Políticas de Inclusão das Pessoas com Deficiência (CGPD) ao Governo do Estado da Paraíba, em observância ao Compromisso Nacional pela inclusão da pessoa tida como pessoa com deficiência, firmado pela SEDH e pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à FOME. Em outubro de 2011, foi publicado o decreto nº 32.447/2011, no qual, dentre as ações instituídas, destacam-se a elaboração da Política e do Plano Estadual das pessoas com deficiência do Estado da Paraíba.

Partindo do preceito da universalidade desse direito, desde o ano de 2011, em virtude das mudanças de gestão pública no Governo do Estado da Paraíba, ampliou-se o atendimento da necessidade de aproximação da Secretaria do Estado da Saúde (SES/PB) com esta pauta encontrando suporte na parceria estabelecida com a Fundação Centro Integrado à Pessoa com Deficiência (FUNAD), órgão da administração indireta ligada a Secretaria de Estado da Educação, referência do estado na atenção à saúde desse público, no intuito de fomentar a discussão, implementação da Política Estadual de Saúde das Pessoas com Deficiência em nosso Estado. (RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO FUNAD, EXERCÍCIO 2011, s.p.).

Por fim, destaca-se que a FUNAD, como órgão da administração indireta do Governo do Estado da Paraíba, atua no âmbito da saúde, educação especial, cidadania e inclusão social, como membro do Comitê Nacional de Gestores Estaduais das políticas para as Pessoas com Deficiência. Deve-se, portanto, destacar que a organização social não resulta de um lugar central de poder, mas de uma forma ramificada de poder, presente nas práticas sociais e no campo de saber. Ainda, articula-se ao campo da educação especial à saúde. Para tanto, em 2013, a FUNAD foi habilitada pelo Ministério da Saúde, como Centro Especializado em Reabilitação na modalidade IV (CER IV), através da Portaria nº 496, expedida no dia 03 de maio de 2013.

O CER é um ponto de atenção ambulatorial especializada em reabilitação que realiza diagnóstico, avaliação, orientação, estimulação precoce e atendimento especializado em reabilitação, concessão, adaptação e manutenção de tecnologia assistiva, constituindo-se em referência para a rede de atenção à saúde no território, e poderá ser organizado das seguintes formas:

CER II-composto por duas modalidades de reabilitação;

CER III-composto por três modalidades de reabilitação;

CER IV-composto por quatro modalidades de reabilitação.²⁹

Atualmente, a instituição é tida como referência nacional ao apoio à pessoa com deficiência e considerada uma das poucas instituições no Brasil que realiza atendimento em todas as áreas de deficiência (física, mental, visual, auditiva e múltipla), transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação. Através de ações desenvolvidas por agentes do Estado, a FUNAD desenvolve estratégias voltadas ao acesso aos direitos e à melhoria das políticas públicas relativas às pessoas com deficiência, junto às Secretarias de Estado da Saúde, do Desenvolvimento Humano e Secretaria de Educação da Paraíba.

1.2.3 Estrutura organizacional

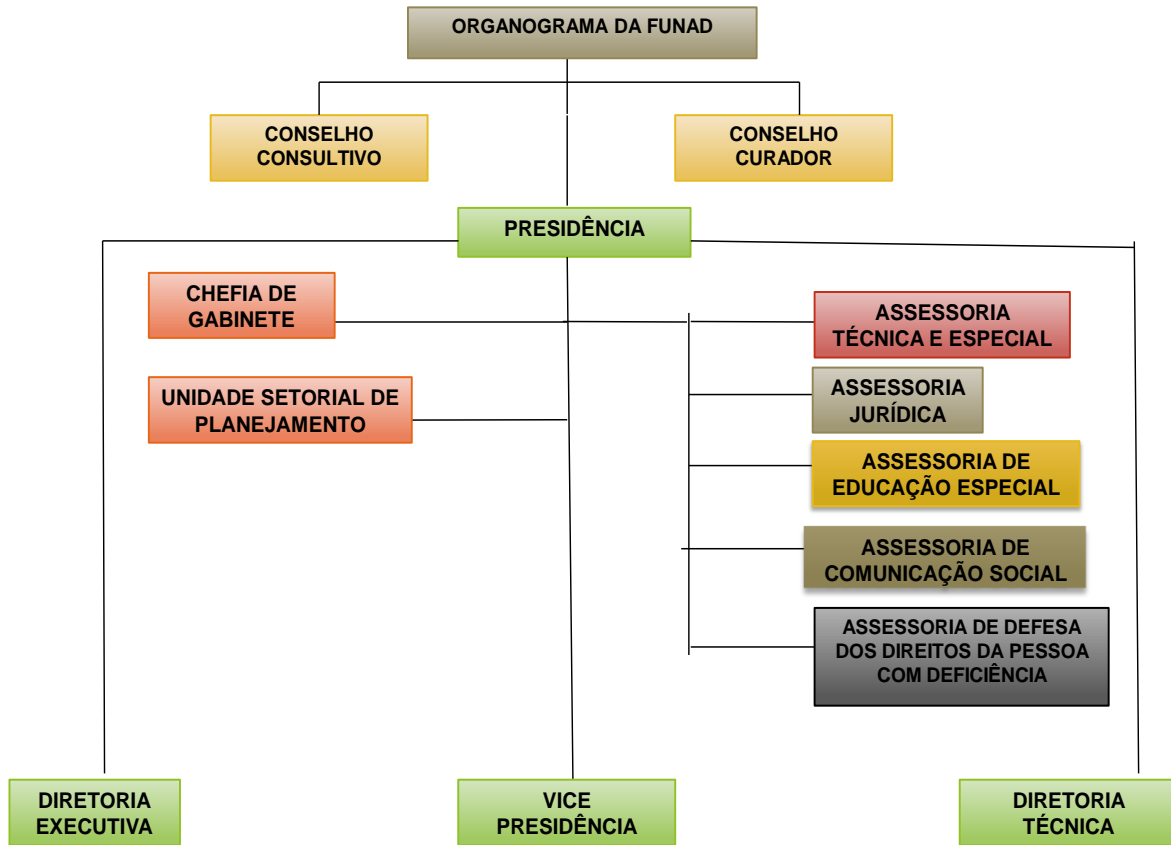
Dentro do cotidiano da FUNAD, fica perceptível as divisões dos setores, as atribuições de cada especialista, como as assistentes sociais, os psicólogos, os professores, os médicos e os pedagogos. Cada setor tem uma função e um tipo de atendimento específico para cada “caso”, como comumente se diz no cotidiano da instituição. Estabelece-se, dentro da sua organização, a divisão dos espaços, dentro de uma ordem de distribuição e dentro dessa ordem, a FUNAD se estrutura através de duas diretorias que se distinguem.

No campo administrativo, a Diretoria executiva (DE) é composta pela Coordenadoria Financeira (CORFIN), Coordenadoria de Informática (CORSIN), Coordenadoria de material, patrimônio e almoxarifado (COMAP), Coordenadoria de recursos humanos (CRH), Coordenadoria de apoio administrativo e Divisão de protocolo (CORAD).

²⁹ Manual de Ambiência dos Centros Especializados em Reabilitação (CER) e das Oficinas Ortopédicas Orientações para Elaboração de Projetos (Construção, Reforma e Ampliação), abril/2013,p.8.

Disponível em: <<http://www.saude.gov.br/pessoacomdeficienciapessoacomdeficiencia@saude.gov.br>>. <<http://docplayer.com.br/7771283-Manual-de-ambiencia-dos-centros-especializados-em-reabilitacao-cer-e-das-oficinas-ortopedicas.html>>. Acesso em: maio2017.

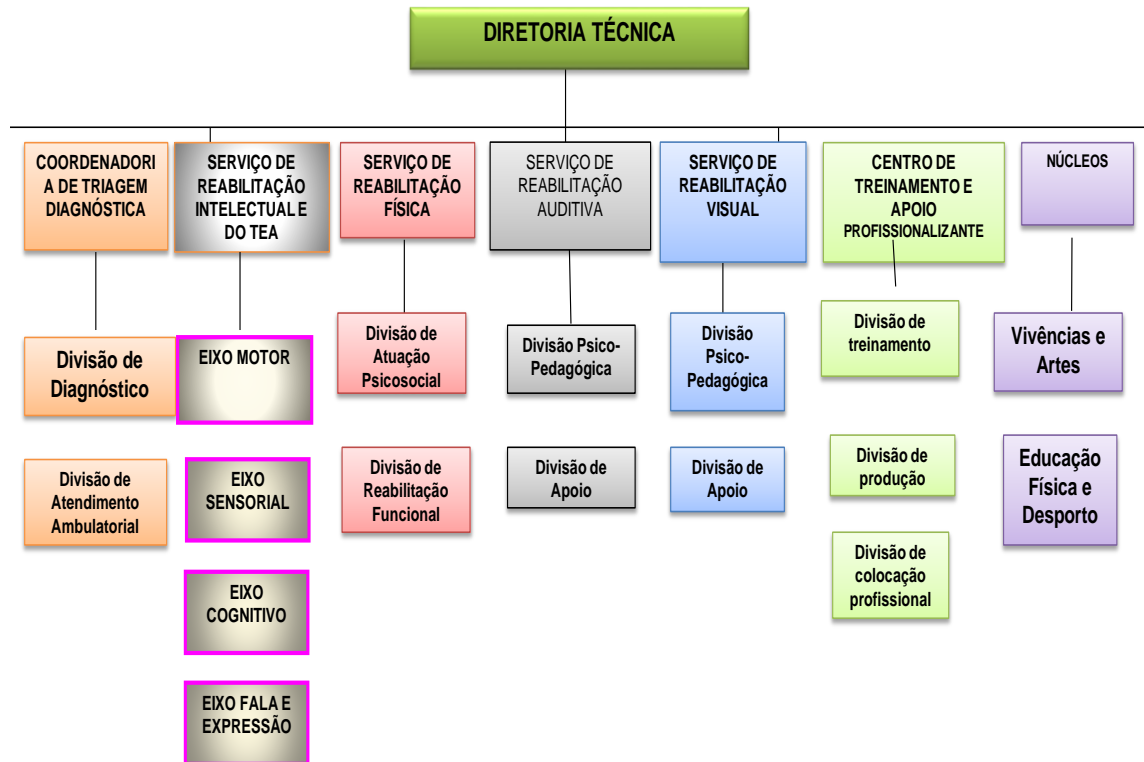
FIGURA 7 - ORGANOGRAMA DA FUNAD



FONTE: FUNAD, 2015.

Compõem, essa diretoria, a Assessoria de Educação Especial (AEE), Assessoria de Defesa dos Direitos das Pessoas com deficiência (ADPD), Unidade Setorial de Planejamento, Projetos e Convênios (USPLAN), Assessoria Jurídica (AJUR), Centro de Apoio da Pessoa Portadora de Deficiência Visual (CAP), Centro de Atendimento aos Surdos (CAS) e Núcleo de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação (NAAHS).

FIGURA 8 - ORGANOGRAMA DA FUNAD – DIRETORIA TÉCNICA



FONTE, FUNAD,2015.

No campo da reabilitação, a diretoria Técnica (DT) é constituída por sete coordenadorias e dois núcleos. Coordenadoria de Atendimento ao Portador com Deficiência Mental (CODAM), Coordenadoria de Atendimento ao Portador com Deficiência Auditiva (CODAPA), Coordenadoria de Atendimento ao Portador com deficiência visual (CODAVI), Coordenadoria de Atendimento ao Portador com Deficiência Física (CODAFI), Coordenadoria de Educação Integrada (CODEI), Coordenadoria de Triagem e Diagnóstico (CORDI), Coordenadoria de Treinamento, Produção e Apoio Profissionalizante (CORPU).

Cada coordenadoria é constituída a partir de um campo de saber que estrutura uma rede de relações dentro da instituição. Os limites dos espaços são dados por campos de saberes e os *atos de categorização* dentro do campo de cada especialidade. “[...]. Em todos os casos se estar diante de atos de categorização. A etimologia da palavra ‘categoria’- de *catagorein*- é ‘acusar publicamente’, e mesmo ‘insultar’; o *catagorein* de Estado acusa publicamente, com autoridade pública”. (BOURDIEU, 2014, p.40).³⁰

As especialidades definem a distribuição dos espaços, das pessoas através de uma vigilância fiscal feita por agentes dotados de uma autoridade simbólica, legitimado pelo Estado. As distribuições nos espaços, dentro do campo das especialidades “[...] individualiza os corpos por uma localização que não os implanta, mas os distribui e os faz circular em uma rede de relações”. (FOUCAULT,2014, p. 143).

Logo, existem os operadores materiais e dispositivos estratégicos de controle e classificação. Nos limites da FUNAD, o processo de categorização é iniciado na Coordenadoria de Triagem e Diagnóstico (CORDI) que inicia todo o processo de categorização de pertença ao classificador, pessoa com deficiência objetivada através do laudo médico.

³⁰ BOURDIEU, P. Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-92). São Paulo: Companhia das Letras,2014.

FIGURA 9 - LAUDO MÉDICO



 GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
 Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência- FUNAD
 CORDI – Coordenadoria de Triagem e Diagnóstico

LAUDO MÉDICO

PAULO HENRIQUE ARAÚJO, D.N: 03/07/2002,
 Matrícula nº 13.1217-6, CPF: 884387594-91, submeteu-se a uma avaliação,
 pela equipe interdisciplinar desta Coordenação - CORDI (Coordenadoria de
 Triagem e Diagnóstico) – FUNAD, tendo como Diagnóstico (s): Deficiência
 intelectual leve. Polineuropatia periférica motora desmielinizante de grau leve.
 Surdez hereditária não especificada. Perda auditiva bilateral. Audiometria:
 Perda auditiva sensorineural de grau moderado bilateral. Déficit visual.

CID - 10: F 70; G 62.8; G 11.9; H 90.3

João Pessoa, 21 de outubro de 2015.

 Dra. Lúcia Maria de S. Araújo
 Dra. Lúcia Mª S. Araújo CRM-FB 2112 CRM: 2112

ENCAMINHAMENTO:		
CODAFI	CODAVI	CODAPA

FONTE: FUNAD, (2015)³¹.

Para tanto, a Instituição de reabilitação atua através dos serviços especializados como o Serviço Especializado de Reabilitação Física (SERFI), Serviço Especializado de Reabilitação da Pessoa com Deficiência Visual (SERVI), Serviço Especializado de Reabilitação Auditiva (SERA), Serviço Especializado de Reabilitação Intelectual (SERI), Coordenadoria de Treinamento e Produção e Colocação Profissional (CORPU).

³¹ A pesquisadora omitiu o nome do usuário.

O SERFI tem por objetivo oferecer atendimento especializado através de uma equipe interdisciplinar (assistente social, psicólogo, terapeuta ocupacional e fisioterapeuta), principalmente para as pessoas com disfunções neurofuncionais, contribuindo para melhoria da qualidade de vida em seu aspecto biopsicossocial.

Os serviços são prestados aos usuários de todas as faixas etárias com sequelas decorrentes de Paralisia Cerebral (PC), Acidente Vascular Encefálico (AVE), Traumatismo Raquimedular (TRM), Traumatismo Crânio Encefálico (TCE), Síndrome Neurológica, Erros Inatos do Metabolismo, Mal de Parkinson, Amputações, Miopatias, Distrofias dentre outras.

O SERVI tem por objetivo desenvolver atividades psicossociais, de habilidades básicas, orientação e mobilidade, manuscrito, ensino do Sistema Braille e terapia ocupacional que objetivam habilitar e reabilitar a pessoa cega e de baixa visão, favorecendo o exercício pleno de sua cidadania.

O SERA é responsável pelo atendimento à pessoa com deficiência auditiva, seja qual for o grau de sua deficiência, visando à prevenção, à habilitação, à reabilitação e à educação para a pessoa surda através de serviços de assistência social, psicologia, otorrinolaringologia, fonoaudiologia, estimulação precoce e habilidades básicas, oficina de libras para familiares, serviço de interpretação e ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

O SERI tem como objetivo garantir linhas de cuidado em saúde nas quais sejam desenvolvidas ações voltadas para o desenvolvimento de habilidades singulares no âmbito do projeto terapêutico, particularmente voltadas à cognição, linguagem e sociabilidade de seu público alvo, por meio das seguintes atividades: estimulação precoce, orientações à família, orientações à escola, reabilitação/habilitação, desenvolvimento de habilidades comunicacionais, de interação social e de aprendizado.

A CORPU tem por objetivo ampliar as possibilidades de inclusão social da pessoa com deficiência, através da profissionalização e de atividades produtivas, promovendo sua inserção no mercado de trabalho através da Lei de Cotas. São serviços prestados pela CORPU: sondagem de aptidões, orientação profissional, captação de vagas, análise ocupacional, orientação familiar, integração da família com o usuário através de oficinas, ações, projetos e palestras.

A FUNAD tem, em sua organização, diversos campos atuando, em torno daquele que é definido como pessoa com deficiência. Sobre esse aspecto, destacam-se o campo médico de

diagnóstico e reabilitação, a assistência social, o campo do mercado de trabalho e o campo psicopedagógico.

Além dos serviços apresentados, existem dois núcleos: o Núcleo de Vivência e Arte (NVA) e Núcleo de Educação e Desporto. Compõe a estrutura a Comissão permanente de prevenção às deficiências e interiorização (COPREDI).

Atua, no interior da Fundação, a escola Ana Paula, no atendimento à reabilitação intelectual.

Escola Ana Paula Ribeiro Barbosa Lira, criada em 16/02/98, para atender às necessidades das pessoas com deficiência, objetivando a sua escolarização na perspectivas de inclusão, em atendimento às novas recomendações emanadas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Federal nº 9.394 de 20.12.96), está vinculada a Secretária da Educação do Estado e é direcionada as pessoas com deficiência que estão fora da faixa etária e não conseguiram alfabetizar-se , dando-lhes oportunidade de vivenciar uma prática pedagógica que venha atender às suas reais necessidades e interesses. (RICHARDSON, 2009, p.140).

A estrutura organizacional se configura com base nas diversas especialidades. O saber delimitado pelo campo de poder possui mecanismos que atuam na constituição do identificador pessoa com deficiência. Através da técnica do exame e dos mecanismos de classificação sistemática das doenças, articula-se o processo de categorização.

Vivenciar o cotidiano da FUNAD produziu estranhamentos, que possibilitaram a pesquisa extrapolar a familiaridade posta no cotidiano do ambiente escolar. Mediante toda a dinâmica do cotidiano presente, nos aspectos estruturais de sua organização e no aspecto estruturante das práticas, foi possível perceber, tanto o poder metacampo presente na organização, quanto os seus processos intersubjetivos. As diversas faces vistas, a partir dos diversos campos de saberes, presentes nas especialidades, tornaram possível perceber que o objeto de pesquisa precisava ser compreendido a partir de uma forma ramificada de poder e saber presentes na sociedade. Uma sociedade possuidora de uma organização complexa, com ramificações e grupos sociais mediados por atos do Estado, atos políticos que têm efeito no mundo social, de acordo com (BOURDIEU,2014). Dentro desse contexto, apresentam-se os sujeitos de estudo e objeto da análise.

1.3 Sujeitos de estudo: a pessoa classificada pessoa com deficiência

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU,2012), aproximadamente 10% da população mundial, cerca de 650 milhões de pessoas vivem com algum tipo de deficiência. São a maior minoria do mundo e cerca de 80% dessas pessoas vivem em países em desenvolvimento. Entre as pessoas mais pobres do mundo, 20% têm algum tipo de deficiência. Situação igual é apresentada pelos brasileiros quando se trata de pessoas classificadas como pessoas com deficiência:

No Brasil segundo os dados do IBGE (2010)³², 45 606 048 milhões de pessoas que declararam ter pelo menos um tipo de deficiência, correspondendo a 23,9% da população brasileira. Dessas pessoas, 38 473 702 se encontravam em áreas urbanas e 7 132 347, em áreas rurais. Desse total, 25.800.681 (26,5%) são mulheres e 19.805.367 (21,2%) são homens. Considerando a população residente no país, 23,9% possuíam pelo menos uma das deficiências investigadas: visual, auditiva, motora e mental ou intelectual. A prevalência da deficiência variou de acordo com a natureza delas. A deficiência visual apresentou a maior ocorrência, afetando 18,6% da população brasileira. Em segundo lugar está a deficiência motora, ocorrendo em 7% da população, seguida da deficiência auditiva, em 5,10% e da deficiência mental ou intelectual, em 1,40%. (CARTILHA DO CENSO, 2010, 2012, p. 6).

Para ilustrar, em termos de percentual da população, segundo as Grandes Regiões brasileiras, a região Nordeste apresenta o maior índice de deficiência entre a população residente. A proporção é de 26,63, seguida da região Norte com 23,40 e Sudeste 23,03, Centro-Oeste 22,51e Sul 22,50. Entre os estados brasileiros, a maior incidência da deficiência encontra-se nos estados do Rio Grande do Norte com taxas de 27,86% e na Paraíba 27,76%, bem acima da média nacional que é de 23,9%.

A saber, de acordo com a ONU (2012), nos países em desenvolvimento, 90% das crianças com deficiência não frequentam a escola. Entretanto, no Brasil, de acordo com o, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP,2016), 57,8% das escolas brasileiras têm alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades, incluídos em classes comuns. Em 2008, esse percentual era de apenas 31%.

³² Fonte: IBGE 2010. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=794>>. Acesso em: maio/2017.

“As regiões Nordeste e Norte apresentam os maiores percentuais de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades incluídas em classes comuns, com 94,3% e 90,7%, respectivamente”. (INEP, 2016).³³

Na Paraíba, em 1999, existiam 3.532 alunos com deficiência. Desse total, 2.899 se encontravam nas escolas especializadas e 633 na escola regular em sala de educação especial. Em 2007, 3.872 estudantes foram matriculados no ensino regular. Em 2012, foram matriculados 11.937 estudantes. Em 2015 foram matriculados 13.808 no Estado. A Prefeitura Municipal de João Pessoa registrou em 2017, a matrícula de aproximadamente 1.186 crianças com deficiências.³⁴

Um dos fatores que pode ter contribuído para a migração dos estudantes das escolas especiais para as escolas regulares foi o estabelecimento, através do Decreto Nº 6.571, que estabelece a criação das salas de recursos multifuncionais no ensino regular.³⁵

Os mecanismos sociais, como o da localização e organização social, estruturam fluxos e processos intersubjetivos que se materializam em determinadas condições como a do nível de escolaridade. O nível de escolaridade se constitui em capital cultural, que a pessoa classificada, pessoa com deficiência, apresenta no processo de competição, em busca de trabalho. Sobre esse aspecto, a pesquisa realizada no setor de mediação para o mercado de trabalho, CORPU-FUNAD, revela a condição dos pesquisados como parte de uma problemática maior que se articula aos contextos nacionais e mundiais de escolarização dos ditos deficientes.

1.3.1 Dados da escolaridade dos pesquisados FUNAD ano 2015

³³BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Notas estatística-Censo Escolar 2016. Brasília-DF, fevereiro de 2017. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf>. Acesso em: abril/2017.

³⁴Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/prefeitura-matricula-mil-alunos-com-necessidades-especiais-para-o-ano-letivo-de-2017/>>. Acesso em: maio 2017

³⁵Disponível em: <<http://correiodaparaiba.com.br/cidades/educacao-inclusive-ainda-esta-atrasada-na-rede-privada-de-ensino-dizem-especialistas/> Katiana Ramos / 23 de abril de 2017>. Acesso em: maio/2017.

De acordo com a pesquisa, a maioria das pessoas que procurava emprego no setor da CORPU no ano de 2015, apresentava um grau de escolaridade entre o fundamental e médio. De um universo de 375 pessoas ditas como pessoas com deficiência, 110 se declararam mulheres e 265 se declararam homens.

Do universo de 110 mulheres, 105 foram analisadas. Dentre as declarantes, 46 apresentavam como nível de escolaridade o ensino médio completo, 23 apresentaram o ensino superior completo, 12 o nível fundamental incompleto, 11 o ensino médio incompleto, 8 o ensino superior incompleto, 3 o fundamental completo, 1 a alfabetização e apenas 1 a pós-graduação.

Dentro do universo de 265 homens, foram analisados 252. Dos 252, 109 homens declararam possuir o ensino de nível médio, seguido de 53 o fundamental incompleto, 26 o médio incompleto, 22 o superior incompleto, 16 o superior completo, 11 o fundamental completo, 7 se declararam não alfabetizados, 6 com curso de nível técnico e 2 afirmaram ter apenas a alfabetização.

TABELA 1- NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS PESQUISADOS

	MULHERES	HOMENS
Não alfabetizado (a)	0	7
Alfabetizado (a)	1	2
Fundamental incompleto	12	53
Fundamental completo	3	11
Técnico	0	6
Médio incompleto	11	26
Médio completo	46	109
Superior incompleto	8	22
Superior completo	23	16
Pós-graduação	1	0
Total	105	252

FONTE: Fichas de Avaliação Social - CORPU-FUNAD, 2015, João Pessoa-PB

Nota: Dados trabalhados pela pesquisadora

No grupo analisado, observa-se um percentual maior de mulheres alfabetizadas e com o ensino médio completo, totalizando 46 pessoas. Em relação ao ensino superior completo, o número de mulheres é superior ao dos homens, pois 23 mulheres apresentaram formação superior completa, para apenas 16 homens.

Em relação aos homens, existe ainda, um número de não alfabetizados. A soma dos não alfabetizados com alfabetizados e do ensino fundamental e médio incompletos totalizou 99 pessoas. Com ensino médio completo, existe a maioria, totalizando 109 pessoas. Declararam-se com o superior incompleto, 22 pessoas, número maior dos que se declararam formados, apenas 16. A realidade apresentada em uma perspectiva micro dialoga com o contexto de significação social, econômica e histórica da sociedade Brasileira. Portanto, em termos nacionais:

Em 2010 existiam 45 220 745 pessoas de 5 anos ou mais de idade que apresentavam pelo menos uma das deficiências investigadas. Desse total, 36 964 660 estavam alfabetizadas, 81,7% desse segmento populacional. Para as pessoas sem nenhuma deficiência, essa taxa chegou a 92,1%. Considerando o gênero da população com deficiência, para as mulheres a taxa de alfabetização foi de 82,33% e de 80,97% para os homens. Entre os tipos de deficiência, a menor taxa de alfabetização foi no grupo com deficiência mental ou intelectual, taxa de 52,8%, seguida pela motora, com 71,6% e visual com 83,1%. Portanto, em 2010, a deficiência mais restritiva à alfabetização era a mental ou intelectual.

O nível de instrução mede a proporção de pessoas de 15 anos ou mais de idade que atingiram determinados anos de estudo. Em 2010, na população com deficiência, 14,2% possuíam o fundamental completo, 17,7%, o médio completo e 6,7% possuíam superior completo. A proporção denominada “não determinada” foi igual a 0,4%. Em 2010 havia, ainda, grande parte da população sem instrução e fundamental completo, um total de 61,1% das pessoas com deficiência.

No nível regional, a Região Nordeste teve o maior percentual de pessoas sem instrução e fundamental incompleto, com a taxa de 67,7% e a Região Sudeste apresentou a menor, com 56,2%. Com relação ao nível superior, a menor taxa foi de 4,0% na Região Nordeste e a maior foi de 8,5% na região Sudeste do país. (DADOS DO IBGE, Censo- 2010, 2012, p.18).³⁶

A realidade da escolaridade, da pessoa tida como pessoa com deficiência, reflete uma produção histórica das condições materiais das vias de acesso aos meios de trabalho. De acordo com os seguintes dados:

A comparação entre as pessoas com pelo menos uma das deficiências e as pessoas sem nenhuma das deficiências mostra que somente 38,2% desse último grupo não possuíam instrução e fundamental incompleto.

³⁶ Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com Deficiência / Luiza Maria Borges Oliveira / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) / Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência; Brasília : SDH-PR/SNPD, 2012. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>>. Acesso em: maio/2017.

O segundo maior nível de diferença entre os segmentos foi o de médio completo e superior incompleto, de 12 pontos percentuais. Em 2010, 6,7% das pessoas com deficiência possuíam diploma de cursos superior, enquanto 10,4% das pessoas sem deficiência o possuíam. (DADOS IBGE, Censo - 2010, 2012, p.17).³⁷

Os dados da escolarização apresentados são parte de uma realidade objetiva vivenciada pela pessoa classificada como pessoa com deficiência, no Brasil. Soma-se ao nível de escolaridade, outra realidade, uma vez que de acordo com os dados do (INEP,2016, p.6), das 105,3 mil unidades com pré-escola no Brasil, apenas “29% têm banheiro adequado para alunos com deficiência ou mobilidade reduzida” e apenas “23,3% dessas escolas têm dependências e vias adequadas”.

De acordo com o Censo Escolar da Educação Básica 2016, existem apenas banheiro adequado a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida disponível em 33% das (132,7mil) escolas que oferecem alguma etapa do ensino fundamental. Em relação à adequação das vias e dependências para o mesmo público, o percentual é de 25,8%.

Ainda, de acordo com o Censo, das 62,5 mil escolas que são responsáveis pelos anos finais do ensino fundamental, apenas 48,0% possuem banheiro adequado para alunos com deficiência ou mobilidade reduzida. Em relação à adequação das vias e dependências, para o mesmo público, o percentual é de 38,7%. Há quase duas escolas de anos iniciais (116,3 mil) para cada escola de anos finais.

A mesma condição é vista no ensino Médio. Das 28,3 mil escolas de ensino médio no Brasil, existe banheiro adequado aos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida disponível em apenas 58,0% das escolas. Em relação à adequação das vias e dependências para o mesmo público, o percentual é de 46,7%.

O País conta com 1,9 milhões de matrículas na educação profissional³⁸.As regiões Nordeste e Norte apresentam os maiores percentuais de alunos com deficiência, transtornos

³⁷CARTILHA DO CENSO 2010 – Pessoas com Deficiência / Luiza Maria Borges Oliveira / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) / Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência; Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012, p.17.

³⁸ “Inclui curso técnico concomitante e subsequente, integrado ao ensino médio regular, normal/magistério, integrado à EJA de níveis fundamental e médio, Projovem Urbano e FIC fundamental, médio e concomitante”. Brasil. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. CensoEscolar da Educação Básica 2016.Notas Estatísticas. Brasília-DF, fevereiro de 2017. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf>, p.10>. Acesso em: maio/2017.

globais do desenvolvimento ou altas habilidades incluídas em classes comuns, com 94,3% e 90,7% respectivamente. Não se evidencia o número de pessoas com deficiência no universo da profissionalização.³⁹ (INEP, NOTAS ESTATÍSTICAS – CENSO ESCOLAR, 2016, p.11).

Provavelmente, os dados de escolaridade revelam universo de significado simbólico. Tais significados perpassam as práticas sociais presentes nas unidades de sistemas, como, a escola e a Fundação. Os dados precisam ser compreendidos dentro do universo de significação social, do qual, a pessoa classificada como pessoa com deficiência é produto. Logo, o sujeito constituído pessoa com deficiência é resultado das relações sociais. Sem dúvida, a sua constituição extrapola o caráter biológico. “Desde o momento do nascimento, o desenvolvimento orgânico do homem, e na verdade uma grande parte do seu ser biológico, enquanto tal, está submetido a uma contínua interferência socialmente determinada”. (BERGER e LUCKMANN, 2014, p.69). Por conseguinte, o homem se constitui a partir de suas interações.

Por fim, a pessoa com deficiência é compreendida neste trabalho como um ser produzido a partir de mecanismos sociais simbólicos de diferenciação e homogeneização, que tende, através das taxionomias e hierarquias sociais, a categorizar e classificar. A classificação é um mecanismo estruturado pelo saber, que é posto em ação a partir de uma ordem de poder instituído em um determinado momento histórico.

Os contextos históricos demonstram que novas classificações surgem de acordo com a ordem de poder e saber instituído. Dentro de contextos históricos e diferentes sistemas de organização social, normas e padrões foram instituídos e legitimados para categorizar as pessoas que serão apresentadas como a unidade de análise desta pesquisa.

1.3.2 Unidade de análise

Para obter dados que permitam repensar a teoria, aprofundá-la e ampliá-la, o diálogo com os protagonistas se fez necessário. O olhar de cada agente é de suma importância para possibilitar a compreensão e o enriquecimento do debate sobre a classificação e os mecanismos de inclusão/exclusão da pessoa classificada pessoa com deficiência, no mercado de trabalho.

³⁹ Idem, p.11.

Primeiramente se considerou como os protagonistas da pesquisa, os ditos usuários da FUNAD. A Fundação tem a seguinte definição de usuário:

Os usuários da FUNAD seriam, portanto, “As pessoas de todas as idades com deficiência intelectual, visual, auditiva, física, múltipla, transtorno Global de Desenvolvimento (TGD), Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) e pessoas com altas habilidades/superdotação”. (GOVERNO DA PARAÍBA. VIVA O TRABALHO. FUNDAÇÃO CENTRO INTEGRADO DE APOIO AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA-FUNAD, s.d, p.7).

Também, encontra-se nessa categoria os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) com deficiência temporária ou permanente, vítimas de acidentes de trânsito, do trabalho, pessoas com transtornos globais do desenvolvimento (Transtorno do Espectro Austista (Autismo, Síndrome de Asperger e TGD não especificado), Síndrome de Rett e Transtorno Desintegrativo da Infância), pessoas com altas habilidades e superdotação.

Atualmente, de acordo com o dicionário da língua portuguesa, o termo deficiente significa “quem possui algum tipo de deficiência, funcionamento ausente ou insuficiente de um órgão. Pessoas cujas faculdades físicas ou intelectuais são diminuídas em comparação ao seu funcionamento esperado. Deficiente é sinônimo de: incompleto, diminuto, insuficiente, falho, imperfeito”.⁴⁰

De acordo com o estudo de Carvalho (2007), outros termos como “inválido, menos válido, deficiente, anormal, descapacitado, indivíduo de capacidade reduzida, indivíduo de capacidade limitada, incapacitado, impedido, minorado. Aquele que apresenta anomalia, deficiência, *déficit*, invalidez, retardo e transtorno” foram sendo utilizados ao longo do tempo para classificar a pessoa tida como pessoa com deficiência.

O termo “inválido” e “incapaz” foi utilizado em pleno século XX, seguidos dos termos “defeituosos”, “deficientes”, excepcionais que perduraram de 1960 até 1980. Sobre a classificação incapaz, o termo evoluiu para “indivíduo com capacidade residual”. Os “defeituosos”, classificação atribuída às pessoas com deformidades, principalmente de ordem física. Os “deficientes”, pessoas classificadas com deficiência física, intelectual auditiva,

⁴⁰Dicionário Online de Português, definições e significados de mais de 400 mil palavras. Todas as palavras de A a Z. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/acesso_novembro_2017>. Acesso em: janeiro/2018.

visual ou múltipla. Os “excepcionais” eram as pessoas com deficiência intelectual e superdotação. (CARVALHO, 2007).

Portanto, as pessoas classificadas como pessoas com deficiência, participantes da pesquisa, receberam, ao longo do tempo, de acordo com a FUNAD, denominações que não são mais consideradas adequadas como:

- Excepcional – não se deve ressaltar a excepcionalidade da condição que a pessoa apresenta, mas o fato de ser pessoa, apesar de ter uma deficiência;
- Deficiente- a pessoa com deficiência tem um impedimento específico, mas não é em sua totalidade uma pessoa deficiente;
- Pessoa portadora de deficiência – a deficiência não é uma condição que a pessoa pode portar ou deixar de portar; ele tem determinada deficiência;
- Portadores de necessidades especiais – também não se considera adequado o termo porque é demasiado genérico, não especificando a condição de uma deficiência;

Pessoas normais ou ditas normais- utilizam-se pessoas sem deficiência.

Atualmente, o correto é utilizarmos os seguintes termos: pessoa com deficiência auditiva; pessoa com deficiência física; pessoa com deficiência intelectual; pessoa com deficiência intelectual.(Governo do Estado da Paraíba. Secretaria da Educação. Secretaria do Desenvolvimento Humano. Secretaria dos Direitos Humanos. Direitos das Pessoas com deficiência. Cidadania, participação e acessibilidade, sd., p.5).

Observa-se, portanto, que a definição, pessoa com deficiência, tem um sentido social a partir do tempo e do lugar de significado. Atualmente o Estatuto da Pessoa com Deficiência de 2015, em articulação com a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com deficiência, define:

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

§ 1º A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará: I - os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo; II - os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais; III - a limitação no desempenho de atividades; e IV - a restrição de participação. (ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA,2015, p.20).⁴¹

⁴¹BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. LEI N 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.andislexia.org.br/Estatuto-da-pessoa-com-deficiencia.pdf>>. Acesso em: janeiro/2018.

As diversas classificações atribuídas à pessoa tida como pessoa com deficiência, revelam uma história incorporada e exteriorizada, através de mecanismos de controle e categorização que tornam legítimos a constituição do ser social, pessoa com deficiência. Há, dessa forma, a performatização de uma função social tida como *naturalmente destinada*, marcada por muitos sinais de distinção, dentre eles, a própria distância estabelecida em oposição aos normais. De certo, a pessoa não se faz por si mesma, ela se constitui a partir de um sistema de relações que a define e a localiza socialmente.

Em suma, neste trabalho, a pessoa classificada como pessoa com deficiência é compreendida como um ser produzido a partir de aspectos sociais simbólicos. Assim sendo, para se analisar os sentidos sociais do tido pessoa com deficiência, é necessária a compreensão do contexto histórico que torna possível a sua existência. Nesse sentido, o *habitus*, enquanto ferramenta teórica, permite a análise do objeto, a partir de sua relação com os padrões estáveis das interações sociais, a estreita articulação entre o corpo, a tradição, as condições históricas e as estruturas sociais, mediadas por mecanismos simbólicos de controle, que situam as pessoas em determinado campo do jogo social. Assim sendo, a análise histórica se apresenta como indispensável. Para tanto, o segundo capítulo deste trabalho converge nesse sentido.

CAPÍTULO 2 - A PESSOA COM DEFICIÊNCIA: UM SER PRODUZIDO A PARTIR DE ASPECTOS SOCIAIS SIMBÓLICOS

No segundo capítulo, o estudo analisa os aspectos sociais simbólicos e o contexto histórico de constituição da categoria, pessoa com deficiência. O recorte temporal se dá desde a antiguidade, passando pela Idade Média até a Modernidade. No período moderno, analisa-se o contexto histórico do Brasil. Destaca-se a classificação e localização social do dito, pessoa com deficiência, a partir de dois momentos históricos, um no período eugênico e outro que se define no capitalismo.

A perspectiva moral de constituição, a perspectiva normativa, as estruturas, as relações intersubjetivas e o poder simbólico das concepções de saber, que localizam as pessoas na categoria, pessoa com deficiência, ao longo da história, são aspectos importantes de análise neste estudo.

Analisar a origem dessa categoria, sua constituição e sua permanência no universo social, possibilita compreender o sentido da produção da deficiência, no jogo de organização social, estabelecida por campos de saberes. A produção da categoria se estrutura através de um jogo moral e normativo, definidor de estruturas e organizações sociais legítimas, que se ordena através de um conjunto simbólico de relações intersubjetivas.

O jogo simbólico que se estabelece em um determinado campo de saber, define uma política de controle das pessoas, através da articulação entre normas e práticas cotidianas. A relação entre saber, prática e normas, estrutura relações e define papéis, que serão desempenhados por cada um no jogo social simbólico. Nesse jogo simbólico, há uma perspectiva do eu e do outro no processo de interação. Assim, existe um caráter relacional na constituição da classificação, pessoa com deficiência.

O caráter relacional está no uso de mecanismos sociais, de classificação e localização que tendem a categorizar as pessoas dentro de uma ordem de poder que é histórica, econômica, política e social. Analisar a origem dessa categoria, sua constituição e sua permanência no universo social, possibilita compreender o sentido da produção da deficiência no jogo de organização social, atualmente.

Para tanto, a análise parte da concepção de que a constituição da categoria, pessoa com deficiência passou pela produção de um saber e um poder, legitimado

socialmente, desde as sociedades antigas até a modernidade. Dentre os campos de saber, destacam-se as perspectivas: biológica, religiosa, médica, psicológica e pedagógica.

No contexto do Brasil, a dimensão histórica da constituição da categoria pessoa com deficiência é compreendida a partir de três momentos: o primeiro período assistencialista, definido pela ação da igreja, tem a utilização do termo *desvalido* como a classificação que tem sentido no campo religioso.

O segundo período, o eugenismo através de seus mecanismos, como o da segregação e o sanitarismo, contribui para constituição da categoria dentro da perspectiva médico-biológica definida como os “*degenerados*”, dentro da classificação do campo médico. No ano de 1930, surgiram as classificações “normais” e anormais”. Nessa construção, existe a concepção médica, articulada à concepção psicológica e à pedagógica.

No período eugenista, o campo pedagógico se constituiu em outro campo de produção de saber e poder, da categoria pessoa com deficiência. Esse campo participou, dentro do processo histórico, de definição do ser deficiente, não como produtor de um saber pedagógico, mas como um instrumento de difusão de ideais médicos e psicológicos. No contexto histórico, de ideais eugênicos, os mecanismos psicológicos, médicos e pedagógicos possibilitaram a constituição das categorias “anormal” e “normal”⁴² dentro do contexto histórico brasileiro.

Assim sendo, a partir de uma perspectiva histórica, busca-se analisar a categoria pessoa com deficiência a partir dos processos sociais de classificação. Portanto, apresenta-se a produção social da deficiência através da constituição histórica do sujeito, constituído “anormal”, situado em um campo relacional. A produção da deficiência passa por uma concepção de mundo que a situa em uma organização social através de um campo de surgimento, o seu contexto de referência. A partir dessa perspectiva, existe uma concepção de mundo, que situa a pessoa com deficiência dentro de uma ordem de poder e saber, ao longo da história, conforme tempo e lugar.

No terceiro período do contexto histórico, analisa-se a ação da escola, dentro do contexto hegemônico capitalista, baseada em ideais de planejamento e racionalização

⁴² FOUCAULT, M. Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo. WMF Martins Fontes, 2010.

dos recursos estatais, tendo a escola atrelada aos ideais capitalistas e atuando através de mecanismos de controles, fundamentados na divisão social do trabalho. Enfatiza-se, neste caso, a relação entre a escolarização como um processo de diferenciação e homogeneização.

Nesse sentido, o corpo é objetivado como matéria prima para o trabalho e a qualificação é um atributo individual, de forma que as pessoas passam a ser diferenciadas em termos de habilidades físicas, aptidões, interesses e características pessoais.

Analisar, historicamente, quais são os critérios que são postos para classificar uma pessoa, como pessoa com deficiência, bem como compreender quem as classifica e com quais instrumentos, permite compreender o jogo social e os mecanismos de controle definidos para esse segmento.

Portanto, identificar as marcas de diferenças simbólicas construídas historicamente e compreender como essas marcas são estruturantes do cotidiano social, daquele que é tido pessoa com deficiência, é um dos objetivos deste trabalho. Então, ao se recusar a existência natural do deficiente, chama-se a atenção para a construção da pessoa, observando-se que nesta as dimensões simbólicas são substanciais.

Por conseguinte, identificar características sociais atribuídas às pessoas tidas com deficiência, por meio de mecanismos simbólicos, possibilita compreender a teia de significados que as envolvem e as situam socialmente. Para tanto, dentro do processo histórico, busca-se compreender a intersubjetividade social, a partir dos símbolos sociais que medeiam as relações entre as pessoas classificadas normais e as classificadas pessoas com deficiência.

Este é o primeiro objetivo deste trabalho: analisar a construção social e histórica daquele que será tomado, enquanto pessoa com deficiência, sendo que o modelo e a dimensão do controle não são, de maneira alguma, dados pela natureza. Dessa forma, é visto, inicialmente, como “o potencial biológico é atualizado segundo a medida e o modelo de regulação dos afetos e pulsões que a sociedade os desenvolveu e os prescreve”. (ELIAS, 2012, p.483)

Logo, demarca-se que esta classificação, pessoa com deficiência, constrói-se a partir dos seguintes princípios: o primeiro compreende que a existência da categoria, dar-se-á pelas estruturas constitutivas de campos de saberes que atuam como produtores

de distinção, hierarquização e homogeneização em um nível intersubjetivo e simbólico. O segundo relaciona-se com a classificação dentro de uma ordem de poder, o *poder da nomeação, actos de categorização* (BOURDIEU, 2014, p.236), socialmente construídos e legitimados ao longo da história. O poder de nomeação estabelece um limite posto nas qualidades das pessoas e a pertença a determinados grupos, através de uma justa atribuição dos nomes, evidencia-se o poder simbólico das nomeações que cria as pessoas ou grupos, suas hierarquias e distinções.

O recorte temporal para este estudo compreende desde a sociedade de tecnologia simples aos dias atuais. Busca-se imprimir o sentido social dessa classificação, a partir da perspectiva das Ciências Sociais. Para tanto, tomou-se para análise da constituição da categoria, pessoa com deficiência, determinados momentos históricos.

A análise histórica compreende a concepção de mundo, os instrumentos de conhecimento, as práticas sociais, os mecanismos simbólicos de diferenciação, homogeneização, classificação e localização social.

2.1 Da concepção biológica à concepção cristã

Na antiguidade, em sociedades de tecnologia simples, a subsistência se processava através do extrativismo, nas atividades de caçadores e coletores. Essa organização social requeria um modelo específico de autocontrole, expresso no desenvolvimento linear do jogo infantil para a atividade do adulto, como caça e pesca. (ELIAS, 2012). Nesse nível de desenvolvimento social, a estrutura e o modelo de autocontrole, estabeleciam-se através do jogo infantil que se articulava com a atividade do adulto, dos quais dependia a sobrevivência do grupo.

Nessa época, a pessoa classificada com deficiência, ao nascer, não resistiria às condições de vida, devido à forma de organização da vida em grupo. (GUGEL,2007), Segundo GARCIA (2010), as condições de vida impostas pela natureza é que definiriam a sobrevivência. Então, onde, quando e como surge essa classificação social?

Aristóteles no século IV, a.C, inicia através do estudo do mundo natural uma taxionomia que organiza os seres a partir de características sociais comuns definidas pela “forma”. No processo de classificação biológica, ele formulou uma maneira

sistemática de lógica, o silogismo, que se aplica a cada espécime para determinar a pertença a certa categoria através do método empírico de investigação. (ARISTÓTELES, 2011).

A partir da concepção biológica, de características compartilhadas, definidas pela forma, desenvolve-se um sistema hierárquico social. A forma não se limitava, apenas as características físicas, mas envolvia questões em torno do que uma pessoa era capaz de desempenhar e se comportar socialmente. Nas sociedades guerreiras, como a da Grécia e de Roma, a forma definida por uma moral estética, era condição fundamental para a educação de guerreiros. Sob essa perspectiva, as crianças que tivessem características próximas do “disforme”, seriam sacrificadas. A classificação biológica serviu de instrumento estruturante da sociedade. A sociedade utilizou esse instrumento de conhecimento na construção de um mundo objetivo, organizado a partir de um sistema hierárquico, com base na ideia de características compartilhadas. A “forma” como definidora de qualidades sociais e performatizadora de saber-poder passaram a situar e organizar os corpos através de sua utilização e submissão.

Dentro da concepção biológica, define-se uma função social a cada pessoa, classificando-a através de formas explicativas e instrumentos de dominação como a técnica do exame. Sob o ponto de vista da taxonomia das espécies naturais, passa a se construir socialmente uma forma sistemática de distinção das espécies, através do sentido social, atribuído às características físicas.

A classificação institui formas de relações intersubjetivas que estabelece para cada ser social uma condição de vida. As características físicas e mentais, atreladas às funções sociais, serão elementos definidores da base de organização na hierarquia social. Isso evidencia, por exemplo, no mundo antigo, que naquele período as leis romanas permitiam a morte das crianças com deficiência ao nascer. Na Grécia, quanto ao rejeitar ou criar os recém-nascidos “disformes” há evidência em determinados momentos históricos como está posto no Livro VII de Aristóteles, a política da necessidade de haver uma lei, segundo a qual nenhuma criança “disforme” seria criada e, portanto, a prática do aborto nesse caso seria legítima. Essas normas éticas eram socialmente aceitáveis. Nesse caso, a pessoa que apresentasse a qualidade de “disforme” ao nascer passava a infringir tanto à lei natural quanto à lei civil.

“Todos os recém-nascidos eram examinados cuidadosamente por um conselho de ancião se, se constatada anormalidade física, mental ou falta de robustez, ordenava-se o encaminhamento do bebê ao Apotetas (local de abandono) para que fosse lançado de cima do monte Taigeto. Caso contrário, os pais cuidavam de seus filhos até 7anos, quando os meninos ingressavam definitivamente na escola de formação militar tutelada pelo Estado”. (DIWAN,2015, p.22).

Dentro de uma perspectiva biológica, através do uso de instrumentos sociais de avaliações, como procedimento do exame ao nascer, definia-se o processo de inserção social. Considerava-se que não valia à pena deixar viver uma criança imperfeita, em forma e altura, de voz muito débil ou que era distinto do que se exigia como condição para ser educado (ELIAS,2012). Nesse momento histórico, o dito “disforme” infringe as normas, sendo, portanto, definido por uma natureza biológica, socialmente instituída.

Na Idade Média, que compreende o período do século V ao XV, associada à concepção cristã, a classificação dos seres vivos dominou o pensamento ocidental, sendo base da grande cadeia da organização social cristã, tendo Deus no topo da hierarquia social. Com base nessa concepção, o que define o “disforme” é ele se constituir em sua existência e em sua forma, como uma violação às leis da natureza, leis divinas e leis sociais. O disforme se define através da concepção biológica e do poder do Cristianismo. Com base nessa ordem de poder, a sociedade passa a compreender o nascimento da pessoa “disforme” como um castigo divino.

Entretanto, outras pessoas além daquelas definidas a partir da natureza biológica passariam a integrar a categoria do “disforme”. Quem seriam essas outras pessoas que integrariam essa categoria? Como esse outro ser se constituiria socialmente? O surgimento dessa nova categoria abriria espaço para a aceitação do nascimento da pessoa classificada “disforme”?

Aquele que passaria a integrar a categoria do “disforme” foi sendo ao longo do tempo produzido, também, por outros mecanismos, como pela doença e pelas guerras. A característica “disforme” adquirida, fruto de punição, de suplício físico, da tortura, daria a categoria uma característica heterogênea. O ser “disforme” se constituiria por outros mecanismos, seria resultante do poder imposto pela violência física. Na Constituição romana, do Imperador Bizantino, Leão III, datado de (717-741), havia a previsão da pena de vazar os olhos ou amputar as mãos dos traidores do Império. Existe uma justificação moral e política do direito de punir. A partir das regras impostas no

período das guerras, os indivíduos traidores teriam o seu corpo amputado, seus olhos perfurados. Seriam marcados, simbolicamente, no rosto ou nas mãos, dado como espetáculo. (FOUCAULT, 2014).

Dentro do contexto da guerra, a deformidade traria outras consequências. As pessoas amputadas deram início a um sistema hospitalar que mais tarde viria a integrar indigentes e pessoas com deficiência, durante o período do Cristianismo. O primeiro hospital para pessoas com cegueira foi fundado por Luís IX. Isso se deu ao fato do número de cavaleiros que tiveram seus olhos perfurados durante a 7ª Cruzada. (GUGEL, 2007).

Assim, a deficiência, nesse contexto histórico, indica uma condição, determinada pelo poder político-religioso. A tortura do corpo expressava o poder e o controle social. A produção da figura do “disforme” se dava pela punição e, nesse caso, a sua causa não era natural. De acordo com Foucault (2014), o corpo passou a ser receptáculo privilegiado da vontade de poder. Nos séculos XVII e XVIII, o poder se expressava na tortura do corpo, com o objetivo de respeito e distanciamento. Portanto, todo o esforço de organização social para atender as necessidades de saúde em relação a qualquer tipo de deficiência estava voltado à pessoa que adquiriu a deficiência através da tortura do corpo, mas não para quem nasceu na condição “disforme”, até fins da Idade Média.

A aceitação do nascimento de uma pessoa classificada “disforme” passa, portanto, por uma compreensão de mundo. Nesse caso, no mundo de guerras, ser apto a se formar um guerreiro seria então uma condição de existência. Havia, portanto, uma ética que indicava expectativas sociais, além de uma concepção filosófica de mundo, definida pela forma. Nas sociedades guerreiras medievais, a educação de um guerreiro no século XII ou XIII apresentava uma linha direta entre jogo infantil até a atividade do adulto como preparação para a vida nessa sociedade.

Os rituais de formação dos guerreiros performatizam discontinuidades entre as pessoas classificadas como “disformes” e as demais. De acordo com uma concepção filosófica, definida com base em uma taxionomia dos seres, a pessoa classificada “disforme” passou a ser situada em um lugar de exclusão social. A sua inclusão/exclusão se processava através da seleção de corpos úteis, para o desempenho de determinados papéis sociais. O poder disciplinar das sociedades guerreiras colocava

em prática, técnicas de organização dos homens, separando-os, analisando-os, diferenciando-os e classificando-os. Esse processo combinatório instituiu a diferenciação hierárquica social como a materialidade de uma lei natural.

Dentro de uma moral, cristã, a figura da pessoa classificada “disforme” era objeto de expiação e exploração como personificação do sagrado e do profano em um único ser. Ditos aleijados, cegos, surdos eram utilizados tanto para expressar o poder de Deus (poder da Igreja) quanto a sua benevolência. A frase tão famosa “vai que tua fé te curou” expressa a aceitação de uma concepção de mundo que alicerçava o poder da igreja. A concepção de Deus passa, então, a servir de instrumento simbólico, tanto de punição, quanto de salvação. A aceitação dessa concepção permite a legitimação da igreja e suas formas simbólicas de poder.

A igreja, portanto, constrói sobre o aspecto moral, da caridade e da benevolência cristã, valores contidos em Deus, uma função política.

Essa concepção de caridade, podemos encontrar em várias passagens da Bíblia, e a Igreja Católica, em virtude de sua hegemonia em nossa sociedade, difundiu-a por meio de um discurso repetitivo e moral, objetivando o equilíbrio e a harmonia entre os diferentes segmentos sociais, evitando assim, o perigo de conflitos e revoltas daqueles que se encontram na miséria. (SILVA, 2006, p. 37)⁴³

A concepção de caridade passa a servir como instrumento simbólico, tanto de punição, quanto de salvação. A legitimação da Igreja e suas formas simbólicas de poder alicerçam o discurso do milagre.

O que fundamenta grande parte dos procedimentos de abertura em corpos surdos é a referência ao milagre bíblico descrito no Evangelho de Marcos (7:31-37). Ao proferir *effata*, que significa *abra-te*, Cristo teria feito a língua do *surdo-mudo* soltar-se e os seus ouvidos abrirem-se. Essa passagem bíblica é alvo de apropriações diversas para fundar ideais que estão na base de diversas concepções de educação e evangelização, relativas à surdez, inclusive no cerne de todas as práticas médicos-terapeutas [...]. (SILVA, 2012, p.39).⁴⁴

43 SILVA, C. N. Igreja católica, assistência social e caridade: aproximações e divergências. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 15, jan/jun 2006, p. 326-351.

44 SILVA, C. A. de A. Cultura surda: agentes religiosos e a construção de uma identidade. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

Dentro de uma perspectiva sócio-histórica, ter-se-ia, então, uma deficiência ao nascer, logo rejeitada? Uma deficiência adquirida, logo aceita? Esses dois quadros permitem pensar sobre quais ideais se estruturam as duas condições. Quando, portanto, a pessoa classificada “disforme” passou a ser socialmente admitida?

De acordo com os valores ético-cristãos, a pessoa classificada “disforme” trazia em si a expressão do poder de Deus sobre o homem. Para a época, ela seria moralmente, inaceitável, já que rompia com a norma instituída e socialmente admitida, a *forma*. A igreja, portanto, constrói sobre si outra moral, a da caridade e da benevolência cristã, valores contidos em Deus, permitindo a sua convivência no contexto social. A nova relação instituída faz-nos pensar sobre quem define o ser deficiente e a partir de quais mecanismos, isso se faz?

Portanto, nesse período, a constituição do ser “disforme” baseia-se em um conhecimento biológico e em uma concepção cristã. Tais saberes são estruturantes de um mundo objetivo hierarquizado. Através das estruturas subjetivas, *modus operandi* se estabelece com o dito disforme uma relação intersubjetiva que tende a exclusão ou a benevolência. Assim, de acordo com a ordem de poder estabelecida, o conhecimento e as práticas sociais serão utilizados instrumentos de construção de mundo.

A partir de uma ordem de saber e poder, presente no Cristianismo, surgem novos instrumentos de conhecimento e construção de mundo. Nesse contexto histórico, os ditos “disformes” passam a ser vistos como bruxa ou feiticeiro. Portanto, a partir de determinadas estruturas subjetivas, de significação cristã, estabelece-se um sentido objetivo de mundo que determina um *modus operandi* de interação social.

Por conseguinte, o processo de classificação torna-se um instrumento de poder simbólico, quando atrelado a um determinado conhecimento e a uma determinada ordem de poder. Poder e saber delineiam as estruturas subjetivas, o *modus operandi*, das práticas sociais. Assim, a classificação e localização social do dito “disforme” só são possíveis através do consenso. Dessa forma, a classificação tende a ser moldada por um campo específico de saber que atua como uma estrutura de uma ordem de poder que é historicamente legitimada. Logo, a sua objetividade é construída por um conhecimento específico e por um *modus operandi*, dando-lhe um sentido objetivo.

Com o fim da Idade Média e o início da Idade Moderna, nos séculos XVII e XVIII, passaram a existir novas formas de controle do corpo, instituído por uma nova ordem de poder, o Estado (FOUCAULT, 2014). Com o surgimento do Estado Moderno, observa-se que outros campos começam a delinear novas formas de controle. O campo médico começa a suplantar o campo religioso de cunho assistencialista. Entretanto, algumas estruturas passaram a se perpetuar ao longo da história, como afirma a pesquisadora Diwan (2015, p.21), “os ideais eugênicos modernos remontam à antiguidade”.

Por fim, no intuito de aprofundar a análise da classificação, pessoa com deficiência. a discussão do contexto histórico moderno fica situada nos limiares da realidade brasileira. Inicialmente, destaca-se o período correspondente à colônia, seguida de uma nova ordem, a ordem do Estado capitalista.

2.2 Pessoa com Deficiência no Contexto Brasileiro: do Desvalido ao Degenerado

No Brasil, a pessoa tida como “desvalidos da sorte” ficava aos cuidados da igreja ou ficava aos cuidados da família. (SOLOMON, 2013).⁴⁵ A partir de 1543, com o surgimento da Casa de Misericórdia, como as instituições de assistência aos pobres, as crianças, classificadas deficientes, passaram a ser assistidas, devido à Roda dos excluídos (SILVA, 2011).⁴⁶ Em ambos os casos, havia a prática da reclusão social. Durante os primeiros três séculos da história brasileira, essas pessoas eram tidas como doentes incuráveis e incluídas na categoria de pobres e desvalidos da sorte.

Integrava essa categoria os escravos vindos para o Brasil, vítimas de doenças e punições como a prevista pelo rei D. João V, em alvará de 03 de março de 1741, que definia a amputação de membros como castigo aos negros fugitivos que fossem capturados. Existiam também as doenças que acometiam os colonos, deixando-os com limitações físicas e sensoriais. As guerras foram outra forma de produção das chamadas

⁴⁵SOLOMON, A. Longe da árvore: pais e filhos e a busca de identidade. São Paulo Companhia das Letras, 2013.

⁴⁶ SILVA, I. M. de A. Políticas de educação profissional para pessoa com deficiência. UFMG/FaE, 2011, p. 209, enc., il.

deformidades, a exemplo da Guerra de Canudos e a luta dos Cabanos. (FIGUEIRA, 2008).⁴⁷

No final do século XIII, período de difusão de ideias iluministas, Portugal incorporou práticas científicas em suas políticas coloniais. Nesse contexto histórico, o campo médico começa a suplantiar o campo religioso de cunho assistencialista. Com o predomínio da concepção médica, a classificação passa de desvalido para degenerado.

Durante o II Reinado, (1831-1888), o Brasil, sob a regência de D. Pedro II, tornou-se o lugar dos homens das ciências. Nesse período, defendiam-se as teorias de superioridade racial, com base nos ideais do biólogo Charles Darwin e Gustave Le Bon, sociólogo e psicólogo. Conforme as perspectivas monogenistas e poligenistas, os defeitos e imperfeições eram resultantes da permanência do gene mais fraco e conseqüentemente de uma raça inferior.

De acordo com o dicionário da língua portuguesa, o tido degenerado seria [...] então aquele que conseguiu degenerar; que foi alvo de degeneração. Diz-se do que deixou de possuir as características particulares de sua espécie; cujas características foram modificadas; abastardado. Que passou a possuir uma condição inferior; decadente.⁴⁸

No cenário brasileiro, a saúde passa a atuar como instituição de maior prestígio em contraposição à concepção assistencialista católica. Seguindo as mudanças, instalaram-se instituições científicas ainda no período colonial. Na verdade, a instalação de instituições científicas teve início no final do período colonial, durante a permanência da corte portuguesa no Brasil. Foram, então, criados: em 1808, o Colégio Médico da Bahia (a partir de 1832, Faculdade de Medicina da Bahia); no mesmo ano, a Escola Médica do Rio de Janeiro (também Faculdade de Medicina, em 1832).

Para os médicos da Faculdade de Medicina de Salvador, “Escola Nina⁴⁹ Rodrigues”, a miscigenação provocava loucura, criminalidade e doença, contribuindo

⁴⁷ FIGUEIRA, E. Caminhando em Silêncio – Uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na História do Brasil. 2008.

⁴⁸Disponível, em: www.dicio.com.br/degenerado/https://www.google.com.br/searchq=sentido+do+termo+degenerado&ie=utf-8&oe=utf-8&gws_rd=cr&ei=zANwVpiHA8KswASYg57oDQ>. Acesso, março/2018.

⁴⁹ A escola se inspirou nas práticas do médico-legista e antropólogo Raimundo Nina Rodrigues. (DIWAN,2015, p. 91-92).

para o atraso do Brasil. Portanto, a biologia se constitui como uma estratégia biopolítica,

[...] as instituições de maior prestígio naquele momento da história brasileira foram as que atuaram da saúde pública. O primeiro serviço sanitário no período republicano foi o de São Paulo de 1892, composto por um conjunto de instituições que seguiam os princípios da teoria microbiológica. Já a Diretoria de Saúde Pública do Rio de Janeiro começou a atuar em 1900. (DANTES, 2005, p. 83).⁵⁰

No Brasil, durante o período da I República, o campo médico científico performatiza novos princípios sobre os quais se fundamenta uma nova ordem lógica de organização social, o eugenismo.

O eugenismo avesso ao assistencialismo percebe o corpo imperfeito, disgênico, relacionado à fealdade, à anormalidade, à monstruosidade e à doença. Nessa perspectiva os corpos imperfeitos se contrastam com os perfeitos, civilizados. E os homens imperfeitos adquirem um status de incivilidade, e como devem ser colocados sob a autoridade do médico e do Estado, que os percebem como um ônus para a sociedade, são, assim, desumanizados. A aposta do eugenismo é poder criar o corpo do novo homem, o corpo da nova sociedade. (DIWA, 2007, p.138).

O campo médico começa a performatizar e a localizar as pessoas classificadas, pessoas com deficiência, estruturando regras de constituição de uma ordem hierárquica, através da criação da categoria “degenerados”. De acordo com a perspectiva eugênica, coloca-se em prática todo um conjunto de atos, de sinais e de princípios, que agrupam as pessoas a partir de um sistema de classificações. Dispostos, segundo tais princípios, as pessoas classificadas “degeneradas” eram impuras, podendo passar as suas

⁵⁰DANTES, M. A. M. As Ciências na História Brasileira. Cienc. Cult. vol.57 n°.1 São Paulo Jan./Mar. 2005. *On-line version ISSN 2317-6660*. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252005000100014>. Acesso em: março/ 2018.

características indesejadas, para as próximas gerações. No Brasil, em 1929, a eugenia, segundo Pietta (2015)⁵¹, estava expressa da seguinte forma:

A eugenia é “positiva” quando educa a mocidade para o casamento, mostrando que o fim do matrimonio é procrear uma prole vigorosa, inteligente, sadia, devendo os doentes e os degenerados absterem-se dessa união que traria uma progênie tarada, enferma e infeliz. A Eugenia “preventiva” é a que ensina os meios de evitar todos os elementos hostis ao homem, preservando - o dos vícios, das intoxicações e dos flagellos sociaes. E’ a hygiene prophylactica por excellencia. A Eugenia “negativa” tem por principal escopo evitar a procreação de indivíduos doentes e tarados. Todo indivíduo que não estiver em condições de produzir filhos sadios não se casará, e, se o fizer, será esterelizado de accordo com os processos modernos.

Dest’arte, evitar-se-á uma legião de inválidos e degenerados, destinada a ensombrar a vida dos progenitores. A Eugenia negativa exige o exame pré-nupcial dos nobentes e no caso de verificar-se que elles estão affectados de moléstia hereditária, contagiosa ou de intoxicações ehronicas de consequências funestas para a prole, não se realizará o casamento. (FERREIRA, 1923, p. 6-7, apud PIETTA, 2015).

As margens dos processos de interação social definiam-se a partir da perspectiva eugênica, como inválidos e degenerados. Afetados de moléstia hereditária, como defeitos físicos ou moral eram considerados “tarados”.

É interessante notar que a palavra “tara”, dicionarizada como “defeito físico ou moral e degeneração, depravação”, tem sua origem no árabe *tarah*: “o que se rejeita (das mercadorias) ” (*Novo dicionário Aurélio, 1986, p.1650*). De fato, pode-se depreender que os assim chamados “tarados” (cegos, surdos-mudos e outros) eram considerados refugio e, assim rejeitados e excluídos. (MACIEL, 1999, p.136).

As pessoas classificadas degeneradas, tidas como doentes e tarados, eram consideradas infectadas de moléstia hereditária e, por conseguinte, passaria sua herança funesta para gerações posteriores. Por esse motivo deveriam ser esterilizadas e o casamento nesse sentido seria proibido. A esterilização passa a ser um instrumento de controle sobre o corpo do indivíduo na tentativa de pureza do corpo social. Seria esse o momento, o período de radicalização da eugenia. “Estes fatos levam à conjectura de que

⁵¹PIETTA, G. Medicina, eugenia e saúde pública: João Candido Ferreira e um receituário para a nação (1888-1938). Irati, PR: [s.n], 2015.214f. Disponível em: <<http://www2.unicentro.br/ppgh/files/2015/07/Dissertação-de-Gerson-Pietta.pdf>>.

o esquema de classificação não é um produto espontâneo do entendimento abstrato, mas resulta de uma elaboração na qual entram todos os tipos de elementos estranhos. ” (MAUSS, 2005, p.403)

Com o fim da I República e início do Estado Novo, os ideais eugênicos passam a ser estruturantes da organização social através de outros mecanismos simbólicos.

2.3. Do degenerado ao anormal: a segregação eugênica

Portanto, a partir do mundo moderno, a pessoa classificada degenerada passou a ser quantificada e codificada pelo Estado, com uma identidade. O Estado passou a produzir uma identidade social legítima, que mesmo não estando de acordo com elas, caberia às pessoas classificadas, aceitá-la. (BOURDIEU, 2014)

Na construção da classificação, a nova ordem estabelecida utiliza mecanismos estruturantes da organização social. Nesse sentido, as concepções médicas permearam várias áreas de atuação do Estado brasileiro, sendo organizador de critérios também no Censo de 1940. Através de categorias nosográficas, os defeitos físicos estavam relacionados à enfermidades. Definia-se como um estado patológico, a surdez e a cegueira.

Defeitos físicos- Indagação sobre enfermidades, no Censo Demográfico, constou do quesito 7, limitada a pesquisa aos estados patológicos de surdez-mudez e de cegueira. Com referência aos cegos, pediu-se declarar esse defeito e especificar a sua origem pelas respostas “nascido cego”, “cego por doença”, “cego por acidente”. No quadro 47 se acham tabulados os resultados da apuração, dele constando, por sexo e grupos de idade, além dos cegos, discriminados segundo a classificação tripartida do defeito acrescida da categoria genérica “com a origem do defeito não declarada” os surdos-mudos e os surdo-mudos cegos. (Recenseamento Geral do Brasil - Biblioteca - IBGE).

Esse *sensor* passa a agrupar as pessoas entorno de características compartilhadas. O estabelecimento dessas categorias está sempre definido a partir de pressupostos teóricos. Com a modernidade, o Estado passou a fazer uso de conhecimentos estatísticos para definir categorias e utilizá-las.

Os historiadores dizem que o Estado começa com o aparecimento dos recenseamentos[...]. Eles partem da relação entre o recenseamento-*census*- e o *ensor* que constrói os princípios de divisão legítimos, princípios de divisão tão evidentes que não são objeto de discussões. (BOURDIEU, 2014, p.38).

O campo médico, através de uma autoridade simbólica, fundamentada na técnica do exame, passa a desempenhar um papel social autorizado pelo Estado. Com base no poder do Estado brasileiro foi sendo situada socialmente a pessoa classificada “degenerada”. Há nesse momento histórico, toda uma técnica de distribuição hierarquizadora que define um campo de saber e poder, através de uma tecnologia que põe em prática um esquema operatório que vai da psiquiatria à pedagogia, bem como do diagnóstico das doenças através do processo do exame. (FOUCAULT, 2014).

O esquema operatório estabelecido entre a psiquiatria moderna e o campo educacional através das categorias nosográficas traduz, em termos clínicos, os comportamentos considerados desviantes, não apenas no campo médico, mas também, no campo escolar. (JATOBÁ, 2002).⁵²

Sob a supervisão de organismos públicos de inspeção sanitária, a organização das classes especiais públicas e o encaminhamento para instituições especializadas ocorreram a partir da justificativa científica de separação dos alunos “normais” e “anormais”[...]. (KASSAR, 2011, p.66).

O objetivo da escola, nesse período, era sanitarista. De acordo com Foucault (2014), a disciplina do corpo se utiliza de diversas técnicas, dentre as quais a arte das distribuições dos indivíduos no espaço. Assim sendo, vão se constituindo lugares por meio de uma arte da distribuição. A disciplina organiza um espaço analítico, segundo o princípio da localização imediata ou do quadriculamento, passando a existir no espaço analítico, a regra das *localizações funcionais* na criação de espaços úteis. A esses espaços úteis, cabe filtrar e quadricular.

⁵² JATOBÁ, C. M. da R. Às sombras das escalas: um estudo sobre a concepção de anormalidade em Alfred Binet. 2002. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, p. 98.

No Brasil, as pessoas classificadas “anormais” passam a ser agrupadas em salas de educação especial a partir de concepções científicas de identificação e tratamento dos “anormais” definidos a partir dos testes de inteligência.

A separação dos “normais” e “anormais” era compreendida dentro da concepção psicológica e aplicada no campo pedagógico com um critério benéfico para o desenvolvimento. O critério era estabelecido com base nos trabalhos de mensuração da inteligência de Alfred Binet (1857-1911) e Theodore Simon (1872-1961) a partir das pesquisas com crianças francesas. No Brasil, os testes de mensuração foram aplicados por Clemente Caglio (1872-1948), em São Paulo. Obras como Educação da inteligência anormal no Brasil, desse estudioso e Tratamento e educação das crianças anormais de inteligência, de Basílio de Magalhães, ambas de 1910, mostram o pensamento que norteava a concepção pedagógica da época. (KASSAR, 2011).⁵³

Dentro dessa perspectiva, foi criado o Instituto Pestalozzi em 1926, instituição particular, especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental. Nesse campo, destaca-se Helena Antipoff (1892-1974) que marcou a educação especial brasileira, a partir de 1930, estendendo os seus ensinamentos por todo o país. (KASSAR,2011).

A educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram à criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais. Essa organização, fundamentada no conceito de normalidade/anormalidade, determina formas de atendimento clínico-terapêuticos fortemente ancorados nos testes psicométricos que, por meio de diagnósticos, definem as práticas escolares para os alunos com deficiência. (BRASIL, Marcos Políticos-Legais da educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/Secretaria da Educação Especial. Brasília, 2010, p.2010).

Através da organização burocratizada, o dito “anormal” passa a desempenhar determinado papel com função correspondente aos ideais sociais que por certo *habitus*, o sujeita a um determinado *destino social*. No corpo, inscreve-se, portanto, uma história definidora da função que constitui o ser social do “anormal” e do “normal”. Há, dessa forma, a performatização de uma função social tida como *naturalmente destinada*, marcada por muitos sinais sociais, dentre eles, a própria distância estabelecida em oposição aos normais. Através da organização burocratizada, o dito “anormal” passa a

⁵³KASSAR, M. C. M. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios... Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 41, p. 61-79, jul. /set. 2011. Editora UFPR.

ser localizado em determinado espaço da hierarquia social, desempenhando uma função correspondente aos ideais que pelo *habitus*, o sujeita a um *destino social*.

Na escola, portanto, passa a existir toda uma organização no sentido de localização. Articula-se essa distribuição a um aparelho de produção que passa a apresentar determinadas exigências sobre o corpo social. A ordem social tende a apresentar as zonas das posições hierárquicas definidas através de aspectos econômicos, políticos, históricos e sociais. Dentro da ordem estabelecida, situa-se a incerteza dos espaços sociais e das profissões, para esse segmento populacional. Impõe-se como legítima, uma “[...] ordem social estabelecida como natural (ortodoxia), por meio da imposição mascarada (logo ignorada como tal) de sistemas de classificação e de estruturas mentais, objetivamente ajustadas às estruturas sociais [...]. “ (BOURDIEU,2003, p.14).

Nesse sentido, a organização social passa a desenvolver um sistema de autoridade, de capacidades funcionais, especializadas dentro do sistema da ordem do Estado. Na construção do identificador da “anomalia”, as instituições especializadas e as classes especiais legitimaram as ações alicerçadas no campo médico e no campo educacional, definindo sentido à ação pedagógica. No caso da escola, passa a existir toda uma organização no sentido de localização. Articula-se essa distribuição a um aparelho de produção que passa a apresentar determinadas exigências sobre o corpo social.

Nesse contexto, surge uma ordem pública que se estabelece no consentimento. O Estado seria, assim, o princípio da ordem pública compreendida em suas formas físicas e em suas formas subjetivas. Sobre esse aspecto, uma das funções do Estado era a produção e a canonização das classificações sociais. A escola surge como um campo de reprodução das classificações estruturadas, inicialmente, a partir de ações sanitaristas. O campo pedagógico torna-se um espaço privilegiado para a difusão das concepções eugênicas servindo de forma instrumental.

Atrelada a uma política sanitarista de Estado, são estruturadas hierarquias e divisões no contexto educacional brasileiro. Define-se a escola dos ditos “normais” e dos ditos “anormais”. Com base na concepção eugênica, coube ao aspecto analítico da prática pedagógica medir em termos quantitativos e hierarquizar em termos de valor, as capacidades, o nível e a “natureza” dos indivíduos, de forma que se define a partir do limite da diferença e evidencia-se a fronteira objetiva do normal e anormal

(FOUCAULT, 2014). Sobre esse aspecto, “[.] eugenizar nada mais era do que homogeneizar a população, ressaltando e aperfeiçoando suas semelhanças e segregando os diferentes”, (DIWAN, 2015, p. 138). Nesse contexto, a educação é compreendida como uma vertente de regeneração, mas “insuficiente para ‘milagrosamente’ salvar os cegos, surdos, cretinos e débeis mentais”. (Idem, p.145)

Assim, a escola foi se constituindo como espaço de nomeação oficial e detentora do poder simbólico de diferenciar, hierarquizar e homogeneizar. O seu mecanismo simbólico atua no sentido de *nomeação oficial*. A instituição escolar tem o poder de “[...] *nomeação oficial*, ato de imposição simbólica que tem a seu favor toda a força do coletivo, do consenso, do senso comum, porque ela é operada por um mandatário do Estado, detentor do monopólio da violência simbólica legítima. ” (BOURDIEU,1989, p.146). Assim, a escola atua como uma unidade estrutural, um subsistema da sociedade, como lugar único e bem definido na sociedade. Por conseguinte, a condição de escolarização da pessoa com deficiência é um construto histórico-social que atende a processos de diferenciação.

A escola se divide em unidades ou sistemas diferenciados ao longo da história. Esses espaços sociais diferem tanto na estrutura, quanto na sua significação funcional. Portanto, dois conjuntos de papéis e coletividade se diferenciam e suas funções se separam. Essa diferença se estabelece, também, no nível de norma e especificação de valores sociais comuns.

Os ideais eugênicos estruturaram o ensino e definiram determinados padrões de relações sociais na escola. Nesse sentido, dentro do sistema educacional, as subunidades são normatizadas e se diferenciam por situação e função:

A educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram à criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais. Essa organização, fundamentada no conceito de normalidade/anormalidade, determina formas de atendimento clínico-terapêuticos fortemente ancorados nos testes psicométricos que, por meio de diagnósticos, definem as práticas escolares para os alunos com deficiência. (BRASIL, Marcos Políticos-Legais da educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/Secretaria da educação especial. Brasília, 2010, p.2010).

Através da organização burocratizada, o dito “anormal” passa a desempenhar determinado papel com função correspondente aos ideais sociais. Na escola, portanto, passa a existir toda uma organização no sentido de localização. Articula-se essa distribuição a um aparelho de produção que passa a apresentar determinadas exigências sobre o corpo social.

Ao longo da década de 1930, o processo de homogeneização e diferenciação foi intensificado através de políticas eugênicas. Entretanto, após a segunda guerra Mundial (1945), há o declínio do eugenismo que passa a ser suplantado por ideais capitalistas.

Nesse sentido, a organização social passa a desenvolver um sistema de autoridade de capacidades funcionais especializadas, dentro do sistema escolar. Assim, sendo, a discussão sobre os processos de diferenciação e homogeneização precisam estabelecer diálogos com as novas concepções, de cunho capitalista, dentro do Estado. Nesse contexto, inserem-se os mecanismos da escola no processo de homogeneização e diferenciação através de novos processos de classificações, articulados a determinados contextos históricos.

Certamente, as classificações e localizações sociais estão atreladas a uma ordem de poder e saber que tendem a desenvolver instrumentos de conhecimento que respaldam a concepção de mundo. A objetividade de determinadas condições sociais é resultante de estruturas intersubjetivas, presentes nas práticas sociais e nos objetos simbólicos, pertencentes a um campo determinado de saber e poder. Portanto, o sentido da classificação só pode ser apreendido a partir do seu contexto de significado histórico.

Não por acaso, a atualidade tem evidenciado novas classificações. O que poderia ser entendido como uma evolução diagnóstica de um evento natural encobre novas exigências sociais que – em um movimento autofágico – cria novos distúrbios e, ao mesmo tempo, novas intervenções[...]. (SILVA, 2010, p.169).⁵⁴

Por fim, dentro das exigências impostas pela nova ordem de poder, estabelecida pelo sistema capitalista, aborda-se o surgimento de novas classificações. No processo de construção da nova classificação, a categoria do anormal tende a ser suplantada pela categoria “pessoa com deficiência”. Os processos de diferenciação e homogeneização compreendidos a partir dessa nova ordem de poder têm como base social a organização

⁵⁴SILVA, K. C. B. A exacerbação do papel do especialista na educação brasileira: um percurso histórico. REVISTA ANGELUS NOVUS - nº 1 - agosto de 2010.

científica do trabalho. Nesse contexto histórico, aborda-se a constituição do sujeito tido como pessoa com deficiência, a partir da divisão do trabalho social, destacando a relação entre a qualificação e o trabalho.

2.4. Do anormal à pessoa com deficiência: a organização científica do trabalho

Dentro da organização científica do trabalho, a análise passa a ocorrer através de novas classificações que tendem a anular o que era, como se estabelece novos padrões de interação e como a pessoa classificada anormal se constitui uma pessoa com deficiência, face às pessoas classificadas normais. Analisam-se, também, quem tem o mérito para categorizá-la, quais os mecanismos utilizados para avaliá-las, defini-las, como agem em relação a elas e para que propósitos. Essas questões são significativas de análise e tem o seu significado no contexto histórico, materializado na experiência e no cotidiano do dito pessoa com deficiência, através de processos de homogeneização e diferenciação, vivenciados através de políticas eugênicas.

Alguns aspectos da política eugênica não findaram após o declínio da II Guerra. Na realidade, eles se intensificaram a partir de mecanismos como o da qualificação. O aspecto estrutural de organização do sistema de ensino foi um deles.

Assim, sendo, a discussão sobre os processos de diferenciação e homogeneização precisavam estabelecer diálogos com as novas concepções dentro da lógica capitalista, de Estado. Nesse contexto, inserem-se os mecanismos da escola, no processo de homogeneização e diferenciação, através do mecanismo da qualificação que começa a se estruturar, no Brasil, a partir de 1930.

A partir da Revolução de 1930, iniciou-se a implantação do capitalismo no Brasil, através da industrialização, dentro da perspectiva da “organização científica do trabalho”. Nesse cenário, definiu-se uma nova forma de produção de regime capitalista dentro dos modelos Taylorismo e Fordismo.

Entre 1930 a 1970, a industrialização teve uma considerável intervenção estatal. O Estado interviu na organização e seleção de recursos humanos para o trabalho, articulando o sistema educacional às novas formas de organização do trabalho, dentro do sistema capitalista.

No novo sistema de produção, com base na generalização para a troca, bem como para a diferenciação da divisão do trabalho, existia a separação entre a pessoa e o seu produto de trabalho. Nesse caso, havia a expropriação dos meios de produção e dos mecanismos de inclusão/exclusão no trabalho, por parte dos trabalhadores. No caso do trabalhador, as pessoas passaram a ser detentoras apenas da sua força de trabalho, enquanto o empregador passa a ser detentor dos meios de produção, os quais não produzem apenas mercadorias, mas produzem, também, o próprio trabalhador.

Normatizando os tempos e movimentos dessa força de trabalho, Taylor teria destruído o monopólio de uns e aberto o mercado de trabalho a outros. Sendo verdadeira esta interpretação, na visão de Stroobants (1993), longe de haver confiscado o saber, Taylor teria antes vulgarizado conhecimentos. Gilberth, (seu discípulo), propusera por outro lado, que aos gestos técnicos racionais fossem massivamente difundidos. Nessa perspectiva, a formalização do saber-fazer teria transformados estes, distinguindo-os dos profissionais. (CASTRO,2003, p. 28).

A formalização do saber-fazer, através da organização científica do trabalho, delineia um movimento de separação entre a pessoa e a profissão. Nesse movimento se insere a qualificação, dentro da lógica de nomeação oficial, sobre a qual a escola tem o poder de emitir o título profissional, que é um capital simbólico, social e juridicamente garantido (BOURDIEU,2003). Portanto, dentro do processo de qualificação, existem mecanismos simbólicos intersubjetivos que tendem a homogeneização e diferenciação das pessoas, a partir de uma lógica do capital.

Nesse bojo de significado econômico, a psicologia, através das teorias de aconselhamento educacional, buscou orientar indivíduos “normais” em relação às escolhas profissionais, através de testes psicológicos. O período áureo, dos testes psicológicos, deu-se entre 1940-1950.

[...] de uma maneira geral, a maioria dos autores parece concordar que o aconselhamento se destina a proporcionar ajuda a indivíduos normais a fim de remover obstáculos ao seu desenvolvimento. Comumente são obstáculos de natureza ambiental, ou situacionais e não distúrbios de personalidade. A aplicação dos adjetivos educacional, matrimonial, profissional, etc., com referência ao aconselhamento indica essas características. (SCHEEFFER, 1973, p.17).

No Brasil, entre 1960 e 1970, a noção de qualificação formal é adotada como parâmetro para a definição de políticas macrossociais. O Estado, dentro da perspectiva capitalista de qualificação formal, passou a atrelar o desenvolvimento socioeconômico às taxas de escolarização. Nesse contexto, a noção de qualificação formal é fortemente atrelada à atuação do Estado, de maneira que esse passa a ordenar o sistema de ensino em todo território nacional, localizando e organizando pessoas. Para tanto:

Em 1961, o atendimento educacional às pessoas tidas pessoas com deficiência passa a ser fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 4.024/61, que aponta o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino. (Brasil. Ministério da Educação. Secretaria da Educação especial. Marcos político-Legais da educação Especial na perspectiva inclusiva/secretaria da Educação especial. Brasília: Secretaria de educação Especial, 2010, p. 11).

A escola, atrelada à organização científica do trabalho, através de mecanismos de saber, como as teorias psicológicas, passou a compreender as pessoas como possuidoras de características individuais, como aptidão, interesse, personalidade e ritmo de desenvolvimento escolar. Tais parâmetros determinaram normas de organização social.

Em 1971, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 5692/71, ao definir “tratamento especial” para os alunos com deficiências físicas ou mentais; os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados não promovem a organização de um sistema de ensino capaz de atender às necessidades educacionais especiais e acaba reforçando o encaminhamento dos alunos para as classes e escolas especiais. Na realidade, a Lei 5692/71 confirma, em seu texto, a prática segregação.

As pessoas classificadas de anormais passam a ser alijadas do processo de qualificação e formalização de saber-fazer. O seu não engajamento ao sistema de qualificação produz, também, um tipo não qualificado de trabalhador. Por conseguinte, a qualificação passa a ser compreendida como um atributo individual. Nesse sentido, as pessoas passam a serem diferenciadas em termos de habilidades físicas, aptidões, interesses e características pessoais. Em suma, o engajamento nas profissões, justificar-se-á pelo desempenho individual, pelo mérito.

Portanto, o mérito passa a ser visto como uma qualidade individual referente à capacidade, servindo de base para se deliberar legalmente os direitos e as proibições de entrada no campo de trabalho. O mérito se estrutura nas aptidões e características pessoais, requeridas para o desempenho de uma determinada profissão. A dupla relação entre aptidões pessoais e mérito deu uma ordem racional ao processo de produção de mão de obra para o trabalho.

O mérito, definido por um processo racional de divisão capitalista do trabalho, tenta colocar na qualificação o sentido da preparação de mão-de-obra especializada ou semiespecializada para atender ao mercado formal. Logo, a concepção de qualificação se desenvolve respaldada na teoria do capital humano que tende a ajustar a qualificação à função e à relação emprego-escolaridade. (TEXEIRA, 2006).

No modelo taylorista-fordista, o processo produtivo baseia-se na relação postos mecanizados/tempos de execução, em uma relação em cadeia. Assim sendo, a qualificação está diretamente relacionada ao posto de trabalho numa estreita relação entre posto/função e produtividade. Define-se a partir dessa relação que as ocupações, também, se diferenciam entre si.

No Brasil, a concepção de qualificação pautava-se na ideia de desenvolvimento socioeconômico, planejamento e racionalização dos recursos estatais. No período corresponde a década de 1950 e 1960, existia a ideia de que através das políticas educacionais de cunho tecnocrata, haveria o desenvolvimento econômico brasileiro. Respalhada na teoria do capital humano, a relação emprego-escolaridade daria sentido à noção de qualificação. (TEXEIRA, 2006).

A teoria do capital humano se apresenta alicerçada em duas perspectivas. A primeira pauta-se em uma estreita relação entre capacidade e/ou produtividade. Em relação à capacidade/produtividade destaca-se a automatização do processo de produção. A segunda perspectiva refere-se ao controle do “saber fazer” do trabalhador, sendo o controle do “saber fazer”, um aspecto fundamental para o aumento de produtividade, “um controle “corporativo” do acesso ao mercado de trabalho. ” (CASTRO, 2003, p. 28). As duas perspectivas são aspectos estruturantes do processo de formalização das forças produtivas. A escola, portanto, atua no controle dessa relação. A terceira perspectiva de controle converge para o “capital pessoal” individual de cada trabalhador. Essa perspectiva sinaliza para a relação custo benefício, definida pela

ordem capitalista da relação entre capacidade de realizar trabalho dentro dos padrões do sistema capitalista e o lucro.

Nesse contexto, as teorias psicológicas, dentre elas, as teorias traço e fator, psicodinâmicas, teorias dos desenvolvimentistas e teorias decisoriais orientam as escolhas profissionais, bem como, estruturam a organização educacional:

Todas as teorias admitem que a escolha é um processo complexo no qual interferem fatores do indivíduo (sob forma de potencial biológico ou hereditário, características psicológicas etc.), bem como fatores de caráter ambiental (condição socioeconômica, oportunidades, locais de trabalho etc.). No geral a ênfase é posta na dimensão biopsicológica, aparecendo os dados de natureza ambiental como fatores de influência ou modificadores das características biopsíquicas ou, ainda, como limitadores das condições de escolha. (FERRETTI, 1997, p.30).⁵⁵

Portanto, a organização científica do trabalho engendra uma nova ordem, que institui a dissolução da unidade, trabalhador e trabalho. Isso se evidencia através do tipo de escola atribuída à pessoa anormal estruturada, através da expropriação do saber e da separação entre os “normais” impostos, através da segregação.

A escola, dentro desse contexto, está intimamente atrelada ao sistema de valor da ordem capitalista. Através de um currículo formal e simbólico tem uma função classificadora na determinação de grupos produtivos.

Nesse período, não se efetiva uma política pública de acesso universal à educação, permanecendo a concepção de “políticas especiais para tratar da educação de alunos com deficiência. No que se refere aos alunos com superdotação, apesar do acesso ao ensino regular, não é organizado um atendimento especializado que considere as suas singularidades de aprendizagem. (Brasil. Ministério da Educação. Secretaria da Educação especial. Marcos político-Legais da Educação Especial na perspectiva inclusiva/secretaria da Educação especial. Brasília: Secretaria de educação Especial, 2010, p. 12).

Entre 1970 e 1980 começam a emergir diferentes formas de organização do trabalho, bem como os sistemas de produção que começam a ser estruturados em um modelo de integração e flexibilidade. Em meados da década de 1980, começa a se

⁵⁵ FERRETTI, C. J. Uma nova proposta de orientação profissional. São Paulo: Cortez, 1997.

delinear uma nova concepção de qualificação regulada pelos processos de globalização da economia.

Por mais de trinta anos a concepção de qualificação sustentou-se apoiada na engrenagem do modelo taylorista-fordista da organização da produção e trabalho. Somente entre os anos de 1970 e 1980 essa referência passa a ser contestada diante da emergência de outras formas de organização do trabalho e da difusão do sistema de produção pautados na integração e flexibilidade. (TEXEIRA, 2006, p.58).

As mudanças ocorridas nas técnicas e nos sistemas organizacionais estruturaram padrões competitivos, tendo em vista, o processo de globalização da economia. As mudanças decorrentes da introdução de novas modalidades de produção resultam do desenvolvimento de novas tecnologias e a expansão do mercado financeiro. Tais aspectos refletem sobre o modelo de qualificação dominante, incidindo diretamente sobre a *noção de competência* como parâmetro para a formação profissional. Esse novo parâmetro define um padrão produtivo, que tende a valorizar os atributos individuais, reforçando a tese da requalificação dos trabalhadores, de acordo com Teixeira (2006). Nesse contexto, inserem-se as relações estabelecidas com a pessoa tida como pessoa com deficiência.

2.5 A inclusão capitalista neoliberal

De acordo com Turchiello e Machado (2015), existe “um elo entre a noção de inclusão como princípio de governamentalidade e as demandas do mundo do trabalho, atualmente”. Há, portanto, a institucionalização de padrões sociais contidos na formação profissional que tendem a ser regulado pelo próprio mercado.

Em convergência com o jogo social contemporâneo, a formação profissional para a inserção no mundo do trabalho tem como público alvo, inclusive, aqueles grupos considerados histórica, social, política e economicamente excluídos, dentre eles as pessoas com deficiência. (TURCHIELLO e MACHADO, 2015, p.587).

Nesse contexto, as escolas tendem a desempenhar um papel crucial na construção de princípios da localização imediata ou do quadriculamento. Consideram-se

através desse princípio, os lugares a partir dos indivíduos que os constituem. (FOCAULT, 2014).

Considerando que no contexto neoliberal a participação nos jogos sociais e de mercado é fundamental, torna-se importante que os sujeitos deficientes optem pela inclusão como possibilidade de contribuir para alavancar seu próprio potencial, bem como o desenvolvimento do país. E, neste texto, entendemos a formação profissional do sujeito com deficiência como uma estratégia interessante para favorecer a inserção no mundo do trabalho com qualificação, condições de concorrência e competição. (TURCHIELLO e MACHADO, 2015, p.589).

Assim sendo, a profissionalização se apresenta como um campo de interseção da concepção de mundo do mercado. No campo do mercado de trabalho, existe uma construção dos *grupos de status* que tendem a ocupar determinadas posições sociais enquanto mão de obra. Portanto, existe uma concepção padronizada de participação que distingue os grupos e os canais de acesso. Logo, os mecanismos de recrutamento para o mercado de trabalho determinam os tipos de canais que são privilegiados para que os grupos sejam ajustados aos espaços das posições conferindo-lhe um *status*. Há, portanto, o controle dado pelo grau de isolamento ou abertura social desses canais entre os grupos. Nesse contexto, a profissionalização reside em campos burocráticos de posições institucionais que asseguram a permanência de padrões tidos como inclusivos.

No contexto inclusivo, a formação e a inserção no mundo do trabalho são consideradas táticas importantes para garantir condições de participação para todos os sujeitos, pois se considera que o que está em curso, portanto, reafirma que formação humana e cidadã precedem a qualificação para o exercício da laboralidade e pauta-se no compromisso de assegurar aos profissionais formados a capacidade de manter-se permanentemente em desenvolvimento. (BRASIL, Marcos político-Legais da Educação Especial na perspectiva inclusiva/secretaria da Educação especial. 2010, p. 6).

Em termos do currículo oficial, considera-se que as pessoas classificadas como pessoas com deficiências integrem na escola regular. “[...] A inclusão é posicionada nos discursos ‘oficiais’ como a promessa de um país mais justo e igualitário, servindo a formação profissional como ferramenta para amenizar a ‘ameaça da exclusão’”. (TURCHIELLO e MACHADO, 2015, p.587).

Nesse sentido, o processo de trabalho intervém significativamente nos processos sociais de qualificação e diferenciação social. Os mecanismos sociais de produção têm

como base aspectos psicofísicos que atuam como padrão orgânico e psíquico de trabalhador que determina tipos de comportamentos socialmente aceitos.

As formações sociais históricas compreendem diferentes modos de produção, dado a um conjunto das relações materiais e espirituais de desenvolvimento das forças produtivas. No contexto do modo de produção capitalista, o homem se assemelha à matéria prima para ao trabalho que tende a ser constituída como força de trabalho.

Nesta esteira, a inclusão opera na condução da vida da população de maneira que se possa gerenciar o risco social. Investir em si e no outro para permanecer no jogo se torna interessante na atualidade, para que nos mantenhamos em condições de competitividade, de concorrência⁵⁶. (TURCHIELLO e MACHADO, 2015, p.583).

Uma das exigências, colocadas pelo sistema capitalista, para a inclusão no sistema produtivo é a capacidade de aprender e se apropriar de padrões culturalmente valorizados, gerando um capital. Sobre um capital específico, legitima-se que a concorrência é sobre esse mecanismo social e que se estruturam os instrumentos simbólicos de inclusão/exclusão no mercado de trabalho. Portanto, a qualificação e a profissionalização abarcam um universo de significado simbólico que dialoga com a escolaridade, mas não se limita a ela.

No novo modelo produtivo, fortemente inspirado no modelo empresarial japonês, a organização do trabalho estaria baseada no espírito cooperativo de equipe e na ausência de demarcação de tarefas definidas a partir do posto de trabalho, implicando um funcionamento fundado na polivalência e rotação de tarefas. Assim, as qualificações exigidas estariam baseadas em alguns atributos individuais tais como capacidade de raciocínio, iniciativa, dinamismo, criatividade, responsabilidade, interatividade etc. (TEXEIRA,2006, p. 59).

Está permanentemente em desenvolvimento, como é proposto dentro da perspectiva do contexto inclusivo capitalista, é ter atributos individuais, que tendem a

⁵⁶TURCHIELLO, P. e MACHADO, C. Inclusão de deficientes no mundo do trabalho: uma escolha a monitorar. Revista Educação Especial | v. 28 | n. 53 | p. 583-594 | set /dez. 2015 Santa Maria Disponível em:

<<http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>><<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/18810/pdf>>. Acesso: maio/2017.

atuar como capital, atributos físicos, orgânicos, psíquicos, comportamentais e cognitivos.

Entretanto, é importante destacar que, na relação trabalhador e trabalho, o processo de qualificação e profissionalização mediado pela escola produz o tipo qualificado e o tipo desqualificado. Na relação imposta entre atributos individuais, tais como, capacidade de raciocínio, iniciativa, dinamismo, criatividade, responsabilidade, interatividade e qualificação, vai se constituindo o tipo desqualificado e conseqüentemente, a pessoa classificada como pessoa com deficiência.

2.5 O cotidiano da escola inclusiva: desqualificação ou deficiência?

Em termos de currículo intersubjetivo, inscrito nas práticas sociais, vivenciadas na escola, a pesquisa revela que as formas estruturantes do modelo de segregação produziram, historicamente, determinadas formas simbólicas intersubjetivas que mediam as relações face a face dentro do universo da qualificação, atualmente.

De acordo com Bourdieu (2003), história objetivada e institucionalizada se apresenta como cerimônias por meio dos quais os agentes desempenham papéis. Nesse sentido, entram na pele do personagem social que dele se espera, dentro do qual, o corpo está inscrito em uma história, uma tradição. O corpo seria, portanto, uma veste habitada por um certo *habitus*. Dessa forma, estariam as pessoas tidas como pessoas com deficiência constituídas de um ser social marcadas por muitos sinais que conferem a esse agente uma identidade.

Em meados da década de 1990, no Brasil, começaram as discussões em torno do novo modelo de atendimento escolar, denominado inclusão escolar. Esse novo paradigma surgiu como uma reação contrária ao processo de integração, e sua efetivação prática tem gerado muitas controvérsias e polêmicas. O conceito de inclusão passou a ser trabalhado na educação especial de forma diferente do conceito de integração, no entanto, eles têm a mesma proposta, que é inserir os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais no ensino regular. Podemos declarar que a integração passa a idéia de que a pessoa, para ser inserido na escola regular, deve estar em condições para isso, ou em condições de corresponder às solicitações feitas pela escola. Nesse sentido, não se questiona sobre o papel e a função da escola, pois é ela quem dita o modelo que o aluno deve seguir. A inclusão considera a inserção de alunos por meio de outro ângulo, isto é, aquele que reconhece a existência de inúmeras diferenças (pessoais, lingüísticas, culturais, sociais etc.), e, ao

reconhecê-las, mostra a necessidade de mudança do sistema educacional que, na realidade, não se encontra preparado para atender a essa clientela. (BUENO apud REIS e ROSS, sd, p. 5).⁵⁷

Dentro do contexto de qualificação, a educação voltada para esse segmento populacional, além dos aspectos estruturais, encontra contradições e conflitos normativos, que afetam à prática organizativa dos sistemas de ensino, bem como a implementação da educação inclusiva. Sobre esses aspectos, Carvalho conclui:

A educação inclusiva é complexa e o desenvolvimento inclusivo das escolas constitui um desafio de múltiplas dimensões, nas quais toma lugar o ordenamento jurídico. No Brasil, a divergência entre normatizações oficiais e políticas públicas é passível de gerar incertezas e ambiguidades nos sistemas de ensino. Verifica-se, ainda, inaceitável desrespeito à hierarquia das leis, como ocorre entre as resoluções nacionais e as leis que as orientam. Nesse sentido, a legislação e as políticas educacionais podem constituir uma barreira a ser superada para a efetividade do processo de educação especial e inclusiva, tanto no âmbito gerencial como pedagógico, representando um constrangimento que também afeta os estudantes com necessidades especiais e suas famílias. (CARVALHO, 2013, p. 272).

Historicamente, para esse segmento social, a escola atua como mecanismo de legitimação dos níveis hierárquicos de organização social. Portanto, “[...] os processos de diferenciação e ascensão podem exigir a *inclusão*, num *status* de participação total, no sistema significativo de comunidade geral, de grupos anteriormente excluídos e que desenvolveram capacidades legítimas” contribuindo para o funcionamento do sistema[...].” (PARSONS, 1969, p.43)

Em 1994, é publicada a Política Nacional de Educação Especial, orientando o processo de “integração instrucional” que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que “(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos normais. (Brasil. Ministério da Educação. Secretaria da Educação especial. Marcos Político-Legal da educação Especial na Perspectiva Inclusiva/Secretaria da Educação Especial. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010, p. 12).

⁵⁷ REIS, R. L. dos e ROSS, P. R. A inclusão do aluno com deficiência intelectual no Ensino Regular. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2216-8.pdf>>. Acesso em: junho/ 2017.

Em 2007, o PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação - reafirmou a necessidade de superação da oposição histórica entre educação regular e educação especial. Somam-se a esse aspecto, os padrões sociais históricos, presentes no currículo escolar. A escola em uma perspectiva normalizadora qualifica a partir de condições individuais de capacidade orgânica e de capacidade cognitiva. Atrelada às duas condições, coloca-se o aspecto comportamental e de desempenho como critérios postos para a avaliação da pessoa, fazendo de cada um, um caso. (FOUCAULT,2014). Nesse sentido, tanto os aspectos estruturais, como os aspectos estruturantes, intersubjetivos contribuem para a constituição do ser pessoa com deficiência.

Isso se evidencia na narrativa de Guimarães (2015), 45 anos, professora com nível Médio, classificada pessoa com deficiência visual. Sobre a problemática que envolve a profissionalização da pessoa com deficiência, descreve a sua experiência de ingresso no mercado de trabalho e depois destaca a problemática que envolve o ensino especial e o ensino regular, para o dito, pessoa com deficiência. Sobre a sua profissão, destaca a dificuldade de cursar o ensino superior. Quando questionada sobre a sua atuação coloca:

E: Professora de nível Médio. Já comecei pedagogia várias vezes, já comecei biblioteconomia, mas saí na metade, porque não consegui dar conta do trabalho e do estudo. Porque, você trabalhar o dia todo, e estudar a noite é muito cansativo. E, o deficiente já tem muita dificuldade, muita limitação. Ai, fica complicado demais, pense. Por mais inteligente que você é, às vezes, não consegue, é muita coisa para a pessoa dar conta. (GUIMARÃES, 2015)⁵⁸

Ao falar do seu engajamento no mercado de trabalho, a professora destaca: “para o deficiente mesmo, entrar no mercado de trabalho é muito complicado, principalmente, na área privada”.

E: Para mim foi fácil, porque eu fiz dois concursos. Eu sou funcionária do município de João Pessoa, na prefeitura. Ai, eu tenho duas matrículas. Eu, fiz dois concursos, graças a Deus, eu consegui passar nos dois. Isso aí, para mim, foi tranquilo. Agora, isso é [...] são poucos casos, são exceções, porque para o deficiente mesmo, entrar no mercado de trabalho é muito complicado, principalmente, na área privada.

⁵⁸ GUIMARÃES, G. L. professora do Instituto dos Cegos da Paraíba. Entrevista realizada no evento Dia D da empregabilidade, 2015.

Ao discorrer sobre a sua atuação profissional, coloca:

Como eu trabalho no ensino fundamental e a gente trabalha com deficiente. Eu trabalho com as pessoas cegas, aí, para mim é tranquilo. Eu trabalho com a parte de braile, eu já sei braile. Assim, do primeiro ao quinto ano, a gente consegue desenrolar, tranquilamente.

Sobre o ensino, destaca: “Na minha época não existia um profissional preparado de maneira alguma, era pior do que agora.”

Agora é certo que existe muita dificuldade na área de física, matemática e química. O deficiente sofre muito nessas áreas. Porque, eu já fui estudante, no ensino Médio. Na minha época não existia um profissional preparado de maneira alguma, era pior do que agora. Agora a gente tem vários monitores, tem professores do instituto dos cegos que trabalham com os alunos na área de química. Agora na minha época, era difícil demais, a gente não tinha atendimento nenhum, a gente fazia assim com a cara e a coragem, assim na doida, no chute. A gente ia aprendendo de acordo com os assuntos. Alguns professores tinham a boa vontade de se preparar para ensinar e conseguiam até alguma coisa, um resultado. Mas, hoje em dia está muito mais fácil. Hoje em dia, já tem gente preparada, já tem professor que ensina realmente química para o deficiente e ele consegue aprender. Agora, tem toda uma adaptação de material de forma.

E: Entendesse?

P: Entendi.

E: Tem muita coisa que você tem de aprender mesmo, para poder ensinar. Porque, tem que fazer várias adaptações.

Em relação à saída dos alunos, da educação especial e entrada no ensino regular, afirma: “Isso aí é bastante relativo. É muito complicado. A inclusão na prática, ela só existe na teoria. Porque, na prática, é aquela loucura”. Em relação aos professores, evidencia que a inclusão só existe na teoria e os professores estão despreparados. “[...] Os professores ansiosos sem terem nenhuma preparação para trabalhar com uma pessoa deficiente”.

Sobre o aluno, coloca que “[...] o aluno é praticamente jogado na escola. Eles colocam o aluno e não estão nem aí, se tem professores para trabalharem com ele, ou não, não é? De acordo com a narrativa da professora: Aí, acontece muita segregação

dentro da própria escola. O aluno fica muito isolado, muito perdido. O professor não sabe como trabalhar”.

Logo, os aspectos intersubjetivos das relações estabelecidas evidenciam os aspectos estruturantes que se impõem em relação aos aspectos estruturais, definidos historicamente.

Dentro desse bojo de significado simbólico, no qual está submerso o tido como pessoa com deficiência, coloca-se a possibilidade de uma política de inclusão, como afirma a professora, em sua narrativa sobre a inclusão, compreendida como “uma coisa muito difícil”:

Mas, existe toda uma política de inclusão. São oferecidos cursos na área das deficiências para os professores se prepararem. Quer dizer, é uma questão da boa vontade do professor se profissionalizar. E, também, do próprio aluno de querer aprender e de exigir os seus direitos. Ele, não está na escola. Já que ele está na escola, ele tem todo o direito de ser bem atendido. É toda uma política. É uma parceria que tem que acontecer entre aluno e professor, principalmente, o professor. A gente vê ainda muito professor que não está nem aí, que não quer aprender, que acha que não consegue trabalhar com o aluno deficiente. Mas, é uma coisa muito difícil a inclusão.

A expropriação dos meios de produção faz com que se pense em termos da trajetória de constituição do sujeito pessoa com deficiência. Nesse percurso histórico, a trajetória de formação e qualificação é um aspecto a ser considerado.

A qualificação mostra-se como um importante mecanismo utilizado como instrumental para se alcançar a tão almejada inclusão dentro do sistema capitalista. Sobre a perspectiva neoliberal de inclusão, caberá à escola desenvolver capacidades que tornem a pessoa um ser inclusivo. Em resposta ao questionamento sobre o que seria inclusão, a professora problematiza importantes aspectos dessa relação, primeiramente, “como é que um professor vai dar aula de braile e a letra cursiva em tinta? Como é que ele vai ter trinta a quarenta alunos e vai ter dois deficientes na sala? Como ele vai trabalhar uma escrita em braile com dois deficientes e a escrita em tinta com o restante da turma? Não tem como o professor fazer isso. ” Segundo aspecto: “Agora, os pais é que devem dizer para onde vão colocar os seus filhos, na escola regular ou especializada. ”

A inclusão na minha cabeça... não só na minha, mas na de muitas pessoas com deficiência teria que ser o seguinte, as escolas especiais não podem se acabar de maneira alguma. Porque elas existem para dar um suporte as escolas da rede regular. E, eu acredito que as crianças nos primeiros anos do ensino fundamental, do primeiro até o quarto, não devem estudar em uma escola regular. Por enquanto, porque os professores não estão preparados. Porque você pode ...qual o professor em uma sala de aula regular sabe braile? Pode procurar que você não acha praticamente nenhum. E, depois como é que um professor vai dar aula de braile e a letra cursiva em tinta? Como é que ele vai ter trinta a quarenta alunos e vai ter dois deficientes na sala? Como ele vai trabalhar uma escrita em braile com dois deficientes e a escrita em tinta com o restante da turma? Não tem como o professor fazer isso. Principalmente no caso da deficiência visual, eu estou dizendo. Por isso, eu acho que a escola especializada não pode acabar de maneira alguma. Tem que ser uma parceria, tem que ter as duas. Agora, os pais é que devem dizer para onde vão colocar os seus filhos. Na escola regular ou especializada.

Terceiro aspecto, “o profissional da escola especializada, ele tem mais habilidade.”

Eu tenho percebido que o profissional da escola especializada ele tem mais habilidade. É, por que, o profissional especializado, ele faz curso, entendeu. É como você disse, ele já tem uma convivência com os deficientes. Inclusive, os próprios deficientes como eu por exemplo. Eu trabalho nos institutos dos cegos, eu ensino lá. Tem outras pessoas que trabalham lá, que ensinam. Aí, já tem toda uma vivência, uma preparação da própria vida como deficiente. E, não tenha dúvida, que os profissionais da escola especializada, já são pessoas em curso, eles têm a vivência da vida dele, de aprender e de se aperfeiçoar.

Quanto aos pontos positivos e negativos das escolas especializadas e regulares, destaca:

O ponto positivo da escola especializada é que, ela, é a mais preparada, eu acho, para trabalhar, por enquanto. As outras escolas ainda estão se preparando. Ainda estão muito no início da preparação da inclusão. A escola especializada, tem muito mais bagagem, tem muito mais segurança para trabalhar. O que deve existir é uma parceria. A escola especializada deve oferecer o que já sabe. Deve ter uma troca de experiência com a escola regular, entendesse? Tem que oferecer curso, trabalhar em parceria. Como o Instituto dos cegos. O Instituto trabalha em parceria com as escolas que atendem os deficientes visuais da rede, o ENGLO, escola municipal tem atendimento lá. Tem, também, o pessoal do Olivina Olívia, que tem atendimento lá. A gente trabalha, assim, em parceria com essas escolas. Ai, acho que dá certo para funcionar.

O ponto negativo, muito grande, das escolas regulares, e que, eles [...]. Eles não estão preparados, são obrigados a aceitar os alunos e não tem como trabalhar. A gente fica [...] tem muito aluno, aí, perdidos nas escolas, sem conseguir aprender.

A segregação, ao longo da história da educação brasileira, produziu mecanismos simbólicos de interação face a face e de localização das pessoas em determinados lugares da hierarquia social. Esses mecanismos intersubjetivos tendem a estruturar determinados fluxos sociais. Quando se afirma que os profissionais das escolas especializadas têm maiores conhecimentos sobre a pessoa tida como pessoa com deficiência e que os professores do ensino regular estão perdidos, fica evidente que existem diferentes mecanismos atuando na constituição dos sujeitos tipificados “normais” e “com deficiência”.

Os aspectos pedagógicos que atuam nesse processo são mecanismos que precisam ser compreendidos como um construto histórico, econômico e social. Historicamente, tanto a escola de ensino regular, quanto às escolas especiais construíram mecanismos pedagógicos que tornaram possível a constituição de seres sociais determinados. A constituição dos sujeitos deu-se a partir de estruturas sociais definidas e de concepções de mundo, fundamentada em conhecimentos científicos circunscritos a determinado campo de saber. Atuaram significativamente na definição da classificação do campo médico, biológico, psíquico, psicológico, pedagógico e de organização científica do trabalho.

O diálogo entre a educação especial e regular, como bem colocou a professora na entrevista, é de fundamental importância para a constituição de novas propostas de construção social, dentre elas, o da profissionalização. Nesse sentido, o saber se apresenta como instrumento que possibilita a constituição de processos sociais de distinção. Sobre o processo de escolarização destaca:

E: Tanto o aluno como o professor ficam muito perdidos. O professor não tem como trabalhar por que ele não foi trabalhado. A universidade mesmo, a universidade não tem um currículo, não tem aula de braille na universidade. Deveria ter, não é? Deveria fazer parte do currículo de pedagogia, a escrita braille, para o professor aprender. Como é que o professor vai ensinar o braille, se ele, não sabe nada de braille? Isso não é complicado? Chega um aluno para ser alfabetizado na rede regular, como ele vai ser alfabetizado se os professores não têm noção do braille? É, por isso, que eu digo, a escola especializada não pode acabar. Principalmente, a alfabetização. Não tem como, hoje em dia eu não consigo entender como um aluno vai ser alfabetizado na escola da rede regular. Não tem como. Deficiente visual, não. Não tem como de jeito nenhum, se não existir os Institutos dos cegos. Agora a sorte é que existem as salas de recursos nas escolas.

P: Elas estão funcionando?

E: Em pouquíssimas escolas. A maioria quase não funciona mesmo. Mas, hoje em dia, já está havendo um funcionamento maior dessas salas de recurso. Eles colocam profissionais preparados para trabalhar junto com os profissionais das escolas.

O cotidiano apresentado na narrativa evidencia o caráter distintivo, predominante em ambas as escolas, tanto de ensino regular quanto o de ensino especial. Portanto, a separação entre os ditos “normais” e ditos “anormais” produziu um conjunto de técnicas e sinais que ao serem deslocados dos seus universos de significados (escolas especiais e escolas regulares) tendem a não ser compreendidos e contribuem ainda como estruturantes da distinção e localização. Os sinais simbólicos intersubjetivos recriam de certa forma as regras morais de transferência de sentido do sujeito constituído pessoa com deficiência, mesmo quando atua em outros espaços sociais, como na escola regular.

Nesse sentido, a proposta de inclusão leva as pessoas a atuarem no mesmo espaço físico de localização sem que consigam, ainda, romper com os espaços simbólicos de significação histórica. Consequentemente, os processos sociais intersubjetivos ainda estruturam e mantêm determinados mecanismos simbólicos como o da classificação, marcando o ingresso nos sistemas de qualificação, nos processos de aprendizagem, nas experiências educativas e sociais dos tidos deficientes.

O ser deficiente, portanto, se constitui a partir de mecanismos sociais. No Brasil ao longo dos diversos períodos se tem os “degenerados”, classificação do campo médico, “os desvalidos”, classificação do campo religioso, os “anormais” definidos no campo psicológico.

Atualmente, novas taxionomias surgem atreladas aos novos contextos históricos.

No jogo social capitalista existe uma dinâmica que caracteriza o campo do trabalho e o processo de qualificação. No processo de qualificação, existem mecanismos de interiorização que tornam certas classificações aceitáveis. Sobre esse aspecto, a noção de qualificação é entendida “[...]como movimento dialético em que se combinam elementos desqualificantes e qualificantes”. (TEXEIRA,2006, p.57), dentro de uma lógica do capital.

Existe, na lógica capitalista, o controle sobre o recrutamento, a promoção e/ ou a remuneração através de mecanismo como o da qualificação. Nesse sentido, o corpo é investido, disciplinado, codificado gerando um capital *ligado a um estado*. No sentido

do mercado, seria um estado produtivo que é uma dimensão da divisão social do trabalho, imposto pelo sistema capitalista. Logo, a história objetivada é nada mais do que uma história incorporada. A escola, nesse contexto, é reduzida a uma instituição totalitária no sentido de Goffman. A escola, através de ajustamento inconsciente das posições sociais, atua na produção dos padrões de comportamentos que constituem o sujeito qualificado e/ou deficiente.

Esse aspecto é evidenciado, através da narrativa, de uma pessoa classificada, pessoa com deficiência intelectual, ao falar de sua relação com a escola e o trabalho⁵⁹, no cotidiano da FUNAD:

P: Você é aluna da escola?

E: Sim, foi a minha mãe que me trouxe.

P: Quem orientou a sua mãe para te trazer?

E: Foi a professora da minha escola.

E: É, porque eu tenho 18 anos e não sei ler. Outras coisas, eu sei. Eu sei pegar ônibus. Ajudo as pessoas se elas me pedirem para fazer qualquer coisa. Só não sei ler. Eu consigo escrever.

P: Qual a sua dificuldade?

E: É, assim, se juntar as letras eu não sei não.

P: Você está na escola desde quando?

E: Desde os meus quinze anos.

P: Para trabalhar?

E: As pessoas só querem quem ler. Mas, eu tenho o benefício.

Sobre esse aspecto, a definição da classificação, pessoa com deficiência intelectual, dialoga com um campo de significação social que tende a valorizar a linguagem escrita na constituição do ser qualificado para o mercado de trabalho. A linguagem atua como instituição na extensão da divisão social do trabalho. Organiza entorno de si, unidades de sistemas simbólicos delimitadores de diversos campos sociais de significação. No contexto do mercado de trabalho atua como capital. No contexto

⁵⁹ Situação vivenciada durante o processo de observação, no cotidiano da FUNAD, no qual, a pesquisadora, estabelece diálogo com uma pessoa classificada com deficiência intelectual, aluna da escola, Centro Especializado em Reabilitação Intelectual, FUNAD, 2016.

psicopedagógico, atua como atributo de capacidade individual e cognitiva do desenvolvimento humano. A escola, como unidade do sistema social mais amplo, materializa, através dos processos formativos, novas classificações.

A qualificação funciona, portanto, como processo de objetivação de um capital específico, que se manifesta em um *status* constituído através das formas legítimas de sujeição. Condição que se apresenta na seguinte afirmação: “As pessoas só querem quem ler. Mas, eu tenho o benefício”. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é a garantia de um salário mínimo mensal concedido à pessoa com deficiência e ao idoso, com 65 anos ou mais, que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida pela família. O critério para acessar o BPC define-se através das seguintes condições: estar incapacitado para atos da vida independente e para o trabalho; ser incapaz de prover o próprio sustento ou tê-lo provido por sua família e possuir uma renda mensal *per capita* familiar menor que $\frac{1}{4}$ do salário mínimo.⁶⁰

Nesse sentido, os sistemas de legitimação da ordem normativa social definem as razões para os direitos e para as proibições. (PARSONS,1969). Portanto, existe um ajustamento inconsciente da divisão social do trabalho aos meios de classificação e localização social. Por conseguinte, são criadas as oposições entre os segmentos sociais dos ditos qualificados e pessoas com deficiência, a partir das diferentes vivências de condições de produção. Nesse contexto de significado, dá-se a existência da deficiência intelectual que,

Acontece quando o funcionamento intelectual é significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos, e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: a) comunicação; b) cuidado pessoal, c) habilidades sociais; d) utilização de recursos da comunidade; e) saúde e segurança; f) habilidades acadêmicas; g) lazer e h) trabalho. (Art. 5º, inciso I, alínea d, do Decreto 5.296/2004).⁶¹

⁶⁰ Governo da Paraíba. Secretaria do Estado da Educação. Secretaria do Desenvolvimento Humano. Secretaria dos Direitos Humanos. Direitos das Pessoas com deficiência. Cidadania, Participação e Acessibilidade.Sd, p.02.

⁶¹ Governo do Estado da Paraíba. Secretaria de Estado da Educação. Secretaria de Estado do desenvolvimento Humano. Secretaria de Direitos Humanos. Direitos das pessoas com deficiência. Cidadania, participação e acessibilidade. FUNAD, sd. p, 12.

Marx e Engels (1998, p.35)⁶² destacam que “a verdadeira riqueza intelectual do indivíduo depende inteiramente da riqueza das suas relações reais”. Portanto, “os indivíduos se criam *uns aos outros*, no sentido físico e no sentido moral”. Mas não se criam no sentido único, do homem “feito por si mesmo”.

De acordo com o Decreto 5.296/2004, a deficiência intelectual pode ser classificada em leve, moderada ou severa, necessitando de avaliação psicológica e médica para definir o grau. Uma pessoa com deficiência intelectual precisa ser estimulada nas áreas em que tem dificuldade.

Os principais profissionais envolvidos são pedagogos, psicólogos, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais, sendo que medicamentos são utilizados quando a deficiência intelectual é associada a doenças como epilepsia. (Governo da Paraíba. Secretaria do Estado da Educação. Secretaria do Desenvolvimento Humano. Secretaria dos Direitos Humanos. Direitos das Pessoas com deficiência. Cidadania, Participação e Acessibilidade, sd, p.21).

A pessoa dita como pessoa com deficiência, é produto dos meios materiais de produção da realidade subjetiva e objetiva que estruturam as relações sociais de produção da existência dentro do sistema capitalista.

Assim, o que se observa no interior das empresas ou no mercado de trabalho formal é a definição de uma estrutura hierárquica de postos de trabalho que se organiza a partir dos níveis hierárquicos de escolaridade e da certificação escolar oficial, legitimando, dessa forma, a “velha” equação: os que chefiam, decidem e ocupam posição elevada na hierarquia são os mais “competentes” e aqueles que transitam na esfera da execução, da prática, são os “incompetentes”. (TEXEIRA, 2006, p.57-58).

A classificação, pessoa com deficiência intelectual, de maneira idêntica, é produto das estruturas hierárquicas dos postos de trabalho, que se articula aos níveis hierárquicos de escolaridade e de certificação social que tende a produzir novas taxonomias.

Por certo, a condição pessoa com deficiência não é dada pela natureza, mas por um conjunto de mecanismos sociais, de existência intelectual e material, presentes na unidade entre atividade e consciência. “Nesse caso, a noção de trabalho se torna essencial. O homem é concebido como um ser que trabalha. Se trabalha em condições

⁶² MARX, K. e ENGELS, F. A ideologia alemã (Feuerbach). São Paulo: Martins Fontes, 1998, 2002.

desumanas, é desumanizado, porque deixa de cumprir a atividade que constitui sua humanidade, em condições adequadas [...].” (MARX, 1980, p.161).

Portanto, as pessoas estabelecem entre si, relações sociais de produção. Nesse sentido, as relações de produção não se limitam apenas a produção de bens materiais. As relações de produção criam, também, as condições sociais de existência, modificando continuamente as formas de convivência social. Dessa forma, o sujeito, pessoa com deficiência, não é um construto das condições naturais, já que são as pessoas que produzem os ambientes materiais e sociais nos quais são localizadas socialmente. Assim sendo, as condições espirituais de existência exprimem as relações intersubjetivas determinadas por condições sociais históricas de constituição dos sujeitos determinados.

Sem dúvida, o pertencimento à categoria, pessoa com deficiência, utiliza-se de mecanismos de alienação. O termo alienação, nesse sentido, aproxima-se ao da etimologia da palavra. Etimologicamente, o termo *alienação* significa tornar-se *estranho a si mesmo* (MARX, 1980).⁶³ Essa alienação é consequência das condições impostas à pessoa, que através de mecanismos de classificação, passa a assimilar a sua condição como dependente de uma condição individual e/ ou natural.

Portanto, a classificação não se define apenas por um padrão cognitivo e patológico, mas sim por relações sociais de produção da própria existência. Dentro da perspectiva da história institucionalizada há, portanto, a constituição de elementos simbólicos definidores de padrões de relações face a face que estruturam as relações sociais, localizando as pessoas em uma hierarquia. Para tanto, a função classificadora se utiliza de cerimônias, por meio das quais as pessoas tidas como *pessoas com deficiência* entram na pele da personagem social a partir de determinadas expectativas normativas. Assim, o processo de classificação dispõe as pessoas, a partir de relações estruturadas pela força do *habitus*.

Por fim, existem diversos contextos históricos, apresentados, neste capítulo, uma ordem que engendra todo um sistema hierárquico social, através de mecanismos e classificação estruturados a partir de uma concepção de saber e poder.

⁶³ MARX, K. O Capital: Crítica a economia Política; Livro primeiro. O processo de produção do capital. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1980.

Assim, no terceiro capítulo, a pesquisa busca compreender quem produz a classificação e quem é produzido por esta classificação, atualmente, a partir da perspectiva empírica dessa relação. Destaca-se o campo que tem o mérito para categorizar de forma oficial a classificação, pessoa com deficiência.

CAPÍTULO 3 - CATEGORIA PESSOA COM DEFICIÊNCIA MECANISMOS DE INCLUSÃO /EXCLUSÃO: A CLASSIFICAÇÃO

Neste capítulo, a pesquisa busca compreender quem produz a classificação e quem é produzido por esta classificação, atualmente. Sobre quem produz, o classificador pessoa com deficiência, analisa-se qual o campo tem o mérito para definir que uma pessoa é pertencente à essa categoria. Dando continuidade à análise sobre o campo de produção, destaca-se o que o define enquanto campo de poder. Em termos de prática, *modus operandi*, destacam-se os instrumentos e os critérios que legitimam a categoria pessoa com deficiência. A análise se dá sobre aqueles que têm o poder e o mérito para defini-la. Para concluir, sintetiza-se situando o campo de saber e poder que dá significado à categoria.

Sobre quem é produzida por esta classificação, a pesquisa destaca a perspectiva empírica que leva em consideração o olhar daquele que se constitui enquanto uma pessoa com deficiência, em relação à identificação ou não com a categoria. Em seguida, a pesquisa converge para a análise dos aspectos relacionais entre ser e ter como produtor simbólico da categoria pessoa com deficiência, através das relações intersubjetivas, mediadas por mecanismos simbólicos estruturantes e estruturais de classificação e localização social.

Nesse estudo, o *habitus* permite compreender os padrões estáveis de relações sociais, a estreita articulação entre o corpo, a história, a tradição, as condições históricas e as estruturas sociais a partir da análise dos mecanismos simbólicos que situam as pessoas em determinados campos do jogo social. Há, portanto, na definição da hierarquia social o poder simbólico que “[...] é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) [...]”. (BOURDIEU, 2003, p.9).

Dessa forma, a definição, pessoa com deficiência, sua codificação e homogeneização estariam circunscritas a um determinado campo. A característica do campo define-se por sua universalidade, dar-se-á pelo limite, pela fronteira, pelo direito de entrada, o *numerus clausus* (Ibidem, p.42). A luta a respeito de sua definição legítima compreende um jogo constituído por uma concepção de mundo. Nesse caso, há posições teóricas, mecanismos de classificação e critérios de identificação que

estruturam o identificador simbólico, pessoa com deficiência. Definição que extrapola o universo da micro e macroestrutura determinando assim estruturas globais de classificação.

Nesse sentido, por força de um *habitus* (ORTIZ,1983), ter-se-ia um esquema de ação e interpretação dada por *regularidade e objetividade* das práticas que são vivenciadas nos diferentes segmentos sociais. Práticas que a partir de uma homogeneidade relativa, dada pelo *habitus*, exercem um efeito de *universalização* e de *particularização* homogeneizando e distinguindo os membros do segmento social, pessoa com deficiência.

Assim sendo, o segmento pessoa com deficiência dar-se-á pela *disposição dos corpos* (FOUCAULT,2014), em uma estrutura mediada por um mundo de sinais, dentro do qual cada um está obrigado a dar uma resposta pelo controle dos comportamentos e pelo *sistema de sinais* que implica uma prática que se materializa através da ação dos especialistas. Portanto, a própria definição, pessoa com deficiência ora se apresenta como uma condição individual, ora tem o sentido de categoria. A individualidade se estrutura na especificidade da deficiência através da determinação do código da doença e o sentido de universalização da categoria, estando a sua homogeneização na funcionalidade, na capacidade e no desempenho.

Essa articulação entre patologia e funcionalidade constitui o ser tido como pessoa com deficiência em uma estreita relação entre alteridade e identidade dentro de um circuito de agentes e agências que atuam significativamente na construção dessa categoria.

Qual seria a relação entre alteridade e identidade para a Antropologia e para os Antropólogos? Significado da alteridade está em seu caráter relacional com o 'outro' enquanto elemento de aproximação e distanciamento. Não basta tão somente dizer que a identidade está para a semelhança, ao passo que a alteridade está para a singularidade, à diferença. É preciso, pois, entender as relações entre o que é diferente e o que é semelhante e como se dá a articulação entre estes dois níveis em diferentes discursos. (DUARTE, 1998, p.137).

Portanto, a construção de uma identidade passa pela construção da ideia de alteridade de forma dialética. Dessa forma, para analisar a constituição de uma identidade social é preciso compreender a gama de sentidos utilizados pelas pessoas nos processos de interação que os distanciam ou os aproximam de processos de

homogeneização, considerando o limite e o direito de entrada em um determinado campo.

Assim, ao mesmo tempo em que alguns incorporam o papel social de pessoa com deficiência, outros tendem também a transcender a esse papel, o que permite pensar em termos de sua condição. Sobre esse aspecto há uma articulação entre o conhecimento de mundo e a prática social que possibilita a existência do sujeito constituído pessoa com deficiência dentro de uma ordem social estruturada através da força do *habitus*.

Por conseguinte, torna-se necessário compreender o circuito de agentes e agências que participam do processo de construção da identidade e alteridade da pessoa, assim classificada. A identidade da pessoa com deficiência se constitui em um processo de diferenciação expresso em observações sobre o outro e sobre si. De acordo com Duarte, (1998, p.138) “[...] a noção de pessoa corresponderia a um plano de realização da identidade, na medida em que os autores utilizam forma de discurso para construí-la quando falam de si ou mesmo ao serem observados em diferentes situações”.

Sendo assim, a pessoa classificada pessoa com deficiência tende a se considerar deficiente a partir de um processo de interação simbólica que o situa em um “status social” que se define em um determinado momento de sua vida. Ao ser legitimada a deficiência, todo o processo de interação social será mediado por sua condição. Essa condição tende a ser evidenciada em todos os aspectos do relacionamento humano, desde o nascimento à sua integração na família, escola, trabalho, igreja, dentre outras situações sociais. Em uma perspectiva empírica, a pesquisa apresenta a constituição da categoria pessoa com deficiência, inicialmente, dentro do campo familiar seguido do campo da reabilitação e do trabalho.

Para tanto, a pesquisa revela as regras de entrada e os mecanismos utilizados no processo intersubjetivo da categorização que objetiva a classificação. O estudo recai sobre aqueles que constituem a categoria, analisando a “*representação subjetiva*” que a pessoa, classificada como pessoa com deficiência, tem o seu próprio ser social. Busca-se, também, analisar o *sentido prático* expresso em esquemas de interação e de compreensão de mundo, através da descrição de experiências e sua relação com as condições sociais que tornam possível o pertencimento à categoria pessoa com deficiência.

Na continuidade deste capítulo, analisam-se os mecanismos de entrada, as normas estruturadas, o lugar de pertencimento, as práticas de categorização e os agentes do estado que tem o mérito para classificar. Destaca-se o papel da família, dos especialistas e dos atos do Estado, como mediadores desse processo. Assim, são interlocutores deste estudo, nove usuários da FUNAD, pessoa tida como pessoa com deficiência, os especialistas, um reabilitador e uma funcionária, pedagoga da Fundação. Para tanto, foram consideradas diferentes situações, dentre elas, a experiência de identificação mediada pela família, o processo de diagnóstico oficial vivenciado no campo de reabilitação e a relação entre a classificação e o ingresso no mercado de trabalho.

Inicialmente, a análise recai sobre aqueles que constituem a categoria. Em seguida, a análise se dá sobre aqueles que têm o poder e o mérito para defini-la. Para concluir, sintetiza-se situando o campo de saber e poder que dá significado e sentido à categoria.

3. 1 A inclusão na categoria pessoa com deficiência: mecanismos de classificação

A inclusão, na categoria pessoa com deficiência, dá-se através de mecanismos de classificação. Para compreender como esses mecanismos operam, toma-se o *indivíduo em relação* como a unidade básica desta pesquisa. Neste estudo, “[...] a referência nunca é o indivíduo isolado, mas sempre como parte de um sistema interacional dinâmico[...]”, no qual, o ato de colocação e classificação faz parte de um processo de avaliação (STRAUSS,1999, p.16).

Além disso, aborda-se a inclusão na categoria dentro de um caráter de processo, através das relações dinâmicas entre as pessoas e os agentes do Estado. Nessa abordagem, o processo de inclusão e de definição de situação da pessoa tida como pessoa com deficiência é analisada a partir de um conjunto de campos consolidados através de atos do Estado. Dentre os atos do Estado, está o poder de categorizar, poder que é exercido por agentes e agências em relação. Assim sendo, a constituição da categoria pessoa com deficiência ocorre através da força da ordem social e a força do Estado, dentro de uma ordem pública, que repousa sobre o consentimento. Há, portanto, atos políticos que legitimam a categoria através de uma determinada autoridade. Nesse

sentido, os especialistas da área de saúde têm um mandato do Estado, uma autoridade legítima para classificar e levar a crer que o oficial seja realmente oficial. (BOURDIEU,2014).

De acordo com a pesquisa, dentro da estrutura do Estado, a agência FUNAD tem o poder legítimo de classificar uma pessoa como pessoa com deficiência. Entretanto, antecede à classificação oficial, todo um processo de identificação que começa a se estruturar no campo familiar.

3.1.1 O campo familiar

O processo de inclusão na categoria passa por determinados mecanismos de avaliação e classificação. De acordo com a pesquisa, antes da aquisição do laudo médico, a pessoa é um pré-deficiente. Existe, portanto, um ritual que dá início a um processo de classificação que se define na objetividade do laudo médico. O processo de identificação utiliza-se de mecanismos e critérios de classificação. Dentro desse processo, geralmente as pessoas são julgadas a partir de sua condição física e/ ou cognitiva. Portanto, neste capítulo repousa o seguinte questionamento: em que momento da vida social a pessoa se constitui uma pessoa com deficiência?

De acordo com a pesquisa, na maioria dos casos, a família é a *mediadora* do processo de classificação da pessoa tida como pessoa com deficiência. Geralmente a pessoa chega à instituição “[...]com uma concepção de si que se tornou possível por algumas disposições sociais estáveis no mundo doméstico[...]”. (GOFFMAN, 2015, p.24).

Existe uma carreira moral que antecede à definição do ser deficiente. A família tende a relatar uma história que passa a encaixar a pessoa em um papel social atribuído à pessoa tida com deficiência. Observou-se, através de algumas entrevistas, que período pré-deficiente já contém em si elementos que qualificam a pessoa e que servem de subsídios para classificá-la. O histórico de aquisição da deficiência, somada ao diagnóstico médico e dos relatos de familiares, ou da própria pessoa, além de atributos físicos e psíquicos permitem identificar e classificar a pessoa na categoria pessoa com deficiência.

As narrativas, apresentadas através das entrevistas, das pessoas classificadas como pessoas com deficiência indicam um tipo específico de discurso de identidade, o qual se encontra respaldado na ideia da deficiência, enquanto um produto da doença e/ou de acidentes que o leva a uma condição incapacitante. Essa condição incapacitante produz uma semelhança e diferença em relação ao outro. O reconhecimento dessa condição se dá em momentos distintos, em relação a cada pessoa, de acordo com um sistema social que inclui os agentes e agências em ligação sistemática.

As experiências que serão apresentadas precisam ser localizadas em contextos de experiências que revelam o estágio de desenvolvimento normativo das relações de reconhecimento recíproco entre as pessoas tidas normais e as pessoas tidas deficientes.

De acordo com os relatos apresentados na sala de reabilitação pelos participantes da pesquisa, quanto mais jovem a pessoa, mais a família tem participação nesse processo inicial de identificação. A forma de aquisição da sua condição incapacitante, bem como o reconhecimento da identidade deficiente, varia de pessoa para pessoa.

Dentro de uma perspectiva empírica, fica evidente que a constituição da identidade pessoa com deficiência é produzida através de formas de reconhecimentos vivenciados em alguns casos, através dos processos de interação social, vivenciados no âmbito doméstico, a partir de uma determinada idade em um momento específico da vida. “[...] Trata-se de uma concepção temporal não só de interação, mas também da própria estrutura, sendo esta última moldada pelos atores, por meio da interação. [...]”. (STRAUSS,1999, p.27).

A pesquisa revela o aspecto da dimensão temporal de construção de identidade de pessoa com deficiência, através das experiências daqueles que passaram por esse processo de identificação, como a experiência da entrevistada Francisca (2015), descrita logo abaixo:

Francisca, 48 anos, considera-se morena, não possui profissão, tem benefício, possui o ensino fundamental completo. Ela se considera uma pessoa com deficiência “Sim”. De acordo com a sua narrativa, a deficiência foi decorrente de poliomielite, deixando-a com problema nas pernas. Define-se como uma pessoa com deficiência do tipo física. No momento da entrevista, ao ser questionado o porquê de se considerar uma pessoa com deficiência, ela relata a seguinte experiência vivida durante a sua infância até a idade adulta: “Acho que é por causa da minha família que sempre me escondia. A minha mãe me escondia em casa. Só depois da morte dela é que eu passei a

sair de casa. Até hoje as minhas irmãs têm vergonha de andar comigo na rua. ” Quando questionada sobre a visão que as pessoas na sociedade têm sobre ela, a mesma afirma: “Acho que quando as pessoas olham para mim, me acham uma pessoa diferente. Eu fico até encabulada por isso. ” Sendo assim, ao ser questionada sobre como se via enquanto pessoa, ela coloca: “Eu me vejo como uma pessoa diferente mesmo. Tudo isso que a minha família passou para mim ficou comigo. Minhas irmãs não querem sair comigo. Quando eu saio com pessoas iguais a mim eu fico à vontade. Quando estou num grupo de pessoas normais eu me sinto diminuída. ”

“A primeira esfera de relacionamento social, geralmente se estabelece na família”. (HONNETH, 2009). Nessa esfera, o processo de relação face a face pode estar expresso pelo o abandono ou pelo o amor. Ambas as experiências contribuem para afirmação de uma identidade. Estrutura-se nesse sentido, um padrão particular de reconhecimento recíproco. A relação baseada no amor ou na sua negação geraria, então, uma auto-realização individual. A narrativa apresentada demonstra como a relação com o outro, no caso, na família, contribui para a perspectiva identificadora de quem você afirma ser “Eu me vejo como uma pessoa diferente mesmo”. Nesse caso, a relação é entendida como um processo de reconhecimento recíproco, vivenciado na família. “Eu me sinto diminuída em relação às pessoas normais”.

A reprodução da vida social se constitui através de um reconhecimento recíproco. A partir dessa perspectiva, as pessoas só podem alcançar uma auto-relação quando aprendem a se conceber em processos de interação social dentro de uma perspectiva que é normativa. A primeira esfera de reconhecimento social seria na infância. Nesse período, há o pré-reconhecimento que começa através das relações afetivas primárias. (HONNETH,2009).

Nessa fase do processo de reconhecimento, aspecto de aceitação afetiva permite a pessoa desenvolver o amor de si mesmo e a autoconfiança. Esse processo de aceitação iniciada na infância possibilita o processo de participação autônoma nos processos sociais de interação. No caso aqui apresentado, esse processo se deu pelo abandono.

Em alguns casos, parece que “[...]. As deficiências manifestas afrontam o orgulho dos pais e sua necessidade de privacidade; todos podem ver que aquela criança não é o que queriam, e eles deverão aceitar a piedade do mundo, ou insistir em seu próprio orgulho[...]”. (SOLOMON, 2013, p.33). Entretanto, de acordo com a realidade

observada, percebe-se que a problemática da aceitação está para além do simples orgulho dos pais. A problemática da aceitação está alicerçada em um padrão normalizador de pessoa, definido por aspectos normativos de saúde. Nesse sentido, existe uma tendência à atribuição de responsabilidade aos pais, quando na realidade a forma com que operamos com as pessoas classificadas pessoas com deficiência, estabelece-se por uma relação mediada pela concepção de mundo e de pessoa dentro de uma perspectiva de saúde do corpo.

Em outra experiência, destaca-se a participação da família nesse processo como a descrita por Marcos (2015), 25 anos de idade, considera-se pardo, não possui profissão, possui apenas o 5º ano, ensino fundamental incompleto. Ao ser questionado sobre ser uma pessoa com deficiência. Afirmou que “Sim”. Quando indagado sobre qual o tipo, apresenta a seguinte narrativa: “Quem sabe é o meu irmão, eu não sei o tipo. Ele que ficou com o exame”. Em relação ao se considerar uma pessoa com deficiência, afirma que “Sim”. Quando questionado o porquê, afirma: “Acho que nasci com problema”. Quando questionado sobre a visão que as pessoas na sociedade têm em relação a ele, coloca: “Uma pessoa normal. É o que eu vejo e dá para perceber. As pessoas falam direitinho”. Então, ao ser questionado sobre como se percebe enquanto pessoa, destaca: “Eu não sei o que sou. Eu me vejo crescendo uma pessoa”.

Logo, a mortificação do eu dar-se-á em alguns casos, pela deformação pessoal. (GOFFMAN,2015). Essa deformação é decorrente do fato da perda do seu conjunto pessoal de referência de quem é enquanto pessoa. Isso se evidencia nas experiências familiares expressas nas afirmações: “Eu me vejo como uma pessoa diferente mesmo”. “Eu me sinto diminuída em relação às pessoas normais”. “Acho que nasci com problema”. “Eu não sei o que sou”. “Eu me vejo crescendo uma pessoa”.

As narrativas sobre o processo de inclusão na categoria pessoa com deficiência demonstram que existe um processo anterior geralmente definido pela família. Em seguida, é iniciado um processo institucional que passa por uma avaliação que se realiza com um especialista. Somados aos aspectos apresentados pela família, os especialistas iniciam o processo de exame que culmina na definição de uma identidade legitimada socialmente.

O processo de constituição da identidade da pessoa tida pessoa com deficiência dar-se-á, em alguns casos, na família e, em seguida, tem continuidade na instituição de

reabilitação conforme os casos analisados aqui. Nesse processo de identificação, os relatos do comportamento do indivíduo tendem a ser somados aos aspectos evidenciados pelos especialistas, constituindo elementos simbólicos que qualificam a pessoa com deficiência definindo-o enquanto uma categoria social.

Existem aspectos sutis que estruturam a interação como as concepções e representações de causas da deficiência. A categoria é estruturada a partir da ligação que se estabelece entre a pessoa e a sua condição incapacitante, esta última como experiência física e subjetiva, envolvida em complexa rede de sentimentos que orientam os indivíduos em suas buscas pelos significados. Os entrevistados ao se referirem às causas de sua deficiência, interpretam determinadas condições que os ajudam a explicar porque tal deficiência aconteceu. Geralmente é feita a leitura da situação vivenciada em um determinado momento de sua vida, existindo, inicialmente, uma articulação entre experiências vivenciadas na família e a compreensão da sua condição enquanto pessoa com deficiência.

Entretanto, outras pessoas pesquisadas, demonstraram experiências distintas, sobre o momento em que se reconheceram enquanto uma pessoa com deficiência. Revelaram em uma dimensão temporal, diferentes formas da interação. Outro aspecto a se destacar, refere-se ao processo de reconhecimento que passa a ser moldado por diversos agentes e agências, revelando diferentes estruturas que atuam na constituição da categoria. Por conseguinte, questiona-se quem tem o mérito para certificar publicamente que uma pessoa é uma pessoa com deficiência e através de quais mecanismos se constitui a categoria. Esse aspecto será discutido logo em seguida.

3.1.2. Do diagnóstico ao pertencimento a categoria pessoa com deficiência

Sobre o processo de diagnóstico e de pertencimento à categoria pessoa com deficiência, questiona-se sobre a classificação pessoa com deficiência: quem lhe dá nome? Qual o campo que se estrutura e tem sentido? Sobre quais critérios, portanto, esse campo se alicerça para definir que uma pessoa é pertencente à categoria pessoa com deficiência? Que aspectos legitimam o ser pessoa com deficiência?

Nesse momento da pesquisa, debruça-se sobre os aspectos relacionais entre ser e ter como produtor simbólico da identidade da pessoa tida pessoa com deficiência. Analisa-se o identificador pessoa com deficiência no bojo das dimensões micro, macroestrutural e de estruturas globais que de forma dialética exercem um poder coercitivo sobre aquele que é classificado como pessoa com deficiência dentro da hierarquia social.

Nesse processo de identificação, a pessoa é localizada em uma categoria. Os limites da categoria definem-se pelo campo de saber de domínio da saúde. O poder de categorização legítimo é de mérito do médico que tem a autoridade de Estado, de tornar oficial uma condição. Assim sendo, nomear parte sempre de um ponto de vista, o que evidencia, simbolicamente, as perspectivas do classificador.

De acordo com Goffman (2015), “o agente ao participar da atividade proposta pela organização, aceita de certa forma, que é um determinado tipo de pessoa que vive em um determinado mundo”. É o que Bourdieu (2003) coloca como “*efeito da ilusão constitutiva da participação num campo*”. Dentro de um determinado campo, existe um reconhecimento social em relação às diferenças nas atitudes, tal como as diferenças em relação à posição que é legitimada socialmente. Como se dá, portanto, o diagnóstico e o pertencimento à categoria pessoa com deficiência conforme as pessoas pesquisadas?

De acordo com as normas da instituição, unidade de pesquisa, FUNAD, qualquer cidadão e cidadã usuários do SUS, que tenha necessidade de atendimento, podem acessar os serviços de reabilitação, oferecidos pela Fundação. Mas, para ter acesso aos serviços oferecidos pela agência é preciso ser diagnosticado como pessoa com deficiência.

Para tanto, a própria FUNAD através dos serviços especializados tem a autoridade de Estado para dar início ao processo de diagnóstico do identificador pessoa com deficiência. Logo, a pessoa que pretende ser diagnosticada pessoa com deficiência deve se dirigir inicialmente à Coordenadoria de Triagem e Diagnóstico (CORDI) munidos da documentação necessária para agendar uma avaliação multiprofissional em busca de definir um diagnóstico clínico nas disfunções motoras, intelectuais, sensoriais e para identificar pessoas com altas habilidades ou superdotação.

De acordo com a pesquisa, a identificação da pessoa classificada pessoa com deficiência ocorre por meio de mecanismo que coloca o indivíduo num espaço individualizado, seguido de registros contínuos que o captam e o fixam. Todo o processo é documentado. Documentos como identidade, CPF, exames médicos, entrevistas com a assistente social, seguidas de observações dos especialistas, registradas em fichas. Há um registro intenso e cumulativo de documentos. Um “poder e escrita”, segundo Foucault (2014), dando forma a uma série de códigos da individualidade disciplinar estabelecido pela técnica do exame. Existe uma técnica e um saber da distribuição das pessoas que fazem parte do domínio da saúde.

Em relação à técnica, o exame diagnóstico é um instrumento de objetivação de uma forma simbólica ou forma de classificação. São formas sociais arbitrárias, relativas a um grupo particular e socialmente determinado. (BOURDIEU,1989). De acordo com a pesquisa, o exame diagnóstico, além de ser utilizado como instrumento de diagnóstico de uma condição patológica, tem um poder de moldar a estrutura dos processos de interação dentro e fora da FUNAD. Portanto, “[...] um espaço administrativo e político se articula em espaço terapêutico que tende a individualizar os corpos, as doenças, os sintomas que se constitui em um quadro real de singularidades justapostas e cuidadosamente distintas”. (FOUCAULT,2014, p.142).

Sobre o aspecto da singularidade, a pesquisa revela que, inicialmente, há a definição do ter com a aquisição do código da doença (CID) e, em seguida, há a definição do ser, que compreende o processo de construção simbólica, logo após a aquisição do laudo. O laudo coloca a pessoa em um contexto relacional totalmente diferente.

Constitui-se, assim, um campo documental no interior da unidade de pesquisa que não é somente um lugar de reabilitação, mas também de registro, acúmulo e concepção de mundo e construção de identidade. Portanto, a classificação de quem eu sou, constrói-se a partir de uma relação. Nesse sentido, “[...]a “essência” ou “natureza” do objeto não reside no objeto, mas na relação entre ele e aquele que lhe dá nome”. (STRAUSS, 1999, p.42).

Assim sendo, é impossível entender as identidades individuais sem compreender a atividade coletiva que a torna legítima.

Em uma dimensão micro, o setor de diagnóstico inicia a cerimônia que culmina com o laudo. O laudo é a objetivação de uma condição que não se limita à condição de

saúde, mas revela um padrão de relação social que se impõe ao tido pessoa com deficiência. De acordo com o cotidiano observado, a triagem seleciona, individualiza os corpos, as doenças, os sintomas que se constituem em um quadro real de singularidades justapostas e cuidadosamente distinta. Existe na prática do exame, um sistema preciso de classificação. As pessoas para serem inseridas como pertencentes à categoria pessoa com deficiência são colocadas em um mundo de sinais que exige um controle através do exame e diagnóstico. Sobre o processo de inclusão na categoria, todos os nove entrevistados⁶⁴ na sala de reabilitação afirmaram ter passado por um processo de classificação iniciado na triagem. Os mecanismos de entrada estão presentes nas respostas dadas ao questionamento sobre o processo de inclusão na FUNAD, já que para ser usuário dos serviços oferecidos pela instituição, a pessoa precisa ser identificada como uma pessoa com deficiência. Assim, todos os entrevistados destacaram elementos do processo de interação, vivenciados no momento de entrada na instituição, revelando os mecanismos utilizados pelos agentes no processo de interação.

Para tanto, os entrevistados ao serem questionados sobre como foi possível ingressar na Fundação, destacam: “Tive que passar pela triagem”. (TRAJANO,2015). “Passei com minha mãe no psicólogo e outros que não sei dizer”. (SÉRGIO,2015). “Triagem depois com a doutora”. (KARLA,2015). “Meu irmão me trouxe e eu depois falei com os médicos”. (MARCOS,2015), “Foi preciso passar pelos médicos”. (EVALDO,2015), “Eu tive que passar pela triagem lá embaixo”. (FRANCISCA,2015). “Através de uma triagem. Passei por um monte de médico. Eu nem me lembro mais”. (ANA,2015). “Primeiro passei por todo o procedimento: exame psicológico, psiquiátrico, todo o procedimento”. (JORGE,2015). O processo de entrada na instituição desvela o processo de constituição do sujeito pessoa com deficiência, seus mecanismos, técnicas, campo de saber e os agentes desse processo.

Somam-se as narrativas apresentadas pelos entrevistados, usuários da FUNAD, o processo descrito pela coordenadora do setor de diagnóstico. O processo de categorização legítimo se dá inicialmente por um processo que exige diagnóstico. Para tanto, existe um acompanhamento, uma vigilância hierárquica que inicia na CORDI, de acordo com a entrevista realizada com a coordenadora do setor. Na ocasião da

⁶⁴Todas as pessoas foram entrevistadas no setor de reabilitação profissional durante a atividade de desenho e informática básica no ano de 2015.

entrevista, ao ser solicitada para falar da CORDI, a coordenadora apresenta a seguinte narrativa:

E: A CORDI é o setor de triagem e diagnóstico. O usuário chega aqui ele vai para uma pré-triagem. Essa pré-triagem é com uma equipe de profissionais Assistente Social, tem pedagogo, tem enfermeira, onde essas pessoas de fato vão identificar se essa pessoa tem deficiência, uma deficiência física intelectual, visual ou auditiva. A partir daí, identificando essa deficiência, começa a triagem, ou seja, ele vai passar por uma equipe médica, no final ele recebe o diagnóstico e vai ser referenciado a coordenadoria de atendimento de acordo com a sua deficiência. [...] Ele é triado aqui.

E: A pré-triagem é uma equipe fixa. Eles detectam a pessoa, é um tipo filtro, não é? Depois, a partir de aí ele já sai com uma primeira marcação. De fato, aquela pessoa tem perfil, tem deficiência. Aquela pessoa sai com a primeira marcação para começar de fato a triagem.

P: Normalmente esse processo tem um tempo de duração ou varia?

E: Depende muito, varia muito. Uma pessoa que tenha uma deficiência física, é bem mais rápido, porque ela vai passar por um clínico e por um ortopedista, em seguida ela já vai receber o laudo.

E: Uma pessoa que tenha deficiência intelectual, normalmente as deficiências intelectuais estão associadas as síndromes. A gente se depara com outra realidade, a questão da rede para a emissão de cariótipo, demanda muito tempo. Às vezes a pessoa fica aguardando a realização do cariótipo para ser emitido esse laudo.

E: Auditivo e visual não, porque ele faz um exame e aquele exame a gente já emite o laudo aqui mesmo na instituição. Nós realizamos para o auditivo o BERA (exame que vai identificar a parte neurossensorial) e audiometria. Realizou esses exames a gente já emite o laudo. A parte neurossensorial jamais retrocede. A pessoa que tenha uma deficiência auditiva leve, ela tende só a aumentar, jamais ela vai ficar boa, não retrocede. É o mesmo como da deficiência intelectual, ela não retrocede.

E: A deficiência física, algumas deficiências elas são transitórias. Uma hemiparesia ou uma monoparesia. Uma hemiparesia em um dos membros, por exemplo, eu posso perder uma força nesse braço e posso recuperar minha limitação é o que chamamos de **deficiência transitória**, ou seja, naquele momento eu posso ter um diagnóstico de deficiência de hemiparesia e depois não ter mais essa hemiparesia de acordo com minha reabilitação. Essa reabilitação é a parte física, a parte motora.

P: Por esse motivo que há a demora para revalidar o ludo?

E: Sim, e outra coisa, o médico pede exames através de imagens. Hoje tudo é exames através de imagens. Porque eu posso chegar a um ortopedista e dizer que eu não consigo levantar o meu braço, certo. Mas, ele vai pedir o exame. Nesse exame ele vai detectar de fato se há algum comprometimento na perda de força. Tudo hoje é através de exame e imagem. (FERREIRA, M.G.M. Coordenadora da Coordenação de Diagnóstico e Triagem-CORDI, FUNAD, Especialidade Psicóloga, Entrevista gravada em dezembro, 2016).

A análise se baseia em sinais particulares que determinem um valor “diagnóstico ou prognóstico” a partir de questionamento sobre a condição do pleno funcionamento orgânico, através da técnica do exame por imagem e do registro do aspecto patológico. O que se evidencia, é que surgem novos instrumentos para uma análise dentro de uma objetividade máxima. Dessa forma, a doença não é mais compreendida apenas por um conjunto de sintomas como era na medicina tradicional. (VIGARELLO, 2016).

P: Então a parte médica...

E: Tem um peso decisivo, porque quem define a deficiência física é o ortopedista; quem define a deficiência auditiva é um otorrino; a visual é um oftalmol. e a deficiência intelectual é um psicólogo que identifica, ele é quem vai dizer com precisão o grau da deficiência que a pessoa tem, se é leve, moderada, grave profunda. É o psicólogo que define. Mas de fato a parte médica tem um peso muito grande.

P: Existem casos nos quais as pessoas não nasceram com deficiência, antes elas eram consideradas normais. Existe diferença?

E: Sim, existe. Uma coisa é você ter nascido com uma deficiência outra é você ter adquirido a deficiência. Por exemplo o TRAUMA hoje encaminha muitas pessoas que sofrem acidente de moto, um número muito grande. Essas pessoas de fato, elas passam a conviver com uma realidade que antes elas não tinham contato. É muito difícil para essa pessoa. Tem uns que não aceitam essa deficiência. Ele simplesmente diz não, eu não aceito, e chora na entrega do laudo. Enfim, ela é encaminhada para a reabilitação para de fato ela se adaptar a essa nova realidade. Para depois de aí ela ser encaminhada para o trabalho. Na própria instituição, ela pode desenvolver oficinas pedagógicas, tem todo um processo, para ela está indo para o mercado de trabalho. (FERREIRA, M.G.M, Coordenadora de Diagnóstico-CORDI, FUNAD, 2016)

Nesse caso, a pessoa perde inicialmente a referência de uma consciência universal e passa a uma consciência individual respaldada em sua condição de funcionamento orgânico. Essa condição imposta revela um novo jogo social no qual a pessoa classificada como pessoa com deficiência passa a jogar. Ela vive, inicialmente, um luto social ao ser alijada da categoria dos ditos normais. A percepção de si confronta com a visão que a sociedade passa a ter sobre ela. Da mesma forma, a perspectiva médica é confrontada por aquele que passa a integrar a categoria pessoa com deficiência.

De acordo com a perspectiva médica normalizadora, a reabilitação é tida como um mecanismo que tende a possibilitar a interação, participação e utilidade social da pessoa classificada no grupo de pessoa com deficiência, aproximando o máximo

possível da condição de normalidade. O campo médico, através de suas técnicas, práticas e saberes, tem um papel preponderante no aspecto normativo a respeito do que se define entorno do regime de normalidade corporal. Existe, portanto, a legitimidade no padrão social de normalidade corporal, assim, os padrões sociais mantidos no campo da saúde possuem uma relação dinâmica com a sociedade que os mantém e os toleram. (GOFFMAN, 2015).

Nesse sentido, define-se um ser humano socialmente útil, aquele que apresente um corpo completo, perfeito e sano. Assim sendo, as pessoas classificadas como pessoas com deficiência precisam, a partir dessa perspectiva, reabilitarem-se, ou seja, normalizarem-se. (SAMPERTEGUI,2015). Na impossibilidade de normalizarem-se, passam a ser definidas como pessoas com deficiência, através do CID e da CIF, tendo a materialidade de sua condição objetivada no laudo médico. Além disso, o laudo passa a ter o poder de identidade.

3.1.3 O laudo como identificador

No espaço disciplinar de distribuição e hierarquização dos homens, o *exame* surge como *técnica de classificação* legítima. Existe um processo cerimonial do exame que serve como instrumental para submeter à pessoa a um *princípio da visibilidade obrigatória*. No transcorrer desse processo, que varia de acordo com cada caso, existe uma disciplina de atividade que vai definindo também uma disciplina do ser. (FOULCAUT,2014).

Na definição da condição incapacitante são considerados critérios simbólicos cujas representações estão estabelecidas na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas relacionados à Saúde (CID-10) e na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF). Essas representações simbólicas servem como instrumentos de conhecimento e de construção de um mundo objetivo. A materialidade pode ser evidenciada através da entrevista realizada com a coordenadora do setor de diagnóstico CORDI:

P: A CIF é o que?

E: É a questão da funcionalidade em relação a sua deficiência. Por exemplo, uma pessoa que tenha deficiência intelectual leve, moderada, grave. Diz o grau da deficiência e a funcionalidade, ou seja, quais são as limitações daquela pessoa de acordo com o grau da deficiência. (FERREIRA, M.G.M. Entrevista com a Psicóloga coordenadora do setor de diagnóstico- CORDI, FUNAD, 2016).

No momento do exame, os profissionais interagem com a pessoa a partir de mecanismos simbólicos de classificação como: tipo de doença, tipo de deficiência, implicações da funcionalidade, capacidades e habilidades comprometidas. Essa classificação define o tipo de atuação e profissionais envolvidos nos processos de reabilitação. Existe, portanto, uma busca por elementos simbólicos constitutivos de critérios de classificação que definem a pessoa como pessoa com deficiência.

A ação dos especialistas baseia-se em critérios definidos através de um sistema internacional de classificação CID 10 e CIF, CID e CIF são entendidos como complementares.⁶⁵Para a classificação existem critérios de avaliação que compreendem as funções e estruturas corporais e o domínio da atividade e participação. Com base em uma estrutura global de classificação, o processo de diagnóstico é organizado e a “categoria social” pessoa com deficiência é definida. As estruturas micro, macro e globais determinam os seus “atributos” e a sua “identidade social”.

Nesse processo, as pessoas são codificadas, recebem um identificador da doença descrito através do CID 10. A aquisição do código identificador se dá de forma singular para cada pessoa. Esse é um processo que se dá em um determinado momento de sua vida social, variando de pessoa para pessoa. A materialidade da classificação está expressa no laudo emitido pelas agências como no caso da instituição de reabilitação. Está envolvido no processo de categorização o ato de nomear e de qualificar a partir de critérios.

Para que exista uma validade no laudo emitido é preciso dar início a um formalismo burocrático para que o documento emitido seja realmente oficial. Através de uma triagem realizada por equipe multiprofissional composta por médicos especialistas, terapeutas ocupacionais, nutricionistas, cirurgiã-dentista, psicólogos, fisioterapeutas,

⁶⁵CID-10 (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas relacionados à Saúde) e CIF (Classificação Internacional de funcionalidade, Incapacidade e Saúde).

assistentes sociais, emite-se o laudo médico, que servirá de encaminhamento para o processo de habilitação/reabilitação. Em seguida, o usuário será direcionado para a reabilitação, esclarecendo os direitos a ela facultados, perante a Lei.

Há, portanto, o mapeamento do corpo a partir de um quadro de saúde e de desempenho regulados pelas alterações ou mudanças na função e estrutura do corpo, o seu nível de capacidade orgânica, fisiológica, psicológica, psiquiátrica e motora. Articula-se a dimensão corporal à questão comportamental que mapeia o que uma pessoa pode fazer em um ambiente padrão, seja a escola ou a empresa e o que ele realmente faz no ambiente real, seu nível de desempenho. Esses dois domínios são classificadores do corpo. O laudo, nesse sentido, especifica uma condição a partir de um padrão normalizador de saúde, cujo mérito para definir se uma pessoa é pertencente à categoria é do campo médico. Além desse sentido, o laudo é um instrumento que produz identidade.

Isso se evidencia através da percepção que a pessoa tem de si a partir do momento em que recebe o laudo médico, conforme destaca o entrevistado Jorge (2015), 43 anos, agente de limpeza, que possui ensino fundamental incompleto e se considera moreno, usuário da FUNAD, aluno do curso de informática básica: “Passei a me reconhecer como deficiente aos 8 anos, quando o médico da APAE me falou”.

Ao responder à questão: você é uma pessoa com deficiência? Afirmou que “Sim”. Quando questionado sobre o tipo de deficiência, afirmou ser “mental leve”. Ao responder o questionamento: Você se considera uma pessoa com deficiência? Afirmou que “Não”. Quando questionado o porquê, destacou: “Porque eu me sinto capacitado a trabalhar”. Ao ser indagado sobre qual visão que as pessoas na sociedade têm sobre ele e como ele se vê enquanto pessoa, ele respondeu: “Pouco de preconceito. Porque uns se fazem de coitadinho. Eu não me acho desse jeito. Eu me sinto capacitado como qualquer outro ser. Eu me vejo um vencedor”.

Uma deficiência compreendida em um determinado momento da vida, quando levado ao médico. Nesse sentido se tem um corpo funcionando à revelia da pessoa que é definida como pessoa com deficiência, desorganizações que sugerem “de dentro” não consideradas pela pessoa, mas apenas percebidas pelo médico. Assim sendo, a “exterioridade” corporal expressa certa estranheza. Numa perspectiva da medicina orgânica o de dentro percebido pelo médico, muitas vezes é ignorado pela pessoa, por ele classificada.

Perspectiva semelhante é apresentada por Evaldo (2015), 33 anos, que se considera pardo, não possui profissão, não tem benefício, tem o ensino fundamental incompleto, cursa o 4º ano. No início da entrevista, considerou-se uma pessoa com deficiência mental. Mas ao final da entrevista afirmou se achar uma pessoa normal. Quando indagado sobre como foi adquirida a deficiência, fez a seguinte afirmação: “A minha deficiência foi adquirida aos quinze anos, quando eu pulei do trapiche. Eu tomei um impacto, aquele trauma”. Quanto à idade, em que passou a se reconhecer como uma pessoa com deficiência, afirmou: “Aos quinze anos, porque a minha família procurou um médico”. Quando questionado sobre se considerar uma pessoa com deficiência, destacou: “Eu considero, mas...”. Ao ser indagado sobre o porquê, explica: “Porque outras pessoas me olham e me chamam de doido. Eu não nego, mas não devemos julgar os outros pela deficiência”. Quanto à visão que as pessoas na sociedade têm sobre ele e como ele se vê enquanto pessoa, afirma: “Tem preconceito, tem. Chama de doido, não trata bem a pessoa, são agressivas”. “Eu me acho normal, mas quando eu não tomo remédio, eu fico agressivo. Eu nunca vou deixar o doutor disse, até certa idade”.

Não se acha anormal, mas as pessoas o chamam de doido. Ele se vê como deficiente em relação ao médico e em relação às outras pessoas, mas não se percebe assim em relação a si mesmo. Nesse caso, a visão que as pessoas têm dele são incompatíveis com sua concepção do eu.

Portanto, não há um consenso entorno do pertencimento à categoria pessoa com deficiência, por parte daquele que é tido como deficiente. Em resposta à situação de preconceito e agressividade, em alguns momentos ele se define como ser deficiente, mas afirma que não se deve julgar os outros pela deficiência. Nesse sentido, a imagem que possui de si é atacada, pelo idioma expressivo da sociedade civil que deforma e mortifica o eu.

A pessoa então passa a fazer parte de um jogo a partir de um sistema simbólico que o localiza, hierarquiza e permite determinados fluxos sociais presentes na lei, nas instituições, no mercado de trabalho, dentro de um padrão de relações definidas em uma estrutura global de classificação. No modelo incapacitante compreendido também como modelo médico e social ou modelo biopsicossocial⁶⁶. Existe uma correlação entre estado

⁶⁶Organização Mundial de Saúde. Rumo a uma linguagem comum para Funcionalidade, Incapacidade e Saúde CIF. Genebra 2002.

de saúde, funções e estruturas corporais, atividades, participação e fatores contextuais, no sentido ambiental e pessoal. Na CIF o termo *funcionalidade* está referido a todas as funções corporais em relação às atividades e ao desempenho. Enquanto que o termo *incapacidade* abrange as deficiências, a limitação de atividades ou as restrições à participação.

Há uma avaliação de uma condição de saúde seguida de uma condição funcional, que o situa em uma condição social. Fazendo a leitura dessas duas condições há a definição do tipo de deficiência e suas implicações em termos das atividades de reabilitação. Nesse caso, define-se a deficiência dentro do limite da recuperação de capacidades funcionais e sobre esse aspecto, repousa o sentido do que seria para um reabilitador a deficiência:

Para ele a deficiência é assim definida:

Para mim, toda pessoa, em algum aspecto, é deficiente. Está vendo aqui essa folha? Ela desenhou esse traço, eu vi, pedi para que ela fizesse de novo. Ela apagou e fez outra vez. Viu que melhorou? Pronto, para mim a deficiência é isso, é uma linha tênue entre o limite e a possibilidade. (Reabilitador profissional, relato do cotidiano no período de observação,2015).

Essa linha tênue entre o limite e a possibilidade descrita na fala do reabilitador, descortina um universo de significado simbólico de sentidos e significados sociais diversos atribuídos à deficiência. No sentido dado pelo reabilitador, ela serve como um referencial para uma tomada de posição que vai do limite apresentado em relação a uma disfunção até a possibilidade de superação de uma condição funcional normalizadora.

Na situação de reabilitação é possível prever os critérios e atributos necessários para a constituição da identidade. Através de uma linguagem do corpo se estabelece relações e expectativas que envolvem os especialistas em um processo de diagnóstico que se baseia em pré-concepções as quais, no transcorrer do processo de julgamento, transformam-se em expectativa normativa definida em um laudo médico. (GOFFMAN,2015).

Durante o período de observação no setor de colocação profissional, no processo de pesquisa, em um diálogo com uma pessoa tida como pessoa com deficiência na visão, funcionária da unidade de pesquisa (2015), foi feito o seguinte questionamento sobre o laudo:

P: As empresas sempre exigiram o laudo médico ou essa exigência só está acontecendo atualmente?

E: O laudo é a identidade da pessoa com deficiência. As empresas sempre pediram. As empresas também precisam se resguardar tem a lei, não é?

A legislação estabeleceu a obrigatoriedade de as empresas com cem (100) ou mais empregados preencherem uma parcela de seus cargos com pessoas com deficiência. A reserva legal de cargos é também conhecida como Lei de Cotas (art. 93 da Lei nº 8.213/91).

Nesse sentido, o que mostra a narrativa da pessoa tida como pessoa com deficiência é a relação estrutural entre a identificação e o aspecto normativo materializado no laudo e na relação dele com a Lei de Cotas. Essa relação evidencia no processo de interiorização os mecanismos que atuam durante e após a classificação. Portanto,

a condição de pessoa com deficiência pode ser comprovada por meio de: a) Laudo médico, que pode ser emitido por médico do trabalho da empresa ou outro médico, atestando enquadramento legal do(a) empregado(a) para integrar a cota, de acordo com as definições estabelecidas na Convenção nº 159 da OIT, Parte I, art. 1; Decreto nº 3.298/99, arts. 3º e 4º, com as alterações dadas pelo art. 70 do Decreto nº 5.296/04. O laudo deverá especificar o tipo de deficiência e ter autorização expressa do (a) empregado (a) para utilização do mesmo pela empresa, tornando pública a sua condição; b) Certificado de Reabilitação Profissional emitido pelo INSS. (BRASIL, A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. – 2. ed. – Brasília: MTE, SIT, 2007, p. 25).

Na lógica da nomeação oficial, torna-se um capital simbólico, dentro de “[...] uma espécie de regra jurídica de percepção social, um ser-percebido que é garantido como um direito[..]”. (BOURDIEU, 2003, p.148). O laudo nesse sentido tem o poder simbólico de produzir identidade, a pessoa passa a ser percebida por uma instância oficial, dentro do sentido de universalidade, dessa forma:

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito

específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer ignorado como arbitrário[...]. (BOURDIEU, 2003, p. 14).

Por conseguinte, é estabelecida uma relação entre Lei e laudo, o que evidencia que:

[...]O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade bio-política. A medicina é uma estratégia bio-política. (FOUCAULT, 1979, p. 47).

Na lógica da nomeação oficial existe o limite de atuação do campo médico, pois a sua fronteira está estabelecida na emissão do laudo. O laudo nesse sentido é a objetivação de uma condição bio-psíquica. Essa condição é ponto de partida para o desenvolvimento de práticas médicas que buscam a retomada de uma condição de normalização da saúde. O limite se dá pela retomada ou não de uma condição de saúde, o mecanismo de ação médica se dá nesse sentido.

A normalização se estrutura, portanto, por um quadro de estabilização de saúde. O sentido do laudo está na definição de uma condição física e cognitiva. O sentido da reabilitação está: 1. Na possibilidade de tornar a pessoa doente mais próxima possível de sua condição de saúde. 2. Na possibilidade de tornar a pessoa mais próxima de sua condição de normalidade através da reaquisição de suas capacidades funcionais. Os dois aspectos citados têm um sentido normalizador.

No entanto, a deficiência extrapola o quadro de saúde, perpassa uma condição de doença, mas não se restringe a ela. Dela parece derivar, mas não se limita a essa condição. Existe uma ideia de homogeneização das pessoas que fazem parte da categoria pessoa com deficiência. Homogeneização que se dilui a partir das observações do cotidiano, entrevistas, análise documental, participação em eventos vivenciados no campo de pesquisa.

Portanto, a entrada de uma pessoa na categoria pessoa com deficiência se dá por mediação através de agências. As agências mediadoras se estruturam a partir de mecanismos de inclusão na categoria. Dentre os mecanismos existe o consenso dado pela entrada da participação no campo. Outro mecanismo de quem deve ser definido

como pessoa com deficiência, dar-se-á pelos instrumentos de conhecimento e percepção de mundo que fundamenta a prática, *o modus operandi* daquele que tem o mérito para definir quem é a pessoa com deficiência. Outro mecanismo de classificação está definido entorno de quem tem poder simbólico e o mérito para defini-la. Os instrumentos de conhecimento se estruturam em critérios simbólicos de classificação e de construção do mundo objetivo como a técnica do exame e a prática do especialista.

Enfim, dependendo da situação, o laudo médico pode ser utilizado como definidor de uma condição de saúde e/ou como instrumento de identidade da pessoa classificada pessoa com deficiência.

3.1.4 A pessoa classificada pessoa com deficiência: uma categoria homogênea?

Na tentativa de analisar se as pessoas que receberam o laudo estão de acordo com esse identificador social, foram entrevistadas algumas pessoas. Ao serem questionadas se eram pessoas com deficiência, todas as pessoas participantes da entrevista responderam que sim.

Em seguida, definiram o seu tipo de deficiência. Mas, quando questionadas se elas se consideravam uma pessoa com deficiência, as respostas apresentadas mostravam que não, elas se achavam normais. Nesse caso, a sua condição de ser deficiente pautava-se, sempre, na perspectiva do outro em relação a ela. Quando perguntadas sobre qual a visão que tinham de si mesmas, a maioria respondeu se considerar normal, outras afirmaram não saber quem são.

Sobre o aspecto do momento da vida em que a pessoa tida como pessoa com deficiência passa a se ver fazendo parte dessa categoria social, as narrativas demonstram que esse processo social de reconhecimento se dá através de uma relação de interação simbólica, envolvendo uma visão que os outros passam a ter da pessoa e como a pessoa tida com deficiência em reflexo se percebe nesse processo de interação. A percepção de si e do outro se dá a partir do sentido que a pessoa classificada pessoa com deficiência passa a ter para o outro e para ela, em um determinado campo de realização da identidade.

Para analisar o processo de constituição do identificador pessoa com deficiência, foi preciso analisar diferentes processos de experiências no cotidiano dos atores. Existem relatos de processos nos quais as pessoas serão definidas logo ao nascer. Em outros casos, no processo de identificação, são evidenciadas experiências em relação aos pares, geralmente na infância. Existem, também, aqueles que descrevem um período de descrição da doença seguida da deficiência na juventude. Sobre os processos de interação relatam experiências vivenciadas na família, relação com o médico, com os pares na escola e outras experiências como forma de reconhecimento.

Entretanto, na imersão do cotidiano ficou perceptível que a categoria pessoa com deficiência não é uma categoria homogênea. Primeiramente, o seu sentido heterogêneo é definido pela experiência de cada pessoa. A experiência está relacionada ao momento de inserção na categoria e as causas dessa inserção. Sobre esse aspecto, as diversas pessoas entrevistadas apresentam diferentes experiências, as quais compreendem momentos de vida de que se lembram. Geralmente são apresentadas experiências que expressam a perda de alguma função física ou cognitiva. Além dos relatos, as pessoas, no momento de entrevistas, apresentaram as partes do corpo ou laudo médico como forma de demonstrar a sua condição.

Para a análise empírica da categoria pessoa com deficiência, foram coletadas informações sobre a origem dessa deficiência, seguida de seus tipos, com o objetivo de compreender quem são as pessoas que compõem essa classificação, bem como, quais são os critérios que definem uma pessoa como pessoa com deficiência a partir da perspectiva do indivíduo epistêmico.

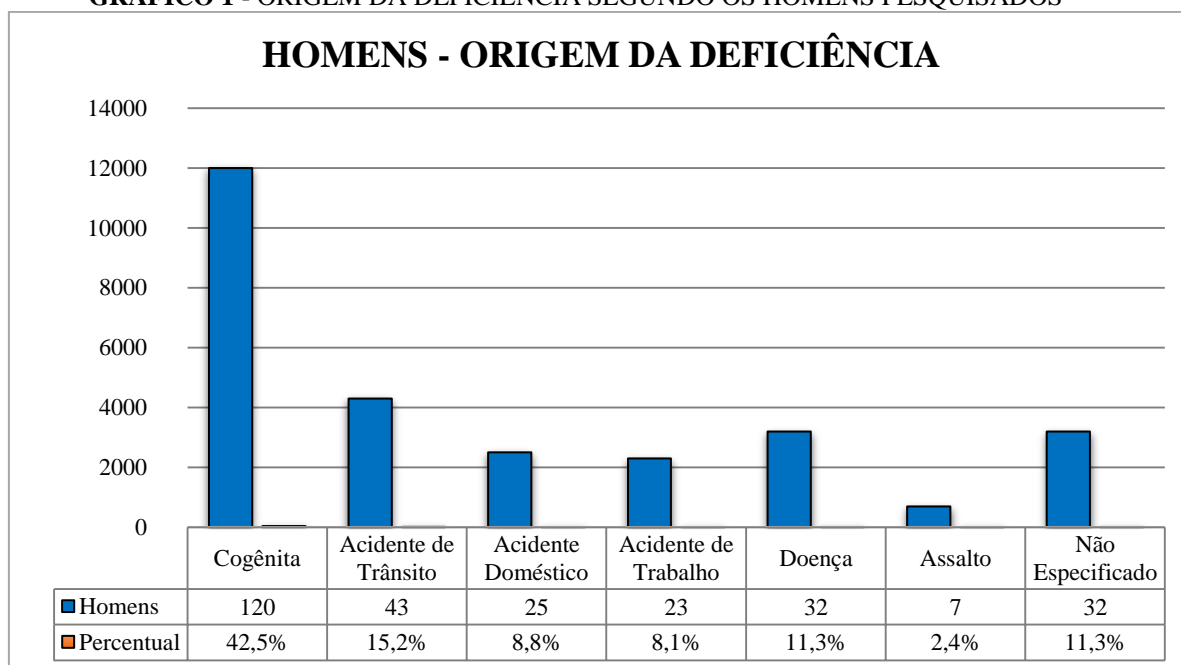
Portanto, partiu-se do princípio de que os indivíduos epistêmicos diferem dos indivíduos biológicos. Os indivíduos epistêmicos são constituídos de características epistemológicas que carregam. Buscou-se, dessa forma, revelar as ferramentas que constroem a categoria pessoa com deficiência.

As pessoas classificadas pessoas com deficiência, através de suas narrativas, evidenciam aspectos dos processos de interação que compreendem uma relação que se dá em uma perspectiva de microestrutura. Nessa dimensão, inicialmente, destacam os sentidos dos processos sociais de interação simbólica que a classificação produz. O preconceito, a agressividade, a exclusão, o julgamento e a marginalização são os aspectos descritos nesse processo de interação social. Em seguida, relatam outra dimensão e sentido, pois a deficiência se apresenta relacionada à doença como o ponto

de partida para toda uma construção simbólica de representação e identidade a partir de padrões sociais macroestruturais. Outra dimensão observada destaca as suposições a respeito do eu do ator em relação ao pertencimento, a categoria pessoa com deficiência, mas que tais suposições são sistematicamente confrontadas pelos participantes. Muitas vezes, as pessoas tidas como pessoas com deficiência não se identificam com essa classificação. (GOFFMAN, 2015).

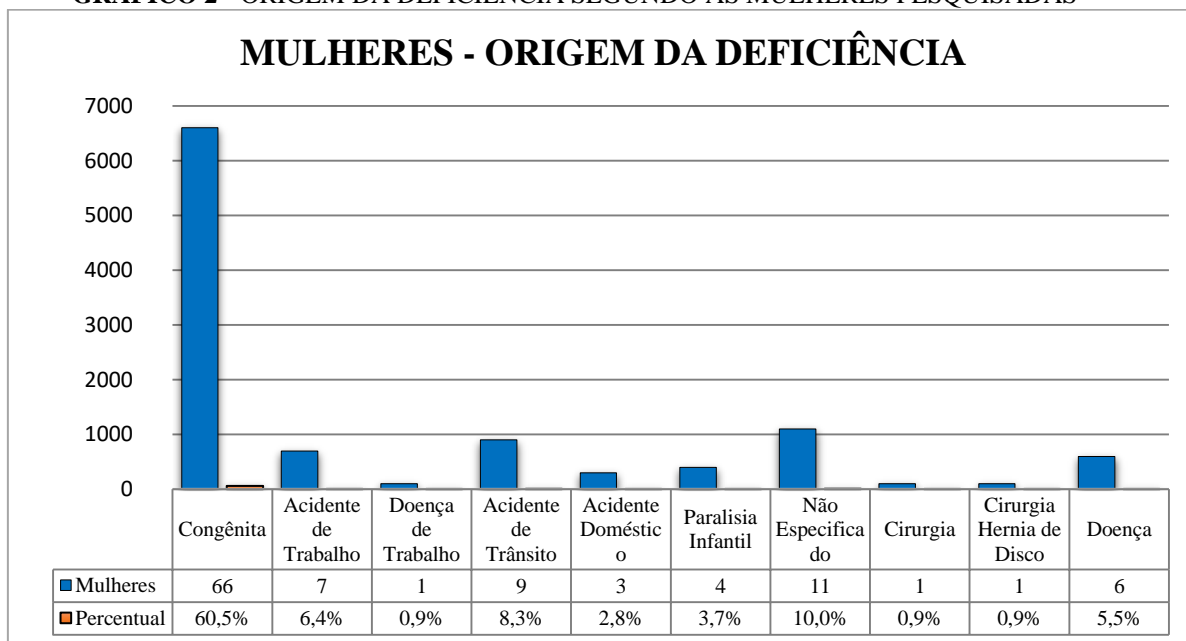
Portanto, a situação que leva a identificar-se ou não, com essa categoria, precisa ser analisada. De acordo com análise feita nas fichas cadastrais para emprego, obtiveram-se os seguintes dados sobre a origem da deficiência:

GRÁFICO 1 - ORIGEM DA DEFICIÊNCIA SEGUNDO OS HOMENS PESQUISADOS



FONTE: A autora, (2018).

Dos 280 homens pesquisados, 120 declararam ser a deficiência de origem congênita, 43 originada por acidente de trânsito, 25 por acidente doméstico, 23 por acidente de trabalho, 20 por doença, 7 por assalto e não especificado 32.

GRÁFICO 2 - ORIGEM DA DEFICIÊNCIA SEGUNDO AS MULHERES PESQUISADAS

FONTE: A autora (2018).

Das 109 mulheres que integram a amostra, 66 declararam como origem da deficiência, a origem congênita, 9 por acidente de trânsito, 7 por acidente de trabalho, 6 por doença, 4 por paralisia infantil, 3 por acidente doméstico, 1 por doença de trabalho, 1 por cirurgia e 1 por hérnia de disco. Diferentemente do quadro apresentado pelos homens, as mulheres tendem a ser menos vítimas de acidentes. Podendo ser esse um dos indicadores de um menor número de mulheres deficientes de acordo com a realidade analisada.

O quadro apresentado é resultado das informações colhidas pelas Assistentes Sociais, no setor de colocação para o mercado de trabalho. Nesse momento, as pessoas que se definiram como pessoas com deficiência estavam em busca de vaga no mercado de trabalho. A forma de acesso dar-se-ia através da Lei de Cotas. Assim sendo, a resposta à pergunta se é uma pessoa com deficiência, só tem sentido se levar em consideração o seu contexto de significado. Quando a pergunta é feita em outra situação como na sala de reabilitação, as respostas variam.

Dessa forma, os dados por si só não revelam o que as experiências de cada pessoa e a relação que estabelece com a deficiência demonstram em um processo de constituição do ser pessoa com deficiência que começa a se desenvolver em situação. Para ampliar o que está posto nos dados das fichas cadastrais, articularam-se as narrativas dos entrevistados que apresentam as seguintes situações:

Situação 1. Relação entre as concepções biológico-médica e a deficiência é apresentada pelo entrevistado Evaldo (2015)⁶⁷, 29 anos, possui profissão desenhista, não está empregado, parou os estudos no 4º ano do ensino fundamental e se considera moreno.

Ao ser questionado sobre se considerar ou não uma pessoa com deficiência, ele afirmou se considerar uma pessoa com deficiência na fala. Quando questionado o porquê de se considerar assim, afirmou não saber. Em relação à aquisição da deficiência destaca: “Já nasci assim. Os outros nasceram normais, mas eu não ligo não”. Sobre a idade que passou a se reconhecer como uma pessoa com deficiência, ele faz a seguinte afirmativa: “Eu não sei não. Se eu nasci assim eu não posso fazer nada”. Sobre a visão que as pessoas na sociedade têm sobre ele, afirmou: “Eu não sei não. Elas me tratam normal”. E sobre a visão que ele tem sobre si enquanto pessoa, afirmou: “Eu não sei”. No momento da entrevista ele fala da não continuidade dos estudos que é descrito como causa do relacionamento com os pares na escola. Sobre esse aspecto afirmou: “Eu parei porque eu já não aguentava mais os meninos mexerem comigo. Eu tenho problema de fala”. (Entrevista realizada na sala de reabilitação, FUNAD, 2015).

Dentro do quadro de classificação de saúde,

A expressão “disfunções na expressão verbal” refere-se a qualquer alteração (dificuldade, transtorno, falha, desordem, defeito, incapacidade etc.) que interfira na capacidade de um aluno comunicar-se com os outros por meio da fala. A disfunção pode ser de menor grau-como no caso transtornos articulatórios do tipo evolutivo- ou de máxima gravidade, quando decorrente de dano cerebral. [...]. (ROYO e URQUÍZAR, 2012, p.181).⁶⁸

“Já nasci assim. Os outros nasceram normais, mas eu não ligo não”. (Entrevista realizada na sala de reabilitação, FUNAD, 2015). A impossibilidade de lutar contra uma condição imposta a partir do nascimento é uma face da classificação apresentada pela

⁶⁷ A entrevista foi realizada durante o período de observação, em 2015, na sala de reabilitação da FUNAD. O instrumento utilizado foi um roteiro estruturado. Durante a entrevista as perguntas foram lidas pela pesquisadora e em seguida respondidas pelos entrevistados, oralmente. Todas as respostas foram anotadas e lidas em seguida para os entrevistados. O fato da solicitação pelos pesquisados para a leitura das perguntas e escrita das respostas demonstrou, nesse momento, alguns aspectos relacionados ao domínio da leitura e escrita.

⁶⁸ ROYO, M. A. e URQUÍZAR, N. L. (Coordenadoras). Bases psicopedagógicas da educação especial. Petrópolis, Vozes, 2012.

pessoa tida como pessoa com deficiência. Não só o que a define se impõe, mas as formas de relação que se estabelecem socialmente.

Nesse sentido, o corpo é objeto de identidade, nele,

[...] o indivíduo se experimenta circunscrito ao espaço de seu corpo e tenta evocar diretamente as suas consequências: existir seria em primeiro lugar viver um “estado orgânico”, com suas “impressões”, confusões e efeitos imaginários, onde se inscreveria a identidade [...]. (VIGARELLO, 2016, p.31).

Há, portanto, uma concepção teórica que se baseia em definições biológico-médica, dos fenômenos sociais. Nesse sentido, existe a individualização e naturalização dos problemas. Existe a percepção do outro a partir do orgânico, deixando de fora os aspectos sociais.

É concebido o alerta de Pierre Bourdieu para o fato de a individualidade ser, na verdade, uma “formidável abstração”, que construímos para nos afastar da fragmentação do eu. O nome próprio, a assinatura e a individualidade biológica provocam aquilo que Bourdieu chama de “ilusão biográfica”, a ilusão de uma identidade coerente e específica, embutida na idéia de vida como estrada, que segue uma ordem cronológica (como uma lógica prospectiva e retrospectiva) e obedecendo ao postulado do sentido da existência. (ALBERTI, 2004, p. 20).

Logo, parece coisa dada, verdade absoluta, comuns a todas as culturas, a classificação pessoa com deficiência tem aspectos totalizantes, fixam sínteses e sentidos que passam a ser estruturais e normativos. Assim sendo, buscou-se o que não está evidente, passando por práticas e valores muito arraigados no sentido de ver o indivíduo como valor.

Os critérios classificadores tendem a se constituir em sinais sociais de identificação que justificaram as condições sociais impostas a pessoa classificada pessoa com deficiência. Nesse caso, a pessoa já seria compreendida dentro do ponto de vista da saúde ou teria a explicação dentro de um significado genético. Assim sendo, as deficiências estão circunscritas à Lei da hereditariedade e, portanto, tendem a ser naturalizadas.

Dentro das perspectivas apresentadas, considerou-se o sujeito constituído como o *locus* das vivências, naturalizando uma condição na qual a pessoa definida pessoa com deficiência não pode lutar. Nesse sentido, ele já nasceu com valor englobante, que seria a individualidade genética.

Situação 2. Relação saúde-patologia-deficiência. Nesse caso, há as pessoas que, em um determinado momento da vida, adquirem a deficiência através de vírus, bactéria, AVC, diabetes, dentre outros casos que levem a um quadro de doença seguido de deficiência.

O entrevistado Wilson (2015)⁶⁹ tem 30 anos, possui a profissão de técnico de segurança do trabalho, com experiência de mais de três anos. Sobre o grau de escolaridade, tem o ensino superior incompleto, em administração. Em relação à cor ou raça, considera-se preto.

Ao ser questionado se era uma pessoa com deficiência, afirmou que “Sim”. Em relação ao tipo de deficiência, afirmou ser física no membro inferior direito (encurtamento). Quando questionado o porquê de se considerar uma pessoa com deficiência, apresenta a seguinte narrativa: “Sim, porque eu já usufruo os privilégios e direitos dos deficientes. Eu uso certos privilégios da pessoa considerada deficiente. É meio contraditório. Mas eu não vejo diferença entre outras pessoas, certo algumas limitações”.

Em seu relato, destaca a forma de aquisição da deficiência que afirma ter sido uma inflamação entre o fêmur e o quadril. E completa: “Na época eu era criança, eu tinha uns cinco anos por aí”. Em relação à idade em que passou a se reconhecer como pessoa com deficiência, esclarece que: “[...]tirando certas limitações eu me vejo como uma pessoa normal[...]”:

Rapaz, assim, até um certo ponto da deficiência eu não me considerava deficiente. A minha deficiência nunca me limitou a participar do esporte que eu queria. Tirando certas limitações eu me vejo uma pessoa normal. Quando eu fiz entrevista para emprego eu passei e a pessoa não queria porque eu

⁶⁹Entrevista realizada no Dia D da Empregabilidade, Espaço Cultural, FUNAD, setembro de 2015.

tinha uma certa limitação. Ai, eu procurei a FUNAD porque eu não tinha o laudo.

Nesse sentido, um modelo e uma prática prevalecem, sendo observado que, historicamente, o campo médico define uma condição de saúde e essa condição define uma condição social. Os mecanismos de classificação compreendem uma técnica, uma representação simbólica e uma linguagem legitimada pelo campo médico. O exame torna-se instrumento de medida dos aspectos do funcionamento orgânico que mediado pelo poder do diagnóstico situa as pessoas na categoria do dito normal e do dito pessoa com deficiência em diferentes momentos de sua existência.

Outra perspectiva refere-se à fase posterior à aquisição do identificador pessoa com deficiência. Esse plano não material se desdobra em dois: um refere-se à qualidade atribuída à pessoa e o outro diz respeito às relações sociais, que dialogam diretamente com tais qualidades e cria certas expectativas normativas.

O laudo passa então a definir espaços sociais dando a esse mecanismo de classificação um sentido para o qual não foi atribuído a *priori*. A pessoa classificada como pessoa com deficiência o utiliza como instrumento para a conquista do espaço social no mercado de trabalho. O laudo passa a ser utilizado como instrumento para cessar direitos, no caso, aqui apresentado o de vaga no mercado de trabalho. Sobre esse aspecto, o trabalho é entendido aqui enquanto um bem público.

O que caracteriza um bem público é o seu caráter abstrato, não apropriável, indivisível e invendável, não tendo atributo de materialidade concreta de seu oposto, o bem de consumo ou mercadoria. Bens públicos são, entre outros, a educação, a saúde, a capacidade de trabalho, a segurança, a justiça, o meio ambiente e o lazer. Sua fruição pretende-se coletiva e igual porque resulta de necessidades sociais fundamentais. Proteger, promover e recuperar esses bens quando perdidos é responsabilidade do Estado, por intermédio de meios e instrumentos adequados, alguns obrigatoriamente estatais [...]. (RIBEIRO, 1999, p.38-39).

Portanto, o que faz da empresa uma unidade de produção de bens de serviço é o trabalhador que vende a sua força de trabalho para sobreviver. No mercado de trabalho, a empresa compra e o trabalhador vende horas de sua capacidade laboral. Mas, no processo de compra existe a exigência de uma capacidade técnica e de saúde para executar o trabalho. Dessa forma, a não condição de saúde implica na perda da possibilidade de vender horas de trabalho. (Idem)

Assim, *doença e identidade* estão imbricadas, pois os dois conceitos determinam uma condição social a partir do valor atribuído à pessoa no campo do mercado de trabalho. Desloca-se a problemática da perspectiva individualizante para a perspectiva do reconhecimento que se situa na esfera do direito que é coletivo.

No tocante a visão que as pessoas da sociedade têm sobre ele, o mesmo destacou que “A visão que a sociedade tem sobre mim é a visão que eu tenho de mim. Uma pessoa motivada, perseverante. Que não acha obstáculos. Obstáculo é degrau para subir”.

Situação 3. Relação entre saúde-acidente-patologia-deficiência. Nesse caso se tem as pessoas que, por acidente de trânsito, acidente de trabalho e acidentes domésticos adquirem a deficiência. Na maioria dos casos, o que se observa é que existe um pesar sobre a condição que possuíam anteriormente e a condição adquirida. Sobre a condição adquirida falam do aspecto limitador não só de caráter físico, mas de aspectos de interação social. A forma como o corpo passa a ser visto pelas pessoas é um deles. Outro aspecto a se considerar é o da relação que se estabelece entre a pessoa e a deficiência, conforme apresenta a seguinte entrevistada, vítima de acidente automobilístico, Neide.

A entrevistada Neide (2015)⁷⁰, 33 anos, profissão de auxiliar administrativo com tempo de experiência de um ano e seis meses, possui o ensino superior incompleto em Serviço Social. Em relação à raça ou cor, considera-se parda. Ao ser questionada sobre se considerar uma pessoa com deficiência, ela afirmou que sim. Quando questionada o porquê, afirma: “Sim. Porque é difícil aceitar as limitações. Certas limitações”.

Em relação à forma de aquisição da deficiência, relata ter sido um acidente automobilístico. Apresenta a perna direita com dificuldade de locomoção. Quanto à idade em que passou a se reconhecer como pessoa com deficiência, ela afirmou: “Eu sofri o acidente com 27 anos e recebi o laudo com 28. Assim que recebi o laudo”. A despeito da visão que as pessoas da sociedade têm sobre ela, a mesma destaca que “A visão da sociedade é que os deficientes são incapazes. Isso está mudando. As empresas

⁷⁰Entrevista Dia D da Empregabilidade, Espaço Cultural, FUNAD, setembro 2015.

contratam você pela cota. Você é colocada em uma função que você pode fazer mais do que aquilo. É só para cumprir a cota mesmo”.

Não só o aspecto da incapacidade é destacado, como também a função da Cota. As empresas atribuem uma função a Cota que diverge da perspectiva da entrevistada.

No tocante a visão que ela tem sobre si, afirma:

Eu sou uma pessoa bem resolvida em relação a isso. Até eu aceitar, foi difícil, as pessoas também. Hoje eu brinco, cuidado eu sou uma deficiente. De imediato a gente procura uma marca da deficiência. Ela deve estar bem à mostra bem visível. (NEIDE, 2015).

A entrevistada destaca que as pessoas procuram no outro a marca da deficiência como uma forma de comprovar a sua condição, no caso aqui, a marca da deficiência foi exigida para ter direito à vaga de trabalho.

Outro caso semelhante é o do entrevistado Vagner (2015)⁷¹, 33 anos, sexo masculino, considera-se branco. Possui a profissão de vendedor com experiência de 12 anos de vendas, encontra-se no momento desempregado. O nível de escolaridade é o de ensino superior incompleto em Direito.

Ao ser questionado sobre se considerar uma pessoa com deficiência física, afirmou: “Lógico eu tenho problema de locomoção. A deficiência foi adquirida através de um acidente de moto”. Quanto ao momento em que passou a se reconhecer como pessoa com deficiência, destaca que: “Aos vinte e um anos de idade”. Sobre a visão que as pessoas da sociedade têm sobre ele, o mesmo coloca “normal”. Quando questionado sobre a visão que ele tinha sobre si, afirmou “Sou capaz de realizar qualquer trabalho”.

Com base em estudo da Organização Mundial da Saúde (OMS) que contabilizou, em 2016, cerca de 1,24 milhões de mortes por acidente de trânsito em 178 países, aproximadamente 50 milhões de pessoas sobreviveram com sequelas.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), os acidentes de trânsito foram responsáveis por um número estimado de 1,24 milhão de mortes em

⁷¹ Entrevista Dia D da Empregabilidade, setembro 2015.

todo o mundo em 2016. Entre 20 milhões e 50 milhões de pessoas sofreram lesões não fatais, e muitas dessas lesões causaram alguma deficiência.⁷²

Entre os danos causados às pessoas, destacam-se as sequelas motoras, psicológicas e mutilações (SILVA et al, 2015):⁷³

No Brasil, em 2013, houve 170.805 internações decorrentes de ATT⁷⁴ registradas no SIH/SUS, representando uma taxa de 85,0 internações por 100 mil habitantes. As maiores taxas de internação por ATT foram observadas em indivíduos do sexo masculino (134,5 internações por 100 mil homens) e na faixa etária de 20 a 39 anos (123,9 internações por 100 mil hab. dessa idade). Mais da metade das internações por ATT foram de motociclistas (51,9%; 44,1 internações por 100 mil hab.), seguidos por pedestres (25,8%; 21,9 internações por 100 mil hab.). (ANDRADE e JORGE,2017, p.33).⁷⁵

As pessoas com sequelas por ATT, com lesões físicas tendem a reduzir as suas atividades diárias. A situação provocada a partir da aquisição das lesões tem um impacto direto na sua qualidade de vida. Existe em decorrência do trauma a diminuição do nível de independência na mobilidade e nas atividades da vida cotidiana como o trabalho. Estudos revelam que a maior incidência de lesões está relacionada ao tipo de veículo predominante, a motocicleta. Na maioria dos acidentados, as lesões acontecem nos membros inferiores, fato observado em profissionais que utilizam o trânsito como lugar de trabalho. (SILVEIRA e SOUZA, 2016).⁷⁶

⁷² Junior, R.G. “Mortes por acidentes de trânsito – um holocausto anual.” *Jornal do Brasil*. <http://www.jb.com.br/o-outro-lado-da-moeda/>. www.jb.com.br/.../mortes-por-acidentes-de-transito-um-holocausto-anual-28/03/2018. Acesso 2018.

⁷³ SILVA, M. G. P.; SILVA, V. de L.; LIMA, M. L. L. T. de. Lesões Craniofaciais decorrentes de acidentes por motocicleta: uma revisão integrativa. *Craniofacial injuries resulting from motorcycle accidents: an integrative review Rev. CEFAC*. 2015 Set-Out; 17(5):1689-1697.

⁷⁴ Acidente de transporte terrestre (ATT).

⁷⁵ ANDRADE, S. S. C. de A. e JORGE, M. H. P. de M. Internações hospitalares por lesões decorrentes de acidente de transporte terrestre no Brasil, 2013: permanência e gastos** Artigo baseado na tese de Doutorado de Silvânia Suely Caribé de Araújo Andrade, intitulada ‘Panorama dos Acidentes de Transporte Terrestre no Brasil: das internações, às sequelas e ao óbito - Uma contribuição para a sua vigilância’, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo em 2015. ARTIGO ORIGINAL • *Epidemiol. Serv. Saúde* 26 (01) Jan-Mar 2017 • Disponível em: <<https://doi.org/10.5123/S1679-49742017000100004>>.

⁷⁶ SILVEIRA, J. Z. M. e SOUZA, J. C. R. P. Sequelas de Acidente de Trânsito e Impacto na Qualidade de Vida. *Revista Pesquisa e Saúde*, v.9, n.2, p. 373-380, maio/ago.2016-ISSN1983-1870-e-ISSN2176-9206. Disponível em: <<http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/saudpesq/article/view/5255>>.

Somam-se a essa realidade, os acidentados com fogos como é o caso do entrevistado, Willames (2015),⁷⁷ com 34 anos, possui profissão de Técnico de segurança no trabalho com oito meses de experiência. Tem o ensino médio completo. Quanto à sua cor, definiu-se como pardo.

Ao ser questionado sobre se considerar uma pessoa com deficiência, ele afirmou que “Sim”. Quando questionado o porquê, apresenta a seguinte narrativa: “Sim. Porque eu perdi a coordenação motora”. Em relação à forma de aquisição da deficiência, relata ter sido um acidente com bomba. Na sua mão direita, apresenta-se sem um dedo, o polegar. Quanto à idade em que passou a se reconhecer como pessoa com deficiência, ele afirmou ter sido aos 27 anos e completa: “Até então, eu não tinha o laudo com os direitos que eu tenho hoje”. Quanto à visão que as pessoas da sociedade têm sobre ele, o mesmo destacou: “Muitas pessoas dizem, tu és deficiente só por um dedinho assim? Tem preconceito, né? Eu tenho dificuldade, eu não conto dinheiro com essa mão”. Quando indagado sobre a visão que ele tinha sobre si, afirmou “Como as pessoas falam de mim... Eu peço a Deus que elas não fiquem deficientes. Será que elas também não terão uma deficiência mesmo, sendo leve como a minha? ”.

A deficiência para essas pessoas passa a ser entendida como um infortúnio, um acontecimento catastrófico e inesperado. Para outras, um atributo biológico, para algumas um atributo que acontece por um erro médico, outras, fruto de enfermidades crônicas. Todas essas situações os identificam como possuidores de uma condição de incapacidade que os tornam dependentes de uma ação médica. (SEMPERTEGUI, 2015).

Por conseguinte, depositam-se nas técnicas de reabilitação médica, as probabilidades de participação e utilidade social das pessoas classificadas como pessoas com deficiência. O campo médico e de reabilitação se fundamentam na ideologia da normalidade, cuja finalidade principal é aproximar o máximo possível da normalidade corporal. Assim sendo, “a medicalização implica necessariamente normalização”. (SEMPERTEGUI, 2015).

⁷⁷ Entrevista Dia D da Empregabilidade, Espaço Cultural, FUNAD, setembro 2015.

Nesse sentido, a perspectiva normalizadora, através de suas técnicas de diagnóstico e reabilitação, estrutura-se em “sistemas simbólicos” (BOURDIEU, 2003), que medeiam o poder político normalizador, contribuindo para a legitimação do campo das posições sociais presentes, atualmente em “*políticas de identidade*” e “*progresso médico*”. (SOLOMON, 2013).

Então, o que tornariam essas pessoas pertencentes à mesma categoria? Seria apenas uma condição patológica? Caberia unicamente ao campo médico definir, compreender e explicar o sentido dessa categoria?

Sobre a afirmação “[...]tirando certas limitações eu me vejo como uma pessoa normal[...]”, questiona-se qual o limite que se ultrapassa ou se esbarra para definir-se como pessoa com deficiência?

Antes do laudo médico, a pessoa é um pré-deficiente. Existe, portanto, um ritual que dá início a um processo de classificação. O processo de identificação estrutura-se através de mecanismos e critérios de classificação. Dentro desse processo, geralmente as pessoas são julgadas a partir de sua condição física e/ ou cognitiva por uma equipe de especialistas.

A pesquisa revela que através de atos do Estado quem tem o mérito para produzir a categoria pessoa com deficiência são os especialistas que atuam como agentes do Estado, dentro do campo da saúde. Na continuidade da análise sobre o campo de produção, observou-se o uso da técnica do exame diagnóstico como um instrumento através do qual é possível se construir a materialidade da condição da deficiência. Além disso, existe toda uma estrutura que se estabelece através das categorias nosográficas, definidoras dos padrões de normalização e deficiência. A pesquisa revelou as regras de entrada e os mecanismos utilizados no processo intersubjetivo da categorização que objetiva a classificação. Os padrões são definidos através do CID e da CIF que orientam o *modus operandi*, os instrumentos e os critérios que legitimam a categoria pessoa com deficiência dentro de um determinado campo de saber e poder.

Sobre quem é produzida por esta classificação, a pesquisa compreendeu a perspectiva empírica que leva em consideração o olhar daquele que se constitui enquanto uma pessoa com deficiência em relação à identificação ou não com a categoria. Para tanto, o estudo revelou “a representação subjetiva” que a pessoa

classificada como pessoa com deficiência tem seu próprio ser social que, na maioria dos casos, não é compatível com a classificação. Sobre o sentido prático, expresso em esquemas de interação e de compreensão de mundo através da descrição de experiências, ficou perceptível a relação do sujeito constituído com as condições sociais que torna possível o pertencimento à categoria pessoa com deficiência.

Quanto aos mecanismos de entrada, as normas estruturadas, o lugar de pertencimento, as práticas de categorização, fica evidente o papel atribuído aos agentes do Estado que tem o mérito para classificar. Destaca-se, o papel da família, dos especialistas e dos atos do Estado, como mediadores desse processo.

Por fim, mediante as diversas situações apresentadas percebeu-se que a deficiência se constrói em relação a um padrão. Tanto os dados estatísticos sobre a origem da deficiência quanto as experiências descritas pelas pessoas entrevistadas demonstram que há impossibilidade de se tornarem funcionais dentro de um padrão normalizador de desempenho, seja no campo doméstico, no campo da saúde, da escola ou no mercado de trabalho ou como um critério que determina o pertencimento à categoria pessoa com deficiência. A inserção na categoria se dá mediante a perda de determinadas condições de saúde e funcionalidade dentro do princípio da irreversibilidade.

Sobre o momento da vida que se dá o processo de constituição do sujeito pessoa com deficiência, a pesquisa mostra que pode ser considerado naturalmente ao nascer ou ter essa condição adquirida em determinado momento da vida. Nesse caso, estabeleceu-se, inicialmente, uma percepção biologizante, seguida de uma concepção médica, tendo como base o princípio da patologia. Assim sendo, a pessoa tida como pessoa com deficiência tende a ser definida a partir das seguintes perspectivas: 1. A perspectiva biológica que define a pessoa enquanto pessoa com deficiência ao nascer. 2. A perspectiva médica que compreende o período de descrição da doença seguida da definição da deficiência.

Através da realidade, foi possível perceber que a identidade da pessoa tida com deficiência vai se constituindo não só a partir da infância em qualquer faixa etária, mas pode se viver experiências incapacitantes de acordo com situações, tais como através de doenças e de acidentes. Em geral, a família é o primeiro núcleo social de interação simbólica na constituição da identidade pessoa com deficiência, seguida do campo

médico, a escola e outros lugares sociais. Sobre esse aspecto, destaca-se que “[...] As identidades não se referem exclusivamente aos indivíduos, mas aos grupos, uma vez que só se realizam e só têm significados quando inseridas em contexto socialmente estabelecido”. (DUARTE,1998, p.138).

Logo, a categoria pessoa com deficiência é uma categoria heterogênea que se constitui a partir de experiências diversas e se articula a determinados campos de significação. Portanto, o campo médico se articula ao campo do trabalho estabelecendo, com esse último, sentido e legitimidade. Nessa relação, dependendo da situação, o laudo médico pode ser utilizado como definidor de uma condição de saúde e/ou como instrumento de identidade da pessoa classificada como pessoa com deficiência.

Nesse caso, no campo do trabalho, a categoria pessoa com deficiência se fundamenta em uma ideologia normalizadora de trabalhador. É sobre o princípio da funcionalidade que tem sentido o termo pessoa com deficiência, mesmo que o pertencimento à categoria apresente experiências sociais diversas.

O diálogo entre campo médico e o campo do mercado de trabalho descortina a constituição de novas classificações e organizações das hierarquias na sociedade moderna. Esses dois campos em interação têm o “[...]poder de impor ou inculcar instrumentos de conhecimento e de expressão (taxionomias) arbitrárias, embora ignorados como tais da realidade social[...]”. (BOURDIEU,2003, p.12).

A colocação para o mercado de trabalho é mais um dos momentos do processo de constituição do ser pessoa com deficiência. A experiência vivenciada, através da observação e durante os processos de entrevistas, participação em discussões sobre a problemática da inclusão/exclusão da pessoa tida como pessoa com deficiência, permite descortinar um universo simbólico que envolve o corpo e os seus sentidos sociais dentro do campo do trabalho. Nesse sentido, o campo de trabalho é mais um campo simbólico constitutivo de identidade. (DUARTE, 1998).

Nesse campo, o laudo médico atua como um título, um capital simbólico social, é uma espécie de regra jurídica de percepção social. De acordo com a pesquisa, o laudo no contexto do trabalho atua como “[...]um capital simbólico institucionalizado, legal, (e não apenas legítimo) ”. (BOURDIEU,2003, p.148). É nesse sentido, que converge o quarto capítulo deste trabalho.

CAPÍTULO 4 - A PESSOA CLASSIFICADA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: DA CLASSIFICAÇÃO AOS MECANISMOS DE INCLUSÃO/EXCLUSÃO NO MERCADO DE TRABALHO.

Busca-se, portanto, nesse capítulo, aprofundar o estudo sobre os “esquemas generativos” presentes nas práticas de classificação e nos mecanismos de inclusão/exclusão que atuam sobre as pessoas classificadas pessoas com deficiência, no momento de ingresso no mercado de trabalho, dentro do contexto atual. Trata-se de compreender o processo de seleção e as relações hierarquizadas que localizam as pessoas através de práticas imbricadas entre o campo das classificações e o campo do trabalho, que articulados, tornam-se mecanismos de racionalização do trabalho. Nesse sentido, a história dos indivíduos, destacadas nas narrativas dos participantes da pesquisa, apresenta-se como produto das interações sociais e das concepções que a fundamenta.

Quando se considera que a prática se traduz por uma “estrutura estruturada predisposta a funcionar como estrutura estruturante”, explicita-se que a noção de *habitus* não somente se aplica a interiorização das normas e dos valores, mas inclui um sistema de classificações que preexistem (logicamente) as representações sociais. O *habitus* pressupõe um conjunto de “esquemas generativos” que presidem a escolha; eles se reportam a um sistema de classificação que é, logicamente, anterior à ação. (ORTIZ,1983, p.16).

Para tanto, neste capítulo, a prática será compreendida como o “produto da relação dialética entre uma situação e o *habitus*”. (BOURDIEU apud ORTIZ,1983, p.19). O *habitus* é compreendido como um sistema de disposições duráveis, matriz de percepção e ação que se realiza em determinada condição social. A situação em destaque dar-se-á pelo campo de significação.

“Bourdieu denomina ‘campo’ esse espaço onde as posições dos agentes se encontram a *priori* fixadas. O campo se define como *locus* onde se trava uma luta concorrencial entre os atores em torno de interesses específicos que caracterizam a área em questão”. (ORTIZ,1983, p.19).

Portanto, a pesquisa define, inicialmente, o campo de significado, no qual se torna possível o processo de interiorização das normas e princípios que estruturam a

relação entre a pessoa classificada, pessoa com deficiência e o trabalho, no contexto do sistema capitalista. Na continuidade do estudo, revela-se o aspecto empírico das situações particulares, que enfrentam as pessoas classificadas como pessoas com deficiências, no momento de busca por vaga, no mercado de trabalho.

Analisam-se como as categorias de classificação orientam as ações estruturadas dentro de “[...] uma espécie de regra jurídica de percepção social, um ser percebido que é garantido como um direito. É um capital simbólico institucionalizado, legal (e não apenas legítimo”. (BOURDIEU, 2003, p. 148). Além desse aspecto, analisam-se os mecanismos e as ações sociais, concretamente realizadas pelas pessoas tidas, como pessoas com deficiências, no momento de busca por emprego. Para tanto, destacam-se as ações sociais que são objetivamente estruturadas na sociedade brasileira e as ações que se apresentam como “demanda sem efeito”, ações que se estruturam independente de uma obediência à regra e que reproduzem um arbitrário social.

Portanto, a interação social que se estabelece entre as pessoas com deficiência e os mecanismos utilizados para ingressar no campo do trabalho estão de antemão, objetivamente estruturada. Os aspectos estruturantes foram analisados a partir de situações como a definição dos postos/funções disponibilizados pelo mercado de trabalho e os mecanismos utilizados para incluírem/excluírem esse segmento populacional. A partir da ordem imposta pelo sistema capitalista, analisou-se a relação entre a pessoa classificada, pessoa com deficiência e o campo de trabalho. Nesse contexto, o corpo é o substrato do *habitus*, e nele se encontra a relação de poder e os sistemas de dominações presentes na sociedade como um todo.

Dentro desse contexto de significado, existem as estruturas objetivas postas na relação estabelecida entre a Lei de Cotas, o laudo médico e os padrões normalizadores de trabalhador definidos pelo mercado de trabalho. Tais mecanismos atuam como formas de identificação da força de trabalho, tida como menos produtiva para o sistema capitalista. Portanto, ao acionar determinados mecanismos como a cota e o laudo, no momento de seleção para o mercado de trabalho, constroem-se todo um ciclo de representação posto no conteúdo dos códigos acionados.

Nesse sentido, a pesquisa revelou situações vivenciadas no processo de seleção para o mercado de trabalho, que numa “microdimensão” (MATOS e CASTRO, 2011)

pode representar o todo do processo de exclusão/inclusão da pessoa classificada pessoa com deficiência. Dando prosseguimento ao estudo, analisa-se o princípio que gera estrutura e as práticas objetivamente regulamentadas e reguladas a partir das leis impostas pelo sistema capitalista. Sobre esse aspecto, analisa-se a relação entre o sistema de cotas e sua relação com o laudo médico que atua como um capital simbólico oficial, juridicamente garantido. Esses mecanismos atuam como instrumento estruturante da relação entre o trabalho e a pessoa tida com deficiência no contexto brasileiro e da Paraíba e dialogam com contextos transnacionais.

4.1 Entre a classificação e o mercado de trabalho

O Brasil, com base na Convenção, da Organização Internacional do Trabalho - OIT, sobre Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes, concluída em Genebra, em 1º de junho de 1983, articulou-se com as discussões mundiais. Por conseguinte, adotou medidas na administração pública que estão sendo colocadas em prática, em termos de inserção no mercado de trabalho da pessoa classificada como pessoa com deficiência.

Para efeitos desta Convenção, entende-se por "pessoa deficiente" todas as pessoas cujas possibilidades de obter e conservar um emprego adequado e de progredir no mesmo fiquem substancialmente reduzidas devido a uma deficiência de caráter físico ou mental devidamente comprovada. (A CONVENÇÃO Nº 159, REABILITAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO DE PESSOAS DEFICIENTES, 69ª Sessão, 1º de junho de 1983).⁷⁸

Através do Decreto Legislativo Nº 51, de 1989, o Brasil aprova os textos das Convenções 159,160 e 162 da Organização Internacional do Trabalho – OIT. Com efeito, a temática da integração no mercado de trabalho passou a ser inserida na agenda pública do Estado, a exemplo da Constituição Federal- Art.1º,3º,5º e 7º, da Lei Federal

⁷⁸**Convenções da Organização Internacional do Trabalho – OIT.** Decreto Legislativo nº 51, de 25/08/1989 - DOU 28/08/1989 - Republicado em 31/08/1989.Ratificação 18/05/1990.Promulgação Decreto nº 129, de 22/05/1991, DOU 23/05/1991. Situação vigente no Brasil. Fonte: Páginas do Senado Federal e da Presidência da República na Internet. Disponível em: <http://www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/LEGIS/CLT/OIT/OIT_159.html#159>.

Nº7.853/89. Em maio de 1991, através do DECRETO Nº 129, foi promulgada a Convenção nº 159, da Organização Internacional do Trabalho - OIT, sobre Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes. De acordo com o artigo primeiro do Decreto Nº 129, estabelece-se que, “Art. 1º, Convenção nº 159, da Organização Internacional do Trabalho - OIT, sobre Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes, apensa por cópia ao presente Decreto, será executada e cumprida tão inteiramente como nela se contém”. (Decreto Nº 129, 1991).⁷⁹

De acordo com o Decreto Federal 3.298/99, estabeleceu-se a Política Nacional para a integração de Pessoas com deficiência ao mercado de trabalho. Em relação ao mercado de trabalho, a Lei que trata do sistema de cotas ficou assim conhecida, como “Lei de Cotas”. Seguindo a agenda, a Lei Federal Nº8.213/91, lei de contratação de deficientes nas empresas, Art. 93: passou a determinar que a empresa com 100 ou mais funcionários está obrigada a preencher de dois a cinco por cento dos seus cargos com beneficiários reabilitados, ou pessoas portadoras de deficiência, na seguinte proporção: até 200 funcionários, 2%, de 201 até 500 funcionários, 3%, de 501 até 1.000 funcionários, 4%, a partir de 1001 funcionários, em diante, 5%.A Lei Federal Nº 8.112/90 estabelece no parágrafo 2º, artigo 5º a reserva de até 20% das vagas para as pessoas classificadas, pessoas com deficiência em concursos públicos.

No Brasil, de acordo com os dados da RAIS/2014⁸⁰ (Relação Anual de Informações Sociais) dos 49.571.510 trabalhadores que ocuparam o mercado de trabalho, 49.190.188 são não deficientes. A RAIS registrou a participação de 381.322 pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Na Paraíba, dos 679.180 trabalhadores que ocuparam as vagas do mercado de trabalho, apenas 4.526 eram pessoas tidas como deficientes. Dos 4.526, 2.761 eram deficientes físicos, 652 auditivos, 283 visuais, 91 intelectuais (mental), 38 múltiplas e 701 reabilitados. A maior parte das vagas, 674.654, foi ocupada por não deficientes. Uma das barreiras

⁷⁹BRASIL, **DECRETO Nº 129, DE 22 DE MAIO DE 1991**. *Promulga a Convenção nº 159, da Organização Internacional do Trabalho - OIT, sobre Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes*. Brasília, 22 de maio de 1991; 170º da Independência e 103º da República. Fonte: Páginas do Senado Federal e da Presidência da República na Internet. Disponível em: <http://www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/LEGIS/CLT/OIT/OIT_159.html#159>.

⁸⁰ Fonte: RAIS/2013 - MTE Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE BRASIL - Número de Pessoas com Deficiência por Tipo Segundo Nível Geográfico. Disponível em: <<http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080814F4D225D014FB2490DFB6D67/consolidado%20tabelas%20total.pdf>>.

apresentadas é a da qualificação desse segmento, segundo a avaliação do mercado de trabalho.

Se as vagas da Lei de Cotas e reserva de vagas em concurso público, Lei 8.112/80, estivessem sendo preenchidas devidamente, seriam incluídos, nas vagas do mercado, aproximadamente, 700 mil trabalhadores no Brasil e 11 mil na Paraíba⁸¹. Quadro semelhante é apresentado pelos pesquisados, de acordo com a FUNAD. De acordo com os dados apresentados, evidencia-se que existe uma lógica que se define a partir do controle que o sistema capitalista tem sobre os meios de produção e sua organização.

A organização racional do trabalho e a degradação do trabalho profissional, dentro do sistema capitalista, são analisadas a partir de dois aspectos, com base em Castro (2003). O primeiro diz respeito ao trabalho desvalorizado, redução da força de trabalho mediante um padrão normalizador de trabalhador e o segundo refere-se à garantia do controle capitalista dos meios de acesso ao trabalho. Os meios de acesso ao trabalho são prescritos e controlados a partir dos mecanismos de produção capitalista. Os mecanismos são articulados por uma lógica do capital que compreende a qualificação, a divisão, o controle e a produtividade.

Portanto, a descrição dos processos de inclusão e exclusão empiricamente apresentados, pelas pessoas classificadas com deficiência, através da pesquisa, mostra que existe uma articulação entre o laudo médico e a Lei de Cota. Além desse aspecto, evidencia-se a relação entre os tipos de deficiências e o número de inseridos no mercado. No tocante a relação entre o tipo de deficiência e as vagas oferecidas, pelas empresas, analisa-se a objetivação do corpo enquanto matéria-prima para o trabalho. Quanto, a relação entre corpo-função, destaca-se o desvio de função e o descarte, como mecanismos de controle. De acordo com a pesquisa, o aspecto da funcionalidade dentro do contexto produtivo, para o dito, pessoa com deficiência, no momento de engajamento no trabalho, faz parte de um quadro que dá sentido à qualificação profissional de acordo com os entrevistados.

4.2 Aspectos empíricos da relação Laudo e Lei de Cotas segundo a pesquisa

⁸¹ Cartilha conhecendo os direitos e exercendo a cidadania. Assessoria e consultoria para inclusão social-AC Social, 2013, p.39.

Na FUNAD, as experiências percebidas, durante o processo de observação, no setor de colocação para o mercado de trabalho, demonstraram que as práticas de organização para o engajamento nas empresas são estruturadas através de mecanismos de controle, que atuam sobre a categoria, pessoa com deficiência, no processo de colocação para o mercado de trabalho. O primeiro aspecto a se destacar, refere-se à importância do laudo dentro do processo de inserção no campo do trabalho. Esse aspecto foi fortemente percebido durante a observação dos processos de entrevistas para encaminhamento de emprego, realizado pela assistente social no setor da CORPU.

Muitos usuários, que procuravam o setor da CORPU, em busca de emprego, tinham que apresentar o laudo. Quando o laudo estava desatualizado, era necessário renovar. Atualmente, o laudo deve ser renovado a cada dois anos. As empresas reconhecem o laudo emitido pela Fundação como um documento que comprova que a pessoa é uma pessoa com deficiência.

O requisito inicial para ter acesso ao campo de trabalho é ser legalmente reconhecido como uma pessoa com deficiência. Esse requisito inicial atua como norma objetivada através do instrumento, legalmente reconhecido, através do laudo médico. Sem ele, de acordo com as observações, as pessoas ficavam impedidas de ingressar no mercado de trabalho. Nesse sentido, o laudo atua como um identificador social, dando a pessoa classificada, pessoa com deficiência um *status* decorrente de suas capacidades físicas e/ou cognitivas e funcionais. Assim, “Ele é também aquele que é reconhecido por uma instância *oficial*, «universal», quer dizer, conhecido e reconhecido por todos”. (BOURDIEU, 2003, p.148)⁸².

A condição de pessoa com deficiência pode ser comprovada por meio de: a) Laudo médico, que pode ser emitido por médico do trabalho da empresa ou outro médico, atestando enquadramento legal do (a) empregado (a) para integrar a cota, de acordo com as definições estabelecidas na Convenção nº 159 da OIT, Parte I, art. 1; Decreto nº 3.298/99, arts. 3º e 4º, com as alterações dadas pelo art. 70 do Decreto nº 5.296/04. O laudo deverá especificar o tipo de deficiência e ter autorização expressa do (a) empregado (a) para utilização do mesmo pela empresa, tornando pública a sua condição; b) Certificado de Reabilitação Profissional emitido pelo INSS. (BRASIL, A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. – 2. ed. – Brasília: MTE, SIT, 2007, p. 25).

⁸² O destaque é dado pelo autor.

Por conseguinte, o laudo tem uma significação reguladora, normativa. Regula as relações e os processos sociais, atuando como “uma espécie de regra jurídica de percepção social” (BOURDIEU, 2003, p.148), de forma estruturante, estabelecendo uma relação com determinadas estruturas da organização e localização social, como a Lei de Cotas. A lei de Cotas tem, em si, o aspecto estrutural da localização ao articular a definição objetiva do espaço que a pessoa classificada com deficiência ocupa dentro do contexto social produtivo. As normas no sentido integrativo e reguladores de práticas sociais padronizadas dentro do sistema social capitalista revelam aspectos relacionados ao princípio da organização produtiva, à relação trabalho e trabalhador, e à própria divisão do trabalho.

A pesquisa revelou que, atrelado ao laudo, o mecanismo, como a Lei de Cotas, estrutura a relação que se estabelece com a pessoa classificada, pessoa com deficiência, no momento de entrada no mercado de trabalho, relações sociais historicamente determinadas. Essas relações são evidenciadas através de experiências como a do entrevistado Wilson (2015) que traz para o nível da objetividade aspectos intersubjetivos estruturantes do processo de seleção para o mercado de trabalho. Ao ser questionado sobre o que as empresas exigem no momento da seleção, afirmou:

Infelizmente, algumas empresas, a grande maioria quer o deficiente para cumprir Cotas. Elas não se preocupam com Algumas não se preocupam com a qualificação. Na minha experiência, não levam em conta o meu currículo. Ligaram para mim dizendo que tinha vaga para deficiente. Perguntei para que era. Serviços gerais. Essa vaga não é para meu perfil. Se as empresas abrissem a vaga para a capacidade e não para a deficiência seria ótimo. (WILSON,2015).⁸³

De acordo com a narrativa apresentada, o *status* atribuído à pessoa classificada pessoa com deficiência é resultante dos modos de estruturação do *habitus*, nas práticas das relações intersubjetivas que se definem pelas instituições de socialização dos agentes em relação. Nesse sentido, nega-se a possibilidade de um *status* adquirido decorrente da sua capacidade de realização, esforço e capital cultural. Na busca de uma

⁸³ Pessoa classificada pessoa com deficiência física. Entrevista realizada no dia D da empregabilidade, setembro de 2015, João Pessoa -PB.

vaga no mercado de trabalho, enquanto profissional, o entrevistado Wilson (2015), afirmou que diria para a empresa a seguinte situação:

Que analise o meu perfil, minha capacidade e não a deficiência. Você tem um curso superior e chega na empresa e ela quer colocar você em serviços gerais. Você se sentiria bem? É isso que as empresas fazem. Não olha para a sua capacidade olha a sua deficiência. (WILSON,2015).

Por ter passado em uma seleção e por não ter sido contratado, a pessoa entrevistada procurou a instituição FUNAD, unidade de pesquisa, para adquirir o laudo médico. Só, após a aquisição do laudo, obteve a oportunidade de emprego.

Portanto,

[...] a nomeação oficial, ou título que, como título escolar, vale em todos os mercados e que, enquanto definição oficial, subtrai os seus detentores à luta simbólica de todos contra todos, dando acerca dos agentes sociais a perspectiva autorizada, reconhecida de todos universal. (BOURDIEU, 2003, p.147).

O laudo médico atua como um título, no sentido de conferir o direito de acessar, através da relação entre laudo e Lei de Cotas, a vaga no mercado de trabalho. Ao antecipar uma condição e um conjunto de papéis referente à categoria pessoa com deficiência, esses instrumentos fixam hierarquias e determinam a relação entre as pessoas classificadas como pessoas com deficiência e os ditos normais, no campo do trabalho. Nesse sentido, as pessoas assim classificadas compartilham de *status* social semelhante, que se estabelece através de um capital simbólico institucionalizado. O cumprimento legal exige a validade do laudo, o seu caráter oficial. Estrutura-se dessa forma um conjunto de mecanismos que define o papel a ser desempenhado por esse segmento social. Há, portanto, a definição da posição e do percurso social que esse segmento deverá trilhar para poder acessar determinados bens sociais, no caso, aqui, o trabalho. Por conseguinte, o laudo tornou-se não só um instrumento de acesso à vaga no campo do trabalho, mas também se constituiu, principalmente, em um mecanismo de produção de identidade social.

Assim, a relação, entre laudo médico e identidade destaca que as empresas não têm como objetivo saber as potencialidades, o capital cultural, existindo mais uma necessidade do mercado, no sentido de preenchimento da vaga para o atendimento à Lei

de Cotas. O entrevistado Wilson (2015) apresenta a necessidade de se ver a pessoa classificada, pessoa com deficiência, como um trabalhador e não como um elemento para o preenchimento de Cotas. Sobre a seleção para o mercado de trabalho e o que as empresas exigem, destaca:

Olha eu vejo assim, um certo preconceito. Ela quer saber só do CID. Ela não vê o currículo. Ela só quer saber se a pessoa é uma pessoa com deficiência. Não importa o que a pessoa sabe. Eu tenho experiência e o cara perguntou se eu queria serviços gerais. O que é isso cara? Você me oferece serviços gerais? O currículo, a experiência não conta não. O que conta é saber se a pessoa é deficiente para o Ministério Público. (WILSON, 2015).

Alguns processos de interação social, objetivamente estruturados, no campo do trabalho, muitas vezes se colocam alheio a uma obediência à regra e demandam de um arbitrário social. Outros aspectos da relação intersubjetiva no campo do trabalho, nos quais se inserem a pessoa com deficiência, dizem respeito a determinadas ações que se apresentam como “demanda sem efeito”. Sobre as interações estruturadas e as demandas sem efeito, destaca-se a relação entre Lei de Cotas e o ingresso no campo do trabalho, descrita por um participante da pesquisa, através da seguinte narrativa: “Está vendo essa multidão de pessoas, a maioria estava empregada. Eles só esperam passar a fiscalização e todos vão à rua. Essas vagas... São por causa da Lei de Cotas”.⁸⁴ Outra pessoa tida, pessoa com deficiência física, participante do Evento, acrescenta:

Olha só, está vendo aquela empresa, é uma rede. Sabe o que eles fazem, eles marcam entrevista aí o cara vai, leva todos os documentos e fica esperando ele chamar. Sabe quando ele vai chamar? Nunca. A fiscalização quer ver só a documentação, aí eles mostram os seus documentos sem nunca ter chamado você para trabalhar, é isso que acontece. Se a fiscalização quisesse ver o empregado era bom, mas só quer ver os documentos, aí dá nisso. Eu nem vou lá. (Relato de uma pessoa com deficiência física. Momento de entrevista de vaga para representante de vendas. Dia D da empregabilidade, setembro de 2015, Espaço Cultural, João Pessoa, Fundação e Ministério Público do Trabalho).

⁸⁴Pessoa classificada visão monocular participante do Dia D da Empregabilidade-FUNAD, Setembro, 2015, Espaço Cultural, João Pessoa-PB.

Segundo Bourdieu (2003, p.98), “o efeito da ilusão constitutiva da participação num campo, contribui para tornar o trabalho aceitável para o trabalhador, apesar da exploração”. A entrada no campo de trabalho da pessoa classificada como pessoa com deficiência estaria pautada nas interações sociais que envolvem a troca de aspectos valorados pelo mercado de trabalho. De acordo com as narrativas dos entrevistados, não seria o currículo ou a experiência, mas sim a sua condição, o seu *status* principal que é ter deficiência. Em termos do ajustamento prático, o preenchimento de cotas seria o objetivo. Assim sendo, as pessoas tidas com deficiência passam a interiorizar a Lei de Cotas no sentido de mecanismo de acesso e as empresas passam a utilizá-la como mecanismo de regulação.

Dessa forma, existe uma ordem estabelecida no sentido de manutenção de determinados padrões de produtividade, dentro do sistema social capitalista. Dentro dessa ordem, a pessoa classificada como pessoa com deficiência, vê-se e é vista, a partir de um universo de significação simbólico, definido através de papéis sociais estruturados, dentro dos princípios da capacidade e produtividade, que no processo intersubjetivo apresenta-se através da atividade institucionalizada e submetida a determinados mecanismos de controles. Nesse sentido,

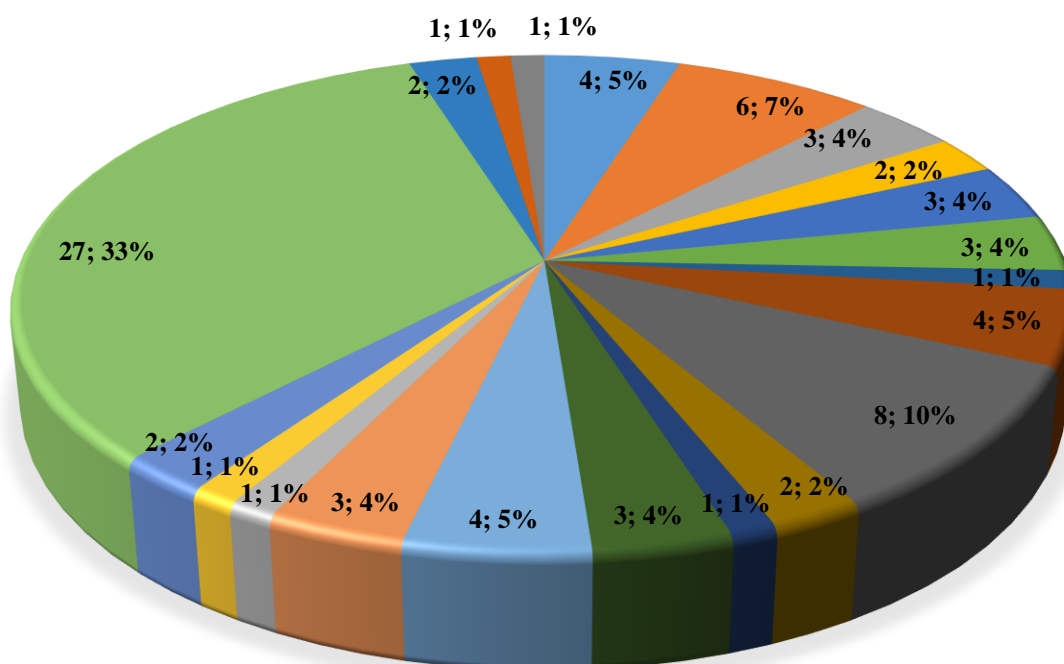
A ordem social não é dada biologicamente nem derivada de quaisquer *elementos* biológicos em suas manifestações empíricas. [...] A ordem social existe *unicamente* como produto da atividade humana. Tanto em sua gênese (ordem social resultante da atividade humana passada) quanto em sua existência em qualquer instante do tempo (a ordem social só existe na medida em que a atividade humana continua a produzi-la) ela é um produto humano. (BERGER e LUCKMANN, 2014, p.78).

Dentro da ordem estabelecida, define-se a divisão dos postos e funções e ordenam-se as vagas para as pessoas tidas com deficiência, segundo a lógica capitalista de prescrição de tarefas. De acordo com a pesquisa realizada na FUNAD, as empresas passam a definir as funções que serão disponibilizadas para as pessoas ditas com deficiência, a partir de uma estrutura de relações recíprocas que são produtos do processo histórico, no qual a pessoa classificada com deficiência foi submersa. Com base nessa relação, a função de serviços gerais se destaca como a mais oferecida pelas empresas para esse contingente de trabalhadores.

4.3 Vagas oferecidas pelas empresas de acordo com a FUNAD

De acordo com a pesquisa realizada na FUNAD, o maior percentual de vagas ofertadas pelas empresas, refere-se à função de serviços gerais, seguida da vaga de auxiliar de produção. Assim, o perfil das vagas ofertadas pelas empresas, para pessoas com deficiência, segundo a FUNAD, está disposto segundo o gráfico abaixo:

GRÁFICO 3 - VAGAS OFERTADAS PELAS EMPRESAS



- ALMOXARIFE
- APRENDIZ DE LOGISTICA
- ATENDENTE
- ATENDENTE COM NOÇÕES DE LIBRAS
- ATENDIMENTO AO CLIENTE
- AUXILIAR ADMINISTRATIVO
- AUXILIAR DE CARGA E DESCARGA
- AUXILIAR DE LOJA
- AUXILIAR DE PRODUÇÃO
- AUXILIAR DE VENDAS
- CAIXA
- COBRADOR
- CONFERENTE
- DIGITALIZADOR
- FRENTISTA
- JOVEM APRENDIZ
- REPOSITOR
- SERVIÇOS GERAIS
- VENDEDOR
- VENDEDOR DE PEÇAS
- VENDEDOR EXTERNO

FONTE: FUNAD, (2015).

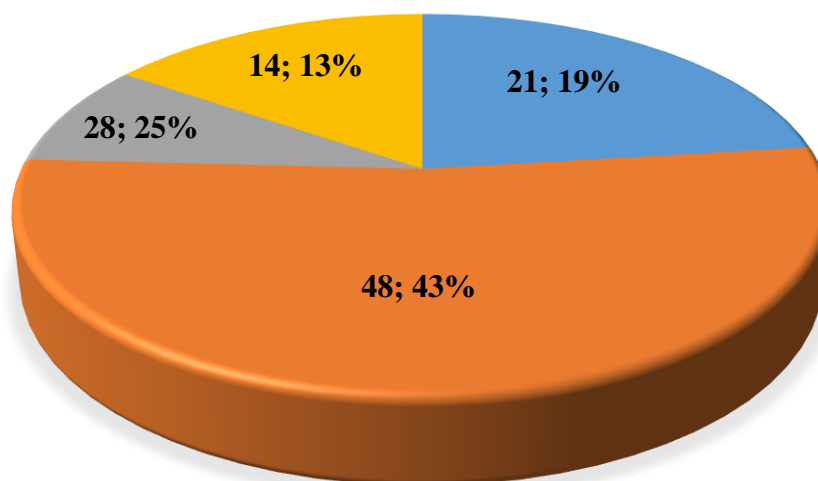
NOTA: PERFIL DAS VAGAS OFERTADAS PELAS EMPRESAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA CADASTRADAS NA CORPU/FUNAD. JOÃO PESSOA/PB, 2015.

De acordo com Bourdieu(1989, p.100), o processo de instituição, e incorporação são construtos históricos. Assim, as condições de produções são expressas nos corpos e nas práticas sociais, que através do *habitus* constroem padrões de comportamentos. A função atribuída à pessoa dita com deficiência, dentro do contexto da empresa, representa um sistema simbólico que compreende o *status* da profissão e do salário. Salário e função determinam as posições das profissões e produzem marcas distintas.

De acordo com as pessoas pesquisadas na FUNAD, o maior percentual da renda familiar encontra-se entre um e dois salários mínimos. Sobre a renda familiar apresentada pelas mulheres, a maioria possui renda em torno de 1 a 2 salários, de acordo com 48 mulheres; 28 mulheres declararam ter como renda familiar entre 3 a 4 salários; 21 mulheres com menos de 1 salário mínimo e 14 delas não especificaram a renda, conforme indicam os gráficos abaixo:

GRÁFICO 4 - RENDA FAMILIAR DAS MULHERES

RENDA FAMILIAR DAS MULHERES



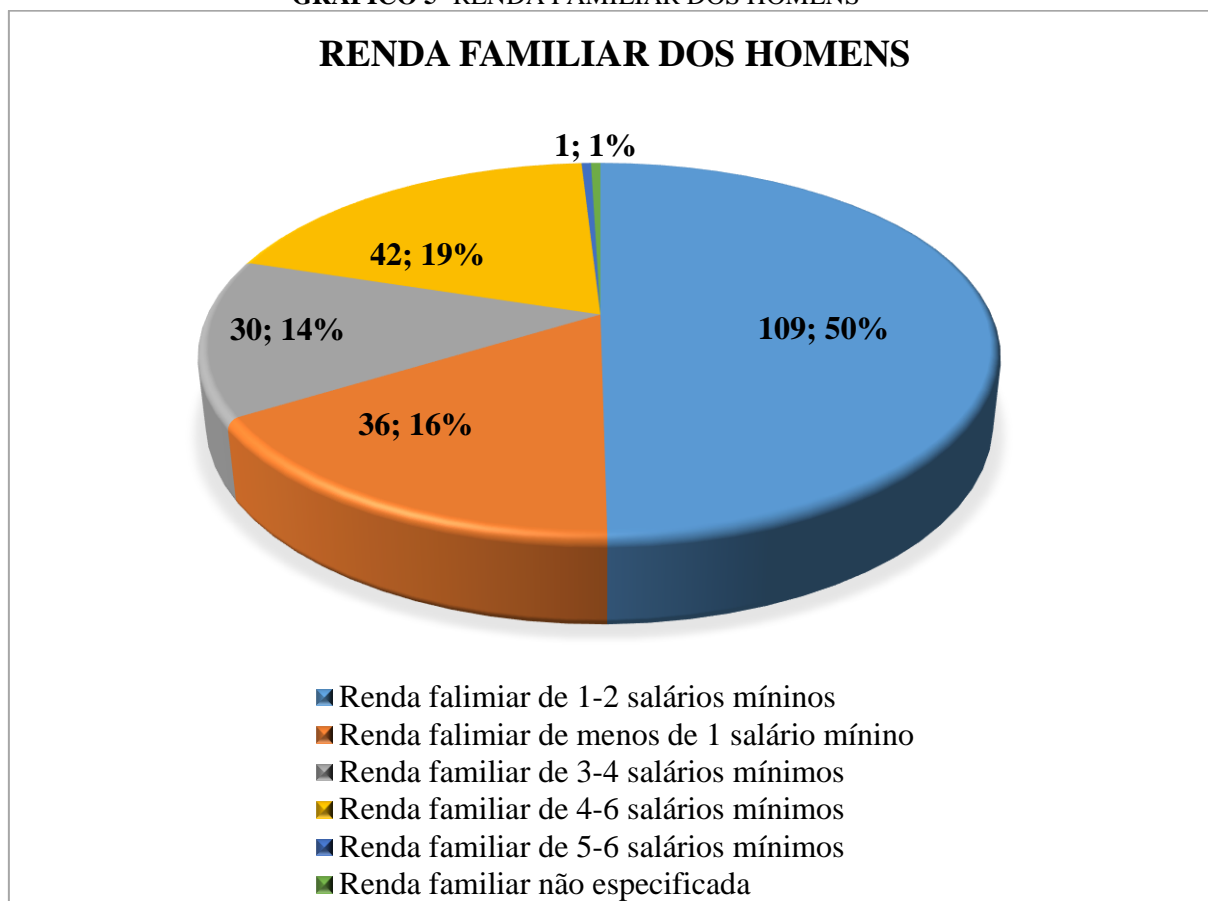
- Menos de um salário mínimo
- De 1-2 salários mínimos
- De 3-4 salários mínimos
- Renda não declarada

FONTE: FUNAD, (2015).

NOTA: DADOS TRABALHADOS PELA AUTORA.

Sobre a renda familiar apresentada pelos homens, a maioria possui renda entorno de 1-2 salários totalizando 109 pessoas. Os demais, apresentaram renda de 4-6 salários 42 pessoas, menos de 1 salário mínimo 36 pessoas, e com renda entre 3 a 4 salários 30 pessoas. A renda de 5-6 salários foi apresentada por apenas uma pessoa e não especificou a renda apenas 1.

GRÁFICO 5- RENDA FAMILIAR DOS HOMENS



FONTE: FUNAD, (2015).

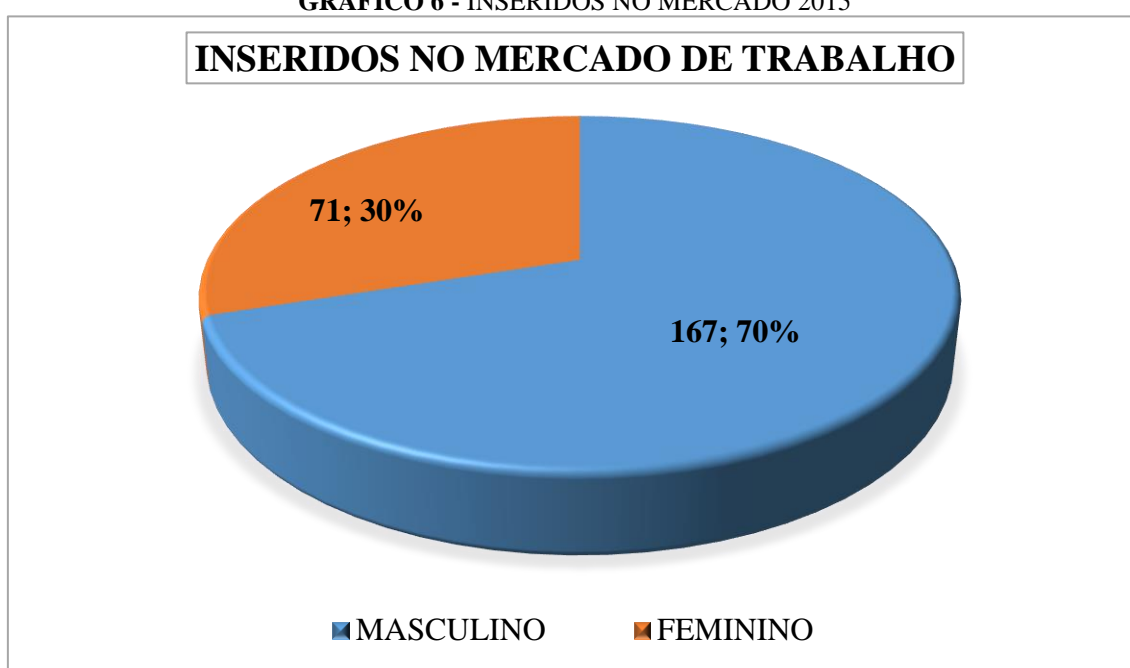
NOTA: DADOS TRABALHADOS PELA AUTORA.

A explicação do engajamento em determinadas funções, seria dada em razão do nível de qualificação que dispõem, segundo as empresas. Entretanto, outros mecanismos atuam nesse sentido. De acordo com o Relatório de Colocação Profissional do setor da CORPU- FUNAD, referente ao ano de 2015, foram encaminhados para o mercado de trabalho 894 homens e 260 mulheres, totalizando 1.154 pessoas. Desse universo, apenas 238 pessoas tiveram efetivamente uma colocação profissional, de acordo com a tabela e o gráfico abaixo:

TABELA 2- INSERIDOS NO MERCADO DE TRABALHO

DADOS DE 2015	
FEMININO	71
MASCULINO	167
TOTAL	238

FONTE: FUNAD, (2015).

GRÁFICO 6 - INSERIDOS NO MERCADO 2015

FONTE: FUNAD, (2015).

De acordo com a pesquisa realizada na FUNAD, foi possível perceber que, no momento de engajamento no trabalho, existem outros critérios que se somam à relação entre classificação e engajamento no emprego, enquanto “espaço das posições sociais”.

Assim, o espaço social precisa ser compreendido como um espaço multidimensional, conjunto aberto de campos relativamente autônomos, quer dizer subordinados quanto ao seu funcionamento e as suas transformações, de um modo mais ou menos firme e mais ou menos direto ao campo de produção econômica [...]. (BOURDIEU, 1989, p.153).

A posição social que a pessoa tida com deficiência ocupa como trabalhador, começa a ser construída anterior ao processo de seleção para o trabalho, através da distribuição desigual do capital simbólico. Entretanto, a seleção, enquanto mecanismo estruturante da interação tende a justificar o engajamento nas posições sociais a partir de critérios de desempenho e mérito. Logo, “[...] o saber do trabalhador seria um fator determinante de sua atribuição, mas ele é conhecido enquanto tal e em relação a outros critérios”. (CASTRO, 2003 p.195). Assim, o engajamento do trabalhador, seus conhecimentos e seu *status* não seriam estabelecidos apenas pela divisão do trabalho.

Quais seriam, portanto, os critérios que atuam sobre as pessoas ditas pessoas com deficiência, durante o processo de engajamento no campo de trabalho? Em uma perspectiva micro, apresenta-se a narrativa de Renato (2015), uma pessoa classificada, mental leve, que descreve a sua experiência de seleção para o engajamento no trabalho:

[...] Gente, me deixa dizer uma coisa para vocês. É o seguinte eu saí da empresa, agora eu estou em casa.

Pesquisadora: Você entrou na empresa através da Instituição de reabilitação? Sim, deixa eu dizer como foi engraçado. A menina aqui disse, Renato tem uma vaga lá na empresa para empacotador, vá lá fazer uma entrevista, fale com Maria, sim, vá de duas horas. Eu fui atrás dessa Maria. Cheguei lá com todos os documentos e entrei numa sala e perguntei para a mulher se Maria tinha chegado porque eu precisava fazer uma entrevista de emprego. A mulher que estava lá disse que ela não tinha chegado e me mandou fechar a porta, eu fechei. Aí, ela me perguntou se a porta estava fechada e eu disse que sim, a porta está fechada. Ela disse você tem certeza? Eu disse claro, a porta está fechada. Bem, ela me mandou ir no dia seguinte para falar com a bendita Maria. Cheguei na hora, entrei. Lá está a bendita mulher, me mandou fechar a porta novamente, ela perguntou se eu tinha certeza de que a porta estava fechada. Eu já estava perdendo a paciência, mas eu fechei a porta. No final a (palavrão) disse que ela era Maria e que eu estava contratado. Essa foi a minha entrevista de emprego. Era o meu teste psicotécnico (risos). Professora é isso, quando uma pessoa quer nos humilhar é preciso mostrar que a pessoa tem capacidade. Eu era o melhor empacotador, em um dia eu empacotava sete mil sacos de pipos. (Pessoa com deficiência mental leve segundo a reabilitadora. Relato da observação feita em, 14 de agosto de 2015, sexta-feira na sala de treinamento profissional).

Ao descrever a situação da entrevista e desempenho na empresa, a pessoa apresentou as condições objetivas do trabalho, em um espaço, das posições sociais na qual, a pessoa dita com deficiência, objeto observado, descreve através de sua narrativa, o poder simbólico dos agentes em interação. Ao afirmar “eu era o melhor empacotador, em um dia eu empacotava sete mil sacos de pipos”, evidencia a materialização da

“organização científica do trabalho” (CASTRO, 2003, p.27), a normatização dos tempos e dos movimentos do trabalhador através da “elaboração temporal do ato”, “O tempo medido e pago deve ser também um tempo sem impureza nem defeito, um tempo de boa qualidade, e, durante o seu transcurso, o corpo deve ficar aplicado ao seu exercício”. (FOUCAULT,2014, p.148).

A partir da “tipificação de ações” (BERGER e LUCKMANN,2014, p.77), dentro de um padrão disciplinar de produtividade, definem-se as ações habituais a serem desempenhadas por tipos de atores dentro do campo do trabalho. Através da articulação entre a provável utilidade econômica e uma obediência à regra da produtividade, definem-se os tipos de atores para o trabalho.

De certo, a possibilidade de ser admitido e desenvolver as atividades como um meio de demonstração da capacidade laboral, permite a pessoa se ver como trabalhador e se definir como um ser socialmente produtivo. Ao afirmar, “[...] é isso, quando uma pessoa quer nos humilhar é preciso mostrar que a pessoa tem capacidade”. (RENATO,2015). Ter capacidade, nesse sentido, é ter produção. Por conseguinte, as formas de organização da produção incidirão sobre a possibilidade de se ver como um ser qualificado para o trabalho, um ser produtivo ou ser percebido como deficiente. Nessa relação, é preciso compreender quais são os princípios que regem a estruturação e a ordem do campo de trabalho, e que atuam através dos processos de institucionalização das tipificações de ações habituais que institui padrões de capacidade e/ou produtividades definidos como o “saber fazer” do trabalhador, através dos processos de qualificação.

A qualificação passa a se constituir como o “capital pessoal” individual de cada trabalhador, um *quantum* social que determina a posição que a pessoa com deficiência ocupa no campo de trabalho, “Bourdieu denomina esse *quantum* de capital social”. (ORTIZ,1983, p.21).

O controle dos mecanismos, que qualificam o trabalhador, torna-se um aspecto fundamental para o aumento de produtividade e atua, também, como “um controle ‘corporativo’ do acesso ao mercado de trabalho”. (CASTRO, 2003, p. 28). Logo, uma série de instituições e de mecanismos vai sendo materializada através dos movimentos de encaixar as pessoas nas funções ou apenas descartá-las mediante a impossibilidade

de se estabelecer a correlação entre capacidade e produtividade. Algumas narrativas das pessoas classificadas com deficiência evidenciam tais aspectos:

Fagner (2015)⁸⁵, em relação a como se dá a seleção para o mercado de trabalho e o que as empresas exigem, afirmou: “Capacitação, desempenho. A cobrança é a mesma de uma pessoa com deficiência ou não. Não tem nenhuma regalia. Na busca de uma vaga no mercado de trabalho, enquanto profissional afirmou “que na medida do possível eu vou fazer o máximo para cumprir e desempenhar os objetivos da empresa”.

Assim, a empresa, ao controlar uma série de instituições, como a da qualificação, da produtividade e do desempenho, determina ações habituais definidoras de um padrão de trabalhador dentro do processo produtivo. A partir do controle disciplinar do corpo, que compreende a regra da localização funcional, o controle da atividade, do horário, da elaboração do ato temporal, dos gestos postos em correlação, articula-se o trabalhador à máquina. Por fim, numa estreita relação entre corpo-objeto, se estabelece através da utilização exaustiva do corpo do trabalhador a instituição de desempenho e mérito. Logo, “a codificação instrumental do corpo” e as “exigências de natureza e de limitações funcionais”, definidas pela “lei de construção da operação” (FOUCAULT,2014, p.151), produzem as tipificações e instituem os padrões que são submetidos ao controle social.

Logo, a qualificação extrapola a divisão estabelecida entre o saber e o fazer e estabelece outros mecanismos de formalização de saberes, através de critérios que assegurem a legitimidade das posições sociais. Esses outros critérios de qualificação estão circunscritos ao corpo físico, psíquico, cognitivo e orgânico, o corpo saudável. Por conseguinte, definem-se os tipos de atores, “qualificados”, requeridos para engajar-se no processo produtivo e, por oposição, constitui-se o tipo “desqualificado”.

A partir de um conjunto de ações reciprocamente tipificadas e tornadas habituais, constituem-se os papéis que tendem a articular as pessoas ao sistema produtivo. Decerto, dentro desse bojo de mecanismos, estabelece-se a relação entre as pessoas classificadas como pessoas com deficiência e as empresas. Assim sendo, “[...] seria muito pouco dizer que o engajamento do trabalhador, seus conhecimentos e seu

⁸⁵ Pessoa classificada pessoa com deficiência física. Entrevista realizada no dia D da empregabilidade, setembro de 2015, João Pessoa, PB.

status variam de acordo com a divisão do trabalho”. (CASTRO,2003, p.194). Portanto, existe uma lógica da organização que disciplina o engajamento nas empresas. Para compreender essa lógica, analisam-se, inicialmente, os dados referentes ao engajamento no mercado de trabalho das pessoas classificadas com deficiência, no contexto da FUNAD. Em seguida, amplia-se a análise através das narrativas que trazem para o nível da objetividade o que os dados por si só não conseguem trazer.

4.4. Os mecanismos de engajamento no trabalho

Considerando, para a análise da localização, o princípio do quadriculamento individualizante de Foucault (2014), as pessoas tidas com deficiência, dentro do espaço da empresa, tendem a ser engajadas a partir de uma provável condição individual. Assim, atuam sobre o trabalhador, mecanismos que tendem a individualizá-lo ou distingui-lo e, segundo as suas habilidades, classificá-los. De acordo com a pesquisa realizada na FUNAD, as pessoas foram engajadas de acordo com os seguintes critérios:

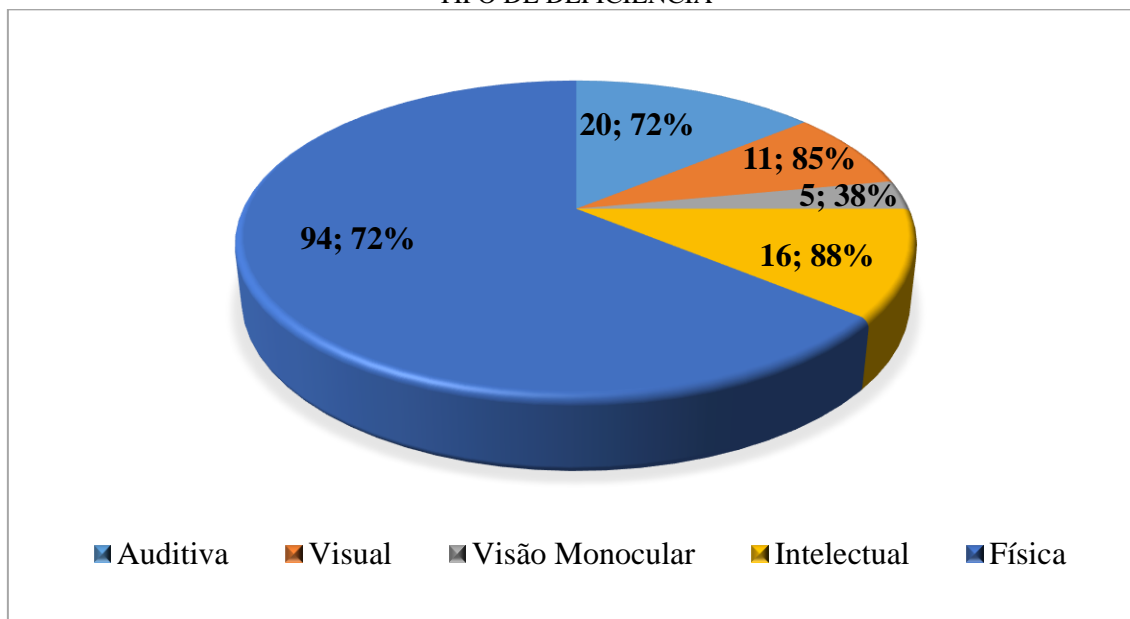
TABELA 3 - COLOCAÇÃO NO MERCADO POR TIPO DE DEFICIÊNCIA

POR DEFICIÊNCIA			
DEFICIÊNCIA	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
Física	35	94	129
Intelectual	2	16	18
Visão Monocular	8	5	13
Visual	2	11	13
Auditiva	8	20	28
TOTAL GERAL	55	146	201

FONTE: FUNAD, (2015).

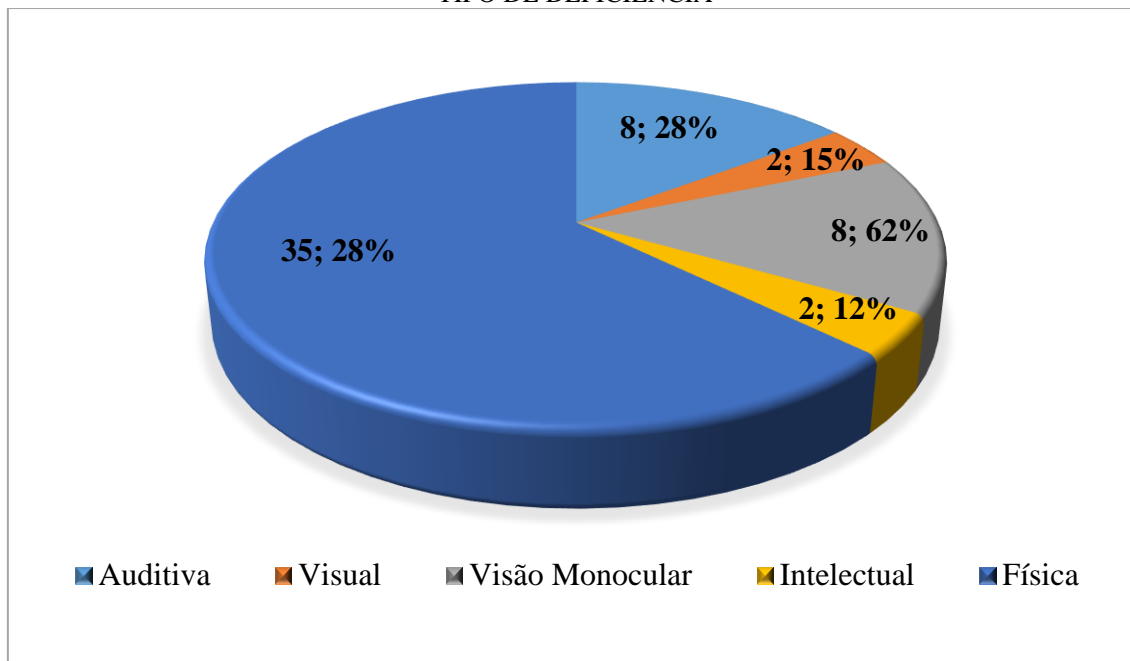
Quanto mais próximo o sujeito constituído, pessoa com deficiência estiver do padrão de qualificação, maior a chance de ser incluído em uma vaga. Esse aspecto evidencia-se tanto em mulheres, como em homens, de acordo com a pesquisa, conforme os seguintes gráficos:

GRÁFICO 7 - PERCENTUAL DE COLOCAÇÃO DOS HOMENS NO MERCADO A PARTIR DO TIPO DE DEFICIÊNCIA



FONTE: FUNAD, (2015).

GRÁFICO 8 - PERCENTUAL DE COLOCAÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO, A PARTIR DO TIPO DE DEFICIÊNCIA



FONTE: FUNAD, (2015).

Portanto, a seleção e a localização da pessoa tida como pessoa com deficiência, permite analisar a qualificação enquanto uma “*instituição histórica*” (BERGER e LUCKMAM, 2014, p. 81) cristalizada em códigos de conduta, saúde e funcionalidade. Sobre esse aspecto, fica perceptível que o corpo terá um papel

preponderante nessa relação. Segundo Goffman (2010), para encaixar-se, as informações sobre a linguagem do corpo devem estar de acordo com as “atividades ocasionadas”. Engajar-se numa atividade ocasionada, significa manter algum tipo de absorção cognitiva e afetiva por ela, alguma mobilização de recursos psicobiológicos, significa estar envolvido com ela.

Apesar de um indivíduo poder parar de falar, não pode parar de se comunicar através da linguagem do corpo. A maneira pela qual ele pode transmitir a menor quantidade de informações sobre si mesmo é encaixando-se, agindo de acordo com que se espera que uma pessoa do seu tipo aja. Na verdade, o entendimento de uma linguagem comum é uma das razões para chamarmos um agregado de indivíduos de “sociedade”. (GOFFMAN, 2010, p.45).

Nesse sentido, a pessoa com deficiência parece ocupar um *lugar-comum*⁸⁶ no mercado de trabalho, ao participar de um quadro de significação inscrito no *habitus*. Buscou-se, entender os mecanismos de estrutura de conveniência das interações, no momento de engajamento, destacando o uso legítimo de autoridade das empresas no processo de contratação. A partir das narrativas apresentadas, segundo a representante do Ministério Público da Paraíba⁸⁷, as empresas na hora de contratar, a pessoa classificada como pessoa com deficiência, “preferem aquelas pessoas com deficiência, ditas leves”, de acordo com a sua narrativa:

As empresas na hora de contratar preferem aquelas pessoas com deficiência ditas leves. Eu vou dar um exemplo com um deficiente auditivo. Vocês sabem que existem vários graus de deficiência auditiva. Vários graus de perda auditiva. Existem pessoas que conseguem escutar só com um ouvido, existem pessoas que conseguem fazer leitura labial, têm pessoas que conseguem se comunicar através de linguagem de sinais, libras e tem pessoas que não conseguem escutar nada, são vários graus. E, o que é, que acontece? Às vezes as empresas vão contratando sempre aquelas pessoas que conseguem se comunicar. Aquelas que têm a deficiência mais severa, ela fica preterida, ocorre à discriminação dentro da discriminação.

⁸⁶ Foucault, Michel. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução Selma Tannus Muchail; revisão Roberto Cortes de Lacerda. São Paulo. Martins Fontes, 1981.

⁸⁷PEREIRA, T.M. Palestra: Garantia dos direitos da empregabilidade da pessoa com deficiência, Ministério do Trabalho e Emprego- Superintendência Regional do Trabalho e Emprego da Paraíba (SRTE), João Pessoa, 02/09/2015. Evento, Encontro para o fortalecimento da empregabilidade da pessoa com deficiência no Estado da Paraíba realizado pela instituição de reabilitação, fazendo alusão ao dia 21/09 Dia Nacional da Pessoa com deficiência, o público alvo representantes dos postos do SINE da Paraíba, dialogaram com a instituição FUNAD, a Secretaria do Desenvolvimento Humano e a Asdef.

Em relação ao deficiente auditivo é preciso língua de sinais. É preciso o aumento da quantidade de intérpretes. Isso gera também um custo para a empresa.

Deficiência física quando é uma deficiência múltipla perna, braço, deficiências mais severas as pessoas ficam preteridas também. As empresas acreditam que investimentos em aparelhos e reformas para acessibilidade são altos para pouco retorno. A gente vive em um país aonde as empresas não querem investir. Mas já existe a Lei de Cotas que impõe. Mas existe certa dificuldade de se fazer qualquer tipo de acordo e ajuste para inclusão dessa pessoa. (PEREIRA,2015).

A deficiência física,

É a alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (Decreto nº 5.296/04, art. 5º, §1º, I, “a”, c/c Decreto nº 3.298/99, art. 4º, I).

Para melhor entendimento, seguem-se algumas definições: • Amputação – perda total ou parcial de um determinado membro ou segmento de membro; • Paraplegia – perda total das funções motoras dos membros inferiores; • Paraparesia – perda parcial das funções motoras dos membros inferiores; • Monoplegia – perda total das funções motoras de um só membro (inferior ou superior); • Monoparesia – perda parcial das funções motoras de um só membro (inferior ou superior); • Tetraplegia – perda total das funções motoras dos membros inferiores e superiores; • Tetraparesia – perda parcial das funções motoras dos membros inferiores e superiores; • Triplegia – perda total das funções motoras em três membros; • Triparesia – perda parcial das funções motoras em três membros; • Hemiplegia – perda total das funções motoras de um hemisfério do corpo (direito ou esquerdo); • Hemiparesia – perda parcial das funções motoras de um hemisfério do corpo (direito ou esquerdo); • Ostomia – intervenção cirúrgica que cria um ostoma (abertura, ostio) na parede abdominal para adaptação de bolsa de fezes e/ou urina; processo cirúrgico que visa à construção de um caminho alternativo e novo na eliminação de fezes e urina para o exterior do corpo humano (colostomia; ostoma intestinal; urostomia: desvio urinário);

• Paralisia Cerebral – lesão de uma ou mais áreas do sistema nervoso central, tendo como consequência alterações psicomotoras, podendo ou não causar deficiência mental; • Nanismo – deficiência acentuada no crescimento. É importante ter em mente que o conceito de deficiência inclui a incapacidade relativa, parcial ou total, para o desempenho da atividade dentro do padrão considerado normal para o ser humano. Esclarecemos que a pessoa com deficiência pode desenvolver atividades laborais desde que tenha condições e apoios adequados às suas características. (BRASIL, A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. – 2. ed. – Brasília: MTE, SIT, 2007, p. 23-24.)

O processo de engajamento, como uma situação particular, encontra-se objetivamente estruturada por um padrão que caracteriza o trabalhador através dos processos de qualificação. No processo de qualificação, existem mecanismos de interiorização que combinam elementos que são “desqualificantes/ qualificantes”. (TEXEIRA, 2006, p.57). Por conseguinte, esses elementos atuam como mecanismos

estruturantes na constituição do sujeito, pessoa com deficiência. O engajamento no trabalho revela alguns desses elementos, de acordo com a narrativa da representante do Ministério do Trabalho, da Paraíba:

No mercado de trabalho, por exemplo, existem vinte candidatos, vinte candidatos não são iguais, mas aquela pessoa com deficiência ela é preterida hoje. Amanhã ela bate em outra porta, ela é preterida de novo. E, ela é preterida sempre. Ela só consegue se for com a Cota. Infelizmente é uma realidade que a gente vive e não dá para esconder. (PEREIRA, 2015).

A palestrante do Ministério do Trabalho evidencia que “Existem no Brasil milhões de pessoas que querem trabalhar, viver com dignidade e exercer o seu direito de cidadão e consumidor”, de acordo com a sua narrativa:

Existem no Brasil milhões de pessoas, querem trabalhar e viver com dignidade, exercer o seu direito de cidadão e consumidor. A gente usa muita essa ideia de que são consumidores para convencer as empresas. E a gente precisa despertar, para a gente permitir que essas pessoas tenham acesso ao emprego em nosso país. (PEREIRA,2015).

Soma-se aos aspectos apresentados pela Fiscal do Ministério Público da Paraíba, o estudo apresentado por Santos (2016), sobre o percentual de pessoas com deficiência que seria potencialmente candidato à inserção no mercado de trabalho, de acordo com a RAIS 2014 e 2015. Em seus estudos, conclui que:

A presença de pessoas com deficiência e reabilitados no mercado de trabalho, com vínculo empregatício, [...] era de 381.222 pessoas em 2014, o que representa um percentual inferior a 1% do total de pessoas inseridas no mercado de trabalho.

No ano de 2015, apesar do número absoluto ter aumentado para 403.255 pessoas com deficiência empregadas no mercado formal de trabalho, o percentual em relação ao total de empregados formais, manteve-se abaixo do percentual de 1%, exatos 0,84% dos vínculos empregatícios.

Percebe-se a existência de um crescimento nos índices empregabilidade das pessoas com deficiência, o que pode ser atribuído, ainda que parcialmente, ao trabalho sistemático e organizado da fiscalização do trabalho exercida pelos

Auditores- Fiscais do Trabalho, mas é um crescimento deveras incipiente. (SANTOS, J. P, 2016, p.100)⁸⁸

Ao aspecto evidenciado pelos dados apresentados soma-se às seguintes narrativas, da palestrante do Ministério Público do Trabalho da Paraíba:

A gente vê muito deficiente físico e tem pouco deficiente visual e se a gente for estudar estatisticamente, existem muito mais deficientes visuais do que deficiente físico. Então existem sim, sérias disparidades entre dados populacionais e dados de inclusão do mercado de trabalho que a gente precisa estar alerta, para que a gente, inclusive possa superar as nossas próprias barreiras, que inclusive, a gente tem (PEREIRA,2015).

Em relação aos tipos de deficiência, destaca que “geralmente as empresas procuram deficiências leves” e esclarece:

Geralmente as empresas procuram deficiências leves. Eu queria esclarecer que não existe esse conceito de deficiência leve. Deficiência é deficiência. Existe o Decreto. Ou a pessoa é considerada deficiente para o mercado de trabalho ou não. Mas, a pessoa com cadeira de rodas tem muito mais dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, inclusive do que uma pessoa com deficiência física sem a cadeira. (PEREIRA, 2015).

Em relação a sua experiência de fiscalização, destaca:

[...]. Eu vou falar para vocês sinceramente da minha experiência de fiscalização. E, eu fico muito triste, porque não vejo cadeirante, e eu questiono, eu questiono, mesmo, porque não tem cadeirante. (PEREIRA,2015).

Dos aspectos que emergem da realidade, a partir da narrativa apresentada e dos dados da RAIS (SANTOS, 2016), analisou-se o engajamento nas empresas a partir de um conjunto de mecanismos simbólicos, que qualificam/desqualificam o trabalhador e constitui a categoria pessoa com deficiência. Nesse bojo de significado, não é o aspecto biológico que define o ser pessoa com deficiência, e sim, os mecanismos da lógica

⁸⁸SANTOS, J. P. Pessoa com deficiência: função social de reserva legal no mercado de trabalho e ação anulatória de auto de infração- uma alteração legislativa necessária. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- PUC/SP. Tese apresentada para obtenção do título de doutor em Direito. Dezembro 2016.

capitalista de produtividade. Logo, o julgamento de uma provável condição de incapacidade vivenciada pela pessoa classificada como pessoa com deficiência, ao relatarmos as experiências de tentativa de inserção no mercado de trabalho, é evidenciado:

[...] A gente se qualifica para o mercado de trabalho e na hora de fazer a entrevista a gente... eu já fiz várias entrevistas e na hora da entrevista, fiz prova passei e chegam para mim e diz na minha cara que a vaga não era para cadeirante. Aí fica complicado, assim, deixa a autoestima da gente baixa, assim... Aí, eu pergunto, a gente, nós cadeirantes, a oportunidade é para quem tem a mínima deficiência? A oportunidade é só para cumprir a Lei de Cotas. Então, quem é cadeirante também precisa de trabalho, quer mostrar que é capaz de trabalhar. Já faz dez anos que eu estou procurando emprego e eu não consigo.⁸⁹

De certo, a partir de um determinado “capital pessoal” repousa o engajamento no trabalho, conforme a narrativa:

[...]. Eu queria fazer uma provocação aqui para todos nós. Uma pessoa com deficiência visual é uma deficiência dita severa. Agora com essa abertura de que o monocular tem paridade. Eu acho justo, mas será que não está na hora de repensar essa lei de cotas para quem tem essa deficiência ditas pesadas como é o caso dos cegos, dos cadeirantes, dos surdos não oralizados a gente vai ficar sempre de fora? Porque as pessoas cegas, agora com essas novas mudanças onde os monoculares estão sendo enquadrados, eu duvido que as empresas vão querer deixar de contratar os monoculares para colocar o cego. Então se já estava difícil para o deficiente visual ser enquadrado nas empresas, agora então pode dizer fechou de vez as portas para o cego⁹⁰.

Outra pessoa acrescenta:

[...] A grande maioria das pessoas cegas tem acesso ao mercado de trabalho através de vagas advindas dos concursos estaduais e municipais. Mas, nas

⁸⁹ Pessoa classificada cadeirante, participante do Seminário sobre empregabilidade promovido pela instituição de reabilitação, em maio de 2015.

⁹⁰ Narrativa de uma pessoa classificada pessoa com deficiência visual, representante do Instituto dos cegos sobre a preferência no mercado de trabalho, ao participar do Seminário sobre a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, em maio de 2015, FUNAD, João Pessoa, PB.

empresas, as pessoas cegas, realmente, não têm essa oportunidade dentro das empresas privadas.⁹¹

Situação semelhante é apresentada por Elisangela, uma pessoa classificada com deficiência surdez⁹², que faz o seguinte questionamento para a palestrante:

[...]A colega que colocou o problema da visão monocular... Nós também da área da surdez, temos algumas dificuldades, porque em algumas das empresas, elas contratam surdos que sejam oralizados. Mas existem surdos que necessariamente não são oralizados. Então porque há esse preconceito? Então, assim, nós somos iguais. Alguns são oralizados ou não, mas nós temos a mesma igualdade. Alguns têm esse privilégio de ser oralizado. Por exemplo, eu já trabalhei em um supermercado e alguns surdos me diziam que a maioria foi demitida porque justamente não tinha essa questão da oralidade. Então, porque essa discriminação no ambiente de trabalho? Alguns trabalhavam e não queriam com linguagem de sinais queriam só oralizados. Existe o interprete e porque eles não contratam para facilitar essa acessibilidade e facilitar essa comunicação? A gente sente esse prejuízo. (ELISANGELA, 2015).⁹³

Nas situações, o momento de engajamento eleva para o nível de objetividade os mecanismos de seleção intersubjetivos que são postos pelas empresas. A partir da relação com esses mecanismos, as pessoas tendem a expressar as suas experiências, através de suas narrativas e destacam que: “temos algumas dificuldades, porque em algumas das empresas, elas contratam surdos que sejam oralizados”. Quanto às pessoas classificadas deficientes visuais, destaca-se que com o enquadramento e a contração dos monoculares, “agora, então, pode dizer, fechou de vez as portas para o cego “.

Além das narrativas, no encontro com as empresas, aspectos estruturantes da relação são tornados evidentes, através da exposição realizada na FUNAD, para as empresas. Na ocasião, foram apresentados o uso de tecnologias assistidas e *software*

⁹¹ Pessoa classificada pessoa com deficiência visual, ao participar do Seminário sobre a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, em maio de 2015, FUNAD, João Pessoa, PB.

⁹² É a perda bilateral, parcial ou total, de 41 decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz (Decreto nº 5.296/04, art. 5º, §1º, I, “b”, c/c Decreto nº 5.298/99, art. 4º, II).

⁹³ Elisangela, pessoa classificada com deficiência, surdez, participante do Seminário sobre a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, em maio de 2015.

livre para a inclusão de PCD visual, conforme a programação do evento. O momento da apresentação teve como objetivo demonstrar a possibilidade de uma pessoa com deficiência visual utilizar o computador sem que este gere um custo para as empresas. Na ocasião, Batista (2015), pessoa classificada deficiente visual, apresentou-se, para um grupo de representantes de empresas, com a seguinte narrativa:

[...] A minha fala é para mostrar para vocês que é possível sim, a pessoa com deficiência, está inserido no mercado de trabalho. Ela pode, normalmente, fazer parte da empresa, acessar, usar o computador, normalmente. E, a empresa não vai ter nenhum custo. Aí, você vai apenas disponibilizar o computador. E, esse computador pode ser compartilhado por outras pessoas que enxergam normalmente. No caso aqui, eu terminei o meu trabalho, eu vou agora encerrar o software. Pronto, terminei o meu trabalho, tirei o meu pen drive, normal, eu não precisei fazer alteração nenhuma para eu entrar. (BATISTA,2015)⁹⁴

A situação apresentada pela pessoa com deficiência revela o controle capitalista sobre o processo do trabalho e sobre o trabalhador. O controle capitalista se faz, também, sobre o corpo, impondo uma “melhor relação entre um gesto e a atitude global do corpo, que é a sua condição de eficácia e rapidez”. (FOUCAULT,2014, p.149). Controle que se dá através de um “sistema de gerência científica” que coloca “a qualificação e a capacidade do trabalhador em julgamento”. (CASTRO, 2003, p.200). De acordo com a situação observada, existe uma lógica de prescrição de tarefas que engendra o engajamento no trabalho, a partir de uma “redução funcional do corpo” e de sua distinção, o “corpo singular”, (FOUCAULT,2014, p.161).

Aspectos presentes na narrativa da entrevistada, Josineide (2015), através de sua experiência de seleção para o mercado de trabalho, destacam que “as empresas colocam a pessoa com deficiência nas empresas, assinam a carteira em uma função, mas na realidade, eles exercem outra função”.

Vai de acordo com as empresas e o cargo que estão solicitando. Por exemplo, na minha deficiência eu vou trabalhar na área administrativa, não posso subir escadas. As empresas colocam a pessoa com deficiência, nas empresas, assinam a carteira em uma função, mas na realidade, eles exercem outra função. Por exemplo, as vezes assina a carteira que você é auxiliar

⁹⁴ Pessoa com deficiência visual. Apresentação na reunião com as empresas, FUNAD, setembro de 2015, Palestra: Garantia dos direitos da empregabilidade da pessoa com deficiência, FUNAD, João Pessoa, 21/09/ 2015.

administrativo, mas está na ocupação da limpeza, na cozinha. Não é só colocar a pessoa com deficiência no mercado de trabalho, mas procurar fiscalizar a sua função. (JOSINEIDE, 2015).⁹⁵

Geralmente, a função atribuída é incompatível com a experiência vivenciada no posto de trabalho. Essa situação evidencia a lógica capitalista do controle do trabalho, através dos meios de produção, fragmentação, desqualificação e prescrição de tarefa. (CASTRO,2003). Outros mecanismos são evidenciados, além do controle da atividade, dentre eles, as normas e os horários da empresa. Isso se evidencia através da seguinte afirmação: “no momento de busca de uma vaga no mercado de trabalho, enquanto profissional, eu diria para a empresa o seguinte: eu sou responsável e capaz de exercer as atividades na função designada. Não tenho problema com os horários e normas das empresas”. (JOSINEIDE, 2015).

Nesse sentido, cabe analisar a força de trabalho da pessoa tida com deficiência, dentro das transformações a que essa força é submetida. Sobre esse aspecto, acrescenta-se a seguinte narrativa:

[...]. Quando ele foi encaminhado para uma determinada função é por que a gente aqui na instituição de reabilitação já verificou que aquela deficiência, aquela dificuldade, ela define, e também está dentro da dificuldade e do tipo de deficiência que a pessoa tem. Então a gente gostaria de lembrar sempre esse cuidado, esse olhar para que as pessoas não sejam colocadas em funções que venham a acarretar um tipo de deficiência maior. Eu recebi uma pessoa de uma determinada empresa, ela já passou por várias funções e hoje na verdade, ela se sente prejudicada, a deficiência física está cada vez mais se agravando. Então a gente pede a vocês para ter realmente esse olhar. (SANTOS, M. F.).⁹⁶

O aspecto estrutural da relação entre trabalhador e trabalho cumpre no sistema capitalista uma função que é a da garantia de um padrão de produtividade. Para garantir esse padrão, no momento de seleção do trabalhador, articulam-se diversos qualificadores, dentre eles: custo/benefício, postos/funções, padrão de produtividade e padrões de qualificação/desqualificação. O qualificado se define pelo pleno funcionamento orgânico, psíquico, cognitivo, físico, intelectual e motor. Portanto, ser qualificado é estar dentro dos padrões de produtividade e lucro. Assim sendo, o

⁹⁵ Participante do setembro Inclusivo Dia D da empregabilidade, 2015, FUNAD, João Pessoa, PB.

⁹⁶ Pessoa com deficiência visual- Assessora dos Direitos da Pessoa com deficiência, CORPU- FUNAD, Dia da empregabilidade,21/09/ 2015.

princípio da produtividade engrena toda a lógica do engajamento no trabalho. Por conseguinte, estrutura os critérios de eficiência e/ou deficiência.

Logo, fica perceptível em que repousa a definição de pessoa com deficiência, apresentada na Convenção, da Organização Internacional do Trabalho - OIT, sobre Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes, concluída em Genebra, em 1º de junho de 1983, “entende-se por ‘pessoa deficiente’ todas as pessoas cujas possibilidades de obter e conservar um emprego adequado e de progredir no mesmo, fiquem substancialmente reduzidas devido a uma deficiência de caráter físico ou mental devidamente comprovada”. A partir da análise dos mecanismos que constituem a categoria pessoa com deficiência, foi possível neste trabalho, compreender os diversos mecanismos que tornam possíveis a sua existência. Dentre eles, a alienação do trabalhador a partir da expropriação de sua própria identidade.

A alienação significa que a “exteriorização” (Eutäussrung) e objetivação dos bens sociais que tornam-se autônomos e independentes do homem, apresentando-se como realidades “estranhas” (Entfremdung) e opostas a ele, como um ser alheio que o domina. O trabalho inverte o seu papel e, de meio para realização do indivíduo como ser humano, passa a negar e impedir o desenvolvimento de sua natureza. É neste sentido que o capitalismo, e seu fundamento, a realidade privada, seria a causa dessa inversão. (SELL, 2013, p.48).

Existe toda uma lógica de organização do sistema capitalista. Dentro dessa lógica, a organização científica do trabalho dá sentido à organização da produção, através da racionalização do trabalho, adaptando os meios de produção ao lucro. A partir dessa perspectiva, o trabalho passa a ser um mecanismo de alienação. A alienação do trabalhador se dá a partir da expropriação do produto do seu trabalho, já que o que produz passa a ser propriedade privada do capitalista. Outro meio de alienação, refere-se à expropriação do trabalhador do processo de produção, que se faz pela fragmentação do saber-fazer, sua formalização e os processos de trabalho fragmentado, em cadeia. Por último, existe a alienação de sua própria natureza humana, que passa a ser construída a partir dos mecanismos de produção e, como consequência da propriedade privada, a pessoa torna-se “alienada de si mesmo”. Logo, a alienação é produto da mediação e do controle do capital, através das relações estabelecidas entre as pessoas a partir das relações de produção.

Sobre o momento da vida que se dá o processo de constituição do sujeito pessoa com deficiência, a pesquisa mostra que pode ser considerado naturalmente ao nascer ou ter essa condição adquirida em determinado momento da vida. Portanto, a sua identidade como pessoa com deficiência passa a ser de propriedade do Estado e atua como um capital social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao problematizar a existência da classificação, pessoa com deficiência, a pesquisa revela que a classificação só é possível através de processo de socialização vivenciado em diferentes campos. De acordo com a pesquisa, a categoria, pessoa com deficiência, é uma instituição histórica cristalizada que se apresentou durante muito tempo como algo inalterável ou inquestionável. Por conseguinte, a classificação, pessoa com deficiência, é uma construção simbólica que se perpetua através dos processos de socialização vivenciados na família, na saúde, na escola e no trabalho.

Assim sendo, a classificação, enquanto um mecanismo de distinção, só pode ser constituída através de processos de interação que são mediados por um conhecimento de mundo e uma ordem de poder que legitima a categoria. Logo, a categoria, pessoa com deficiência, é uma construção histórica estruturada por meio de determinados mecanismos de interiorização e inculcação da classificação. Os processos de interiorização e inculcação são determinados por mecanismos de poder e definidos por campo de saber ao longo da história. Portanto, a própria definição categoria pessoa com deficiência, sua codificação e homogeneização estaria circunscrita a um determinado campo. De acordo com a pesquisa, o processo de categorização legítimo dá-se, inicialmente, através de um processo que exige diagnóstico. A classificação se estrutura a partir de um mundo de sinais, que são articulados através da técnica do exame e diagnóstico. Técnica utilizada desde o século IV, a.C. até os dias atuais.

A técnica do exame passa a ser utilizada como ferramenta de construção da objetividade de uma condição dita como natural, através de mecanismos simbólicos intersubjetivos da ação humana, que tornam possível a existência da classificação como realidade exterior à pessoa classificada pessoa com deficiência.

A análise histórica da categoria permite compreender que as pessoas passam a ser identificadas a partir de características sociais comuns. Assim, as pessoas tidas como pessoas com deficiência são constituídas de características epistemológicas, sejam elas de ordem filosófica, religiosa e/ou científica. No contexto histórico, a pessoa com deficiência se define a partir de diferentes perspectivas teóricas ao longo do tempo. Até meados da Idade Média, a pessoa classificada com deficiência definia-se a partir da perspectiva biológica e religiosa. No mundo moderno, a pessoa passa a ser definida a partir de uma perspectiva eugênica dentro do campo médico e psicológico, seguida da

perspectiva pedagógica. O campo médico, através de uma autoridade simbólica, fundamentada na técnica do exame, passa a desempenhar um papel social autorizado pelo Estado. A classificação torna-se um mecanismo social estruturante de um mundo objetivo hierarquizado. A objetivação da condição de pessoa com deficiência pode ser comprovada por meio de laudo médico, de acordo com as definições estabelecidas, internacionalmente na Convenção nº 159 da OIT e, nacionalmente através dos Decretos nº 3.298/99 e Decreto nº 5.296/04.

A análise do pertencimento ou não à categoria pessoa com deficiência baseia-se em sinais particulares que determinem um valor “diagnóstico ou prognóstico”. Em termos internacionais e nacionais, a classificação dar-se-á pela definição de uma condição tida como incapacitante com base nas categorias nosográficas simbólicas, cujas representações estão estabelecidas na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas relacionados à Saúde (CID-10) e na Classificação Internacional de funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF). Essas representações simbólicas associadas à técnica do exame e à prática dos especialistas constituem um conjunto de mecanismos de construção de um mundo objetivo que se apresenta como exterior à pessoa classificada com deficiência.

A perspectiva macro apresentada articula-se ao espaço micro da pesquisa realizada na FUNAD. A FUNAD, um lugar de caráter terapêutico, constitui-se como espaço administrativo e político. Nesse espaço, através da ação do especialista, individualizam-se os corpos, as doenças, os sintomas que se compõem em um quadro real de singularidades justapostas e cuidadosamente distintas. Dentro do processo de classificação simbólica há inicialmente a definição do ter com a aquisição do laudo e em seguida a definição do ser. Ter no sentido da condição objetivada através das relações estabelecidas no transcorrer do processo de classificação. Ser no sentido das relações que serão estabelecidas a partir da objetivação da condição após a aquisição do laudo.

No espaço disciplinar de distribuição e hierarquização das pessoas, o exame define-se como técnica de classificação legítima. Existe um processo cerimonial do exame que serve como instrumental para submeter à pessoa a um princípio da visibilidade obrigatória. No transcorrer desse processo, que varia de acordo com cada caso, existe uma disciplina de atividade que vai definindo, também, uma disciplina do ser pessoa com deficiência.

A classificação pessoa com deficiência ocorre a partir de uma condição incapacitante que pode ser adquirida em qualquer período da vida. A pessoa pode ser classificada ao nascer ou em qualquer outro momento. De acordo com a maioria das pessoas pesquisadas, a condição que a levou pertencer à categoria, é produto de acidentes automobilísticos, domésticos, acidentes de trabalho, assalto, erro médico ou doenças. Logo, as experiências incapacitantes, em sua maioria, não se definem por uma condição biológica.

O poder de categorização da classificação se define com base no poder legítimo do Estado, através da ação dos especialistas dentro do campo médico. O médico é quem tem a autoridade de julgar se pessoa é pertencente à categoria pessoa com deficiência.

Entretanto, um poder metacampo atua através de esquemas generativos contribuindo com a legitimação e inculcação da classificação. Assim, cada campo cria os seus “esquemas generativos”, as suas tipificações. Para tanto, constrói sobre si um conjunto de códigos simbólicos que definem os seus próprios limites. Cada campo atua no sentido de contribuir com a ordem estabelecida ou de estabelecimento de uma nova ordem.

O diálogo entre o campo médico, o campo psicológico, o campo pedagógico e o campo do mercado de trabalho tem o poder de inculcar novas classificações e organizações das hierarquias na sociedade moderna. Na relação estruturante estabelecida entre o laudo médico e a lei de cotas e o mercado de trabalho, dependendo da situação, o laudo médico pode ser utilizado como definidor de uma condição de saúde e/ou como instrumento de identidade da pessoa classificada com deficiência. Nesse campo, o laudo médico atua como um título, um capital simbólico social, é uma espécie de regra jurídica de percepção social. De acordo com a pesquisa, o laudo, no contexto do trabalho, atua como um capital simbólico institucionalizado.

Por fim, cada campo cria os seus “esquemas generativos”, as suas tipificações. Para tanto, constrói sobre si um conjunto de códigos simbólicos que definem os seus próprios limites. Cada campo atua no sentido de contribuir com a ordem estabelecida ou de estabelecimento de uma nova ordem. Logo, o contexto de significado histórico torna-se essencial para compreender os mecanismos utilizados dentro de um determinado campo que se articula a ordem vigente, bem como compreender a contribuição dos seus mecanismos no sentido de construção do mundo objetivo, feito a partir de certo saber e de uma ordem de poder que legitimam as classificações.

Portanto, a entrada de uma pessoa na categoria pessoa com deficiência, dá-se por mediação através de agências. As agências mediadoras se estruturam a partir de mecanismos de inclusão na categoria. Os mecanismos de inclusão/exclusão na categoria, de acordo com a pesquisa, dão-se através de processos intersubjetivos vivenciados em um nível simbólico. Dentre os mecanismos simbólicos existem: a) o consenso dado pela entrada e participação no campo, através de um processo de inculcação. A relação com o qualificador pode ser vivenciada, inicialmente, na família. Em geral, a família é o primeiro núcleo social de interação simbólica, seguida do campo médico, a escola, o trabalho e outros lugares sociais. A classificação vai se constituindo através de hábitos e tipificações vivenciadas através de instituições históricas; b) dar-se-á pelos instrumentos de conhecimento e percepção de mundo que fundamenta a classificação. Os instrumentos de conhecimentos se estruturam em critérios simbólicos de classificação e de construção do mundo objetivo como a técnica do exame e a prática do especialista; c) outro mecanismo de classificação está definido em torno de quem tem poder simbólico e o mérito para categorizá-lo; d) a prática, *o modus operandi* daquele que tem o mérito para definir quem é a pessoa com deficiência tem a função classificadora como cerimonial, por meio do qual as pessoas tidas como *peessoas com deficiência* entram na pele da personagem social, a partir de determinadas expectativas normativas, presente em um determinado campo simbólico de saber e de poder. Quanto aos mecanismos de entrada, as normas estruturadas, o lugar de pertencimento, as práticas de categorização, fica evidente o papel atribuído aos agentes do Estado, que tem o mérito para classificar. Destacam-se as ações dos especialistas através dos atos do Estado, como mediadores desse processo; d) dentro das exigências impostas pela nova ordem de poder, estabelecida pelo sistema capitalista, abordam-se o surgimento de novos mecanismos de classificações. Assim, a escola foi se constituindo como espaço de inculcação da nomeação oficial e detentora do poder simbólico de diferenciar, hierarquizar e homogeneizar. Nesse sentido, a organização social passou a desenvolver um sistema de autoridade, de capacidades funcionais, especializadas dentro do sistema da ordem do Estado.

A escola foi chamada, historicamente, a servir como mecanismo instrumental de construção da hierarquização dos grupos dos normais e anormais. Essa construção se deu pela articulação entre a concepção eugênica e o aparelho de Estado que passa a apresentar determinadas exigências sobre o corpo social, definindo padrões sociais de

pureza racial. Portanto, a escola abarca um universo de significado simbólico que dialoga com a escolaridade, mas não se limita a ela. Logo, a qualificação, bem como a profissionalização, articula-se a uma ordem de poder e saber dentro de determinados períodos histórico, político e econômico; f) Por último, a expropriação de sua própria natureza humana, passa a ser construída, também, a partir dos mecanismos de produção, e como consequência da propriedade privada, a pessoa torna-se “alienada de si mesmo”. Logo a alienação é produto da mediação e do controle do capital, através das relações estabelecidas entre as pessoas a partir das relações de produção. Por conseguinte, a lógica científica de organização do trabalho se articula ao campo médico, psicológico e ao campo pedagógico, definindo os aspectos qualificadores do trabalhador tipificado eficiente/deficiente. A pessoa tipificada eficiente/deficiente é definida a partir do funcionamento orgânico, psíquico, cognitivo, físico, intelectual e motor. Esses aspectos individuais articulados ao princípio da produtividade tendem a definir os tipos trabalhadores eficientes e/ou os deficientes.

Por fim, mediante as diversas situações apresentadas através da pesquisa, percebe-se que a deficiência se constrói em relação a um padrão. Tanto os dados estatísticos sobre a origem da deficiência quanto às experiências descritas pelas pessoas entrevistadas demonstram que há impossibilidade de se tornarem funcionais dentro de um padrão normalizador de desempenho, seja no campo doméstico, no campo da saúde, da escola ou no mercado de trabalho, torna-se um critério que determina o pertencimento à categoria pessoa com deficiência. A inserção na categoria se dá mediante a perda de determinadas condições de saúde e funcionalidade dentro do princípio da irreversibilidade. Logo, a categoria pessoa com deficiência é uma categoria heterogênea que se constitui a partir de experiências diversas e se articula a determinados campos de significação. É sobre o princípio da funcionalidade que tem sentido, o termo pessoa com deficiência, mesmo que o pertencimento à categoria apresente experiências sociais diversas.

Ainda, cada campo cria os seus “esquemas generativos”, as suas tipificações, constrói sobre si um conjunto de códigos simbólicos que definem os seus próprios limites. Portanto, através dos seus instrumentos de produção simbólica, cria o efeito constitutivo da participação em determinado espaço social justificando a posição das pessoas classificadas com deficiência no jogo social. Cada campo tem um alcance e uma capacidade de produzir efeitos no sentido de constituição da categoria pessoa com

deficiência. Isso se evidencia a partir dos seus efeitos ao longo da história. De certo, cada campo atua como uma unidade estrutural da ordem de poder vigente, agindo de forma autônoma, mas interdependentes, convergindo para o mesmo sentido, a das relações hierarquizadas que estruturam a sociedade. A qualificação é definida pela relação entre saúde, escolaridade, desempenho e produtividade. Logo, tornar um ser inclusivo é dotá-lo desses qualificadores. Portanto, a pessoa com deficiência é uma construção simbólica que se estrutura através dos mecanismos de classificação e localização social, o que confere à pessoa, assim classificada, um capital simbólico, resultante das estruturas objetivas e das estruturas incorporadas.

REFERÊNCIAS

AC SOCIAL, Assessoria e consultoria para inclusão social. **Cartilha conhecendo os direitos e exercendo a cidadania**. João Pessoa: AC SOCIAL, 2013.

ANDRADE, S. S. C. de A. e JORGE, M. H. P. de M. **Internações hospitalares por lesões decorrentes de acidente de transporte terrestre no Brasil**, 2013: permanência e gastos** Artigo baseado na tese de Doutorado de Silvânia Suely Caribé de Araújo Andrade, intitulada 'Panorama dos Acidentes de Transporte Terrestre no Brasil: das internações, às sequelas e ao óbito - Uma contribuição para a sua vigilância', apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo em 2015. ARTIGO ORIGINAL • Epidemiol. Serv. Saúde 26 (01) Jan-Mar 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.5123/S1679-49742017000100004>>.

ALBERTI, V. **Ouvir Contar**. Textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALVES, F. de B.; VILAS BOAS, M. C. A. **Direito à cultura e o direito à vida** : visão crítica sobre a prática do infanticídio em tribos indígenas. Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI. Fortaleza –CE, Junho de 2010, v. XIX. P. 4962-4973. Disponível em: <<http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3822.pdf>>. Acesso em: novembro de 2015.

ARISTÓTELES. **Categorias**. Tradução, textos adicionais e notas Edson Bini. São Paulo: EDIPRO, 2011.

BERGER, P. L e LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 36 ed. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis, Vozes, 2014.

BATALHA, D. V. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva brasileira**. Fundamentos em Humanidades. Argentina: Universidade Nacional de San Luis, 2009, Año X, n. I , p.77-789.

BOURDIEU, P. (1930); ORTIZ, R. (Org.). **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

_____. **Ofício de Sociólogo**: Metodologia da pesquisa na sociologia. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

_____. **A Miséria do Mundo**. Rio de Janeiro: Vozes, [1997-2011].

_____. **O Poder Simbólico**. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **Sobre o Estado**: Cursos no Collège de France (1989-92). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRASIL, **DECRETO Nº 129, DE 22 DE MAIO DE 1991**. Promulga a Convenção nº 159, da Organização Internacional do Trabalho - OIT, sobre Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes. Brasília, 22 de maio de 1991; 170º da Independência e 103º da República. Fonte: Páginas do Senado Federal e da Presidência da República na Internet. Disponível em:

<http://www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/LEGIS/CLT/OIT/OIT_159.html#159>.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Direito à educação**: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais - orientações gerais e marcos legais. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

BRASIL. Coordenadoria Nacional para a integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **A inclusão de Pessoas com deficiência no mercado de trabalho**. 2.ed. Brasília: Ministério do Trabalho e do Emprego. Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), 2007.

BRASIL. **Decreto Legislativo nº 186, 09 de julho de 2008**. Brasília: Diário Oficial da União, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**, promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência - ONU. Brasília: Diário Oficial da União, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação/CNE. **Resolução 4/2009**. Brasília: MEC/CNE, 2009.

BRASIL, **Marcos Políticos-Legais da educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**/Secretaria da educação especial. Brasília, 2010.

BRASIL. Coordenação Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência. OLIVEIRA, L. M. B. (Org.). **Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com Deficiência**. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD). Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>>

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. RAIS/2013 - MTE Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE BRASIL - **Número de Pessoas com Deficiência por Tipo Segundo Nível Geográfico**. Disponível em: <<http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080814F4D225D014FB2490DFB6D67/consolidado%20tabelas%20total.pdf>>.

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.andislexia.org.br/Estatuto-da-pessoa-com-deficiencia.pdf>>. Acesso em: janeiro/2018.

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. **LEI Nº 13.409/2016**. Brasília, 28 de dezembro de 2016; 195º da Independência e 128º da República. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113409.htm>. Acesso em: abril, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica 2016**. Notas Estatísticas. Brasília-DF, fevereiro de 2017. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf, p.10>. Acesso em: maio/2017.

BRITO, J.de R.; ZEPPONE, M. O. **Mapeamento de teses e dissertações sobre a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior no Brasil**. VIII encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial. Londrina: Universidade Federal de São Carlos, de 05 a 07 novembro de 2013, ISSN 2175-960X96.

CALAINHO, D. B. **Jesuítas e Medicina no Brasil Colonial Tempo**. Nº 19. Rio de Janeiro, 2005, pp. 61-75. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v10n19/v10n19a05.pdf>>. Acesso em: novembro/2015.

CARTILHA DO CENSO 2010 – **Pessoas com Deficiência** / Luiza Maria Borges Oliveira / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) / Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência; Brasília : SDH-PR/SNPD, 2012. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>>. Acesso em: maio/2017.

CASTRO, Pedro. **Sociologia do trabalho** (Clássica e Contemporânea). Niterói: EdUFF,2003.

CARVALHO, E. N. S. de. **Educação especial e inclusiva no ordenamento jurídico brasileiro**. Revista Especial. Santa Maria, MG, 2013, v.26,n .46,p.261-276, 2013. Disponível em:<<http://www.ufsm.br?revistaeducacaoespecial>>.

CENSO DEMOGRÁFICO. **Ressenciamento geral do Brasil 1940**. Brasília: IBGE, 1950. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1940/Censo%20Demografico%201940%20VII%20Brasil.pdf>>.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000. Disponível em: <http://www.filosofia.seed.pr.gov.br/arquivos/File/classicos_da_filosofia/convite.pdf>. Acesso em:julho/2015.

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. **Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Tradução Oficial/Brasil. Brasília, 2012.

III CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. **Um olhar através da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com**

Deficiência da ONU: Novas perspectivas e desafios. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/snpd/3a%20cndpd/conade_textobase.pdf>

CORDEIRO, D. R. C. L.; OLIVEIRA, A. A. S. de. **A educação profissional de pessoas com deficiência:** um levantamento de teses e dissertações. VII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial. Londrina: Universidade Estadual Paulista, de 08 a 10 de novembro de 2017, ISSN 2175-960X, pg.2662-26732662.

CUNHA, L. A. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata.** São Paulo: UNESP; Brasília, DF: Flacso, 2000.

DANTES, M. A. M. **As Ciências na História Brasileira.** Cienc. Cult. vol.57 n°.1 São Paulo Jan./Mar. 2005. *On-line version* ISSN 2317-6660. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252005000100014>. Acesso em: março/ 2018.

DIWAN, P. **Raça Pura.** Uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2007.

DUARTE, LFD; and LEAL, OF(Orgs). **Doença, sofrimento, perturbação: perspectivas etnográficas [online].** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1998, 210 p. ISBN 85-85676-46-9. Available from SciELO Books. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>.

ELIAS, D. A. **O desafio da formação e inclusão no mercado de trabalho de pessoas com deficiência intelectual leve.** Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local. Centro Universitário Uma. Belo Horizonte: Biblioteca Depositária Guajajaras, 01/02/2012, 174 f.

ELIAS, N. **A Civilização dos Pais.** Revista Sociedade e Estado, Volume 27, Número 3-Setembro/Dezembro 2012.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FABIAN, J. **O Tempo e o Outro: como a antropologia estabelece seu objeto.** Tradução de Denise Jardim Duarte. Petrópolis, RJ. Vozes, 2013.

FOOTE-WHYTE, W. **Sociedade de esquina.** A estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Rio de Janeiro, 2005.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas:** uma arqueologia das ciências humanas. Tradução Salma Tannus Muchail. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

_____. **Microfísica do poder.** Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 4ª ed. 1984.

_____. **Os anormais:** curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. **Vigiar e Punir: Nascimento da prisão.** Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

FIGUEIRA, E. **Caminhando em Silêncio** – Uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na História do Brasil. São Paulo: Giz Editorial, 2008.

FERREIRA, A. de S. **Profissionalização dos excluídos: a escola de aprendizes e artífices da Paraíba (1910-40).** João Pessoa. Paraíba, 2002.

FERRETTI, C. J. **Uma nova proposta de orientação profissional.** São Paulo: Cortez, 1997.

GARCIA, V. G. **Pessoas com deficiência e o mercado de trabalho: histórico e o contexto contemporâneo.** Campinas, SP, 2010. Disponível em: <file:///C:/Documents%20and%20Settings/PESSOAL/My%20Documents/Downloads/GarciaViniciusGaspar_D.pdf>.

GEERTZ, C. **A interpretação da cultura.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1999.

GOFFMAN, E. **Comportamentos em lugares públicos: notas sobre a organização social dos ajustamentos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. **Estigma- Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** 4ª edição. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/guimaraespamela/livro-completo-estigma-erving-goffman>>

_____. **Manicômios, prisões e conventos.** São Paulo: Perspectiva, 2015.

GUBER, R. **El selvaje metropolitano.** Reconstrucción del conocimiento social en el trabajo de campo. Paidós estudios de comunicacion. Buenos Aires, 2004.

GUGEL, M. A. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade.** Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com deficiência – Ampib. Florianópolis, 2007. Disponível em: <http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php>. Acesso em: 07 de julho de 2015.

HONETTH, A. **Luta por reconhecimento.** A gramática Moral dos conflitos Sociais. São Paulo: Editora 34, 2009.

JATOBÁ, C. M. da R. **Às sombras das escalas: um estudo sobre a concepção de anormalidade em Alfred Binet.** Tese (Doutorado). São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2002, p. 98.

JUNIOR, R.G. **“Mortes por acidentes de trânsito – um holocausto anual.”** *Jornal do Brasil*. <http://www.jb.com.br/o-outro-lado-da-moeda/>. www.jb.com.br/.../mortes-por-acidentes-de-transito-um-holocausto-anual 28/03/2018. Acesso 2018.

KASSAR, M. C. M. **Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios...** Educare em Revista. Curitiba: UFPR, jul./set. 2011, n. 41, p. 61-79.

LANNA JÚNIOR, M. C. M. (Comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010, 443p. : il. 28X24 cm.

MACIEL, M. E. de S. **A eugenia no Brasil**. Anos 90, n. 11, Porto Alegre, julho de 1999.

MALINOWSKI, B. **Objeto, método e alcance desta pesquisa**. In: Os Argonautas do Pacífico Ocidental. São Paulo: Editora Abril, 1978. pp. 16-34. Disponível em: Ministério do trabalho.<http://www3.mte.gov.br/fisca_trab/inclusao/lei_cotas_2.asp>.

Manual de Ambiência dos Centros Especializados em Reabilitação (CER) e das Oficinas Ortopédicas Orientações para Elaboração de Projetos (Construção, Reforma e Ampliação), abril/2013, p.8. Disponível em: <<http://www.saude.gov.br/pessoacomdeficienciapessoacomdeficiencia@saude.gov.br>>. <<http://docplayer.com.br/7771283-Manual-de-ambiencia-dos-centros-especializados-em-reabilitacao-cer-e-das-oficinas-ortopedicas.html>>. Acesso em: maio2017.

MARX, K. e ENGELS, F. **A ideologia alemã** (Feuerbach). São Paulo: Martins Fontes, 1998, 2002.

MARX, K. **O Capital**: Crítica a economia Política; Livro primeiro. O processo de produção do capital. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1980.

MATTOS, C. L. G. **A abordagem etnográfica na investigação científica**. In MATTOS, C. L. G.; CASTRO, P.A. (Orgs). **Etnografia e educação**: conceitos e usos [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011.pp.49-83.ISBN 978-85-7879-190-2. Available from SciELO Books. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>.

MAUSS, Marcel. **Ensaio de Sociologia**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação especial no Brasil**: história e políticas públicas. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2011

OLIVEIRA, L. M. Bo. **Cartilha do Censo 2010** – Pessoas com Deficiência Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Brasília, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**.Brasília,2006.

PARAÍBA (Estado). Governo do Estado da Paraíba. Secretaria da Educação. Secretaria do Desenvolvimento Humano. Secretaria dos Direitos Humanos. **Direitos das Pessoas com deficiência**. Cidadania, participação e acessibilidade, sd.

PARSONS, T. **Sociedades**. Perspectivas Evolutivas e Comparativas. Universidade de Harvard. Tradução Dante Moreira Leite. Livraria Pioneira. São Paulo, 1969.

PIERRUCCI, A. F. **Ciladas das diferenças**. São Paulo: Editora34, 2013.

PIETTA, G. Medicina, eugenia e saúde pública: João Candido Ferreira e um receituário para a nação (1888-1938). Irati, PR :[s.n], 2015.214f. Disponível em: <<http://www2.unicentro.br/ppgh/files/2015/07/Dissertação-de-Gerson-Pietta.pdf>>.

RELATÓRIO MUNDIAL SOBRE A DEFICIÊNCIA / World Health Organization, The World Bank ; tradução Lexicus Serviços Lingüísticos. - São Paulo : SEDPcD, 2012. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/usr/share/documents/RELATORIO_MUNDIAL_COMPLETO.pdf> e <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>>.

REIS, R. L. dos e ROSS, P. R. **A inclusão do aluno com deficiência intelectual no Ensino Regular**. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2216-8.pdf>>. Acesso em: junho/ 2017.

RIBEIRO, H. P. **A violência oculta no trabalho**: as lesões por esforços repetitivos. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

RICHARDSON, Z. M. R. J. **Pobreza, deficiência visual e políticas sócio educativas**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro de educação da Universidade Federal da Paraíba – PPGE/CE/UFPB, como parte dos Requisitos para obtenção do título de Doutor em Educação. João Pessoa, 2009.

ROYO, M. A. e URQUÍZAR, N. L. (Coordenadoras). **Bases psicopedagógicas da educação especial**. Petrópolis, Vozes, 2012.

SANTOS, J. P. **Pessoa com deficiência**: a função social da reserva legal no mercado de trabalho e a ação anulatória de auto de infração- uma alteração legislativa necessária. Tese apresentada para obtenção do título de Doutor em Direito. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Dezembro, 2016.

SANTOS, S. D. G. **Autoconfrontação e processo de inclusão**: (re)viendo a atividade docente na educação superior. Mestrado Acadêmico em Educação. Universidade Federal de Alagoas. Maceió: Biblioteca Depositária: Biblioteca CEDU, 06/05/2011, 133f.

SANTOS, Y. B. da S. **As políticas públicas de educação para a pessoa com deficiência**: a proposta dos institutos federais. Mestrado Acadêmico em Educação. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: Biblioteca Depositária: Biblioteca de Ciências Humanas, 01/10/2011, 109f.

SCHEEFFER, R. **Aconselhamento Psicológico**. Teoria e Prática. 4. ed. Rio de Janeiro Editora Fundo de Cultura S. A., 1973.

SELL, C. E. Sociologia clássica: Marx, Durkheim e Weber. 4.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

SÉMELIM, J. **Purificar e destruir**: usos políticos dos massacres e genocídios. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

SEMPERTEGUI, M. M. **Inclusión laboral de personas catalogadas como discapacitadas**. Algunas reflexiones para um debate necessário. Trabajo y Sociedad Sociología del trabajo – Estudios culturales – Narrativas sociológicas y literarias NB - Núcleo Básico de Revistas Científicas Argentinas (Caicyt-Conicet) N° 25, Santiago del Estero, Argentina, Invierno 2015, ISSN 1514-6871. Disponível em: <www.unse.edu.ar/trabajosociedad>. Acesso em: março/2016.

SILVA, I. M. de A. **Políticas de educação profissional para pessoa com deficiência**. UFMG/FaE, 2011. 209, enc., il.

SILVA, C. N. **Igreja católica, assistência social e caridade**: aproximações e divergências. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n° 15, jan/jun 2006, p. 326-351. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n15/a12v8n15.pdf>> Acesso novembro de 2015.

SILVA, C. A. de A. **Cultura surda: agentes religiosos e a construção de uma identidade**. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

SILVA, K. C. B. **A exacerbação do papel do especialista na educação brasileira**: um percurso histórico. REVISTA ANGELUS NOVUS - n° 1 - agosto de 2010.

SILVA, M. G. P.; SILVA, V. de L.; LIMA, M. L. L. T. de . **Lesões Craniofaciais decorrentes de acidentes por motocicleta**: uma revisão integrativa. Craniofacial injuries resulting from motorcycle accidents: an integrative review Rev. CEFAC. 2015 Set-Out; 17(5):1689-1697.

SILVEIRA, J. Z. M. e SOUZA, J. C. R. P. **Sequelas de Acidente de Transito e Impacto na Qualidade de Vida**. Revista Pesquisa e Saúde, v.9, n.2, p. 373-380, maio/ago.2016-ISSN1983-1870-e-ISSN2176-9206. Disponível em: <<http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/saudpesq/article/view/5255>>.

STRAUSS, A.L. **Espelhos e máscaras**: a busca da identidade. São Paulo: Eusp, 1999.

TEIXEIRA, A. M. F. **A Cigarra e a Formiga**: qualificação e competência – Um balanço crítico. BIB: revista brasileira de informação bibliográfica em ciências sociais / Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. ANPOCS, 1996 BIB, São Paulo, n° 61, 1° semestre de 2006, pp. 53-69.

TURCHIELLO, P. e MACHADO, F. C. **Inclusão de deficientes no mundo do trabalho**: uma escolha a monitorar. Revista Educação Especial | v. 28 | n. 53 | p. 583-594 | set./dez. 2015 Santa Maria Disponível em:

<<http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>><<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/18810/pdf>>. Acesso: maio/2017.

VELHO, G. **Individualismo e cultura-Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea**. 2^a edição, Rio de Janeiro, Zahar, 1999.

VIGARELLO, G. **O sentimento de si: a história da percepção do corpo, séculos XVI-XX**; tradução de Francisco Morás. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

VILAS BOAS, M. C. A. **Os povos indígenas e a transição paradigmática: da integração à interação**. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Ciência Jurídica—Área de Concentração: Teorias da Justiça: Justiça e Exclusão; linha de pesquisa: Estado e Responsabilidade: Questões Críticas –da Universidade Estadual do Norte Pioneiro -UENP: Jacarezinho, 2011

ZARDO, S. P. **Direito à educação: a inclusão de alunos com deficiência no ensino médio e a organização dos sistemas de ensino**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de Brasília. Brasília, 2012, 378 f., II.

VENTURA, T. **Luta Social por reconhecimento: dilemas e impasses na articulação pública do desrespeito**. Revista de Sociologia e Política. Curitiba, v.19, n.40, p. 159-170, out. 2011. Recebido em 7 de julho de 2009. Aprovado em 18 de agosto de 2009.

APÊNDICE A- TERMO DE CONSENTIMENTO DE ENTREVISTA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - PPGCS

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que estou de acordo a fornecer informações à Márcia de Lourdes Bezerra dos Santos Lima, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande Paraíba-UFCG, para o desenvolvimento relativo à sua tese de doutorado, intitulada: AS INTERAÇÕES SIMBÓLICAS NO PROCESSO DE PRODUÇÃO DA INCLUSÃO/EXCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO COTIDIANO DO IFPB E DA FUNAD (TÍTULO PROVISÓRIO).

Estou ciente de que todas as informações fornecidas serão utilizadas de maneira sigilosa, sem referência a minha identificação pessoal. Além, disso estou ciente de que tenho o direito e poderei desistir de participar da pesquisa a qualquer momento.

Declaro que tenho consciência que a minha participação nessa fase da pesquisa consiste em conceder entrevista que será transcrita compondo o corpo da tese.

NOME _____ POR _____ EXTENSO: _____

ASSINATURA: _____

IDENTIDADE: _____

ASSINATURA DA PESQUISADORA

RESPONSÁVEL: _____


JOÃO PESSOA _____/_____/_____

Como você se vê enquanto pessoa?

Como se deu o processo de inclusão na FUNAD?

Para ser considerada uma pessoa com deficiência o que é preciso?

ANEXO I- CERTIFICADO DO CURSO BIOPSIKOPEDAGÓGICO



FUNDAÇÃO CENTRO INTEGRADO DE APOIO AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA

CERTIFICADO

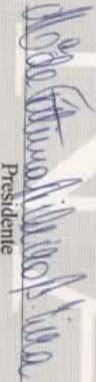
A Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência confere o presente Certificado a MÁRCIA DE

LOURDES BEZERRA DOS SANTOS por sua participação na qualidade de PARTICIPANTE


no CURSO DESENVOLVIMENTO INFANTIL: "UMA ABORDAGEM BIOPSIKOPEDAGÓGICA" realizado

em JOÃO PESSOA - 31.03 À 11.04.97

Carga horária: 80 horas



 Presidente



 Participante

